

Santo Tirso

arqueológico

n.º 4, 2.ª série



Santo Tirso

arqueológico
n.º 4, 2.ª série



SUMÁRIO

Artigos

A necrópole romana da Quinta da Devesa, Santo Tirso	
Álvaro Moreira	7
Elementos para a carta arqueológica do concelho de Santo Tirso	
O Castro de Santa Margarida	
Álvaro Moreira	55
A Capela de S. Roque	
Francisco Carvalho Correia	69
República e republicanismo em Santo Tirso (1891-1910)	
Nuno Olaio	81
A Capela do Senhor Jesus do Padrão	
Elementos para o conhecimento do património religioso do concelho de Santo Tirso	
Maria do Rosário Melo	95
A Casa da Quinta do Outeiro em Burgães	
Elementos para o conhecimento do património arquitectónico do concelho de Santo Tirso	
Nestor Rebelo Borges	101

Documentos de Santo Tirso

O Tombo de Santo Isidro de Negrelos	
Francisco Carvalho Correia	115
As Bulas de Canonização de S. Rosendo	
Francisco Carvalho Correia	125
O 31 de Janeiro de 1891 em Santo Tirso	
Nuno Olaio	141

Vária

Ficheiro de entradas	149
Loja de publicações	153
Webgrafia - o património tirsense através da internet	157

FICHA TÉCNICA

Director: Álvaro de Brito Moreira
Coordenação: Nuno Olaio
Desenhos e Fotografias: Museu Municipal Abade Pedrosa
Edição: Câmara Municipal de Santo Tirso
Execução Gráfica: Gil Vicente - Barcelos
Tiragem: 1.000 exemplares
Depósito Legal: 216639/04
ISSN: 1646-0146

Solicita-se permuta. On prie /'échange. Echange wanted

Museu Municipal Abade Pedrosa
Av. Unisco Godiniz, 100
4780-373 Santo Tirso
Portugal

Santo Tirso Arqueológico, 4, 2.ª série, 2004

ARTIGOS

A necrópole romana da Quinta da Devesa, Santo Tirso

Álvaro de Brito Moreira

Resumo:

O presente artigo consiste no estudo descritivo e tipológico dos materiais arqueológicos provenientes da necrópole romana da Quinta da Devesa em Santo Tirso, actualmente integrados na exposição permanente do Museu da Sociedade Martins Sarmento em Guimarães.

A título de contextualização da estação arqueológica aborda-se, sumariamente, a ocupação romana do curso médio do rios Ave e Vizela interpretando a sua distribuição e contextualização regional.

Abstract:

The present paper is a descriptive and typological study of archaeological materials from the Roman necropolis of Quinta da Devesa (Santo Tirso), materials actually in exhibition on the Museum of the Society Martins Sarmento, in the city of Guimarães.

This study touch several aspects of roman occupation of the middle course of the rivers Ave and Vizela interpreting there distribution and regional scope.

A necrópole da Quinta da Devesa, Santo Tirso

O aparecimento da necrópole da Quinta da Devesa, Santo Tirso, é referenciada pela primeira vez por Alberto Pimentel em 1902 (PIMENTEL 1902, 15). O autor apesar de mencionar o aparecimento das sepulturas e de um conjunto significativo de materiais de superfície recolhidos nas imediações, lamentavelmente não concretiza aspectos importantes relacionados com a necrópole, nomeadamente, o momento exacto e as condições do seu achamento, o número de sepulturas descoberto, as suas características estruturais e o volume dos materiais exumados.

(...) “*existência de um castro-luso romano onde hoje estão as Escolas e quintaes visinhos, havendo talvez povoação ao norte e poente d’esse castro, como se inferiu da aparição de fragmentos de telha, vasilhas de barro, restos de mós, vestígios de sepulturas antigas e até de uma lapide votiva na parede oriental do claustro.*” (PIMENTEL 1902, 15).

Posteriormente a necrópole é também referida, ainda que de forma marginal, por Carlos Faya Santarém (SANTARÉM 1955, 169 - 177; 1956 a, 171) quando este se debruça sobre o aparecimento de um conjunto de peças provenientes do lugar do Corvilho, Santo Tirso ¹. Assim, actualmente o nosso conhecimento sobre a necrópole é relativamente limitado uma vez que não se registaram outro tipos de achados, posteriores ao mencionados por Alberto Pimentel em 1902, resumindo-se a nossa abordagem neste estudo à caracterização dos materiais então recolhidos.

O contexto arqueológico da necrópole far-se-á, em primeira análise, com a *villa* romana da Devesa identificada nas suas imediações, a cerca de 150 / 200 m para Norte, de que é conhecido abundante espólio cerâmico e material de construção ².

A *villa*, actualmente desaparecida, encontrar-se-ia implantada na face Norte do perímetro urbano da actual cidade de Santo Tirso e ocuparia uma extensa plataforma natural, com ligeiro pendor para Norte, sobranceira ao rio Ave. Os vestígios distribuía-se por parte da propriedade denominada por Quinta da Devesa ³, tendo sido destruídos durante a construção do Ciclo Preparatório (Escola EB2/3 de S. Rosendo) em 1979. Na altura, para além de vários espaços que integravam os edifícios, foi também identificado e destruído um hipocausto que documenta a existência de termas privadas. Todavia, apesar da natureza dos vestígios, durante os trabalhos não foram recolhidos materiais arqueológicos que hoje permitam ter uma ideia, ainda que aproximada, da sua cronologia e área de ocupação.

Apesar dos extensos e profundos trabalhos de construção verificados em toda a área, ainda hoje, nos trabalhos de repavimentação das estradas ou nas reparações de infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento se encontram, com frequência, materiais arqueológicos, nomeadamente, telhas, tijolos, cerâmica comum e, em menor número, cerâmicas de importação, como sejam sigillatas e ânforas.

¹ A necrópole do Corvilho foi detectada ao abrir os alicerces para a construção do Hospital da Santa Casa Misericórdia de Santo Tirso em 1915 numa bouça da Quinta de Geão, junto do caminho do Corvilho. O seu espólio é composto por seis (6) vasos troncocónicos e uma (1) bracelete de bronze, materiais que se encontram hoje em depósito no Museu Municipal Abade Pedrosa em Santo Tirso. (SANTARÉM 1955, 169 - 177; 1956 a, 71; SANCHES 1981, 97; 1982, 56 - 61; PEREZ 1997, 5 - 11, Est. I, n.º 2)

² Lat. - 41º 20' 36" N, Long. - 8º 28' 30" W (meridiano de Greenwich); Alt. - 61 m (C. M. 1, 25 000, S.C.E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

³ Lat. - 41º 20' 36" N, Long. - 8º 28' 30" W (meridiano de Greenwich); Alt. - 61 m (C. M. 1, 25 000, S.C.E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Com os vestígios da Devesa estarão directamente relacionados outros vestígios descobertos nas imediações da cidade, designadamente, o *casal* identificado no antigo mosteiro beneditino de Santo Tirso, a epígrafe que se encontra incrustada na parede Nordeste do primeiro claustro do mosteiro, dedicada a *Turiaco* e, eventualmente, a ara votiva dedicada a *Neneoeco* descoberta na capela de S. Bartolomeu e daí retirada por Carlos Faya Santarém em 1952.

Esta primeira referência às origens romanas da cidade de Santo Tirso deve-se ao Abade Pedrosa, pioneiro da arqueologia tirsense, que terá informado Martins Sarmento não só da existência da lápide do mosteiro de Santo Tirso, como também do aparecimento de muita telha e olaria romana em desaterros efectuados junto ao convento. Estas primeiras notícias, viriam a ser reforçadas com o posterior aparecimento dos vestígios que aqui reportamos, tendo induzido outros autores a concordarem com a pertinência das observação do Abade Pedrosa quanto à origem romana de Santo Tirso (LEMOS, 1989, 11).

A necrópole

O espólio recolhido encontra-se hoje em exposição no Museu da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães e no Museu D. Diogo de Sousa em Braga e é constituído por quinze peças, todas em cerâmica comum (armários C e E) (GUIMARÃES 1980, 38 - 72, Est. XXV).

As formas identificadas morfológicamente enquadram-se em 4 grupos, recorrentemente registadas noutras necrópoles da região, e que são respectivamente: pratos, cinco exemplares; copos, dois exemplares, um deles com forma incompleta; jarros três exemplares; bilhas cinco exemplares.

Do que nos é dado saber, nomeadamente através de informações orais, é provável que o espólio aqui apresentado não corresponda à totalidade das peças então recolhidas, uma vez que parte delas terão sido destruídas no acto da sua descoberta e outras distribuídas por particulares.¹

Catálogo dos materiais

Pratos

1. Prato de perfil troncocónico de parede recta com bordo reentrante marcado por carena externa. Lábio pontiagudo, ligeiramente sobrelevado. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo e assentamento pleno com espessura regular. Pasta compacta de cozedura homogénea com elementos não plásticos compostos por mica, quartzo e cerâmica moída de calibre médio. Superfície alisada com polimento deficiente e textura rugosa. Peça fragmentada. Altura máxima 45 mm; Diâmetro máximo do bordo 170 mm; Diâmetro máximo do fundo 120 mm. Depósito - M.S.M.S. n.º Inv. MSA - 3133 (g), (Armário D, n.º 6)

2. Prato de perfil troncocónico de parede recta com bordo reentrante e espessado. Lábio biselado de desenvolvimento oblíquo de perfil pontiagudo. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo de assentamento pleno com espessamento desproporcional em relação à espessura da parede. Pasta tipo II - Cor siena natural (RA47 / 49) e terra siena tostada (P39 e P47) homogénea. Pasta compacta de cozedura homogénea com elementos não plásticos compostos por mica e quartzo de pequeno calibre. Superfície alisada com polimento irregular de cor vermelha com vestígios de engobe vermelho escuro no exterior e interior (*Cerâmica de engobe vermelho de imitação de sigillata*). Altura máxima 41 mm; Diâmetro máximo do bordo 210 mm; Diâmetro máximo do fundo 170 mm. Depósito - M.S.M.S., n.º Inv. MAS - 3136 (g), (Armário D, n.º 9).

¹ No estudo nas necrópoles da região de entre Leça e Ave detectamos este tipo de situação nas necrópoles da Forca, e Quelha Funda, ambas no concelho da Maia e também na necrópole de Rorigo Velho no concelho da Trofa.

- 3. Prato** de perfil troncocónico com parede ligeiramente arqueada com bordo oblíquo, projectado para o exterior, com lábio arredondado. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo com aresta angulosa de assentamento pleno e espessura regular. Pasta tipo II - Cor siena natural (RA47 / 49) e terra siena tostada (P39 e P47) homogénea.

Pasta pouco compacta de cozedura homogénea com elementos não plásticos compostos por mica, quartzo e cerâmica moída de pequeno calibre. Superfície alisada com polimento irregular de cor vermelha com vestígios de engobe da mesma cor, fino e pouco aderente. Peça fragmentada (*Cerâmica de engobe vermelho de imitação de sigillata*).

Altura máxima 52 mm; Diâmetro máximo do bordo 200 mm; Diâmetro máximo do fundo 122 mm; Espessura 4 mm.
Depósito - M.S.M.S., n.º Inv. MAS - 3132 (g), (Armário D, n.º 5)

- 4. Prato** de perfil subtroncocónico com paredes arqueadas e esvasadas. Bordo espessado e reentrante marcado por carena angulosa, facetado no exterior, com lábio pontiagudo de orientação oblíqua. Fundo plano de assentamento pleno com ligação à parede dissimulada com perfil arredondado. Pasta compacta e dura de cozedura uniforme com elementos não plásticos compostos por mica e quartzo de pequeno calibre. Superfície alisada com polimento irregular de cor acastanhada com vestígios de engobe da mesma cor, com manchas de fuligem. Prato reconstruído parcialmente com lacunas de fragmentos na parede e no fundo.

Altura máxima 36 mm; Diâmetro máximo do bordo 94 mm; Diâmetro máximo do fundo 53 mm.
Depósito - M.S.M.S., n.º Inv. MAS - 3134 (g), (Armário D, n.º 7)

- 5. Prato** de perfil troncocónico com paredes altas e arqueadas, ligeiramente reentrantes. Bordo facetado com carena angulosa a marcar a diferenciação com a parede. Lábio pontiagudo de orientação vertical. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo com ligação à parede. Perfil arredondado com assentamento pleno e espessura regular.

Pasta compacta e dura de cozedura uniforme com elementos não plásticos abundantes compostos essencialmente por quartzo e mica de calibre médio. Superfície alisada com polimento irregular, cor castanho acinzentada com sinais de fuligem no exterior e interior. Prato fragmentado parcialmente reconstruído.

Altura máxima 55 mm; Diâmetro máximo do bordo 213 mm; Diâmetro máximo do fundo 146 mm; Espessura média 6 mm

Depósito - M.S.M.S., n.º Inv. MAS - 3135 (g), (Armário D, n.º 8).

Copos

- 6. Copo** de perfil em S de corpo oval com colo alto e pouco estrangulado. Bordo extrovertido fragmentado ao nível do arranque do colo. Pé curto, disciforme de desenvolvimento vertical com aresta boleada e fundo plano de assentamento pleno com espessura progressiva para o centro. Pasta compacta de cozedura uniforme com elementos não plásticos de pequeno calibre compostos por mica, quartzo e feldspato. Superfície alisada com polimento regular de cor castanha com manchas mais escuras. Encontra-se restaurada ao nível do arranque do colo e não conserva o bordo.

Altura máxima 84 mm; Diâmetro máximo do bojo 77 mm; Diâmetro máximo do fundo 45 mm.

Depósito - M.S.M.S., n.º Inv. MAS - 1912 (g), (Armário C, n.º 8).

- 7. Copo** de perfil em S de corpo oval com reservatório simétrico. Colo alto e pouco estrangulado. Bordo extrovertido de desenvolvimento oblíquo com lábio de perfil arredondado. Pé curto, disciforme de desenvolvimento vertical com aresta inferior angulosa ligeiramente

excisa. Fundo plano de assentamento pleno com espessamento progressivo para o centro. Pasta compacta de dureza média e cozedura uniforme, com abundantes elementos não plásticos de pequeno calibre, compostos essencialmente por mica, quartzo e feldspato. Superfície alisada com polimento deficiente, de cor castanha, com aguada da mesma cor apresentando manchas irregulares. Encontra-se restaurada ao nível do bordo.

Altura máxima 112 mm; Diâmetro máximo do bojo 86 mm; Diâmetro do fundo 40 mm.

Depósito - M.S.M.S., n.º Inv. MAS - 1911 (g), (Armário C, n.º 7).

Jarros

- 8. Jarro** de perfil em S de corpo oval com colo alto e curto de estrangulamento suave. Bordo extrovertido de desenvolvimento oblíquo com lábio arredondado. Asa de fita de secção plana fragmentada ao nível do arranque no bojo. Pé curto, disciforme de desenvolvimento oblíquo com orientação para o exterior e aresta angulosa. Fundo plano de assentamento pleno com espessamento progressivo para o centro. Pasta pouco compacta, ligeiramente friável, com abundantes elementos não plásticos compostos por mica, quartzo e feldspato de calibre médio. Superfície alisada com polimento deficiente e textura rugosa de cor castanha com vestígios de fuligem. Encontra-se fragmentado ao nível do bordo no local de implantação da asa.

Altura máxima 159 mm; Diâmetro máximo do bojo 120 mm; Diâmetro máximo do fundo 55 mm.

Depósito - M.S.M.S., n.º Inv. MAS - 1910 (g), (Armário C, n.º 6).

- 9. Jarro** de perfil em S, de corpo oval, com colo alto e pouco estrangulado. Bordo pouco extrovertido de desenvolvimento oblíquo com lábio arredondado, fragmentado no local de implantação do vertedouro. Asa em fita de secção plana com nervura central interna de desenvolvimento oblíquo do bojo ao bordo, ligeiramente soerguida em relação ao nível do bordo. Pé muito curto de desenvolvimento oblíquo com aresta boleada excisa. Fundo plano de assentamento pleno com espessura irregular e espessamento progressivo para o centro. Decoração composta por duas linhas incisas, paralelas entre si, implantadas ao nível superior do bojo a demarcar o início do colo. Pasta medianamente compacta de cozedura irregular com abundantes elementos não plásticos de calibre médio compostos por mica, quartzo e cerâmica moída. Superfície alisada com polimento deficiente apresentando uma textura rugosa de cor castanho claro. Encontra-se fragmentado ao nível do bordo.

Altura máxima 219 mm; Diâmetro máximo do bojo 166 mm; Diâmetro máximo do fundo 92 mm; Diâmetro do bordo 78 mm.

Depósito - M.S.M.S., n.º Inv. MAS - 1908 (g), (Armário C, n.º 3).

- 10. Jarro** de perfil em S, de corpo oval, com colo alto, muito curto e estrangulamento suave. Bordo curto de desenvolvimento oblíquo com lábio espessado de perfil arredondado. Vertedouro pouco marcado e ligeiramente soerguido em relação ao nível do bordo. Asa em fita de secção plana de desenvolvimento oblíquo com ligação ao bordo. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo com assentamento pleno e espessura regular. Pasta muito compacta de dureza elevada com abundantes elementos não plásticos de calibre médio compostos por mica, quartzo e feldspato. Superfície alisada com polimento deficiente de textura rugosa, com elementos não plásticos à superfície de cor castanho avermelhada. Encontra-se fragmentado ao nível do bordo.

Altura máxima 177 mm; Diâmetro máximo do bojo 126 mm; Diâmetro máximo do fundo 60 mm.

Depósito - M.S.M.S., n.º Inv. MAS - 1913 (g), (Armário C, n.º 9).



Bilhas

11. Bilha de perfil globular. Corpo esférico de colo alto e muito estrangulado com gargalo bitroncocónico marcado por carena externa angulosa e muito vincada. Bordo de desenvolvimento oblíquo, pouco extrovertido, com lábio de perfil arredondado. Asa de fita de secção oval de desenvolvimento vertical com ligação ao bordo ao nível da carena do gargalo onde conserva uma dedeira de planta oval. Pé curto de desenvolvimento oblíquo com aresta de perfil arredondado ligeiramente excisa. Fundo disciforme de assentamento pleno com espessura progressiva para o centro. Pasta compacta e dura de cozedura uniforme com elementos não plásticos compostos por quartzo e mica de pequeno calibre. Superfície alisada de cor castanho avermelhado com polimento intenso e aguada espessa e aderente da mesma cor.

Altura máxima 220 mm; Diâmetro máximo do bojo 154 mm; Diâmetro máximo do fundo 69 mm

Depósito - Museu da Sociedade Martins Sarmento., n.º Inv. MAS -1909 (g), (Armário C, n.º 4)

12. Bilha de perfil globular. Corpo oval e colo alto muito estrangulado. Gargalo marcado por carena externa angulosa mas pouco pronunciada. Vertedouro circular de perfil bitroncocónico com bordo de desenvolvimento oblíquo e exciso com lábio de perfil arredondado. Asa de fita de secção oval de desenvolvimento vertical com ligação ao bordo ao nível da carena onde conserva uma dedeira de planta oval muito espessa e saliente. Pé curto de desenvolvimento vertical com aresta de ligação ao fundo de perfil arredondado. Fundo plano de assentamento pleno com espessura irregular. Pasta compacta de cozedura uniforme com elementos não plásticos abundantes, de calibre médio, compostos por quartzo, mica e feldspato. Superfície de cor castanha alisada e polida com engobe da mesma cor espesso e aderente. Peça restaurada ao nível do bordo.

Altura máxima 260 mm; Diâmetro máximo do bojo 172 mm; Diâmetro máximo do fundo 92 mm.

Depósito - M.S.M.S., n.º de Inv. MAS -1907 (g), (Armário C, n.º 2).

13. Bilha de perfil globular de corpo oval. Colo alto e estrangulado com gargalo bitroncocónico marcado por duas carenas de perfil anguloso mas pouco salientes. Gargalo circular com bordo introvertido com lábio de perfil pontiagudo. Asa de fita de secção plana de desenvolvimento vertical com ligação ao gargalo ao nível da carena inferior. Apresenta uma dedeira aplicada de ligação ao bordo de planta oval. Pé curto de desenvolvimento vertical com aresta angulosa no fundo. Fundo disciforme de assentamento pleno e espessura regular. Pasta compacta de cozedura homogénea com elementos não plásticos compostos por mica e quartzo de pequeno calibre. Superfície de cor acastanhada alisada com polimento mediano. Apresenta vestígios de uma aguada espessa e aderente da mesma cor. Encontra-se fracturada ao nível do bordo.

Altura máxima 247 mm; Diâmetro máximo do bojo 160 mm; Diâmetro máximo do fundo 71 mm.

Depósito - M.S.M.S., n.º Inv. MAS -1906 (g), (Armário C, n.º 1).

14. Bilha de perfil sinuoso de corpo bi-cónico com colo alto e estrangulado. Gargalo circular de perfil bitroncocónico marcado por uma carena de perfil anguloso. Bordo de desenvolvimento oblíquo ligeiramente extrovertido com lábio de perfil arredondado. Asa de fita de secção plana, fragmentada ao nível do arranque no bojo. Reservatório baixo, marcado por carena baixa e pouco angulosa. Fundo disciforme de desenvolvimento oblíquo com

assentamento pleno e espessura regular. Decoração composta por dois conjuntos de três linhas incisadas ao nível do bordo, paralelas entre si. Pasta compacta de cozedura uniforme com elementos não plásticos compostos por mica e quartzo de calibre desigual. Superfície alisada, com polimento intenso, de cor vermelho escuro com engobe espesso e aderente. Encontra-se fracturada ao nível do bordo na zona de ligação com a asa.

Altura máxima 188 mm; Diâmetro máximo do bojo 169 mm; Diâmetro máximo do fundo 141 mm.

Depósito - M.S.M.S., n.º de inv. MAS - 1915 (g), (Armário C, n.º 5).

15⁴ Bilha de perfil em S de corpo oval. Colo alongado e estrangulado. Gargalo bitroncónico com carena vincada. Bocal cilíndrico com bordo extrovertido de desenvolvimento oblíquo com lábio de perfil arredondado. Asa de fita de secção oval assimétrica de desenvolvimento vertical do bojo ao bordo com ligação ao nível da carena onde apresenta uma dedeira saliente de planta oval. Pé curto de desenvolvimento vertical com aresta arredondada. Fundo disciforme com assentamento pleno de espessura irregular com espessamento progressivo para o centro. Pasta compacta e dura de cozedura uniforme com elementos não plásticos compostos por mica e quartzo de pequeno calibre. Superfície alisada com polimento acentuado, de cor vermelho escuro com aguada espessa e aderente, (n / ilustrado).

Altura máxima 289 mm; Diâmetro máximo do bojo 158 mm; Diâmetro máximo do fundo 85; Diâmetro máximo do bordo 57 mm.

Depósito - M.D.D.S., n.º de inv. 12494 (2435)

⁴ Esta peça pertence ao conjunto de espólio arqueológico do Museu D. Diogo de Sousa proveniente originariamente do Museu Etnográfico do Porto. Encontra-se identificada como sendo proveniente de Santo Tirso, não tendo nenhuma informação completar que garanta a sua origem como procedente da necrópole da Devesa, no entanto, ainda que com alguma reserva, optamos por incluí-la no catálogo, uma vez que, em Santo Tirso, não se registam outras ocorrências de contextos funerários de época romana.



Necrópole da Devesa, Santo Tirso - *Materials*

N.º Inv	Forma	Perfil	Tipo	Pasta	Cor	Superfície	Cronologia	Depósito	Observações	Estampa
1	prato	troncocónico	bordo reentrante	grosseira/média	bege	rugosa	séc. IV ?	M.S.M.S. - 3133	—	Est. VII, n.º 1
2	prato/prateira	troncocónico	bordo reentrante	grosseira/média	bege	irregular	séc. IV ?	M.S.M.S. - 3136	C.E.VI.S. - tipo Hayes 61	Est. VI, n.º 2
3	prato	troncocónico	bordo boleado	grosseira/fina	acastanhada	alisada/engobe	séc. IV ?	M.S.M.S. - 3132	C.E.VI.S. - tipo .EP1, n.º2 (Lugo)	Est. VI, n.º 3
4	prato	convexo	bordo reentrante	grosseira/média	acastanhada	irregular	séc. IV ?	M.S.M.S. - 3134	—	Est. VI, n.º 4
5	prato/prateira	convexo	bordo reentrante	prato/prateira	cinzenta	engobe vermelho	séc. IV ?	M.S.M.S. - 3135		Est. VI, n.º 5
6	copo	em S	bordo esvasado	grosseira	castanha	alisada	séc. IV ?	M.S.M.S. - 1991		Est. VI, n.º 6
7	copo	em S, colo alto	bordo esvasado	média	castanha	alisada	séc. IV ?	M.S.M.S. - 1911		Est. VI, n.º 7
8	jarro	elíptico	bordo arredondado	média	castanha	alisada	séc. IV	M.S.M.S. - 3135		Est. VI, n.º 8
9	jarro	elíptico	bordo esvasado	média	bege	alisada	séc. IV	M.S.M.S. - 1908		Est. VI, n.º 9
10	jarro	elíptico	bordo esvasado	média	bege	rugosa	séc. IV	M.S.M.S. - 1913		Est. VI, n.º 10
11	bilha	esférico	bordo curto/esvasado	média	castanho	rugosa	séc. IV	M.S.M.S. - 1909	asa em fita soerguida com dedeira	Est. VI, n.º 11
12	bilha	esférico	bordo curto/esvasado	média	bege	polida	séc. IV	M.S.M.S. - 1907	asa em fita horizontal com dedeira	Est. VI, n.º 12
13	bilha	esférico	bordo curto/esvasado	média	bege	polida	séc. IV	M.S.M.S. - 1906	asa em fita horizontal com dedeira	Est. VI, n.º 13
14	bilha	oval	bordo curto e esvasado	média	bege	polida	séc. IV	M.S.M.S. - 1915	fracturado ao nível do bordo e asa	Est. VI, n.º 14
15	bilha	oval	bordo curto e esvasado	média	vermelha	polida	séc. IV	M.D.D.S. - 12494	asa em fita com dedeira aplicada	—

C.E.VI.S. – Cerâmica de engobe vermelho de imitação de sigillata

M.S.M.S. – Museu da Sociedade Martins Sarmento, Guimarães

M.D.D.S. – Museu D. Diogo de Sousa, Braga

Os fabricos

Pasta I - Pasta de argila micácea compacta de cozedura uniforme com abundantes elementos não plásticos de diverso calibre com distribuição irregular compostos por quartzo, feldspato, mica e, em menor percentagem, cerâmica moída. A cor da pasta oscila entre o bege claro e o bege escuro. Superfície de textura áspera com alisamento superficial aflorando à superfície os grãos de quartzo, coberta com uma simples aguada ou engobe, pouco espesso mas aderente.

Pasta II, *cerâmica de engobe vermelho não vitrificável* - Pasta de argila micácea compacta de cozedura homogénea com elementos não plásticos muito abundantes compostos por mica e quartzo de pequeno e médio calibre bem classificados com distribuição uniforme. Cor siena natural (RA47 / 49) e terra siena tostada (P39 e P47) homogénea.

Superfície alisada com polimento irregular pouco cuidado com engobe fino e geralmente muito erudido de cor vermelho inglês escuro (R 13) cobrindo integralmente a peça no exterior e interior ⁵.

Pasta III – Pasta de argila micácea compacta de cozedura homogénea. Elementos não plásticos abundantes, compostos essencialmente por graus de quartzo angulosos de pequeno calibre e distribuição uniforme e em menor percentagem por cerâmica moída. A cor da pasta varia entre o bege claro e o bege escuro. A superfície exterior é bem alisada e polida, conservando um brilho suave acetinado, geralmente cobertas por um engobe mais ou menos espesso ou uma simples aguada.

Pratos

O conjunto é formado por cinco exemplares e corresponde ao grupo de formas de maior representação, amplamente identificada em todas as necrópoles da região de entre Leça e Ave ⁶. Em termos gerais, os seus rasgos morfológicos definitórios mantêm-se sem alteração, verificando-se apenas ligeiras variantes ao nível da curvatura da parede, inclinação do bordo e diâmetro do fundo, constituindo uma forma de expressão supra regional e cronologicamente intemporal. Os fabricos são geralmente em pastas mais ou menos grosseiras com acabamentos pouco cuidados, correspondendo genericamente ao nosso fabrico – Pasta I, n.º 1, 3 e 5. Em ambientes tardios, como é o caso, são também frequentes os pratos e prateiras no fabrico II, aqui designadas por *cerâmica de engobe vermelho não vitrificável*, n.º 2 e 3.

A sua representação nas necrópoles de entre Leça e Ave, apesar de sistemática, não constitui a forma predominante, registando a sua expressão percentual uma presença na ordem dos 26 %. No estudo tipológico das necrópoles de entre Leça e Ave definimos quatro tipos com duas variantes.

⁵ Este fabrico apresenta significativas semelhanças com o fabrico “Pasta II-4” identificado em Braga (DELGADO 1993-94, 121-122)

⁶ No espaço geográfico compreendido entre Leça e Ave regista-se a ocorrência de 16 necrópoles se considerarmos para o efeito, para além do aparecimento de sepulturas e respectivo mobiliário, também os monumentos epigráficos funerários sem contexto tumular associado

O conjunto é formado por necrópole da Forca, Gemunde, Maia; Quelha Funda, Gueifães, Maia; Agra da Portela, Vermoim, Maia; Bicas, Vila Nova da Telha, Maia; Montemuro, Perafita, Matosinhos; Pampelido, Perafita, Matosinhos; Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa; Lantemil, Santiago de Bougado, Trofa; Maganha, Santiago de Bougado, Trofa; Bairros, Santiago de Bougado, Trofa; S. Cristóvão do Muro, Trofa; Devesa, Santo Tirso; Areias, Azurara, Vila do Conde; Guilhabreu, Vila do Conde; Vila Boa, Guilhabreu, Vila do Conde; Arões, Mosteirô, Vila do Conde

Em relação ao número de estações arqueológicas identificadas no mesmo espaço as necrópoles correspondem a 20 % do total. Todas elas resultam de achados fortuitos que ocorreram ao longo do século XIX e XX, tendo-se verificado o último achamento na década de sessenta, não tendo sido por isso alvo de escavação arqueológica com critérios científicos. Para efeitos de contextualização apenas consideramos as necrópoles de se conhecem materiais e que são apenas 8, registando um total de 134 peças identificadas

As peças n.º 1, 4 e 5, elaboradas no fabrico I, apresentam ligeiras nuances ao nível do bordo proporcionando um enquadramento tipológico diferente. Assim a peça n.º 1, integra o tipo 3 e caracteriza-se por apresentar um parede recta de desenvolvimento oblíquo rematada por bordo reentrante projectando uma carena vincada no exterior, com lábio arredondado. As peças n.º 3 e 4 integram o tipo 3 e morfologicamente caracterizam-se por apresentar um fundo discoidal de assento pleno, parede esvasada ligeiramente arqueada com bordo oblíquo reentrante, rematado por lábio biselado ou arredondado.

A sua ampla e sistemática representação e largo espectro cronológico dispensam-nos de invocar paralelos.

Cerâmica de engobe vermelho de verniz não vitrificável

Com o desenvolvimento da investigação, do largo conjunto de cerâmicas inicialmente designadas por *Cerâmica Comum*, foram progressivamente separando-se grupos que, pelas suas características, formavam conjuntos que permitiam individualizá-los da grande amálgama das cerâmicas romanas, nomeadamente as que não faziam parte das importações mais significativas como por exemplo as sigillatas. Assim aconteceu com as produções de engobe interno vermelho pompeiano - *pompejanisch-roten platten* (RIGAUD 1971, 451 - 455) e das produções designadas por *cerâmica bracarense* (ALARCÃO 1965, 45 - 50 ; ALARCÃO; DELGADO; MARTINS 1976, 92 - 109) e mais recentemente com as *cerâmicas de engobe vermelho não vitrificável* (DELGADO 1993 - 94, 113 - 149).

As primeiras referências bibliográficas a este tipo de produção, relativas a ocorrências no Norte de Portugal, datam de 1974 e encontram-se inseridas num pequeno estudo de materiais cerâmicos romanos, provenientes do castro de Guifões em Matosinhos, onde, na expressão do autor, se apresentam alguns fragmentos de imitação da sigillata clara D, (ALMEIDA; SANTOS 1974, 55 - 56).

A designação de *cerâmicas de engobe vermelho não vitrificável* é a adoptada por Manuela Delgado, autora que, pela primeira vez, individualiza e caracteriza esta produção em materiais procedentes de Bracara Augusta. As suas características morfológicas e técnica de fabrico, constituem, segundo a autora, os elementos identificadores deste tipo de produção “... técnica de fabrico e o carácter não vitrificável do engobe vermelho são denominador comum destas cerâmicas que permite, de imediato, distingui-las e pressupor a existência de uma tradição tecnológica que vinda desde o séc. I d.C., se prolongou, sem interrupções aparentes, até meados do séc. V d.C.”.

A produção revela uma expressiva percentagem em formas cujos protótipos se encontram na sigillata Clara D, embora se registem também alguns exemplares próximo às formas hispânicas e hispânicas tardias. Em época tardia, momento em que a produção revela particular dinamismo, não só revela formas originais como também tipos híbridos com clara mescla de características de diferentes formas⁷. Este tipo de produção encontra-se particularmente bem representada nas necrópoles de entre Leça e Ave, nomeadamente nas formas - Hayes 50, 59,

⁷ Por exemplo a forma tipo 59/67, cujo protótipo é um prato em sigillata clara D, encontrado em França no sítio galo-romano de Lestrade em Mireval - Lauragais (Aude) (MARTIM, 1977, 99 - 101, Fig. 3, n.º 2 e 3, Fig. 5, n.º 1) que, segundo o autor, constitui “uma forma bastarda” que aglutina características da forma tipo Hayes 59 A e a forma tipo Hayes 67 que lhe sugeriram uma classificação de tipo 59/67 (...). Ces quelques remarques m'ont amené à faire provisoirement le type 59/67 (...) (MARTIM, 1977, 99 - 10). O autor propõe uma data entre 350 - 380 para o prato privilegiando a semelhança com o tipo 59 A (320/380 - 400) e a presença da decoração estampada do estilo A (ii) (350 - 420). Para além dos exemplares referenciados em Alvarelos são conhecidos exemplares em Braga, um outro prato proveniente de Guifões, Matosinhos (ALMEIDA; SANTOS 1974, 56, Grav. 7) classificado pelo autor com tipo 59 de Hayes, embora com reservas, apresenta todas as características que caracterizam esta forma híbrida

61, 73 e TSHT 6 - revelando ser, em época tardorromana, a produção que supre a deficiências de fornecimento das produções forâneas.

Provenientes da necrópole da Quinta da Devesa identificam-se dois pratos que se enquadram neste fabrico - n.º 2 e 3.

O primeiro, n.º 2, corresponde à imitação mais frequente que tipologicamente se poderá enquadrar na forma Hayes 61 para a sigillata Clara D. Os pratos tipo Hayes 61, como acontece na sigillata clara D, são os que encontram maior expressão numérica e que mais fielmente representam os originais (HAYES 1972, 102; 104 Fig. 16 - 17). O nosso exemplar revela o bordo triangular típico desta produção, apresentando-se pouco desenvolvido e com a face externa muito oblíqua formando uma carena muito marcada na junção com a parede, característica da forma 61 A. Exemplares semelhantes são particularmente abundantes em Alvarelhos ⁸ e Braga onde se identificam nas duas variantes A e B e formas intermédias 61 A/B (DELGADO 1993 - 94, 124, Est. V, n.º 21 - 24). Em Conimbriga os exemplares classificados como tipo Hayes 61 são apenas dois, com a particularidade do exemplar n.º 34 apresentar um lábio boleado e marcado para o exterior o que não é norma nesta forma (DELGADO 1975, 319, Pl. LXXXIII, n.º 23 - 24).

O exemplar n.º 3 apresenta um perfil troncocónico com parede recta, ligeiramente reentrante e bordo espessado. O lábio biselado apresenta um perfil triangular de desenvolvimento oblíquo. O fundo é plano de assentamento pleno. Não corresponde a nenhum tipo das produções africanas, nomeadamente das sigillatas claras, todavia parece constituir uma forma com alguma expressão numérica. Refira-se apenas, a título exemplificativo, da sua expressão supra regional os paralelos provenientes de Lugo (IRASTORZA 2001, 344 - 345, tipo EP1, n.º 2).

Copos

Copos de bojo oval, colo alto e bordo evasado

São apenas dois os copos identificados, n.º 6 - 7, sendo que um deles, n.º 6 se encontra facturado ao nível do bordo. Enquadram o tipo 1, do conjunto de 5 formas identificadas nas necrópoles de entre Leça e Ave. Os copos não constituem uma forma muito comum sendo a sua expressão percentual na totalidade das 8 necrópoles ⁹ de que se conhecem materiais ¹⁰ de 8, 93 %, encontrando-se apenas representada em 4 delas.

Genericamente poder-se-á caracterizar como sendo um copo de tamanho intermédio, de perfil em S, de bojo oval, colo com estreitamento mediano, bordo vertical ligeiramente esvasado rematado por um lábio de perfil arredondado ligeiramente espessado. O fundo de formato disciforme apresenta-se plano de assentamento pleno ou côncavo. Integraria o serviço de mesa e a sua função seria para beber líquidos (*pocula*).

O fabrico dos dois exemplares integra-se na pasta III, cujo acabamento revela um tratamento cuidado ao nível do tratamento das superfícies externas.

Constitui uma forma muito comum e vulgarizada em toda a área do convento bracaraugustano, quer em ambientes funerários quer em ambientes habitacionais, apresentando pequenas variantes e revelando uma ampla cronologia. Encontram-se paralelos em praticamente

⁸ Estratigraficamente todos os exemplares provêm da Fase IV/V, em perfeita concordância com a cronologia sugerida para o tipo A (325 - 400/420) (HAYES 1972, 107)

⁹ Referimo-nos, em concreto, às seguintes necrópoles; Forca, Santa Maria de Avioso, Maia; Quelha Funda, Gueifães, Maia; Bicas, Vila Nova da Telha, Maia, Rorigo Velho, S. Tiago de Bougado, Trofa; Muro, Trofa; Devesa, Santo Tirso; Areias, Azurara, Vila do Conde; Vila Boa, Guilhabreu, Vila do Conde.

¹⁰ No total são conhecidas 134 peças, sendo que 3 delas são vidros.

todas as necrópoles estudadas entre Sousa e Tâmega e em Braga. Com particular proximidade morfológica referiram-se os exemplares provenientes da necrópole de Vilarinho, Vila Caiz (SOEIRO 1984, 40 - 41, Fig. VIII, n.º 5) da necrópole de Codes, Rio de Moinhos (SOEIRO 1984, 54 - 55, Fig. XIX, n.º 4 - 6) e da necrópole da Giesta ou Tapada de Barreiros, S. Miguel de Paredes (SOEIRO 1984, 64, Fig. XXV, n.º 3, 5 - 6).

Jarros

Jarros de bojo oval, colo médio e bordo circular evasado

Corresponderá, porventura, à forma mais comum de jarros com ampla representação e largo espectro cronológico em contextos funerários e habitacionais em toda a área meridional do convento bracaraugustano. Encontra-se representada pelas peças n.º 8 e 9, que, à semelhança dos seus congéneres, integraria o serviço de mesa, cuja função seria conter e servir líquidos.

As suas principais características morfológicas são constituídas por um perfil em S de corpo oval mais ou menos esférico com colo alto e curto de estrangulamento suave. Bordo circular evasado de desenvolvimento oblíquo com lábio arredondado. A asa de fita desenvolve-se da parte superior do bojo e liga directamente ao bordo. Pé curto, disciforme de desenvolvimento vertical e aresta angulosa com fundo plano de assentamento pleno ou ligeiramente côncavo. A sua altura inscreve-se entre os 16 e 22/23 cm.

As decorações, quando existentes, resumem-se a caneluras em diferente número a marcar a diferença entre o bojo e o colo ou, em alguns casos, a pintura em bandas em tons ocres ou branco, ou em conjugação.

Este tipo, nas suas diferentes variantes, documenta-se desde o séc. I a finais do séc. IV - inícios do séc. IV.

São inúmeros os paralelos provenientes de ambientes funerários no horizonte cronológico que aqui interessa. Reportando-nos apenas à área meridional do convento bracaraugustano a forma encontra-se documentada na necrópole de Vilarinho, Amarante com dois exemplares (SOEIRO 1984, 41, Fig. VIII, n.º 1 - 2), na necrópole da Quinta do Castro, Recezinhos, Penafiel, com um exemplar (SOEIRO 1984, 44 - 46, Fig. XIII, n.º 3)¹¹, na necrópole da Giesta ou da Tapada de Barreiros, Paredes, Penafiel, datada do séc. IV, com um exemplar (SOEIRO 1984, Fig. XXV, n.º 7) da necrópole de Monte Mózinho, dos materiais anteriores a 1974, portanto sem contexto arqueológico preciso e consequentemente sem datação, encontram-se seis exemplares, sendo um deles pintado (n.º 6) (SOEIRO 1984, 296, Fig. CXLV, n.º 1 - 6). Mais próximo de nós, na região de entre Leça e Ave, encontra-se igualmente bem representada, nomeadamente na necrópole da Forca, Maia, com três exemplares morfológicamente idênticos aos nossos (MOREIRA 2004, Est. I, n.º 25 a 27) todos eles apresentando caneluras horizontais ao nível da separação do bojo com o colo, à semelhança do jarro n.º 9, na necrópole de Rorigo Velho, S. Martinho de Bougado, datada do séc. IV, quatro exemplares (MOREIRA 2004, Est. IV, n.º 26 - 28, 30), cuja análise do conjunto dos materiais permite enquadrar cronologicamente a necrópole no séc. IV, nomeadamente através da datação de um prato de sigillata clara D, tipo Hayes 67 (HAYES 1972, 112 - 116, Fig. 19) cuja cronologia de difusão se situa entre 360 - 470¹².

¹¹ A necrópole é datada pela autora com reservas do séc. I - II (SOEIRO 1984, 46).

¹² Hayes apresenta uma cronologia geral para a sua difusão entre 360 e 470, que se subdivide em três categorias em função da sua decoração - 360 - 420 para o estilo A (ii); 400 - 450 para o estilo A (iii); 450+ para esquemas simplificados com apenas um motivo (HAYES 1972, 112 - 116, Fig. 19). Os materiais estratigraficamente enquadrados em Alvarelhos integram a fase IV e V e constituem a forma de maior representação no espectro das sigillatas claras D.

Com o mesmo enquadramento cronológico existem dois exemplares de “cerâmica de engobe vermelho de imitação de sigillata”, respectivamente um prato tipo Delgado 59 / 67 (DELGADO 1993 - 94, 126, Est. VII, n.º 30 - 34) cuja cronologia se situa entre 350 e 380, privilegiando a semelhança com o tipo 59 A (MARTIM 1997, 99 - 101) ¹³, e uma taça tipo Hayes 52, cuja cronologia sugerida para a produção do modelo se enquadra entre 280 - 300 d.C., sendo muito semelhante à taça proveniente da necrópole das Bicas, Vila Nova da Telha, Maia. Dos vidros referenciados apenas chegou até nós uma pulseira de cor negra, opaco, de secção plano-convexa, decorada com nervuras que formam gomos verticais, ligeiramente irregulares (MOREIRA 1997, 31, Est. XVII, n.º 86) ¹⁴.

Julgamos, neste caso, valer o contexto cronológico da maioria dos materiais, não para lhe atribuir uma cronologia tardorromana, mas sim atestar a sua existência nesse período sem prejuízo que a sua cronologia possa ser anterior.

Jarros de bojo oval, colo curto e bordo circular evasado

Neste subtipo enquadra-se apenas o jarro n.º 10. Este tipo de jarros integraria o serviço de mesa, cuja função seria a de conter e servir líquidos, possui rasgos morfológicos que os individualizam dos restantes.

Possui perfil em S e bojo oval simétrico com colo alto e muito curto de estrangulamento suave. O bordo é curto e ligeiramente evasado com lábio espessado de perfil arredondado. O vertedouro é pouco marcado e ligeiramente soerguido em relação ao nível do bordo. A asa em fita de secção plana apresenta um desenvolvimento oblíquo com ligação directa ao bordo.

Corresponde a uma forma muito comum e amplamente representada em ambientes funerários ao longo do séc. III e IV. Na tipologia das necrópoles do Alto Alentejo encontra-se classificada como tipo 6-a, sendo que todos os exemplares referenciados são provenientes da necrópole de Padrãozinho cuja cronologia se situa no séc. III (NOLEN 1995 - 1997, 369, Fig. 3, n.º 110) ¹⁵.

Na área meridional do convento bracaraugustano encontra-se representada em várias necrópoles tardorromanas, apresentando ligeiras nuances morfológicas mas permitindo o seu enquadramento no mesmo tipo. Na região de entre Leça e Ave está representada na necrópole da Forca, Maia ¹⁶ (ALMEIDA 1988, Est. VI, VIII; MOREIRA 2004, Est. I, n.º 35) ¹⁷. A necrópole estaria provavelmente relacionada com o castro de Avioso de que dista apenas cerca de 500 m para Nordeste, cujos vestígios de ocupação em época romana são abundantes. A análise do conjunto dos materiais recolhidos permite-nos enquadrar cronologicamente a necrópole no

¹³ Constitui uma forma particularmente abundante em Alvarelos em contextos estratigráficos correspondentes à fase IV e V. Conhecem-se paralelos em contextos habitacionais provenientes de Braga (DELGADO 1993 - 94, 126, Est. VII, n.º 30 - 34) e do castro de Guifões, Matosinhos (ALMEIDA; SANTOS 1974, 56, Grav. 7), embora, neste último caso, se encontre erroneamente classificada como tipo Hayes 59.

¹⁴ Os exemplares dividem-se entre os três tipos conhecidos; decoradas com nervuras verticais, nervuras diagonais e lisas. Estes materiais, quando fora de contexto, são particularmente difíceis de datar pela sua ampla pervivência. Harden a propósito observa que as pulseiras de Karandis, em vidro negro parecem ser de época romana, enquanto que os exemplares de vidro em cores mescladas se encontram nos estratos pré e pós romanos, tendo sido encontrados naquela estação a partir dos inícios do séc. II até ao séc. V (HARDEN 1969, 283). Da mesma forma, as pulseiras provenientes de Conimbriga (ALARCÃO 1977, 212, Est. XLVI, n.º 310 - 314; FRANÇA 1969, 59-61, Est. IV, n.º 24 - 31) não constituem grande ajuda uma vez que revelam a mesma grande amplitude cronológica, assim como as de S. Cucufate (NOLEN 1988, 50, Est. V, n.º 134 - 135). Outros paralelos podem-se encontrar em Balsa (NOLEN 1994, 182, Est. 41, n.º 124 - 125).

¹⁵ A cronologia definida pela autora, designadamente da peça n.º 110, que é o exemplar que mais se assemelha ao nosso, é efectuada a partir da datação de uma lucerna tipo Luzón 54, com que se encontrava associada na sepultura 20 (NOLEN 1995 - 1997, 358).

¹⁶ Depósito - Museu D. Diogo de Sousa, Braga, n.º Inv. 22394 (M.H.E.P. 3466).

¹⁷ Tese doutoramento em Arqueologia e História Antiga a apresentar à Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela no ano civil de 2004.

séc. IV e início do séc. V. Nesse sentido, apontam as cerâmicas pintadas e lucernas (MOREIRA 2004, Est. I, n.º 51, 52) abertas tipo Iványi XXI (IVÁNYI 1935, 289) ¹⁸, assim como, uma taça de cerâmica comum de engobe vermelho de imitação da forma Hayes 73 B, (MOREIRA 2004, Est. I, n.º 17) cujas referências estratigráficas em Alvarelos apontam para a fase IV/V, cronologicamente enquadradas no séc. IV e primeira metade do século V. Encontra-se também representada na necrópole da Quelha Funda, Gueifães, Maia (MOREIRA 2004, Est. II, n.º 4), de cronologia pouco precisa, na necrópole da Bicas, Vila Nova da Telha, Maia (MOREIRA 2003, Est. III, n.º 7) cujos materiais permitem datar a necrópole nos finais do séc. IV - primeira metade do séc. V, nomeadamente pela presença de uma prateira em “cerâmica comum de engobe vermelho não vitrificável” (MOREIRA 2004, Est. II, n.º 5), tipo Hayes 50 B ¹⁹, cuja cronologia sugerida para o modelo que lhe serviu de protótipo é datado entre 350 a 400 d.C., assim como, por uma taça (MOREIRA 2004, Est. II, n.º 6), pertencente ao mesmo tipo de produção de imitações, cuja forma pertence ao tipo Hayes 52 B, com cronologia sugerida entre 280 - 300 d.C.. O mesmo âmbito cronológico revelam os dois copos de vidro (MOREIRA 2004, Est. II, n.º 1, 2), do tipo Isings 106 cuja cronologia se confirma no mesmo horizonte temporal (MOREIRA 1997, 39).

Bilhas

Bilhas de bojo oval, gargalo moldurado

As bilhas de bojo oval de colo curto estrangulado e moldura no bordo constituem também um tipo bem representado na ampla gama de peças de idêntica função que compunham o serviço de mesa destinadas a conter e servir líquidos.

As suas principais características morfológicas consistem no facto de possuírem num reservatório de perfil oval de desenvolvimento simétrico, gargalo curto e afunilado com bordo de perfil em S invertido, rematado por lábio oblíquo de perfil arredondado. A asa de fita é simétrica e apresenta um desenvolvimento vertical, ligando-se à zona superior do gargalo, local em que se desenvolve uma aba de perfil descendente que envolve a totalidade do gargalo, apresentando uma dedeira para apoio do polegar na ligação com o lábio. A ligação ao bojo faz-se no terço superior do mesmo. O fundo discoidal, de assentamento pleno, apresenta um desenvolvimento vertical ou ligeiramente reentrante.

As decorações, quando existentes, são predominantemente constituídas por pintura, organizada em bandas incluindo, por vezes, motivos geométricos e/ou vegetais, sendo as cores predominantes o ocre e o branco surgindo frequentemente conjugadas.

As pequenas nuances morfológicas que se identificam nas diferentes peças não constituem características formais que permitam definir subtipos, uma vez que, alternam apenas em aspectos particulares mantendo o conjunto dos rasgos morfológicos definitórios.

¹⁸ Apesar das tipologias estabelecidas e frequentemente utilizadas referenciam este tipo de peças para a segunda metade do séc. I (IVÁNYI 1935, 289; LOESCHKE 1919, 312 - 319; BELCHIOR 1969, 51 - 52), os exemplares estratigraficamente posicionados em Alvarelos remetem-nos para a fase III (Flávios - Antoninos) e Fase IV/V (séc. IV - início do séc. V). Em Conimbriga (ALARCÃO; PONTE 1976, 108, Est. XXIX, n.º 128), onde é apresentado apenas um exemplar, proveniente de um estrato remexido é seguida também a cronologia proposta por Iványi e Loeschke (IVÁNYI 1935, 289; LOESCHKE 1919, 318) quanto a nós incorrectamente, uma vez a sua produção ser maioritariamente tardia

¹⁹ As taças tipo Hayes 52, embora menos abundantes também se encontram representadas na estratigrafia de Alvarelos no mesmo horizonte cronológico

As pastas cerâmicas das peças provenientes da necrópole da Quinta da Devesa, n.ºs 11 - 13, apresentam características uniformes sendo os elementos não plásticos predominantes o quartzo a mica e em menor percentagem o feldspato de dimensão regular. As cozeduras são uniformes apresentando a pasta um núcleo acinzentado. A superfície exterior de cor bege acastanhada apresenta um polimento mediano e vestígios de aguada espessa e aderente da mesma cor.

Morfológicamente muito idênticas entre si apresentam apenas ligeiras diferenças ao nível da moldura do gargalo tanto na sua expressão como orientação, destacando-se o exemplar n.º 12 por apresentar uma moldura assimétrica de perfil descendente. O exemplar n.º 13 revela um bordo com lábio reentrante marcado no interior por uma moldura interna.

Apresenta uma ampla cronologia que abrange o período que medeia entre o séc. I a finais do séc. IV / inícios do séc. V. Apesar de o gargalo moldado ser considerado característico dos dois primeiros séculos da nossa era (NOLEN 1995 - 97, 367) ²⁰, o facto é que a sua presença neste tipo de recipientes é praticamente constante, encontrando inclusivamente uma expressão representativa muito significativa em época tardorromana.

Esta forma, no convento bracaraugustano, encontra-se amplamente representada em ambientes habitacionais e funerários tardorromanos, designadamente na sua área meridional. Relativamente ao primeiro, atesta-se a sua produção em Tongobriga em diferentes tipos de grupos cerâmicos – Grupo 3 ^A, Tipo 6 (325 - 400 d.C.) Grupo 5 ^D, Tipo 3 (2ª metade séc. III / inícios séc. IV); Grupo 7 ^A, Tipo 2 (séc. IV); Grupo 10, Tipo 3 (Finais séc. III / Séc. IV) e Grupo 10, Tipo 4 (Finais séc. III / séc. IV) (DIAS 1995), em Alvarelhos na Fase V (MOREIRA 2004, Est. XLI, n.º 23).

Os paralelos provenientes de ambientes funerários são mais expressivos relativamente à sua representatividade. Entre Sousa e Tâmega encontram-se na necrópole de Codes, Penafiel com datação do séc. IV (SOEIRO 1984, 54, Fig. XX, n.º 1 - 2), na necrópole do Outeiro do Dino, Penafiel, sem cronologia precisa (SOEIRO 1984, 60, Fig. XXIV, n.º 3) na necrópole de Monte Mózinho nos materiais em depósito no museu, de que se desconhece o contexto arqueológico (SOEIRO 1984, 296, Fig. CXLVII, n.º 3), e nos materiais provenientes de sepulturas bem datadas, como por exemplo, da sep. 1, com datação posterior a 354 d. C. ²¹ (SOEIRO 1984, 297, Fig. CL n.º 4).

Mais próximo de nós, na área geográfica compreendida entre Leça e Ave, onde se conhecem materiais provenientes de oito necrópoles, incluindo os da Quinta da Devesa, apenas encontramos representada a forma em quatro delas. Provenientes da necrópole da Forca conhecemos dois exemplares, n.º 46 e 47 ²², morfológicamente idênticos ao nosso, apresentando o último uma pequena variante ao nível do fundo, que se apresenta disciforme, contrariando a predominância do assentamento em aresta (ALMEIDA 1988, 136, Est. VI, IX; MOREIRA 2004, Est. I, n.º 46 - 47). Da necrópole de Rorigo Velho, S. Martinho de Bougado, Trofa conhecemos dois paralelos (MOREIRA 2004, Est. IV, n.º 43 - 44), sendo que o primeiro apresenta como motivo decorativo duas caneluras incisas inscritas no terço superior do bordo a marcar o arranque do gargalo.

²⁰ Na revisão da tipologia e cronologia da cerâmica comum do Alto Alentejo a autora apresenta as *bilhas de bojo ovóide, gargalo moldado e bordo evasado* como Tipo 1 - c, sendo a referência cronológica associada ao contexto da sepultura 18 de Serrones, onde o exemplar que nos serve aqui de paralelo (NOLEN 1995 - 97, 367, Fig. 1, n.º 16) surge associado a uma taça de TSH, forma Dr. 27 com cronologia de Flávios – meados séc. II; um jarro de vidro tipo Isings 88, com cronologia de 2ª metade séc. II - inícios do séc. III; e um copo de vidro da forma Trier 39 com cronologia de Flávios - séc. II (NOLEN 1995 - 97, 3555)

²¹ Entre o espólio exumado à a destacar um conjunto de 10 moedas de Constantino I a Constâncio (330 - 333 a 351 - 354) e um copo de vidro incolor tipo Isings 106

²² Depósito - Colecção particular, José Cabral

Bilhas carenadas de bojo baixo e achatado

A bilha n.º 14 constitui um tipo bem definido dentro da gama de reservatórios cuja principal função seria de serviço de mesa, para conter e servir líquidos.

As suas principais características morfológicas residem no facto de possuírem um gargalo bitroncocónico, em forma de v, simétrico, com carena vincada. O bocal é cilíndrico com bordo extrovertido de desenvolvimento oblíquo com lábio de perfil arredondado. O bojo, de formato oval, apresenta uma carena mais ou menos marcada ao nível do terço inferior, desenvolvendo um perfil carenado, com aresta vincada. O fundo é geralmente constituído por um pé curto com base de assentamento disciforme plana ou ligeiramente côncava.

Corresponde a uma forma relativamente pouco comum que se desenvolveu a partir do séc. II, tendo-se prolongado a sua produção pelo séc. III e IV, conforme se confirma pelos materiais provenientes das necrópoles de Padrãozinho e Torres das Arcas (NOLEN 1985, 55 - 56, Est. XV, n.º 103 - 108; 1995 - 1997, 369, Fig. 3, n.º 98, 102 e 105) ²³.

No Noroeste peninsular, esta forma encontram-se ausente dos principais ensaios tipológicos de cerâmica comum, elaborados a partir de materiais provenientes de contextos habitacionais, designadamente de Lugo (IRASTORZA), e de Tongobriga (DIAS 1995). Inclusivamente, na área mais setentrional da Lusitânia, designadamente do extenso *corpus* de cerâmica comum de Conimbriga apenas se identifica uma bilha, proveniente das camadas de destruição do forum e das insulas, datada de 465 ou 468, cujos rasgos morfológicos gerais se podem assemelhar ao nosso exemplar, subsistindo contudo, algumas diferenças significativas ao nível do bordo e na inexistência da carena no terço inferior do bojo (ALARCÃO 1974, n.º 664, Est. XXII).

Os paralelos regionais, relativamente abundantes, encontram maior expressão na área meridional do convento bracaraugustano e provem de ambientes funerários apresentando cronologias consentâneas com a proposta de datação da necrópole da Quinta da Devesa.

Os primeiros exemplos, são provenientes de Braga, especificamente da sepultura 1 da necrópole de Maximinos, datada dos finais do séc. III ²⁴ (MARTINS; DELGADO 1989 - 90, 56 - 58, n.º 21, 165 - 166, Forma 3) e da necrópole da rua do Caires ²⁵. Do Bairral, Baião, provem um outro exemplar morfológicamente semelhante ao nosso (SEVERO 1908, 422, Fig. 8). Geograficamente mais próximo, proveniente da necrópole de S. Roque, Paços de Ferreira, é conhecido mais um exemplar que poder-se-á incluir neste tipo, apesar de algumas características particulares, tais como a ausência de uma carena bem vincada no terço inferior do bojo (SILVA 1986 b, 121, Est. XXVI, 3). Apesar de o autor não apresentar uma proposta cronológica para a necrópole, importa referir que, associada à bilha em questão, apareceu também uma imitação de sigillata da forma Drag. 15 /17.

Da necrópole de Corredoura, Valongo é conhecido um outro exemplar que, apesar de fragmentado, se enquadra neste tipo (PINTO 1990/91, 152, Fig 2, n.º 1). A proposta de datação apresentada pelo autor para a necrópole situa-se no último quartel do séc. III, baseado na datação de um conjunto de cinco moedas de Gallienus e Claudius II.

²³ Morfológicamente o exemplar n.º 105, classificada pela autora como *Bilha de Bojo relativamente baixo e achatado* - Tipo 5g é o que mais se aproxima à bilha da Quinta da Devesa. É proveniente do túmulo 51 da necrópole de Torre das Arcas e encontrava-se associada a uma lucerna tipo Walters 68, com datação do séc. II e uma bilha do tipo 1 - K com cronologia sugerida nos séc. II - III ou IV (NOLEN 1985, 153)

²⁴ O material associado consiste num copo de vidro sem enquadramento tipológico, uma lucerna de canal aberto atípica e uma moeda muito gasta e ilegível - *Nummus*, posterior a 294 (MARTINS; DELGADO 1989 - 90, 56 - 57, Fig. 8)

²⁵ *Actividade Arqueológica 1976 - 1980*, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga, pp. 52.

Da necrópole de Monte Mózinho, encontramos dois paralelos, morfologicamente muito próximos ao nosso, que foram recolhidos no Museu de Penafiel antes do ano de 1974, sendo desconhecido o seu contexto arqueológico (SOEIRO 1984, 294, Fig. CXLVII, n.º 4 - 5) ²⁶. Da mesma região, nas necrópoles de entre Sousa e Tâmega esta forma encontra-se bem representada, nomeadamente na necrópole de Codes, Penafiel, datada do séc. IV, com dois exemplares (SOEIRO 1984, 54, Fig. XX, n.º 4 - 5), na necrópole de Duas Igrejas, Penafiel, também datada do séc. IV, com dois exemplares (SOEIRO 1984, 90, Fig. XL, n.º 2, 4) e, por último, na necrópole da Quinta da Boa Vista, Penafiel, com cronologia incerta, com um exemplar (SOEIRO 1984, 77 - 79, Fig. XXXIII, n.º 5). Por último, encontram-se em exposição no Museu da Sociedade Martins Sarmento em Guimarães três exemplares, morfologicamente idêntico ao nosso, dois provenientes da necrópole de Moreira de Cónegos (GUIMARÃES 1980, Est. XXIV, Armário B, 1 n.º - 2) e o terceiro proveniente de Gominhões (GUIMARÃES 1980, Est. XXVI, Fig. 9, Armário D, n.º 7).

Enquadramento arqueológico

Os vestígios arqueológicos identificados no perímetro urbano da cidade de Santo Tirso enquadram-se num amplo conjunto de testemunhos arqueológicos que atestam a intensa ocupação romana da área ribeirinha dos rios Ave e Vizela nos seus tramos médio e final, respectivamente.

A área aqui considerada para efeitos de contextualização arqueológica da necrópole da Devesa, desenvolve-se no sentido Este / Oeste desde a ponte de Negrelos, em S. Martinho do Campo, até à ponte da Lagoncinha, em Lousado, Vila Nova de Famalicão, e no sentido Norte / Sul desde as Caldas da Saúde a S. Miguel do Couto, configurando um espaço rectangular de aproximadamente 77 Km², onde se identificaram cerca de vinte e quatro vestígios de época romana a que corresponderão dezanove sítios arqueológicos.

A intensa ocupação do espaço revela-nos não só uma significativa densidade demográfica, em continuidade com a época castreja mas, fundamentalmente, uma assinalável diversidade de tipos de *habitats* reflectindo um modelo de ocupação do território directa e particularmente relacionado com a exploração dos recursos disponíveis, mantendo-se em alguns casos os espaços anteriormente ocupados e alargando-se agora a ocupação às zonas ribeirinhas e às zonas baixas dos pequenos vales interiores. Naturalmente, o espaço aqui tratado, para além de reunir uma gama variada de recursos naturais, designadamente para a prática da actividade agrícola e pastoril, beneficia da proximidade de dois eixos viários importantes que constituíram elementos estruturantes do território, não só funcionando como elementos dinamizadores das actividades económicas mas, fundamentalmente, como elementos de aproximação aos centros de decisão e de difusão dos novos padrões económicos e culturais. Referimo-nos, em concreto, à via XVI do itinerário de *Antonino* que ligava *Bracara Augusta* a *Cale* e à via secundária que ligava *Cale* à via de ligação de *Emerita Augusta* a *Bracara Augusta*, em qual entroncava em S. João da Ponte, Guimarães.

Relativamente à primeira, a via de ligação de *Bracara Augusta* a *Cale*, na área geográfica entre Douro e Ave encontra-se bem delimitada por marcos miliários e por pontes cujas

²⁶ A autora refere-se a este tipo de bilhas como "almotolia" designação que nos parece pouco apropriada, uma vez que, o substantivo encerra não só um significado quanto ao seu conteúdo, que neste caso deveria ser de azeite, como também relativo ao suporte em que deveria ser feito - folha ou alumínio, e ainda relativo à sua forma - cónica. Nenhuma destas características (suporte, forma e função) se verifica neste tipo de bilha, pelo que, será preferível manter a designação de bilha integrando a sua forma característica nos dos vários subtipos

características construtivas atestam indubitavelmente a sua antiguidade tendo sido abordada de forma mais ou menos aprofundada, por vários autores (ALMEIDA 1968, 26 - 27; 1969 15 - 19; ALMEIDA 1980, 155 - 156; LOPES 1995 - 97, 313 - 346; MANTAS 2000, 53 - 87).

Na sua direcção para Norte, a partir de *Cale*, passaria a poente da igreja de Paranho, seguindo por S. Mamede de Infesta junto à igreja paroquial, onde foi encontrado um marco miliário dedicado a Adriano ²⁷, e atravessaria o rio Leça na ponte da Pedra em S. Mamede de Infesta, Matosinhos.

Com uma ligeira inflexão a nordeste passaria pelos limites das freguesias de Leça do Bailio e Gueifães seguindo pela actual Maia. A partir deste local, inflectia à esquerda contornando os terrenos pantanosos na Barca. Passaria posteriormente por S. Pedro de Avioso pelos actuais limites de Guilhabreu, onde se encontrou um marco miliário no lugar de Ferronho, hoje depositado no Museu Etnográfico da Maia. Dai desceria a Alvarelhos pela zona do vale da ribeira da Aldeia, passando pela Grova e pela Quinta do Paiço, onde apareceu e se guarda um marco miliário dedicado a Adriano.

A partir de Alvarelhos a via inflecte a Nordeste, passando por Peça Má, onde se encontrou outro marco miliário dedicado a Marco Aurélio seguindo por Lantemil, Muro e Trofa Velha passando junto de S. Martinho de Bougado onde, a fazer fé no registo de Augusto Pires de Lima, no lugar de Real, existiria uma pequena ponte romana de apenas um arco para, seguidamente, se aproximar da margem do Ave onde, ainda hoje, no lugar da Cidreira, se conservam no xisto os negativos da estrada velha. Muito próximo, sobre o ribeiro da Ervosa, no lugar da aldeia da Ponte, teria existido outra pequena ponte, também de apenas um arco, localmente designada de Arquinho, e a poucas centenas de metros cruzaria o Ave na ponte da Lagoncinha ²⁸. Neste percurso final do tramo de entre Leça e Ave surgiram quatro marcos miliários. Um em Lantemil, dedicado a Licínio e, em Santiago de Bougado, junto ao rio Sedões, três, um dedicado a Marco Aurélio e dois a Constante.

O seu traçado constitui um dos principais eixos sobre o qual se estruturou o povoamento entre Leça e Ave, cujos vestígios acompanham todo o seu trajecto, podendo facilmente identificarem-se núcleos de vestígios mais ou menos densos na Maia, Santa Maria de Avioso, S. Pedro de Avioso, e um pouco mais para Norte já na veiga de Bougado. Após transpor o rio Ave, na ponte da Lagoncinha, a via passa por St.^a Catarina ²⁹, Cabeçudos, para se dirigir depois para S. Paio de Antas ³⁰ e, por fim, rumaria a Braga. Também no interflúvio de Ave - Cávado se verifica uma intensa ocupação nas imediações da via ³¹.

²⁷ CIL II 4735 (ALARCÃO 1988 b, 24, n.º 1/399)

²⁸ A referência à ponte sobre o ribeiro da Trofa, no lugar de Real, é mencionada como sendo uma descoberta do Abade Pedrosa, da qual terá sido feita uma planta antes da sua destruição, pelo agrimensor, Fernando Pires de Lima (PIRES DE LIMA 1940, 84). Da segunda ponte mencionada, implantada sobre o ribeiro da Ervosa, ainda existem parte dos encostos, embora os vestígios actualmente visíveis não permitam afixar a sua romanidade.

²⁹ Em Santa Catarina, Cabeçudos, Famalicão apareceu um marco miliário sem leitura (CAPELA 1985, 150; ALMEIDA 1968, 28; ALARCÃO 1988, 17, n.º 1/296).

³⁰ Nesta zona detectaram-se cinco marcos miliários; um em Lousado, talvez de Magnêncio (SANTOS; LE ROUX; TRANOY 1983, 201; ALARCÃO 1988, 19, n.º 1/344) um na Portela de Baixo, dedicado a Caracala (CAPELA 1985, 149; ALARCÃO 1988, 17, n.º 1 / 294; CIL II 4741 / 4740) outro na Devesa Alta, e outros dois perto da residência paroquial de S. Paio de Antas, dois dedicados a Adriano indicando a milha VIII e a milha XVII (respectivamente CIL II 4737, CIL II 4738) e um dedicado a Trajano sem indicação da milha (CIL II 4739; ALARCÃO 1988, 17, n.º 1/293).

³¹ Refira-se a título exemplificativo os vestígios no local de Montinho, Areias, Santo Tirso (Lat - 41º 21' 47" N | Long. - 8º 28' 22" W) (meridiano de Greenwich), Alt - 121 m (C. M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 98, 1977 - Santo Tirso) registaram-se o aparecimento de inúmeros vestígios, nomeadamente objectos líticos, cerâmica comum, fragmentos de ânfora e mós (PIRES DE LIMA s/d, 325; 1940, 9; ALARCÃO 1988, 17, n.º 1 / 297). Carvalho Correia sugere como possibilidade de ser este o local de assentamento da Villa Valerii, a partir da análise do topónimo Beire (CORREIA 1989, 44).

A segunda, a via secundária de ligação de *Cale* à via de ligação de *Bracara Augusta* a *Mérida Augusta*, encontra-se documentada pela existência de duas pontes cujas características construtivas são indiscutivelmente romanas, sendo, no entanto, o seu traçado de difícil concretização.

Assim, hipoteticamente, o seu traçado a partir do Porto desenvolver-se-ia para Nordeste em direcção a Valongo e Alfena onde cruzaria o Leça na Ponte de S. Lázaro para se dirigir a S. Martinho do Campo onde cruzaria o rio Vizela na Ponte de Negrelos seguindo posteriormente para S. João da Ponte onde entroncaria com a via de ligação de *Bracara Augusta* a *Mérida*. No seu percurso entre o Leça e o Vizela contornava, a meia encosta, o maciço designado por Monte Córdova, na sua face Oeste e Norte, passando muito próximo do Monte Padrão, cujos vestígios de ocupação romana indiciam um papel importante como ponto central entre S. João da Ponte e o Porto. Ao contornar a face norte do maciço de Monte Córdova a via seguia a meia encosta acompanhando o perfil do vale do rio Ave para imediatamente a seguir acompanhar o rio Vizela, cruzando Burgães, Rebordões, S. Tomé de Negrelos e St.^a Maria de Negrelos, Roriz para cruzar o rio na ponte de Negrelos, em S. Martinho do Campo ³².

Actualmente a ponte de S. Lázaro, em Alfena, apresenta uma tipologia medieval, contudo a existência de silhares almofadados e marcas de *ferrei fórfices*, sugerem a existência de uma construção anterior de cronologia romana (LOPES; SILVA; MOTA; CENTENO 1994, 163).

A ponte de S. Martinho do Campo ³³ constitui um dos melhores exemplos de pontes romanas no Norte de Portugal, conservando ainda a sua estrutura original (cfr. catálogo, n.º 9; ALMEIDA 1968, 42).

À esta estrada romana sobrepôs-se a estrada medieval de ligação Porto a Guimarães, amplamente documentada, aparecendo a ponte de Negrelos referenciada em documentos medievos como “ponte lapidea” (ALMEIDA 1968, 172 - 73) ³⁴.

Em época romana a estruturação do território no noroeste peninsular reflecte, para além de uma administração centralizada, polarizada em vários centros económicos e administrativos, uma realidade muito diversificada de formas de povoamento, muitas vezes difícil de caracterizar e enquadrar nos modelos e tipologias mais correntes, eventualmente mais adequadas a outras regiões do império, em que, a terminologia latina encerra um significado mais concreto que, aparentemente, aqui não se ajusta com a mesma propriedade.

No que respeita aos assentamentos agrícolas, aqui em questão, os espaços privilegiados para a sua instalação, em toda a área meridional do convento bracaraugustano, parecem corresponder a um padrão cujas principais características se podem resumir nos seguintes critérios - boa aptidão agrícola dos solos, boa capacidade de insolação, boa capacidade de irrigação e protecção ao ventos predominantes, designadamente de Nordeste, enquadramento topográfico que permita o controle visual da zona envolvente, proximidade relativa às principais vias de comunicação, e, por último, especialmente num primeiro momento, um relativo distanciamento aos núcleos castrejos de maior concentração populacional, em particular, dos que se mantiveram ocupados ao longo do domínio romano.

³² Carlos Alberto Ferreira de Almeida, propôs um outro percurso, sugerindo que a via atravessaria o maciço de Monte Córdova, passando junto à Citânia de Sanfins, para descer novamente em direcção a S. Martinho do Campo (ALMEIDA 1968, 42)

³³ O acesso à ponte, na margem direita, na freguesia de Lordelo, concelho de Guimarães faz-se pela R.^a da Ponte, e na margem esquerda, no concelho de Santo Tirso, pela R.^a Flor do Campo.

³⁴ Sobre a sua passagem pela ponte de Alfena veja-se: *Povoação de entre Douro e Minho no XVI século* (FRFIRF 1905, 241 - 247), a sua passagem por Água Longa é documentada na Inquirição da segunda alçada e por último a sua passagem por S. Paio de Guimarães encontra-se documentada em 1048, como “carera antiqua”

Os elementos cronológicos disponíveis permitem inferir que na região este processo se desenvolveu a partir da segunda metade do séc. I e terá perdurado até meados do séc. V.

É neste contexto histórico em que se afirma uma nova estratégia de desenvolvimento e organização económica em que se terá registado a ocupação ribeirinha do curso médio do Ave e Vizela na qual se enquadra a *villa* da Devesa, cujo espólio funerário constitui actualmente o único vestígio da sua existência.

Catálogo das estações

1. Lagoncinha, Lousado, Vila Nova de Famalicão.

Ponte

Lat. - 41.º 20' 55" N

Long. - 8.º 31' 05" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 28 m (C.M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

A ponte da Lagoncinha encontra-se implantada sobre o rio Ave na freguesia de Lousado, concelho de Vila Nova de Famalicão. O acesso à Ponte pode fazer através da estrada municipal n.º 508 que, pela margem esquerda, conduz à cidade de Sano Tirso e pela margem direita à vila de Lousado.

A ponte é actualmente uma construção de tipologia medieval, apesar de ter integrado em época romana a via que ligava *Bracara Augusta* a *Cale*.

Após as obras de restauro realizadas pela Direcção de Edifícios e Monumentos Nacionais em 1952/53³⁵, o aspecto da construção apresenta hoje um conjunto de características que a torna difícil de classificar. Actualmente a ponte com de cerca de 130 m de comprimento e 3,5 m de largura, apresenta um tabuleiro quebrado apoiado em seis arcos de desigual tamanho entre si, sendo três deles quebrados (2.º, 3.º, 6.º), um redondo (1.º) e dois deles ultrapassados (4.º e 5.º). Os tímpanos são constituídos por paramentos de alvenaria de blocos de granito aparelhados pela face exterior.

Apresenta contrafortes com talhamares triangulares a montante e talhantes quadrangulares a jusante. Os quebra rios apontados revelam também eles diferentes dimensões, assim como os contrafortes que são rectangulares de perfil trapezoidal. As guardas, de cerca de 1,20 m de altura, são formadas por silhares rectangulares dispostos verticalmente. O tabuleiro quebrado conserva o lajeado em granito, encontrando-se cerca de 10 m acima da cota do solo da pequena ilha situada no leito do rio.

Obs. - Monumento Nacional, Dec. Lei n.º 32.972 de 18 de Agosto de 1943, Zona Especial de Protecção, Diário do Governo n.º 31 de 6 de Fevereiro de 1961.

³⁵ Ao longo da sua existência registaram-se inúmeras obras de restauro e conservação da ponte que se encontram documentadas a partir do início do séc. XVI; a primeira intervenção data de 1502, momento em que se documenta a queda de um arco tendo a Câmara do Porto procedido à sua reparação; entre 1533 e 1536 registam-se novas obras de restauro promovidas pela mesma Câmara; As obras promovidas pela DGEMN em 1952/53 implicaram o desmonte integral da construção, tendo sido reforçadas com cintas de betão os intradorsos dos três arcos da margem Sul e repostos os tímpanos, reconstituídos os contrafortes e quebra rios e realizado o seu enchimento com betão; em 1987 foi realizada a limpeza da vegetação, reparação das guardas e tomadas as juntas. As obras de restauro da ponte da Lagoncinha foram alvo de uma obra monográfica cujo repertório fotográfico bem ilustra o volume de obras realizado (Boletim da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, 87, Famalicão 1957)

Bibl. - Boletim da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, 87, Famalicão 1957; ALMEIDA 1968, 28; 1986, 132 - 145; Tesouros artísticos de Portugal, Lisboa 1976; IPPAR, Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado, Inventário, vol. 2, Lisboa, 1993; LOZA; TEIXEIRA 1999, 51; COSTA; ARÊDE, 2003, 125 - 131;

2. Torre Alta, Areias, Santo Tirso.

Castro / Torre medieval

Lat. - 41.º 21' 21" N

Long. - 8.º 28' 33" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 63 m (C. M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

O castro da Torre encontra-se implantado sobre um pequeno promontório sobranceiro ao rio Ave, na sua margem direita, na freguesia de Areias, Santo Tirso. A plataforma superior do monte está hoje terraplenada e parcialmente ocupada por uma capela dedicada a Nossa Senhora "da Torre".

Topograficamente caracteriza-se por revelar uma plataforma superior relativamente plana definida pela curva de nível dos 60 m. As características topográficas das suas vertentes conferem boas condições naturais de defesa, com excepção da face Norte, de ligação ao interior, cujo pendor é mais suave que certamente implicaria um reforço do sistema defensivo.

O aparecimento de materiais arqueológicos encontra-se bem documentado tendo sido as descobertas mais significativas registadas no momento da construção de uma moradia na vertente Sudeste, onde apareceu, a cerca de três metros de profundidade, "*uma rua lajeada, muita cerâmica e pedras aparelhadas*". Na abertura de acesso à capela também apareceram "*alicerces de casas e muita cerâmica*".

A análise dos materiais cerâmicos apontam para uma ocupação da Idade do Ferro, período romano e época medieval. Desta última há notícia da existência de uma torre, demolida no séc. XIX, para utilização dos seus materiais na construção de uma ponte sobre o rio Ave (PIRES de LIMA 1955 - 56, 222 - 223) ³⁶.

O conhecimento oficial da existência do castro por parte da edilidade, remonta, pelo menos, à década de cinquenta, altura pela qual o seu então Presidente, Dr. Alexandre Lima Carneiro, sugeriu a sua aquisição (Sessão de 12 de Abril de 1955).

Apesar das importantes referências históricas e arqueológicas do monumento este nunca foi alvo de qualquer intervenção de carácter arqueológico.

Bibl. - COSTA 1706, 324; PIMENTEL 1902, 64; PIRES de LIMA 1956, 222 - 223; SANTAREM 1956, 20; SILVA 1986, 83, n.º 337; CORREIA 1989, 36 - 38; QUEIROGA 1992, 168, n.º 241; DINIS 1993, 59 - 60;

3. Caldas da Saúde, Areias, Santo Tirso.

Termas

Lat. - 41.º 22' 12" N

Long. - 8.º 28' 45" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 90 m (C. M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

³⁶ Sobre o paço senhorial da Torre Alta e seu domínio, veja-se - CORREIA 1989 b, 206 - 223; «Jornal de Santo Thyrsso» de 2, 9, 16 e 23 de Outubro de 1987 e 28 de Outubro de 1988.

Eventual balneário termal detectado em 1905 quando se procedia aos trabalhos de construção para erguer um balneário e um reservatório de água. Foram recolhidas inúmeras moedas romanas e tégulas (LIMA CARNEIRO 1962, 19; CORREIA 1989 a, 102 - 103; 1989 b, 44) ³⁷.

Tratar-se-ia, provavelmente, de termas medicinais (FRADE 1990, 880), como parece confirmar a composição química das suas águas – Sulfúreas sódicas, silicatas e fluoretadas, pouco radioactivas pelo rádon, a 26,5 (ACCIAIUOLI 1940, 32; 1944, I, 92, II, 38; 1952/53, I, 37; II, 284).

Bibl. - PIMENTEL 1902, 259; ACCIAIUOLI 1940, 32; 1944, I, 92, II, 38; 1952/53, I, 37; II, 284; LIMA CARNEIRO 1962, 19; ALARCÃO 1988, 17, n.º 297; CORREIA 1989 a 102 - 103; 1989 b, 44; FRADE 1990, 880.

4. Lugar da Igreja (Moutinho ou da Cruz) ³⁸, Areias, Santo Tirso.

Casal

Lat. - 41.º 21' 47" N

Long. - 8.º 28' 22" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 121 m (C. M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Local de aparecimento de inúmeros vestígios, nomeadamente objectos líticos, cerâmica comum, fragmentos de ânfora e mós (PIRES DE LIMA s/d, 325). Carvalho Correia sugere como possibilidade de ser este o local de assentamento da *Villa Valerii* ³⁹, a partir da análise do topónimo Beire (CORREIA 1989, 44).

Bibl. - PIRES DE LIMA s/d, 325; CORREIA 1989, 44;

5. Pinheiros, Vila das Aves, Santo Tirso.

Materiais romanos - Achados dispersos

Lat. - 41.º 22' 35" N

Long. - 8.º 24' 43" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 99 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Materiais romanos (machados e enxada de ferro) encontrados em 1920 ⁴⁰, e segundo o autor da notícia, P.^e Joaquim da Barca, foram enviados para o Museu Etnológico «Leite de Vasconcelos» pelo Sr. João Bento Padilha (BARCA 1953, 34).

A localidade de Pinheiros dista apenas cerca de 700 a 1000 m do local onde hoje se encontram as termas do Amieiro Galego. Os vestígios de superfície ocupam uma pequena plataforma, de perfil longitudinal, sobranceira à margem esquerda do rio Ave .

Bibl. - BARCA 1953, 34; PINHEIRO 1957, 24 - 25, nota 2;

6. Santa Cruz (Penedo do Ouro), Burgães, Santo Tirso.

Casal

³⁷ Carvalho Correia a partir da análise toponímica, registada até ao século XVI, sob a forma de *Pena de Gouve*, associa os vestígios à existência de uma eventual *villa* romana, que poderia assumir a designação de *Villa Gaudii* (CORREIA 1989 b, 102)

³⁸ O lugar da Igreja, actualmente assim designado, corresponde ao topónimo do século passado do lugar do *Montinho* ou da *Cruz* (CORREIA 1989 b, 196; «Jornal de Santo Thyrso» 25 de Set 1987).

³⁹ Interpretação feita a partir do topónimo Beire que corresponderia ao genitivo do possuidor *Valerii* (CORREIA 1989, 50 - 51).

⁴⁰ A notícia dada pelo Cônego Aguiar Barreiros seria publicada, em primeira mão, no semanário, *Ecos de Negrelos*, n.º 1 de 2 de Abril de 1921.

Lat. - 41.º 20' 20" N

Long. - 8.º 25' 20" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 309 m (C. M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

O local de aparecimento dos vestígios localiza-se a noroeste da aldeia de Santa Cruz, e é cortado pela estrada municipal n.º 1105, ocupando uma extensa plataforma de meia encosta sobranceira ao vale do Ave. Os materiais de superfície ocupam uma área considerável, sendo ainda possível observar alguns alinhamentos à superfície. Do abundante material cerâmico recolhido no local, para além da cerâmica comum e grande número de telhas, é de assinalar um conjunto de fragmentos de terra sigillata hispânica com cronologia compreendida entre a dinastia dos Flávios a finais do séc. III.

No campo denominado por *Penedo do Ouro*, ao serem abertas valas para a plantação de vides foram remexidos níveis arqueológicos que revelam muita cerâmica comum romana ⁴¹.

Um dos moradores informou-nos no local, que ao abrir os caboucos para construir uma moradia, a cerca de 1,5 m de profundidade recolheu uma bilha em cerâmica fina intacta.

Bibl. - Inédito. Detectado no decurso dos trabalhos de prospecção arqueológica.

7. S. Simão, Burgães, Santo Tirso

Ara votiva

Lat. - 41.º 21' 01" N

Long. - 8.º 26' 48" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 130 m (C. M. 1 : 25 000, S. C. E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Ara recolhida em Burgães, na Quinta do Corgo e depositada na Quinta da Laje em 1841. Em 1887, foi oferecida à Sociedade Martins Sarmento, fazendo hoje parte da secção de epigrafia e escultura daquele Museu.

A propósito, Luís Correia de Abreu que foi quem recolheu a ara na Quinta da Laje, escreveu nos seus *"apontamentos históricos"*, - sob o título *Descrição das antiguidades e costumes velhos da freguesia de Santiago de Burgães - (...) .. Junto a este denominado (?) Cham das Cruzes existe huma propriedade de terra lavradia, chamada S. Simão, pertencente à Casa do Corgo da mesma freguezia, onde appareceo (?) Há annos hum pequeno Padrão com huma legenda, de que apenas se pode ler Severus. Este padrão está hoje no jardim da Quinta da Laje (...)* (CORREIA 2000, 12).

Ara votiva de granito de grão fino, trabalhada nas quatro faces. Encontra-se fracturada na face anterior e no canto superior esquerdo. O capitel tem forma quadrangular e encontra-se muito danificado, onde apenas se adivinha o fôculo. No lado direito restam vestígios de ter existido um toro. Base de forma quadrangular com molduração constituída por um filete reverso seguido de dois toros.

⁴¹ A Armando Coelho, baseado nas observações de Martins Sarmento (SARMENTO 1887 = 1933, 303 - 304), referencia-o como castro (SILVA 1986, 83, n.º 341), o que não corresponde à realidade, pois para além da total ausência de condições topográficas para a implantação de um castro, não se verificam também quaisquer outros vestígios que apontem para uma ocupação claramente castreja, como aliás foi já referido por outros autores (DINIS 1993, 106, n.º 12 e 13). O mesmo autor referencia para a mesma freguesia de Burgães, num local muito próximo a Santa Cruz, o Monte de S. João de Carvalhido, como sendo um castro (SILVA 1986, 83, 340). Este local, apesar de reunir características topográficas que correspondem ao estereotipo dos castros, não evidencia qualquer tipo de vestígio, seja ele concernente a materiais de superfície ou à existência de alinhamentos à superfície, ou mesmo taludes que indiquem a existência de muralhas que permitam, ainda que hipoteticamente, classifica-lo como castro.

Caracteres actuários muito ténues, com inclinação predominante à direita. A paginação é deficiente, o que obrigou o *ordinator* a colocar a fórmula final consacratória, da qual consta o nome do dedicante na face direita do monumento.

Dim.: 60 cm x 21 cm x 57 cm; Camp. Epig.: 23,5 cm x 19,5 cm.

DEO D / OMEN / O CUSU / NEMEO / ECO EX / VOTO / SEVE / RUS P / OSUI / T.

Ao deus Cusunemeoeco erigiu Severo, em cumprimento de voto.

Alt. letras: 1: 1: 4,5; 2: 5; 3: 4; 4: 4,5;
2: 1: 3,5; 2: 3; 3.4: 4;
3: 1: 3; 2.3: 2,5; 4: 3,5;
4: 1.2: 3,5; 3.4: 3; 5: 4;
5: 1: 3,5; 2: 2; 3.4: 2,5; 5: 4;
6: 1: 3; 2.3: 2,8; 4: 4;
7: 1: 3,8; 2: 4; 3: 3,5; 4: 4,4;
8: 1: 1,4; 2: 3,5; 3.4: 4;
9: 1: 3; 2: 3; 3: 3,3; 4: 4;
10: 1: 4;

Esp. Inter.: 1: 2,5/3; 2: 1; 3.4: 0,5; 5: 0,7; 6: 0,7; 7: 7; 8: 0,8/1; 9: 1; 10: 0,8; 11: 6;

Bibl. - ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/359; AZEVEDO 1957, 296 - 301; BLAZQUEZ 1957, 57; 1962, 120 - 122; 1970, 72 - 73, fig. 24; BOUZA BREY 1957, 255 - 259; CARDOZO 1935, 30; 1947, 93 - 95, 104, 109, 149, 153; 1958, 105, 109; C.I.L., II 2375; C.I.L. II, S, 5552; I.L.E.R. 796; COELHO 1887, 365, 369; ENCARNAÇÃO 1970, 164 - 169, f. 26; 1975, 164 - 169, f. 26; GUIMARÃES 1901, p. p. 48; H.A.E., 514; CUEVILLAS 1933 - 34, p. 354; MATOS 1947, p. 57; SANTARÉM 1953, 397 - 399; 1956, 64 - 65; SARMENTO 1895, 178 - 179; 1887, 234 - 235; 1930, 85; 1933, 289, 303 - 304, 309, 341; TOVAR 1950, 182, 189, 190; TRANOY 1981, 274; VASCONCELOS 1905, 326 - 327, fig. 74; MOREIRA 1992, 22 - 23, fot. 6; ALBALAT 1990, 249, nota 13; SILVA 1986, 288, nota 330;

8. S. Simão, Burgães, Santo Tirso

Villa

Lat.- 41.º 20' 56" N

Long. - 8.º 26' 48" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 130 m (C. M. 1 : 25 000, S. C. E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Encontra-se implantada numa plataforma natural na encosta Norte do maciço de Monte Córdova, sobranceira ao rio Ave sobre um ribeiro seu afluente na sua margem esquerda. Os vestígios actualmente visíveis resumem-se a cerâmicas comuns e de construção (tégulas e tijolos) e abundante pedra de construção dispersos por uma área de 200 m por 300 m.

Actualmente toda a vertente Norte da serra de Monte Córdova, evidencia intensa ocupação humana e actividade agrícola. A topografia actual, revela intensos trabalhos de terraceamento para a criação de largas plataformas de cultivo, que resultaram no aumento significativo da espessura do solo e consequentemente no encobrimento dos vestígios.

Este foi, provavelmente, o local de achamento da ara votiva dedicada a *Cusunemeoeco* por Severo, assim como, o de um conjunto de moedas tardorromanas hoje na posse de descendentes de Luís Correia de Abreu, achador da epígrafe, então morador da Quinta da Laje, que dista apenas 500 a 600 m do local dos achados.

Do ocorrido, e com uma localização aproximada, uma vez mais, Luís Correia de Abreu nos seus “apontamentos históricos” sob o título *Antiguidades e costumes velhos da freguesia de S. Tiago de Burgães* dá-nos conta da importância dos achados.

(...) No sítio chamado Cham das Cruzes, próximo (...) do lugar de St.^a Cruz, aparecem tijolos, e varios vestígios, que indicão ruínas de povoação: neste mesmo sítio, escavando na terra no anno de 1841 José das Casas - Novas achou huma panella de barro cheia de moedas de cobre do tempo de Constantino Magno, como se vê de algumas das moedas, que se conservão na posse (?) da Casa da Quinta da Lage. Junto a este denominado (?) Cham das Cruzes existe huma propriedade de terra lavradia, chamada S. Simão, pertencente à Casa do Corgo da mesma freguezia, onde appareceo (?) há annos hum pequeno Padrão com huma legenda, de que apenas se pode ler Severus. (...) (CORREIA 2000, 1).

O aparecimento do tesouro foi também divulgado por Martins Sarmiento (SARMENTO, 1933, 304).

Bibli. - Inédito

9. S. Martinho do Campo, S. Martinho do Campo, Santo Tirso

Ponte

Lat. - 41.º 22' 4" N

Long. - 8 º 21' 11" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 100 m (C.M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

A ponte de S. Martinho do Campo, vulgarmente designada como ponte de Negrelos, encontra-se implantada sobre o rio Vizela, no seu tramo final, próximo da ligação deste com o rio Ave.

Tem acesso através da R. da Ponte, em Lordelo, Guimarães, e na margem direita pela R. da Flor do Campo, no concelho de Santo Tirso ⁴².

Embora de dimensões modestas, a sua implantação numa via relativamente importante fez com que em época medieva fosse frequentemente mencionada, resultando do facto uma significativa bibliografia de referência.

De tipologia romana, a ponte é construída em alvenaria de granito e apresenta um tabuleiro de perfil horizontal, assente em três arcos de volta perfeita, iguais entre si.

Os dois arcos laterais apresentam agulheiros para assentamento do cimbri, enquanto que o arco central apresenta uma consola saliente. A estrutura de três arcos de volta perfeita, com vãos de 7,5 m, 6,5 m e 7,5 m apoia-se nos estribos inseridos nas margens e em dois pilares situados nos rios. Os tímpanos são constituídos por paramentos de alvenaria de blocos de granito aparelhados pela face exterior.

⁴² O rio Vizela constitui nesta zona o limite administrativo entre o concelho de Santo Tirso e o Concelho de Guimarães.

Os dois pilares, fundados no afloramento rochoso do rio, apresentam secção rectangular e conservam quebra-rios e esporões de estrutura autónoma, adossados à estrutura da ponte a montante e a jusante, sendo os primeiros altos de perfil triangular, e os segundos ligeiramente mais baixos e rectangulares. Ambos ultrapassam os arranques dos arcos, invadindo parte dos tímpanos, encobrimdo as primeiras aduelas dos arcos.

O tabuleiro, com cerca de 3 m de largura e 32m de comprimento e implantado a cerca de 10m do afloramento granítico do leito do rio, encontra-se revestido por lajes de granito rectangulares de pequena e média dimensão dispostas em fiadas regulares ⁴³, embora hoje se encontre pavimentada com cubo granítico.

As guardas, também em granito, são compostas por silhares rectangulares dispostos horizontalmente, com travamento alternado e apresentam uma secção aproximada de 25 x 80 cm².

O paramento é formado por um aparelho isódomo ou pseudo-isódomo e integra silhares de diferentes origens, sendo a maior parte deles lisos, alguns deles com siglas, embora conserve abundantes silhares almofadados e/ou com marcas de “fórfex” da fábrica de origem. Os dados metrológicos evidenciam uma grande variabilidade na dimensão dos silhares, o que, provavelmente, evidencia as diferentes obras de restauro de que foi alvo ao longo da sua existência.

A modelação da obra reflecte uma simetria característica da engenharia hidráulica romana, visível, por exemplo, na distancia entre os pilares e respectivos estribos.

Bibl. - ALMEIDA 1968, 188 - 189; LOZA; TEIXEIRA 1999, 55;

10. Igreja Paroquial, S. Martinho do Campo, Santo Tirso

Ara votiva

Lat. - 41.º 21' 38" N

Long. - 8.º 21' 52" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 133 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Ara votiva encontrada em 1907 por Pedro Guimarães, no passal da igreja de S. Martinho do Campo, onde servia de suporte à pia baptismal. Foi entregue, a título de depósito, em 1906, ao Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento, pela Junta da paróquia da freguesia de S. Martinho do Campo, Santo Tirso (GUIMARÃES 1907, 91), onde permanece integrada na exposição permanente (CARDOZO 1935, 23, n.º 19).

Suporte em granito de grão fino de tom rosáceo, trabalhada nas quatro faces, fragmentada no capitel e no fuste. Capitel de forma quadrangular, com toro liso do lado direito. Fóculo escavado (Diâm. externo 16,5).

A paginação é deficiente e obrigou à utilização da face lateral direita para a colocação da fórmula final consacratória.

Caracteres actuários nítidos, com inclinação predominante à direita e ligeiramente descaídos. Paginação deficiente, decrescendo progressivamente a dimensão dos caracteres, assim como os espaços interlineares, o que obrigou à junção da última linha à base.

⁴³ O pavimento original encontra-se muito bem conservado em todo o tabuleiro, conforme foi documentado nas sondagens efectuadas para determinar a possibilidade de integração de uma galeria técnica, para libertar a ponte do conjunto de tubagens que se encontram suspensas em ambas faces laterais, ao nível do tabuleiro

Dim.: 0,62 x 0,26 x 0,25 m

Campo Epigráfico - 0,26.5 x 0,21 m / Face lateral direita - 0,19 x 0,15 m

FVSCIN / VS FVSC (i) / D (ea) D (ominae) A (ugustae) / ABNE M (erito) / L (ibens) A (nimo) / P (ossuít).

Fuscino, filho de Fusco, de boamente erigiu ao mérito da augusta deusa e senhora, Abna.

Altura das letras: L1: 1:5; 2:5,5; 3:5; 4.5: 4; 5:6

L2: 1:5; 2:6; 3.4:6; 5: 6,5

L3: 1:6; 2:5,5; 3:5

L4: 1:5; 2:6; 3:4; 4:4,5

Face lateral dir. L5: 1:5

L6: 1:7; 2:6,5

L7: 1:8

Espaços Interlineares: 1:2,5; 2: 3; 3:0,8; 4:2

Bibl. - BLAZQUEZ 1962, 219; CARDOZO 1935, 23, n.º 19; C.I.L., II 779; ; ENCARNAÇÃO 1970, 209 - 211; 1975, 77 - 78; GUIMARÃES 1907, 81 - 82; 91 - 92; I.L.E.R., 704; CUEVILLAS 1933 - 34, 219; MATOS 1947, 79; SANTAREM 1956, 64 - 65; SARMENTO 1933, 9; TRANOY 1981, 23, 268; VASCONCELOS 1905, 214 - 215, fig. 89; MOREIRA 1992, 24 - 25.

11. Cimo de Vila, Lama, Santo Tirso.

Casal

Lat. - 41.º 21' 37" N

Long. - 8.º 28' 23" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 55 cm (C. M. 1: 25 000, S. C. E. fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Local de aparecimento de abundantes vestígios (pedra faceada, telhas, mós, cerâmica comum, etc.). Os materiais distribuem-se por uma área de sensivelmente 1000 m², não sendo actualmente possível, devido às construções existentes, identificar o local de maior concentração de vestígios, assim como, alinhamentos ou outro tipo de sinais de maior significado.

Bibl. - Inédito

12. Sobreiral, Monte Córdova, Santo Tirso

Casal

Lat. - 41.º 20' 15" N

Long. - 8.º 24' 30" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 420 m (C. M. 1 : 25 000, S. C. E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Encontra-se implantado numa plataforma intermédia do maciço montanhoso conhecido como Monte Córdova, na sua face Noroeste. O local de implantação constitui uma plataforma extensa sobranceira ao rio Vizela, que domina visualmente uma ampla região. Topograficamente, do ponto de vista defensivo, não revela características particulares constituindo um espaço aberto de ligação à grande plataforma de características semi-planálticas de Monte Córdova. A face norte/nordeste corresponderá, porventura, ao local cujas vertentes apresentam um perfil mais acentuado

Os vestígios de superfície ocupam uma vasta área onde se observam abundantes fragmentos de cerâmica comum e telhas, assim como, taludes que denunciam a existência de muros e abundantes alinhamentos de estruturas à superfície. Os vestígios distribuem-se por uma ampla zona de sensivelmente 200 m por 200 m, revelando maior concentração na face Este.

O local foi sondado no século passado pelo Abade Pedrosa, que na altura detectou alguns alicerces de habitações, onde foram recolhidos materiais arqueológicos cujo paradeiro desconhecemos. Mais recentemente, em 1985, foram realizadas sondagens arqueológicas, com a colaboração científica da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (MARTINHO 1986, 10) que não foram conclusivas sobre a natureza de ocupação do sítio.

Bibl. - MARTINHO 1986, 10;

13. Pinguelo, Rebordões, Santo Tirso.

Casal

Lat. - 41.º 20' 25" N

Long. - 8.º 26' 00" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 304 m (C. M. 1 25 000, S. C. E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Local de aparecimento de vestígios implantado a nordeste da aldeia de Santa Cruz, numa zona florestada denominada por "Bouça da Salgueira", onde se encontra uma pedreira explorada por José Pereira Santos. Na área próxima à pedreira observam-se à superfície abundantes fragmentos de telhas. Topograficamente aproveita uma plataforma natural, estreita mas alongada, de meia encosta, que acompanha a morfologia do terreno. Os vestígios de superfície, no que respeita a estruturas, são particularmente escassos, embora a pedra faceada seja abundante, assim como os materiais cerâmicos. A escassez de materiais será provavelmente resultante dos intensos trabalhos de regularização do terreno através da construção de terraços que terão originado a sua destruição ou encobrimento.

No início da década de noventa o proprietário da pedreira pôs a descoberto uma cavidade na rocha natural (saibro), que continha no seu interior bastantes cinzas e alguma cerâmica comum romana, que pode indiciar a existência de uma estrutura de um forno ou mesmo a existência de uma necrópole.

Bibl. - Inédito detectado no decurso dos trabalhos de prospecção arqueológica.

14. Igreja, S. Paio de Guimarei, Santo Tirso.

Casal - Tesouro monetário

Lat. - 41.º 18' 07" N

Long. - 8.º 28' 36" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 196 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Do aparecimento do tesouro monetário de cerca de 40 moedas apenas temos referências orais recolhidas por um dos achadores do "tesouro" que, pela descrição, corresponderá a um conjunto de *Numus*, com cronologia tardorromana. O local de achamento é contíguo a actual igreja paroquial de S. Paio de Guimarei onde, ainda hoje, é possível recolher materiais cerâmicos à superfície (telhas e cerâmica comum) na sua face Norte. O seu local de implantação, num pequeno esporão, sobranceiro ao vale do rio Sanguinhedo, pela exiguidade de espaço, não permitiria uma ocupação muito extensa. Apesar dos recentes trabalhos de terraceamento para

atenuar o declive em relação ao vale e simultaneamente criar plataformas que permitam o seu aproveitamento agrícola, a vertente Este conserva ainda um pendor assinalável. A face Oeste de ligação ao interior do maciço, revela uma zona relativamente plana com boas condições para a actividade agrícola.

Bibl. - Detectado no decurso dos trabalhos de prospecção arqueológica

15. Vermoin, S. Paio de Guimarei, Santo Tirso.

Casal

Lat. - 41.º 18' 48" N

Long. - 8.º 28' 28" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 192 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Encontra-se implantado num pequeno promontório no lugar de Barreiro sobranceiro o rio Sanguinhedo na face Este e à ribeira de Covas no Lado Oeste. Corresponde a um dos contrafortes da serra da Agrela da sua face Este, que se encontra nesta zona perfeitamente diluída e integrada no vale. A elevação demarca-se na paisagem e a sua topografia revela uma planta oval com uma plataforma superior plana, ressaltada por um talude que a circunda integralmente. Os vestígios cerâmicos à superfície são particularmente abundantes e são constituídos essencialmente por telhas, cerâmica comum, e pedra de construção. Na face Este da plataforma superior são ainda visíveis dois alinhamentos à superfície. A área de dispersão de materiais é relativamente pequena, acompanhando, apenas a plataforma superior.

Bibl. - Detectado no decurso dos trabalhos de prospecção arqueológica.

16. Capela de Santa Maria de Negrelos⁴⁴, Roriz, Santo Tirso.

Ara votiva - I

Lat. - 41.º 20' 39" N

Long. - 8.º 21' 48" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 205 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Fragmento de ara encontrada em 1884 no adro da capela de Santa Maria de Negrelos e oferecida à Sociedade Martins Sarmento por Jeronymo Theophilo Coelho de Sousa Leão, onde se encontra em exposição.

Metade superior de ara votiva de granito de grão grosso, muito poroso. Trabalhada nas quatro faces. Sobre a cornija, um plinto com toros e fôculo (Dim.: Externo 135 mm). Capitel sobre faixa saliente em lintel simples.

Dim. : 0,30 x 0,16 x 0,16 m

Campo Epigráfico. -----

(I) OVI (...)

A Júpiter

Alt. letras : L1: 1: 4,5; 2: 3; 3: 2,5

Bibl. - CARDOZO 1935, 43, n.º 26; 1947, 105 - 106; C. I. L., II, S 5568; GUIMARÃES 1901, 52; SANTARÉM 1956, 67; SARMENTO 1887, 185; 1933, 309 - 310, nota 3; VASCONCELOS 1905, 227, nota 3.

⁴⁴ A capela de Santa Maria de Negrelos conserva, no altar mor, uma pintura a fresco classificada como Imóvel de Interesse Público - Dec. N.º 41191, DG 162 de 18 de Julho de 1957).

Ara funerária - II

Ara encontrada numa parede do adro da capela de Santa Maria de Negrelos, oferecida, em 1884, à Sociedade Martins Sarmiento ⁴⁵ por Jeronymo Theophilo Coleho de Sousa Leão.

Ara funerária de granito de grão fino, de tom rosáceo, trabalhada nas quatro faces. Fracturada no canto superior esquerdo e nos cantos inferiores. Capitel de forma quadrangular, com dois toros laterais lisos, fôculo soerguido (Diâm. externo 17). A base é o prolongamento do fuste, sem que exista qualquer diferenciação. Delimitação do campo epigráfico inexistente.

Inscrição bem nítida em caracteres actuários, com ligeira inclinação à direita.

Dimensões: 0,65 x 0,35 x 0,29 m

Campo epigráfico: 0,32 x 0,21 m

D (is). M (anibus). P (ompeius). FLA / VINVS SOR / ORI. A (nmorum) XX

Aos deuses Manes Pompeu Flavino erigiu à irmã de 20 anos.

Altura das letras: L1 1:5,5; 2:5; 3:6,5; 4:6; 5:5,5

L2 1:4; 2:4,5; 3:5; 4:4,5; 5:5; 6:5,3; 7:3; 8:3,5

L3 1.2.3: 4,5; 4:5; 5.6:5

Espaços Interlineares: 1:2; 2:2,5/3; 3:1,5; 4:3/5

Bibl. - CARDOZO 1935, 90, n.º 48; 1947, 105; C. I. L., II, S, 5582; GUIMARAES 1901, 63; MATOS 1947, 78; SANTAREM 1956, 65 - 66; SARMENTO 1887, 187; 1887, 187; 1933, 310 - 315; MOREIRA 1992, 25 - 26.

Ara funerária - III

Ara anepígrafe que serve actualmente de suporte do altar da capela de Santa Maria (encontra-se invertida). Ara em granito amarelo de grão médio com ligeiros laivos rosados. Encontra-se ligeiramente fracturada num dos cantos inferiores do capitel. Capitel de forma quadrangular, com dois toros laterais lisos. Base quadrangular sem qualquer ornamento.

Dimensões: 0,72 x 0,36 x 0,36

Campo epigráfico: 0,45 x 0,28/0,29

Bibl. - Inédita

17. Igreja paroquial, Roriz, Santo Tirso.

Ara funerária

Lat. - 41.º 20' 43,7" N

Long. - 8.º 22' 47" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 230 m (C. M. 1 : 25 000, S. C. E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Ara encontrada junto dos claustros da igreja paroquial de Roriz, no momento das obras efectuadas pela Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais em 1936/37 ⁴⁶.

Metade inferior de uma ara de granito de grão médio, de forma paralelepípedica, apenas trabalhada na face, no lado direito e também, possivelmente, na face superior em falta.

⁴⁵ A ara encontra-se actualmente no Museu da Sociedade Martins Sarmiento sob o número de inventário 48.

⁴⁶ O monumento encontra-se actualmente no claustro da igreja paroquial de Roriz

A fractura ocorreu ao nível da actual 1.^a linha, cujas letras foram cortadas sensivelmente a meio, desconhecendo-se, por isso, quantas linhas faltarão.

Inscrição nítida, com caracteres actuários bem vincados, regulares, de recorte desigual entre si, com inclinação predominante à direita.

A 1.^a linha, de difícil interpretação, coloca um problema de leitura, na segunda e terceira letras, que poderão ser interpretadas como um D ou como I S, que em comparação com os outros dois DD existentes, parece ser a melhor opção.

O mau estado da superfície do campo epigráfico impede-nos de interpretar correctamente as duas primeiras linhas, onde estaria, por certo, a identificação de quem mandou fazer o monumento.

Dim.: 85,5 x 43 x 33

Campo epigráfico: 30 / 32 x 43

EMISA / VR . ECELD / D (e) S (uo). F (ecit). AN (norum) / XXXXXI

Altura das letras: L1 1:5,8; 2.3:5,5; 4:6,5; 5:7

L2 1:7; 2:6,5; 3:8; 4:7; 5.6:8,5; 7:7,5

L3 1:8; 2:7; 3.4:7,5; 5:6

L4 1:6; 2.3:7; 4.5:6,5; 6:7,5

Espaços Interlineares – 1:?: 2:0,7; 3:0,8; 4:1/2,5; 5:1,5

Bibl. - SANTARÉM 1952, 401- 402; 1956, 69; MOREIRA 1992, 26 - 27.

18. Ginjo (Monte da Mourinha), S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso

Tesouro monetário

Lat. - 41.º 20' 59" N

Long. - 8.º 23' 46" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 240 m (C. M. 1 : 25 000, S. C. E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Achado monetário ocorrido em 1946 num campo junto ao caminho de Ginjo, em S. Tomé de Negrelos. O tesouro seria composto, segundo Martins Pereira (PEREIRA 1953, 131) por “Três quilos de moedas romanas, em cobre, de Constantino Magno, e anteriores”. Segundo o mesmo autor “A vasilha de barro logo se desfez ..., indo as moedas parar às mãos de particulares.”

O achado foi noticiado pelo *Jornal de Notícias* de 22 de Julho de 1946, que, segundo Martins Pereira, terá trocado o nome do local de aparecimento. Por último, o mesmo achado, terá sido lembrado no *Jornal de Santo Tirso*, na correspondência de S. Tomé de Negrelos (16 - IV - 1954, n.º 50).

Bibl. - PINHEIRO 1957, 24, nota 2;

19. Mosteiro, Santo Tirso, Santo Tirso

Casal

Lat. - 41.º 20' 48" N

Long. - 8.º 27' 47" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 69 m (C. M. 1. 25 000, S.C.E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Encontra-se implantado num pequeno promontório sobranceiro ao rio Ave no interior da cerca do antigo mosteiro beneditino de Santo Tirso, na sua face Nordeste. A pequena elevação possui no topo uma plataforma relativamente extensa e aplanada onde, numa área relativamente localizada, se detectam alguns materiais cerâmicos, nomeadamente cerâmica comum, telhas e pedra de construção. Pela sua concentração e reduzida área de dispersão de sensivelmente 100m por 50 m corresponderá, provavelmente, a um casal que se encontraria dentro do *dominium* da *villa* da Devesa.

Bibl. - SANTAREM 1955, 169 - 177; 1956 a, 171;

20. S. Bartolomeu, Santo Tirso, Santo Tirso.

Ara votiva

Lat. - 41.º 20' 55" N

Long. - 8.º 30' 32" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - (C. M. 1 : 25 000, S. C. E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

A ara foi encontrada na capela de S. Bartolomeu em Santo Tirso ⁴⁷, onde servia de pia para água benta, e de onde foi retirada em 1952 por Carlos Faya Santarém, para ser colocada no Museu Municipal Abade Pedrosa, em Santo Tirso, onde se encontra actualmente.

Ara votiva de grão fino, trabalhada nas quatro faces, com arestas muito erosionadas e fracturada na base. Base de forma quadrangular moldurada com três toros. O capitel, de forma paralelepípedica com os cantos arredondados, tem uma cruz gravada (Dim. 130 mm x 120 mm com sulcos de perfil em U) no seu lado esquerdo e dois pequenos orifícios circulares na face. Fóculo escavado (diâmetro exterior 170 mm; profundidade máxima 650 mm).

Caracteres actuários, muito ténues, de recorte desigual, de difícil leitura, com inclinação predominante à direita, paginação muito deficiente, sem qualquer alinhamento ou eixo de simetria.

O estado de conservação da epígrafe apresenta grande dificuldade de leitura, em particular nas suas últimas linhas, tendo originado diferentes leituras. Apresentamos a leitura de Armando Coelho (SILVA 1986, 289, nota 338) em correcção à que apresentamos (MOREIRA 1992, 21 - 22) após uma observação mais detalhada do monumento.

Dim. 0,82 x 0,24 x 0,24; Camp. Epi.: 0,16,5 x 0,17

DOM (ino) DEO / NENEOECO / SEVERU (s) / (S) ATURNI / NI F (ilius) VO / TO POSU / IT
NUMIN (i) / ...

Ao deus Neneoeco, Severo, filho de Saturnino, erigiu em cumprimento de voto....

⁴⁷ A ermida de S. Bartolomeu, encontrava-se implantada no lugar de Ervosa, freguesia de Santo Tirso até 1530, tendo sido mudada para o local em que hoje se encontra entre 1526 e 1530 por iniciativa de D. Miguel da Silva, bispo de Viseu, Abade comendatário de Santo Tirso e Prior comendatário de Landim (CORREIA 1997, 98 - 100). Na capela encontram-se mais três epígrafes, duas delas renascentistas, contemporâneas da edificação, e uma outra medieval, incrustada na parede do corpo da capela na face Este, datada de 1116. D. Miguel da Silva, reconhecidamente um humanista, terá tido certamente o cuidado de recuperar todos os vestígios epigráficos agrupando-os na capela de S. Bartolomeu só assim, se compreende o porquê do aparecimento da epígrafe romana neste contexto, cuja proveniência não é certamente da região envolvente.

Alt. letras : 1: 1.2: 1,8; 3: 2; 4.5: 2,5; 6: 2,2;
2: 1: 2,2; 2: ?; 3: ?; 4.5: 2; 6: 2,5; 7: 2,2; 8: ?
3: 1: ?; 2: 2,6; 3: 2; 4:3,3; 5: 3; 6:2; 7:?
4: 1: ?; 2: 2; 3.4: 2,5; 5: 3; 6: 1,8; 7:?
5: 1: 2,4; 2: 2; 3.4.5: ?; 6: 1,8; 7:2;
6: 1.2: 2; 3: 2,5; 4: 1,8; 5: 2,5; 6:1,5;
7: 1: 2,5; 2: 2;

Esp. Inter.: 1: 0,5/1; 2: 1/1,5; 3: 1; 4: 0,5; 5: 1,5/2; 6: 2; 7:1,5;

Recentemente Abascal Palazón, propôs uma leitura diferente para a primeira e segunda linha - Dom (*inus*) deus / N (*em*) eoec (*us*). (PALAZÓN 1995, 85).

Bibl. - I.L.E.R. 896; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/357; AZEVEDO 1957, 293 - 301; BLAZQUEZ 1962, 122, fig. 31; ALBALAT 1990, 249, nota 14; MOREIRA 1992, 21 - 22, fot. 5; GARCIA 1991, 303, n.º 51; PALAZON 1995, 85; TRANOY 1991, 274;

21. Mosteiro, Santo Tirso.

Lápide votiva

Lat. - 41.º 20' 48" N

Long. - 8.º 28' 10" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 50 m (C. M. 1 : 25 000, S. C. E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

A epígrafe encontra-se incrustada na parede Norte do 1.º claustro do antigo mosteiro beneditino de Santo Tirso e teria sido encontrada, segundo Carlos Passos, nos escombros da velha igreja do século XIV, demolida no século XVII, para a construção da actual igreja matriz (PASSOS 1956, 30). Foi dada a conhecer, pela primeira vez, por Jorge Cardoso em 1666 e transcrita posteriormente por Vilhena Barbosa em 1863 e 1886, sendo recorrentemente citada a partir desta data ⁴⁸.

Inscrição votiva de granito de grão fino, de tom rosáceo, de forma rectangular. Encontra-se danificada no lado esquerdo com a epígrafe parcialmente destruída. Não apresenta campo epigráfico delimitado.

Inscrição nítida com letra monumental quadrada bem vincada. Apesar de as duas últimas linhas sugerirem uma disposição de texto segundo um eixo de simetria central, as linhas 1 e 2 apresentam alinhamento à esquerda, assim como a terceira, se tivermos em conta que a inscrição nesse local se encontra fracturada. Pontuação bem colocada. Sobre os numerais, apresenta a habitual barra horizontal. A primeira letra da fórmula final consagratória tem vindo a ser apresentada como inexistente de sorte que se tem apresentado na leitura, dentro de parênteses rectos, leitura que não optamos, depois de termos verificado que, apesar de a lápide se encontrar fracturada no local, a haste direita do V ainda é visível.

A sua leitura ⁴⁹ não apresenta dificuldades de maior, pelo que adoptamos a leitura corrente a que introduzimos apenas a correcção da leitura da 3.ª linha, que vinha a ser interpretada como D(*eo*) TURIACO, pela existência do que se supunha ser a haste superior do D. Efectivamente uma observação mais detalhada limita esta interpretação, não só pelo facto de do esboço da letra não ser conclusivo, assim como, a sua eventual

⁴⁸ Veja-se, BARBOSA 1863, 238; 1886; CARDOSO 1666

⁴⁹ O antropónimo Silvanus parece revelar uma incidência cultural e um expressivo carácter mitonímico - Silvanus deus das florestas, muito pouco vulgar entre nós, embora sejam conhecidos exemplos na Lusitânia (Silvanus | antropónimo relacionável com figura mitológica - Silvano - deus da floresta (ENCARNAÇÃO 1984, 797, 838, n.º 435)

existência contrariar a paginação perfeita do monumento como se percebe pela colocação da terceira linha que se encontra perfeitamente centrada, obedecendo à paginação rígida de todo o monumento.

Dim.: 0,38 m x 0,87 m; Camp. Epig. 0,32,5 m x 0,79,5 m.

L (ucius) . VALERIUS . SILVANUS / MILES . LEG (ionis) VI. (sextae) VICT (ricis) / TURIACO / V (otum) . S (olvit) . L (ibens) . M (erito)

Lúcio Valério Silvano, soldado da VI legião a vencedora, a Turiaco cumpriu este voto de boamente.

Alt. letras: 1: 1: 7; 2.3: 6,5; 4: 7; 5.6.7: 7,5; 8.9.10: 7; 11: 7,3; 12.13.14.15.16.17: 7;
2: 1: 7,3; 2: 7; 3.4: 7,4; 5: 7,5; 6: 7,4; 7.8: 7; 9.10: 6,8; 11.12: 7; 13: 6,5; 14: 7;
3: 1: 7,2; 2.2: 3.4: 7; 5: 6,8; 6.7: 7;
4: 1: 7; 2: 7,3; 3.4: 7;

Esp. Interl.: 1: 2,5/3; 2: 2; 3.4: 3; 5: 5; 6: 3 ;

A estrutura da epígrafe e o contexto histórico e arqueológico da Legio VI Victrix ⁵⁰, permitem, com segurança, datar a epígrafe no período Júlio - Cláudio (TRANOY 1980, 278).

Embora de forma não absoluta, a cúpula onomástica de *Valerius Silvanus*, indica uma origem hispânica do dedicante, provavelmente da face Este da Península (LE ROUX 1982, 183, nota 27; ALFOLDY 1975, n.os 353 - 354, 195).

Recentemente F. Villar, propões que a inscrição poderia ser dedicada a *Reve*, estando o teónimo subentendido (VILLAR 1993 - 1995, 364 - 365), sendo *Turiaco* um adjectivo derivado do hidrónimo *Turia*.

O aparecimento de uma outra epígrafe também dedicada a Turiaco, na igreja paroquial de Lamoso, Paços de Ferreira, suscitou uma outra interpretação por parte de Armando Coelho, quanto a nós mais verosímil, que nos remete para um horizonte geográfico e cultural mais restrito. Interpretando a organização territorial estruturada a partir de uma unidade gentilícia, neste caso os *Fidueneae*, cujo território se pode delimitar geograficamente pela serra da Agrela a Oeste, o rio Ave a Norte e rio Leça e a serra de Valongo a Sul, integrando, portanto, o espaço da actual cidade de Santo Tirso, local de aparecimento da epígrafe, definido pela presunção da autonomia relativa dos *castella* em relação ao *populus*, que se depreende, para além de outros factores, pela existência de divindades tutelares próprias que tem permitido estabelecer a correspondência e a identificação dos territórios dos respectivos *castella* (SILVA 1986, 277).

Assim, *Turiaco*, seria uma divindade indígena evocativa de uma forma especial de protecção relacionada com as actividades produtivas, ou, de uma forma mais abrangente,

⁵⁰ A legião VI Victrix integrada no dispositivo militar das campanhas contra Cântabros, Astures e Vacceos desenvolvidas por Augusto com o objectivo da conquista definitiva da Península, parece ter integrado, numa primeira fase, o sector ocidental juntamente com a legião X Gemina, cuja presença por volta de 26/25 a.C. se identifica no espaço compreendido entre as localidades de Benavente - Astorga - León (VAQUERO 1999, 145). Testemunhos arqueológicos e epigráficos documentam a sua presença no mesmo período, ainda que temporal, em *Lucus Augusti*, referimo-nos designadamente a uma inscrição onde pode ler-se L VI, que tem vindo a ser interpretado por vários autores como prova irrefutável da sua presença (COLMENERO 1995, 16; 1996, 130). A partir do ano 19 a.C., momento em se dá por pacificado todo o território, e se verifica a reorganização dos dispositivos militares, a legião VI Victrix instala-se em León, como vem sendo confirmado arqueologicamente até ao ano 69/70 d.C., ano em que abandona em definitivo a hispânia (VAQUERO 1999, 150)

com a prosperidade e a fecundidade, que, conjuntamente com *Júpiter* e *Cosunea* formaria um triade de divindades superiores protectoras, relacionadas respectivamente com a soberania a força e a fecundidade (SILVA 1999, 64 - 65).

Bibl. - CARDOSO 1666; BARBOSA 1863, 238; 1886; VIEIRA 1877, 298; CARNEIRO 1894, 19 - IV - 1894; PASSOS 1956, 30 - 31, fig. 3, LIMA 1940, 97 - 99, 100; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/358; BLAZQUEZ 1962, 196 - 197; 1957, 182 - 183; CARDOZO 1935, 40, n.º 23; 1947, 127, 149 - 152; CIL II, 2374; II, S,5551; COELHO 1887, 375 - 377; GUIMARÃES 1901, 53; LE ROUX 1982, 182 - 183; MATOS 1947, 72 - 73, SANTAREM 1956, 170; 1955, 66 - 67; SARMERNT 1884, 106; 1885 b, 178 - 79; 1933, 173, 179, 304, 422; TOVAR 1950, 184; VASCONCELOS 1905, 324 - 326; LE ROUX 1982, 182 - 183; MOREIRA 1992, 20 - 21 fot. 4; ALBALAT 1990, 152 - 153, nota 148; GARCIA 1991, 351, n.º 199; TRANOY 1980, 278; VILLAR 1993 - 95, 364 - 365; H E., 1071;

22. Dinis, ST.^a Cristina do Couto, Santo Tirso.

Casal

Lat. - 41.º 20' 12" N

Long. - 8.º 28' 37" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 94 m (C. M. 1 : 25 000, S. C. E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

A área de dispersão dos vestígios encontra-se implantada numa pequena elevação a cerca de um quilómetro a Sul da cidade de Santo Tirso. No local foram recolhidos abundantes materiais cerâmicos (telhas, cerâmica comum, sigillatas hispânicas e cerâmica comum de engobe vermelho de imitação de sigillatas) e dois fragmentos de mós. Hoje o local encontra-se no interior da cidade de Santo Tirso, não sendo possível avaliar a área de dispersão de materiais e a eventual existência de estruturas. Existe ainda a informação fornecida por quem recolheu o material (Dr. António Miranda) e o facultou para observação, ainda que pouco concreta, da existência de um forno e respectiva "telheira" associada. A sua localização numa zona de terrenos de aptidão agrícola moderada, assim como a sua implantação sobre o vale do rio Sanguinhedo, proporciona boas condições para o desenvolvimento de um assentamento rural vocacionado para a exploração agrícola e silvo pastoril.

Bibl. - Inédito

23. Monte dos Saltos, Sequeirô, Santo Tirso.

Casal / Villa ?

Lat. - 41.º 21' 30" N

Long. - 8.º 27' 07" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 85 m (C. M. 1 : 25 000, S. C. E., fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

A estação arqueológica de Monte dos Saltos ocupa uma vasta área onde se observam à superfície fragmentos dispersos de cerâmica romana ⁵¹, assim como taludes que denunciam a existência de muros subterrados.

O local foi sondado no século passado pelo Abade Pedrosa que, na altura, detectou alguns alicerces de habitações e estruturas funerárias, onde foram recolhidos materiais arqueológicos cujo paradeiro desconhecemos.

⁵¹ Os materiais cerâmicos recolhidos na prospekção arqueológica encontram-se no Museu Municipal inventariados com o código CAST 86 MAS - N.º 0132 a 0139



A propósito dos «Roteiros de Tesouros», publicado por Martins Sarmiento na *Revista de Guimarães* em 1988 ⁵² surge uma referência breve e marginal ao conteúdo do próprio artigo, sobre as sepulturas descobertas em 1885 e comunicadas por carta ao próprio pelo Abade Pedrosa em 25 - 5 do mesmo ano (PIRES de LIMA 1940, 197 - 198).

Martins Sarmiento refere: «Caixões forrados de tijolo. - Evidentemente sepulturas eguaues ds que têm sido encontradas em S, Christovão d'Abação (c. de Guimarães), Sequeiró (c. de Santo Thyrsó) e n' outras partes.» (SARMENTO 1988, 7).

Alberto Pimentel para além das referências a achados já mencionadas refere ainda o aparecimento de "... algumas sepulturas revestidas de tijolo, bem como muitas moedas romanas de cobre dentro de uma vasilha de barro." (PIMENTEL 1902, 349).

Há também conhecimento, ainda que pouco preciso, do aparecimento de um tesouro de moedas da época de Constantino, que é referido por Mário Hipólito (HIPÓLITO 1960 - 61, 41) utilizando por base a notícia publicada no *Economista*.

(...) Dizem de Santo Tirso que nas escavações a que se anda procedendo no monte dos Sultos, freguesia de Sequeiró, foi encontrado um vaso com cerca de quatrocentas moedas de cobre romanas, quase todas da época de Constantino. Há diferença na cunhagem, mas o tamanho não excede o das nossas moedas de 5 réis. São muito semelhantes às que apareceram há anos no bairro das Travessas dessa cidade. Tratava-se evidentemente de pequenos bronzes. (...) (*Economista*, n.º 7, Vol. V, 2ª série, de 25 de Outubro de 1896).

Encontra-se incrustada na face Sul da igreja paroquial de Sequeiró uma estela funerária em granito de formato rectangular, com a face superior arredondada e decorada com um tríscele, sem qualquer vestígio de inscrição, provavelmente proveniente do Monte dos Saltos. No mesmo local encontram-se depositados inúmeros materiais recolhidos provavelmente no Monte dos Saltos e nas imediações da igreja (lápides, tampas de sepultura - rectangulares e disciformes, mós, etc.).

Obs. - Foram recolhidos materiais de superfície, designadamente cerâmicas comuns que se encontram em depósito no Museu Municipal Abade Pedrosa (Inv. M.M.A.P. - CAST 86, MAS - n.º 0132 a 0139).

Desenvolveram-se em 2001| 2002, no âmbito do "Projecto de remodelação da linha de Guimarães, Troço - Santo Tirso / Lordelo", trabalhos arqueológicos de grande envergadura na vertente Sul (sondagens e recolha de materiais) tendo sido as empresas responsáveis pelos mesmos a *Arqueologia e Serviços* e *Arqueologia & Património*.

Sem pretender divulgar dados científicos cuja responsabilidade científica é de terceiros, importa, todavia, mencionar alguns aspectos particularmente reveladores da importância científica que a estação representa para o estudo da romanização da área da bacia média do Ave.

⁵² O artigo referido trata-se de uma abordagem de desmistificação de uma publicação alusiva a tesouros arqueológicos, que na nota 1, Martins Sarmiento refere como sendo - Roteiro dos Tesouros, tirado d'um livro dos proprios thesouros, que mandou fazer D. Felix, Rei Mouro,

Resumindo, a apreciação dos materiais, numa primeira abordagem, grande afinidade nos fabricos e formas cerâmicas, com os materiais provenientes de Alvarelhos, nomeadamente nos materiais de cronologia tardorromana. Referimo-nos, em particular, às *cerâmicas comuns de engobe vermelho de verniz não vitrificável*, às cerâmicas comuns de mesa, às cerâmicas comuns de armazenamento, às lucernas de fabrico local ou regional e às cerâmicas pintadas. A mesma observação é válida ao nível das cerâmicas de importação, quer de *sigillatas claras* quer *hispânicas*, que revelam a mesma incidência percentual ao nível das formas.

Em síntese, numa primeira apreciação, os materiais revelam uma grande similitude com os materiais provenientes de Alvarelhos, Monte Padrão e restantes estações romanas de entre Leça e Ave, cujo estudo e enquadramento crono-estratigráfico, contribuirá certamente para ampliar significativamente os conhecimentos sobre os fabricos cerâmicos de carácter regional, assim como, permitirá alargar os conhecimentos sobre a economia e organização do povoamento em época tardorromana na área meridional do convento bracaraugustano.

Bibl. - SARMENTO 1888, 7; CRUZ 1896, 292; PIMENTEL 1902, 349; PIRES de LIMA 1940, 103; HIPÓLITO 1960, 61; MONTEIRO 1985 - 5/6/7, 3; SILVA 1986, 83, n.º 339; DINIS 1993, 104, n.º 5; MENENDEZ; TEIXEIRA; FONSECA 2002;

24. Lagarelhos, Sequeirô, Santo Tirso.

Casal

Lat. 41.º 22' 5" N

Long. - 8.º 26' 38" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 106 m (C. M. 1 : 25 000, S. C. E., fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Local de aparecimento de inúmeros vestígios de superfície, designadamente, pedra faceada, telhas, cerâmica comum, etc. Os vestígios desenvolvem-se ao longo de uma plataforma definida pela curva de nível dos 100 m, numa extensão aproximada de 100 m por 80 m. A sua implantação topográfica numa chã sobranceira ao Ave confere ao local uma localização privilegiada de controle sobre toda a área envolvente.

Identificam-se também em duas zonas de afloramentos rochosos vários pios escavados cuja utilização, provavelmente, estará relacionada com actividades documentadas no topónimo que dá nome ao lugar.

Bibli. - Inédito

Bibliografia

ALARCÃO, Adília Moutinho

(1965) - Bref aperçu sur la céramique romaine trouvée á Bracara Augusta (Portugal), *Rei Cretariae Romanae Fautorum*, 8, pp. 45 - 50.

ALARCÃO, Adília Moutinho.; **MARTINS**, Alina N.

(1976) - Uma cerâmica aparentada com as «paredes finas» de Mérida, *Conimbriga*, XV, Coimbra pp. 91 - 110.

ALARCÃO, A.; **PONTE**, Salete

(1976) - Les Lamps, *Fouilles de Conimbriga - Céramiques Diverses et Verres*, VI, Paris, pp. 93 - 121.

ALARCÃO, Jorge

(1974) - *Cerâmica comum local e regional de Conimbriga*. Coimbra, (Suplemento de Biblos, 8) Coimbra.

(1988) - *Roman Portugal*, Warminster, England, vol. I, II, Fasc. 1.

ALBALAT, Blanca garcía Fernández

(1990) - *Guerra y religión en la Gallaecia y la Lusitania antiguas*, A Coruña.

ALMEIDA, Artur Jorge

(1988) - A necrópole da Forca (Maia), *Actas do Colóquio "Manuel Boa Ventura"*, Esposende, pp. 113 - 152.

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado

(1980) - Via Veteris. Antiga Via Romana?, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, Revista de Guimarães*, vol. III, Guimarães, pp. 151 - 170.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de

(1968) - *Vias Medievais de Entre - Douro - e - Minho*, Dissertação para licenciatura em História, Faculdade de Letras do Porto, (policopiado).

(1986) - *Implantação do românico. Arquitectura militar e civil*, História da Arte em Portugal, vol. 3, Lisboa.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; **SANTOS**, Joaquim Neves dos

(1974) - Cerâmica romana tardia de Guifões, *Archeologica Opuscula*, 1, Porto, pp. 49 - 56.

AZEVEDO, Rogério de

(1957) - A ara de Burgães e a ara de Ervedosa, *O concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. V, n.º 3, Porto pp. 293 - 301.

BARCA, Joaquim da Barca

(1953) - *S. Miguel das Aves. Monografia*, Vila das Aves.

BELCHIOR, Claudete

(1969) - *Lucernas romanas de Conimbriga*, Museu Monográfico de Conimbriga, Coimbra.

BARBOSA, Vilhena

(1863) - Santo Tirso, *Archivo Pitoresco*.

(1886) - *Monumentos de Portugal*, Lisboa.

BLAZQUEZ MARTINEZ, José Maria

(1957) - *Aportaciones al estudio de la religiones primitivas de España*, Archivo Español de Arqueologia, XXX, Madrid, pp. 15 - 86.

(1962) - *Las religiones primitivas de Hispania*, Fuentes literárias y epigráficas, vol. I, Roma.

(1970) - *Las religiones indigenas del areá noroeste de lá Peninsula Iberica en relacion com Roma*, Legio VII, Gemina, Leon.

BOUZA - BREY, Fermin

(1957) - *A deidade galaica Cusuneneoeco*, O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural, vol. IV, n.º 2, Porto, pp. 252 - 259.

CARDOSO, Jorge

(1666) - *Agiolégio lusitano*, III.

CAPELLA, Martins

(1895) - *Miliarios do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*, Porto

CARDOZO, Mário

(1935) - *Catálogo do Museu de Arqueologia da Sociedade Martins Sarmento. Secção de Epigrafia Latina e de Escultura antiga*, vol. I, Guimarães.

(1947) - *Correspondência Epistolar entre Emilio Hubner e Martins Sarmento (Arqueologia e Epigrafia - 1879 - 1899)*, Guimarães.

(1958) - *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmento (1879 - 1899)*, Guimarães.

C. I. L.

(1869) - *Corpus Inscriptionum Latinarum* = Hubner 1869 - 92.

COELHO, F. Adolfo

(1887) - Nome de deuses lusitânicos, *Revista Lusitana*, I, Lisboa, pp. 351 - 378.

COLMENERO, A. Rodriguez

(1995) - Lugo, capital romana del extremo noroeste peninsular. Genesis de uma ciudad, *Lucus Augusti. Urbs Romana. Los orígenes de la ciudad de Lugo*, Lugo, pp. 11 - 18.

(1996) - Lucus Augusti, capital de la Gallecia septentrional, *Los Finisterres atlánticos en la Antigüedad. Epoca prerromana y romana* (Coord. Fernández Ochoa), Madrid, pp. 129 - 133.

CORREIA, Francisco Carvalho

(1989) - *Areias até ao século XI*, Ave - Cadernos de Cultura, 4, Câmara Municipal de Santo Tirso, Braga.

(1989) - *Areias do século XI ao século XVI*, Ave - Cadernos de Cultura, 5, Câmara Municipal de Santo Tirso, Braga.

(1997) - A paróquia de S. Bartolomeu de Ervosa. As inscrições, *Santo Tirso Arqueológico*, 2ª Série, n.º I, Porto, pp. 88 - 122.

(2000) - O Abade Pedrosa. Perfil humanista de um sacerdote na senda dos pioneiros da arqueologia de Santo Tirso, *Santo Tirso Arqueológico*, 2ª Série, n.º 2 -3, Porto, pp. 15 - 45.

COSTA, Carvalho da

(1706) - *Corografia Portuguesa*, Lisboa

COSTA, Cristina; **ARÊDE**, António; **COSTA**, Aníbal

(2003) - Análise do Comportamento da ponte da Lagoncinha, *Monumentos*, 19, Lisboa, pp. 125 - 131.



CRUZ, Belchior da

(1896) - Notícias várias, I. Thesouro de moedas romanas, *O Archeólogo Português*, vol. II, Lisboa, p. 292.

CUEVILLAS, Lopez;

(1933 - 34) - Estudos sobre a idade do ferro no noroeste da península - A relíxion., *Archivo Español de Arqueología*, VI, Madrid, pp. 295 - 367.

DELGADO, Manuela

(1993 - 94) - Notícia sobre cerâmicas de engobe vermelho não vitrificável, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, n.º 10 - 11, Braga, pp. 113 - 149.

DIAS, Lino Augusto Tavares

(1995) - *Cerâmica comum romana em Tongobriga*. Trabalho complementar à dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto (Policopiado).

DINIS, António Pereira

(1993) - *Ordenamento do território do Baixo Ave no I milénio a.C.*, F.L.U.P., Porto (tese de mestrado, policopiado).

ENCARNÇÃO, José de

(1970) - Lápides a divindades indígenas no Museu de Guimarães, *Revista de Guimarães*, vol. LXXX, Guimarães, pp. 207 - 238.

(1975) - *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.

(1984) - *Inscrições romanas no convento Pacensis*, Instituto da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

FRANÇA, Elsa Ávila

(1969) - Anéis, braceletes e brincos de Conimbriga, *Conimbriga*, vol. VIII, Coimbra, pp. 17- 61.

FREIRE, Braancamp

(1905) - Povoação de Entre Douro e Minho no XVI século, *Archivo Historico Portuguez*, vol. III, Porto, pp. 241 - 273.

GARCIA, José Manuel

(1991) - *Religiões antigas de Portugal. Aditamentos e observações às Religiões da Lusitânia de J. Leite de Vasconcelos. Fontes epigráficas*, Lisboa

GUIMARÃES, Francisco José Salgado

(1980) - *Guia descritivo do Museu Martins Sarmiento*, Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães.

GUIMARÃES, Oliveira

(1901) - Catálogo do Museu Arqueológico, *Revista de Guimarães*, vol. XVIII, Guimarães, pp. 38 - 72.

(1907) - O Museu Arqueológico, *Revista de Guimarães*, vol. XXIV, Guimarães, pp. 79 - 86.

H. E.

Hispania Epigráfica

HAYES, J. W.

(1972) - *Late Roman Pottery*, London.

(1980) - *A Supplement to Late Roman Pottery*, London.

HARDEN, D. B.

(1962) - *Glass in Roman York*, «Royal Commission on Historical Monuments» England "An Inventory of the Historical Monuments in the city of York", vol. I, Eburacum.

HIPÓLITO, Mário Castro

(1960 - 61) - Dos tesouros de moedas Romanas em Portugal, *Conimbriga*, vol. II - III, Coimbra, 1 - 166.

I. L. E. R.

- Inscriptiones Latinas de la espa a Romana

IRASTORZA, Enrique J. Alcorta

(2001) - *Lucus Augusti. II. Cerámica común romana de cocina y mesa hallada en las excavaciones de la ciudad*, Catogación Arqueológica y Artística de Galicia del Museo de Pontevedra, Coruña.

IVÁNYI, Dora

(1935) - *Die Pannonschen Lampen*, Budapeste, 1935.

LE MOS, Francisco Sande

(1989) - *O Abade Pedrosa e a arqueologia de Santo Tirso, Ave* - Cadernos de Cultura, n.º 3, Braga.

LE ROUX, Patrick

(1982) - *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'auguste a l'invasion de 409*, Paris

LIMA CARNEIRO, Alexandre

(1962) - *Caldas da Saúde. Elementos para uma monografia*, Porto

LOESCHKE, Sigfried

(1919) - *Lampen aus Vindonissa*, Zurich.

LOPES, Luís Seara

(1995 - 1997) - Itinerários da estrada Olisipo – Bracara, *O Arqueólogo Português*, Série IV, 13/15, Lisboa, pp. 313 - 346.

LOPES, António Baptista; SILVA, Armando Coelho F.; MOTA, Magna Araújo; CENTENO, Rui M.S.

(1994) - A ponte de São Lázaro (Alfena, Valongo). Notas sobre o acompanhamento dos trabalhos de conservação e restauro, *Portugália*, Nova Série, vol. XV, Porto, pp. 161 - 166.

LOZA, Rui; TEIXEIRA, Ricardo

(1999) - *Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Ave - Caracterização de Valores Patrimoniais, Arquitectónicos e Arqueológicos* (Tomo 8 B), Ministério do Ambiente, policopiado, Porto.

MANTAS, Vasco Gil

(2000) - A via romana Bracara Augusta - Cale: Traçado, Funções e influência no povoamento regional, *Revista de Guimarães*, vol. 110, Guimarães pp. 53 - 87.

MARTINHO, Jesus Pires

(1986) - *Actividade Arqueológica no Município de Santo Tirso*, 1984 - 85, Santo Tirso.

MARTIN, Th.

(1977) - Quelques formes inédites de sigillée claire D, *Figlina*, 2, pp. 99 - 106.

MARTINS, Manuela; **DELGADO**, Manuela

(1998 - 90) - As necrópoles de Bracara Augusta. Os dados Arqueológicos, *Cadernos de Arqueologia*, 6 - 7, Braga, pp. 41 - 186.

MATOS, Armando

(1947) - *Inventário das Inscrições do Douro Litoral*, Douro Litoral, 2ª Série, vol. VII, Porto 1947.

MENÉNDEZ, José Jorge Arguello; **TEIXEIRA**, Ricardo; **FONSECA**, Vitor

(2002) - *Sondagens Arqueológicas na Área Envolvente da Estação Romana de Portos. Reconversão em Via Larga e Electrificação da Linha de Guimarães - Troço Santo Tirso - Lordelo - Portos. 02 - Relatório Preliminar de Avaliação*, Porto (policopiado).

MONTEIRO, J. N.

(1985) - Apontamentos para uma monografia de Sequeirô. Sequeirô pré-romano, 4 - 6, *Boletim Paroquial de Sequeirô*. Santo Tirso.

MOREIRA, Álvaro de Brito

(1992) - Epigrafia romana do concelho de Santo Tirso, *Santo Tirso Arqueológico*, II, Santo Tirso, pp. 15 - 33.

(1997) - Vidros romanos no Noroeste Português. Estudos monográficos de Tongobriga e Alvarelhos, *Santo Tirso Arqueológico*, II Série, n.º 1, Porto, pp. 14 - 82.

(2004) - A romanização de entre Leça e Ave. O estudo monográfico de Alvarelhos, Tese de Doutoramento, Santiago de Compostela (policopiado).

NOLEN, Jannette U. S.

(1985) - *Cerâmica comum de Necrópoles do Alto Alentejo*, Lisboa.

(1988 - 1990) - Vidros de S. Cucufate, *Conimbriga*, vol. XXVII, Coimbra, pp. 5 - 59.

(1994) - *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares - Balsa*, Instituto Português de Museus, Instituto Português Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa.

(1995 - 97) - Acerca da cronologia da cerâmica comum das necrópoles do Alto Alentejo: novos elementos, *O Arqueólogo Português*, Série IV, 13/15, Lisboa, pp. 347 - 392.

PASSOS, Carlos de

(1956) - *O Mosteiro e a Igreja de Santo Tirso*, Sep. O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural da Câmara Municipal de Santo Tirso, Porto.

PEREZ, Ladislao Castro

(1997) - Brazaletes de Bronze de Santo Tirso, *Santo Tirso Arqueológico*, 2ª Série, n.º 1, Porto, pp. 5 - 11.

PIMENTEL, Alberto

(1902) - *Santo Thyrsos de Riba D'Ave*, Club Thyrsense, Santo Tirso.

PINHEIRO, Luís Gonzaga Martins

(1957) - *À roda de Negrelos*, sep., O concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural, Porto.

PINTO, Marcelo Mendes

(1990 - 91) - A necrópole Galaico-Romana de Corredoura (Campo, Valongo), *Portugália*, Nova Série, vol. XI - XII, Porto, pp. 149 - 153.

PIRES de LIMA, Augusto César

(1940) - A correspondência Martins Sarmiento - P. Joaquim Pedrosa, *Revista de Guimarães*, 50, n.º 1 - 2, Guimarães, pp. 77 - 105.

(1951) - Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos, *Douro Litoral*, vol. VI, Porto, sep.

(1955 - 56) - O Lugar da Torre, *O concelho de Santo Tirso. Boletim Cultural*, vol. IV, Porto, sep.

(s/d) - Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos, Vol. VI, sep.

QUEIROGA, Francisco

(1992) - *War and Castros. New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age*, (dissertação de doutoramento), policopiado.

RIGAUD DE SOUSA, J.

(1971) - Cerâmica típica de Braga, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, II, Coimbra, pp. 451 - 455.

SANCHEZ, Maria José

(1981) - Recipientes cerâmicos da pré-história recente no Norte de Portugal, *Arqueologia*, n.º 3, Porto, pp. 88 - 98.

(1982) - Vasos da estação arqueológica do Corvilho - Santo Tirso, *Arqueologia*, n.º 4, Porto, pp. 56 - 61.

SANTOS, A. Luciano; **ROUX**, P. Le; **TRANOY**, A.

(1983) - Inscrições romanas do Museu Pio XII em Braga, *Bracara Augusta*, 37, Braga, pp. 183 - 205.

SANTARÉM, Carlos Faya

(1952) - Uma curiosa lápide funerária encontrada no Mosteiro de Roriz, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. II, n.º 3, Porto, pp. 401 - 402.

(1953) - Duas inscrições romanas inéditas do concelho de Santo Tirso, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. II, n.º 3, Porto, pp. 397 - 401.

(1955) - O castro de Monte do Padrão. Campanhas de 1952 - 53 - 54, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, 3 (4), Porto, p. 397 - 429.

(1956) - Inscrições romanas no concelho de Santo Tirso, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. V, Porto, pp. 63 - 70.

(1956 a) - Algumas peças inéditas do Museu Abade Pedrosa, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. IV, n.º 2, Porto, pp. 63 - 70.

SARMENTO, Francisco Martins

(1884) - O soldado que venceu Viriato, *A vida Moderna*, n.º 6, Porto, pp. 303 - 304.

(1887) - Para o Pantheon Lusitano, R. L., vol. I, Porto, pp. 227 - 240.

(1888) - A proposito dos «Roteiros de Tesouros», *Revista de Guimarães*, vol. V, Guimarães, pp. 5 - 11.

(1895) - A inscrição de Santo Tirso, *A vida Moderna*, vol. XVI, n.º 17, Porto, pp. 178 - 179.

(1930) - Carta a Martins Capela, *Revista de Guimarães*, vol. XL, Guimarães, pp. 83 - 87.

(1933) - *Dispersos*, vol. I - II, Coimbra.

SEVERO, Ricardo

(1908) - Necrópoles lusitano-romanas de inhumação de Bairral e de Vila Verde, *Portugália*, 2, Porto, pp. 417 - 431.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da

(1986) - *Cultura castreja no Noroeste de Portugal*, C. M. P. F., Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

(1986 b) - Paços de Ferreira. As origens do povoamento: do megalitismo à romanização, *Paços de Ferreira - Estudos monográficos*, Paços de Ferreira, pp. 95 - 196.

(1999) - *Citânia de Sanfins*, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.

SOEIRO, Teresa

(1984) - *Monte Mózinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana*, Penafiel - Boletim Municipal de Cultura, 3º série, n.º 1, Penafiel.

TOVAR, A.

(1950) - *Lenguas prerromanas de la Península Ibérica*, *Enciclopèdia Lingüística Hispànica*, Vol. I, Madrid.

TRANOY, Alain

(1981) - *La Galice Romaine. Recherches sur le nord-ouest de la Péninsule Ibérique dans l'antiquité*, Paris.

VASCONCELOS, José Leite

(1905) - *Religiões da Lusitânia*, vol. II, Imprensa Nacional, Lisboa.

VAQUERO, Santiago Carretero

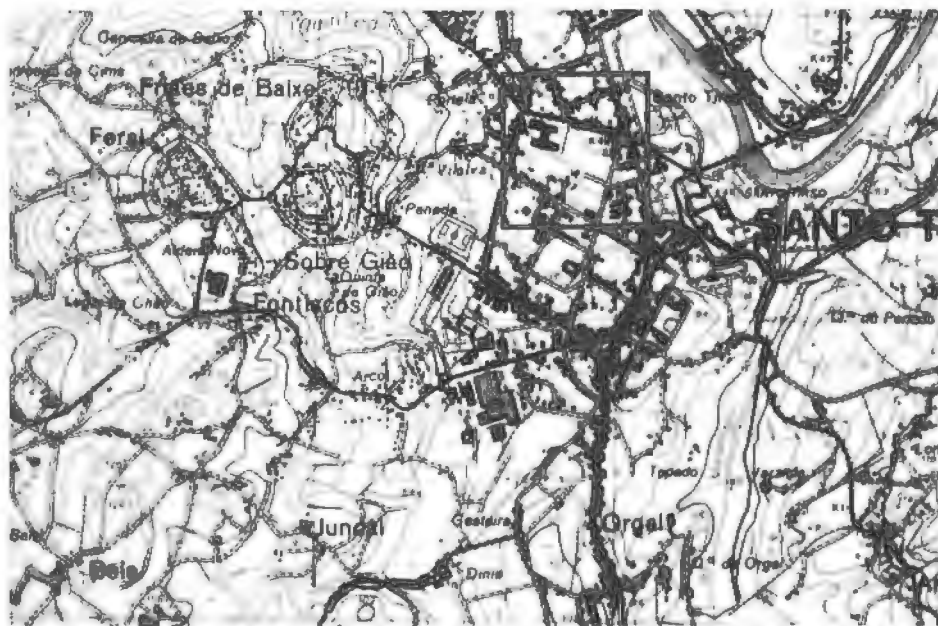
(1999) - *El Ejército romano del Noroeste Peninsular durante el alto imperio. Estado de la cuestión*, *Gladius*, Tomo XIX Madrid, pp. 143 -157.

VIEIRA José Augusto

(1887) - *O Minho Pittoresco*, Vol. II, Lisboa.

VILLAR, Francisco

(1993 - 95) - *Um elemento de religiosidad indoeuropea: Trebarune, Toudopalandaigae, Trebopala, Pales, Vispála, Kalathos*, 13 - 14, pp. 355 - 358.



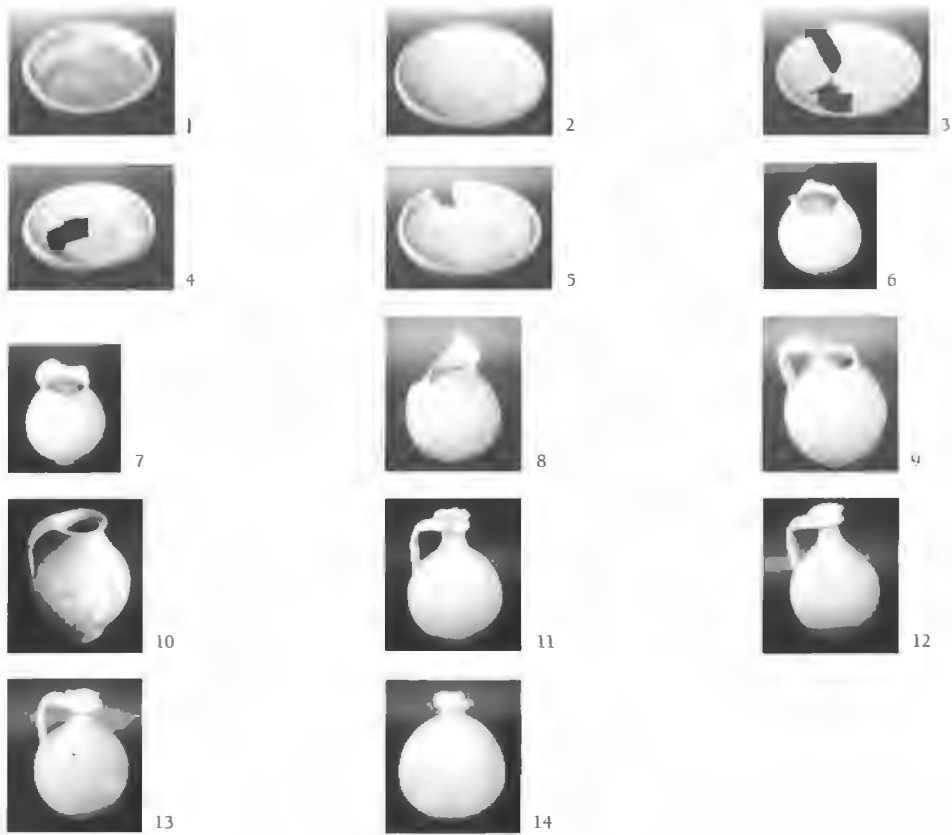
Excerto da carta militar 1: 250 000 S. C. E., fl. 98 - SANTO TIRSO 1977
Lat - 41.º 20' 36" N / Long. - 8.º 28' 30" W (meridiano de Greenwich) / Alt - 61 m



Armário C. Prov.: 1 a 10 Santo Tirso
Fotografia "Guia descritivo" - Museu Martins Sarmiento
(GUIMARÃES 1980, Est XXV e XXVI)

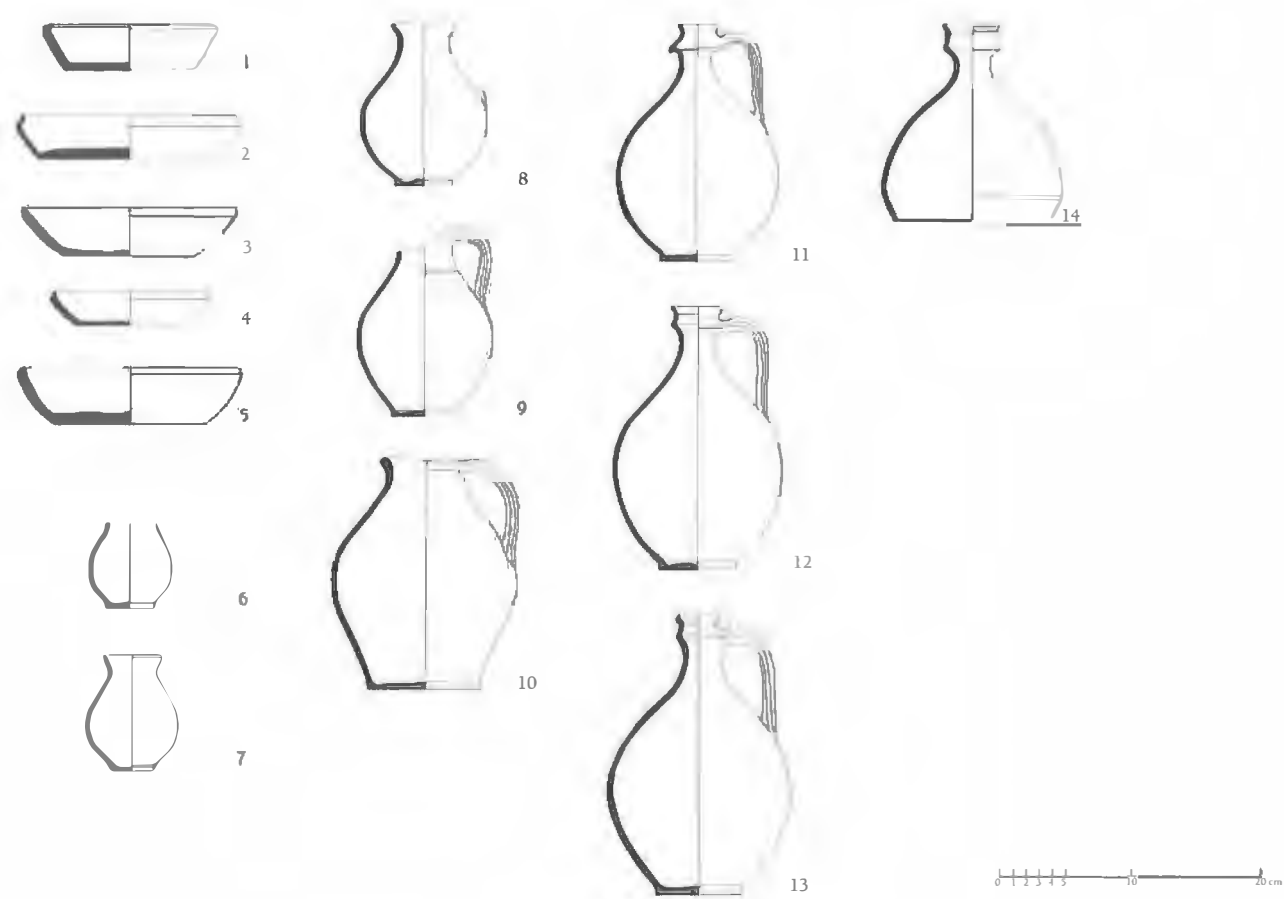


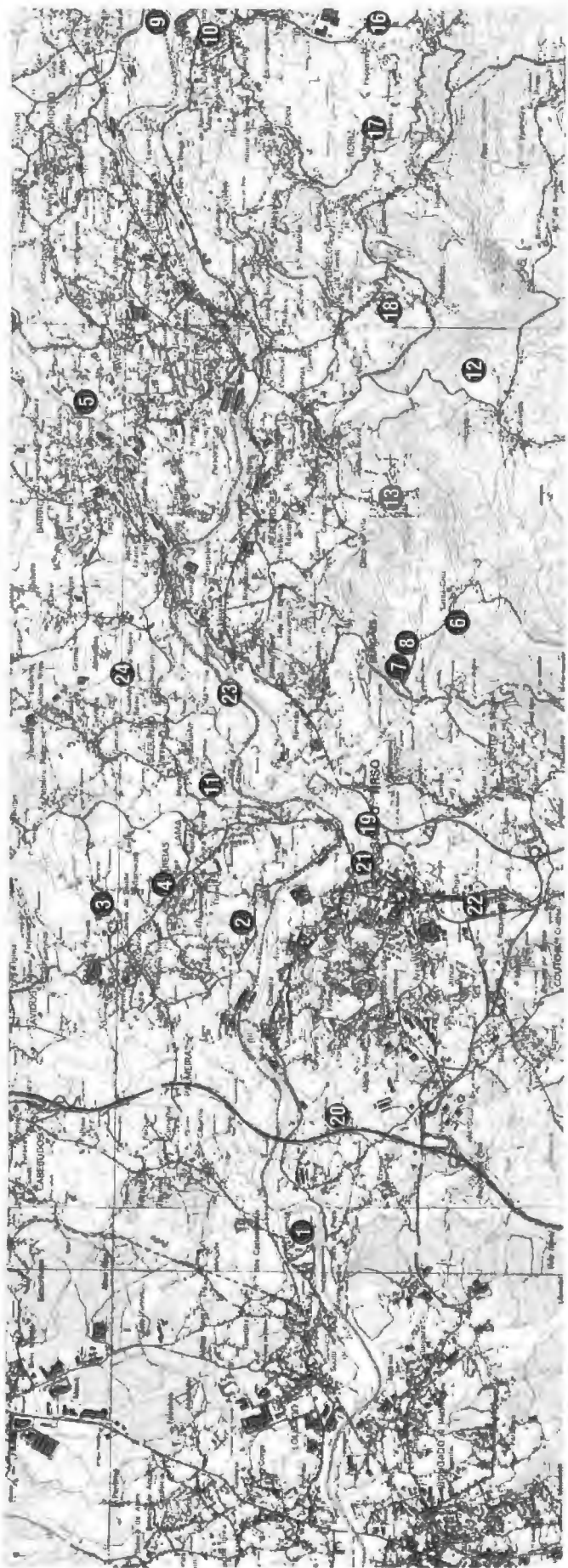
Armário E Prov.: 5 a 9 - Santo Tirso



Representação fotográfica do conjunto dos materiais ilustrados, s/ escala

Materials





Excerto da carta militar 1.25 000, S. C. E., fl. 97 e 98 (S. Tiago de Bougado, Santo Tirso, 1977)
Implantação dos sítios referidos no catálogo

Elementos para a carta arqueológica do concelho Santo Tirso O castro de Santa Margarida

Álvaro de Brito Moreira

Resumo:

A rubrica - *Elementos para a carta arqueológica do concelho de Santo Tirso* - constitui uma presença constante em todas as edições da revista - *Santo Tirso Arqueológico* - e tem por objectivo a apresentação individualizada de um monumento arqueológico do concelho de Santo Tirso, contribuindo, desta forma, para a divulgação da carta arqueológica do município.

No presente número reportamo-nos ao castro de Santa Margarida que se localiza na freguesia de S. Tomé de Negrelos, implantado num dos esporões rochosos da face Norte do maciço montanhoso conhecido por Monte Córdova.

Abstract:

The article - *Elements of Santo Tirso Archaeological Chart* - is a constant presence in every “*Santo Tirso Arqueológico*” review and have the objective to present archaeological sites of Santo Tirso, contributing this way to the divulging of Santo Tirso County Archaeological Chart.

In the present issue we present the Castro of Santa Margarida, located in S. Tomé de Negrelos in one of the rocky spur of the north face of Monte Córdova mountain.

Introdução

Apesar das abundantes referências bibliográficas a povoados fortificados no concelho de Santo Tirso encontram-se actualmente identificados apenas quatro castros - O castro de Monte Padrão, Monte Córdova; o castro da Torre, Areias; o castro de S. Pedro, Vilarinho, e, por último, o castro de Santa Margarida, S. Tomé de Negrelos ¹.

Dos quatro, apenas o castro de Monte Padrão sofreu intervenções arqueológicas com carácter sistemático, sendo actualmente alvo de um projecto de investigação, musealização e valorização.

O castro de Santa Margarida, apesar de conhecido e recorrentemente citado na bibliografia arqueológica desde finais do século XIX, nunca foi alvo de qualquer escavação arqueológica. O único trabalho documentado reporta-se a uma acção de limpeza realizada em 1985, pelos serviços de arqueologia da Câmara Municipal de Santo Tirso (MARTINHO 1986) ¹.

Localização

Lat. - 41.º 18' 48" N

Long. - 8.º 28' 28" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 281 m (C. M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Protecção

Imóvel de Interesse Público (Dec. N.º 29 / 90, DR 163 de 17 de Julho de 1990)

Zona de Protecção automática - 50 m estabelecida pelo n.º 3 do art.º 22, da Lei 13/85 de 6. 7

Acessos

O acesso ao castro pode fazer-se através da estrada municipal n.º 209 - 2 que se dirige de Roriz para Santo Tirso. Sensivelmente a 1,5 Km desta entroncar com a EN n.º 15 ao Km 8,5, inflecte-se à esquerda por um caminho florestal que conduz ao sopé do monte.

Estado de conservação

Actualmente o castro de Santa Margarida encontra-se protegido devido à sua classificação, todavia, no século passado, registou algumas agressões significativas, fundamentalmente resultantes de construções, como nos reporta o *Jornal de Santo Thyrsos* em 16 de Abril de 1954, na rubrica "Pelo Concelho" em que, sob o subtítulo - *Achados Arqueológicos* - nos dá conta da situação de então.

¹ Para além de uma resumida caracterização do povoado o relatório dá-nos conta de uma outra acção de limpeza, anterior à referida, realizada em 1975, no âmbito de uma parceria protocolar realizada entre a Câmara Municipal de Santo Tirso e a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

Os trabalhos desenvolvidos em 1985 ocorreram na segunda quinzena de Setembro e contaram com a participação de Jesus Martinho da U.A.U.M. e Alberto Carneiro da C.M.S.T. para além de um grupo de 12 jovens do concelho integrados num programa de Ocupação de Tempos Livres.

Os trabalhos incidiram sobre a plataforma superior numa extensão 3 000 m², segundo o autor do relatório (MARTINHO 1986).

(...) À falta de proprietários que vendam terrenos mais próprios para construções, os habitantes desta freguesia vêm-se obrigados a edificar as suas moradias nos montes.

Nos últimos anos, a encosta do alto de Santa Margarida, tem sido a que mais se tem povoado. Por isso, os seus novos habitantes, tratam de remover aquelas terras áridas e escabrosas, para as transformar em quintais produtivos. Nestes trabalhos, alguns proprietários têm encontrado uma espécie de mós de moinhos antigos e outros objectos, que devem ser arrecadados por quem de direito, para estudo.

É preciso que não se repita o que sucedeu em 1946, com as centenas de moedas antigas achadas no lugar de Ginja, que todas foram parar às mãos de particulares. (...)

Jornal de Santo Thyrsó, 16 - IV - 1954, n.º 50

As referidas construções ocupam parte da vertente Norte, encontrando-se o resto do promontório liberto de construções. O coberto vegetal é composto essencialmente por pinheiros e giestas.

Historiografia da estação

A primeira referência ao castro de Santa Margarida surge na obra de José Augusto Vieira - *O Minho Pitoresco*, numa alusão breve mas significativa, uma vez que nos remete para a existência de um topónimo, revelador da existência de um povoado fortificado, apesar da errada atribuição cronológica do monumento - (...) *No monte do Castro, ao sul da freguesia, há vestígios de fortificações, cuja origem se presume ser romana.* (...) (VIEIRA 1887, 322).

Mais tarde, em 1902, Alberto Pimentel refere-se também ao imóvel de forma muito superficial referindo apenas o micro topónimo - *Castro* - alusivo ao monte localizado a sul da povoação de S. Tomé de Negrelos que, na sua interpretação (...) *indica, pelo onomástico, ter havido aqui outr'ora um castro luso-romano.* (...) (PIMENTEL 1902, 342).

Em 1953 Martins Pinheiro, na obra "*À roda de Negrelos*", apresenta uma breve sinopse sobre os achados arqueológicos da freguesia e seus arredores referindo-se ao "*Alto de Santa Margarida*" como sendo local de uma edificação castreja onde tem aparecido - *mós, tegulae, etc., e alicerces de casa circulares.* (PINHEIRO 1957, 23 - 25 nota 2) ². Em 1954 o castro é referenciado na notícia acima transcrita, sem que se acrescente nada de significativo relativo à interpretação da estação.

Na década de oitenta, o castro de Santa Margarida é mencionado pela primeira vez num estudo de carácter científico (SILVA 1980, 69), momento a partir do qual passa recorrentemente a ser integrado nos vários inventários de castros, elaborados como suporte de estudos de ocupação e organização do território na vulgarmente designada *cultura castreja* (SILVA 1986, 83, n.º 345; QUEIROGA 1992, 314), assim como, em estudos de ordenamento de território e gestão de recursos (TEIXEIRA 1999, 31).

² Refira-se, entre outros, o aparecimento de um tesouro monetário romano no lugar de Ginjo, onde se descobriu, nas palavras do autor, (...) *um recipiente com cerca de três quilos de moedas romanas, em cobre, de Constantino Magno, e anteriores* (...), tendo sido o facto noticiado no *Jornal de Notícias*, de 22 de Julho de 1964, que troca o seu lugar de aparecimento e também no *Jornal de Santo Thyrsó*, n.º 50 16 de Abril de 1954. Posteriormente, o tesouro seria recorrentemente referenciado, lamentavelmente com várias incorrecções.

Implantação e topografia

O povoado encontra-se implantado num pequeno promontório da face Norte do maciço montanhoso conhecido por serra de Monte Córdova. Os contrafortes da face Norte correspondem aos prolongamentos naturais do maciço montanhoso, apresentando um decréscimo suave de cotas, a partir do ponto mais alto de 570 m de altitude registado na citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.

O contraforte onde se encontra o promontório em que está implantado o castro regista um perfil alongado, marcado por dois vales, relativamente profundos, onde correm dois ribeiros que estruturam a rede de drenagem - a Oeste corre a Ribeira de Negrelos e a Este a ribeira de S. Martinho do Campo.

O seu posicionamento sobranceiro ao rio Vizela, assim como a sua cota de 283 m, permite um controle visual muito significativo para Norte, Este e Oeste abarcando, desta forma, parte significativa do tramo inferior do rio Vizela e uma parte significativa do tramo médio do Ave.

Estruturalmente o promontório apresenta uma planta oval com o seu maior eixo no sentido Norte/Sul, definida sensivelmente pela curva de nível dos 250 m, apresentando uma plataforma superior relativamente aplanada, apesar dos abundantes afloramentos graníticos à superfície. O seu perfil revela vertentes relativamente pronunciadas a Norte e Oeste, enquanto as faces Sul e Este correspondem a uma zona de ligação ao interior do maciço montanhoso, onde apresenta vertentes mais suaves e de menor dimensão.

Na sua maior extensão, no sentido Norte - Sul, na cota definida pela curva de nível dos 270 m, regista cerca de 110 m de comprimento e 65 m de largura máxima.

Geologia

O substrato geológico onde se inscreve corresponde à grande mancha de granito da face oriental do concelho que é biotítico, apresentando variedades porfiróides e granosas de grão de diferente calibre sendo atravessado por veios aplíticos. Em particular na freguesia de S. Tomé de Negrelos é frequente o tipo porfiróide sendo atravessada pela variedade aplítica (ANDRADE 1952, 304 - 305, est. I).

Solos e aptidão agrícola da terra

O local de implantação do castro inscreve-se na carta de solos da Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro-e-Minho na unidade cartográfica Ru5.1 a que correspondem a unidades pedológicas dominantes em regolitos de granitos tendo um horizonte A úmbrico com 25/60 cm, franco arenoso ou arenoso-franco e por vezes arenoso; horizonte substituído por material resultante da alteração e desagregação da rocha subjacente. Corresponde à grande representação na generalidade das situações climáticas e topográficas de altitudes elevadas ou médias, como é o caso (carta de solos Folha 9, 1996, esc. 1: 100 000, Memórias, 47).

Relativamente à aptidão agrícola da terra, como é natural, devido à sua implantação o castro inscreve-se numa mancha sem aptidão agrícola (A 0) e aptidão florestal moderada (F2) (carta da aptidão da terra, Folha 9, 1996, esc. 1: 100 000, Memórias, 3) ³.

³ Na avaliação da aptidão da terra foi adoptada a metodologia recomendada pela FAO (land suitability evaluation) - Carta de solos e de aptidão da terra de Entre-Douro-e-Minho - Memórias, Agroconsultores / Geometral, Lisboa 1995, pp. 3 - 4.

Importa, no entanto, referir que o castro se encontra sobranceiro ao vale do Vizela, que regista nas suas margens e no prolongamento para o interior da ribeira de Negrelos, terrenos de aptidão agrícola moderada.

Descrição

Os vestígios de ocupação actualmente visíveis abrangem integralmente a plataforma superior e uma parte significativa da vertentes Norte e Oeste do castro são constituídos por um conjunto de alinhamentos de estruturas habitacionais e defensivas e por abundante material cerâmico.

O conjunto de estruturas circulares actualmente conhecidas são o resultado de duas intervenções de limpeza levadas a efeito pela Câmara Municipal de Santo Tirso ⁴. Na totalidade identificam-se cinco estruturas circulares com muros de dupla-face e um diâmetro que oscila entre os 4 e os 6 m. Algumas delas revelam um estado de conservação bastante débil, conservando apenas uma ou duas fiadas de pedras.

O sistema defensivo aparenta estruturar-se em duas linhas de muralhas, com cerca de 1,5 m de largura que, em alguns locais, aproveitam a penedia existente. Actualmente conserva-se visível apenas um pequeno troço na face Este que revela uma estrutura de dupla face constituída por blocos graníticos faceados de média dimensão, revelando um aparelho do tipo poligonal, com o interior constituído por blocos de menor dimensão sem face. Embora não seja actualmente visível qualquer vestígio que denote a existência de um fosso de reforço ao sistema defensivo, é natural que possa existir uma estrutura dessa natureza na face Este, uma vez que, neste local, as condições naturais de defesa são de pequena expressão.

Os materiais cerâmicos recolhidos revelam as características tipificadas na cerâmica castreja, no período anterior à influência romana. Os perfis predominantes correspondem a copos, taças e potes e, em menor quantidade, pratos e panelas. As pastas, muito micaceas, são maioritariamente escuras, revelando ambientes de cozedura redutores. Os elementos não plásticos predominantes são a mica e o quartzo de diferentes calibres.

A ausência de materiais claramente romanos ou mesmos de tradição indígena com influência romana, revelam, ainda que indirectamente, que o povoado poderá ter sido abandonado antes do advento da romanização.

Contexto arqueológico

O contexto arqueológico do castro de Santa Margarida corresponde, do ponto de vista cronológico, ao ambiente cultural da designada cultura castreja, cujos parâmetros temporais tem vindo a ser definidos por vários investigadores entre os séculos IX a.C. e o advento da romanização.

O florescimento económico e cultural registado num grande número de povoados ao longo do séc. II / I a.C. a meados do séc. I da nossa era terá acompanhado profundas alterações na organização do território de que resultaram, entre outras, a emergência

⁴ A primeira campanha de limpeza de vegetação realizada no castro de Santa Margarida ocorreu em 1975 e desenvolveu-se no âmbito de um protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal e a Unidade de arqueologia da Universidade do Minho. A segunda intervenção realizou-se em 1985 e foi levada a efeito por técnicos da Câmara Municipal de Santo Tirso. Nesta última intervenção realizou-se a desmatção e limpeza de vegetação rasteira de cerca de 3000 m², área a que corresponde, sensivelmente, a plataforma superior

de alguns povoados estruturalmente classificados como proto-urbanos, que terão desempenhado funções político-administrativas, militares, económicas e religiosas, constituindo-se em *lugares centrais* providos de uma certa capitalidade a que corresponderiam territórios demarcados onde se desenvolveriam unidades de povoamento menores, subsidiárias das primeiras e que alguns autores vêem como adstritas a grupos étnicos, alguns dos quais identificados com unidades suprafamiliares, designadas singularmente por *castellum* (SILVA 1995, 517). Da sua identificação e delimitação dos respectivos territórios tem resultado um conjunto de ensaios de modelização e hierarquização do povoamento (SILVA 1986, 1995, 505 - 546; MARTINS 1990; ALARCAO 1987, 35 - 72; 1992, 62 - 66; DINIS 1993; LEMOS 1993; ALMEIDA 1996) com contributos pontuais de outros (TRANOY 1981, 72) que estruturam e dão coerência social e territorial à designada cultura castreja.

Assim, numa perspectiva integradora, no seguimento dos modelos propostos, o castro de Santa Margarida, pelo menos na última fase do seu desenvolvimento, estaria integrado no “território” a que corresponderia a unidade gentílica dos *Fiduenae*, cujo *oppidum* se localizaria na citânia de Sanfins, Paços de Ferreira. O seu território, segundo Armando Coelho, autor da proposta, desenvolver-se-ia nuclearmente a partir da citânia de Sanfins e teria como limites naturais a serra da Agrela a Oeste, o rio Ave a Norte e o rio Leça e a serra de Valongo a Sul.

Referências bibliográficas

VIEIRA 1887, 322; PIMENTEL 1902, 342; PINHEIRO 1957, 23 - 25, nota 2; SILVA 1980, 79 ;1986, 83, n.º 345; QUEIROGA 1992, 314; TEIXEIRA 1999, 31;

¹ O conjunto de referências bibliográficas ao património arqueológico do concelho de Santo Tirso, ao longo da sua historiografia arqueológica, apresenta inúmeras incorrecções, ora por localizações imprecisas, por incongruências cronológicas, ou porque, simplesmente, a existência dos vestígios referidos não se comprova arqueologicamente. Tal facto, levou-nos a incluir esta nota, em que apresentamos uma lista dos sítios que mais frequentemente surgem citados incorrectamente na bibliografia da especialidade, de forma a esclarecer a sua inadequada classificação e impedir a sua inclusão em futuros estudos.

São onze as situações que se relacionam directamente com o tipo de estação aqui em questão, ou sejam os castros.

1. Cristelo / Casal de Vós, Areias, Santo Tirso

Francisco Carvalho Correia referencia-o como castro, exclusivamente baseado na interpretação do topónimo, que, segundo o autor, não só é revelador dos hipotéticos vestígios, como o seu diminutivo é identificativo da sua reduzida dimensão por oposição a um castro de maiores dimensões na sua imediação, em concreto o castro da Torre Alta, também localizado na freguesia de Areias (CORREIA 1989, 44, 49).

Prospectado o local com particular atenção, não se detectou qualquer vestígio arqueológico identificativo de uma ocupação proto-histórica.

Bibl. - CORREIA 1989, 49 - 50 ;

2. Castro de Montinho, Santo Tirso, Santo Tirso

Armando Coelho, com base em Rui de Serpa Pinto, referencia o castro de Montinho (PINTO 1930, 306) a partir da análise de um conjunto de materiais da colecção do Abade Pedrosa. Efectivamente o local em questão é mencionado como sendo o local de proveniência de um conjunto de materiais cerâmicos de cronologia romana. No entanto, não existe qualquer vestígio que ateste a existência de um castro, até porque a topografia do local não o permite se atendermos ao estereotipo de implantação deste tipo de habitat.

Pereira Dinis, que aborda a questão de forma a clarificar a sua incorrecta inclusão no catálogo de povoados fortificados, sugere uma possível relação com o local de Montinho, freguesia de Areias, em que foram recolhidos vários materiais romanos (DINIS 1993, 105), o que provavelmente estará correcto. De facto, ao local referenciado corresponde um pequeno outeiro, cujo topónimo é Montinho ou Fonte da Galega, localizado na freguesia de Santo Tirso, na margem direita do rio Ave, junto do actual cemitério da cidade, relativamente próximo do local de Montinho, freguesia de Areias, que já aqui aludimos e que corresponde ao local onde foram recolhidos materiais romanos, designadamente a “foice roçadoira”, referenciada por Rui de Serpa Pinto (PINTO 1930, 306).

Bibl. - PINTO 1930, 306; SILVA 1986, 83, n.º 338; DINIS 1993, 105, n.º 9;

3. Monte dos Saltos, Lama, Santo Tirso

É nos finais do século passado que é referenciado pela primeira vez como sendo um castro e, a partir daí, os diferentes autores sistematicamente o integram nesse tipo de assentamento da II Idade do Ferro do Noroeste peninsular. A observação cuidada da área de dispersão dos vestígios arqueológicos, maioritariamente compostos por cerâmicas romanas, não permite afirmar a existência de um castro naquele local. A configuração topográfica, a ausência de condições naturais de defesa e a natureza dos materiais arqueológicos dispersos no local e recolhidos em anteriores intervenções apontam claramente para uma ocupação de época romana e eventualmente medieval.

Bibl. - PIMENTEL 1902, 349; LIMA 1940, 103; MONTEIRO 1985 - 5/6/7; SILVA 1986, 83, n.º 339; DINIS 1993, 104, n.º 5

4. Mouro, Monte Córdova, Santo Tirso

Encontra-se inscrito em vários catálogos de povoados fortificados e é vulgarmente designado por castro (SILVA 1986, 83, n.º 342). O outeiro referido encontra-se implantado num outeiro da cumeeira Oeste do maciço de Monte Córdova e corresponderá, provavelmente, a uma fortificação medievo.

Bibl. - SILVA 1986, 83, n.º 342; DINIS 1993, 105 - 106, n.º 10;

5. Morro da Vela; Morro da Assunção, Monte Córdova, Santo Tirso

Apesar de inscrito nos dois principais inventários de castros do Norte de Portugal (SILVA 1986, 83, n.º 342 - 343; QUEROGA 1992, 314) e de existirem referências a achados de materiais antigos, designadamente, machados de pedra polida e fragmentos de cerâmica grosseira manual (SANTARÉM 1952, 106 - 107) os vestígios existentes, assim como os materiais de superfície que podem facilmente ser recolhidos no local, correspondem à época medieval, momento em que provavelmente terá existido uma atalaia no local.

Bibl. - SANTARÉM 1952, 106 - 107; SILVA 1986, 83, n.º 342 - 343; QUEROGA 1992, 314; DINIS 1993, 105 - 106.

6. Castro de S. João do Carvalho, Burgães, Santo Tirso

É única e exclusivamente referenciado por Armando Coelho no catálogo dos castros do Noroeste de Portugal. Apesar do outeiro possuir condições topográficas favoráveis ao assentamento de um povoado fortificado, apresentando boas condições naturais de defesa, particularmente nas suas vertentes Norte, Sul e Oeste, assim como, uma implantação privilegiada, que possibilita um amplo controle visual de uma vasta área sobre o vale do rio Ave, não se encontram quaisquer indícios que apontem para uma ocupação castreja.

Bibl. - SILVA 1986, 83, n.º 340; DINIS 1993, 106, n.º 13

7. Citânia de Roriz, Roriz, Santo Tirso

Alberto Pimental, na sua obra "Santo Thyrsos de Riba D'Ave", a propósito dos bens patrimoniais da freguesia de Roriz, quando se refere à citânia localizada no Monte de S. Romão (citânia de Sanfins), clarifica " ... As ruínas da citânia de Roriz (assim conhecida, ainda que impropriamente, por estar situada em outras freguesias e concelho) correm o risco de ser inutilizadas como monumento archeologico, em razão de recentes aforamentos." (PIMENTEL 1902, 348). Apresenta ainda a transcrição de um ofício enviado à comissão executiva do conselho dos monumentos nacionais a fim de providenciarem a real salvaguarda do monumento, cujo teor do primeiro e segundo parágrafo é bem elucidativo e esclarecedor de que a referência à citânia de Roriz corresponde efectivamente à actual Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira. " ... Em resposta ao ofício de V. Ex., de 8 de novembro do corrente anno (3.º Repartição liv. 30 n.º 300) e relativo á citânia de Roriz, cumpro-me enviar a V. Ex.ª a respectiva planta e comunicar-lhe o seguinte :

Que a referida citânia está situada nas freguezias de Eiriz e Sanfins de Ferreira, no concelho de Paços de Ferreira; que na primeira freguezia o seu maior comprimento é de 370 metros e a sua largura de 190 metros, e que o valor do terreno comprehendido n'esta freguezia é de 269\$ 500 reis; que na segunda freguezia o terreno mede de comprimento 450 metros, e de largura 385, sendo o valor de 646\$300 reis. " (PIMENTEL 1902, 348).

A longa e intrincada confusão da designação e localização da Citânia de Roriz versus Citânia de Sanfins é aprofundadamente explicada e documentada por Afonso do Paço que esclarece definitivamente a inexistência de uma citânia ou castro em Roriz (PAÇO 1952, 357- 384).

Bibl. - PIMENTEL 1902, 348; PAÇO 1952, 357- 384;

8. Santa Cruz, Burgães, Santo Tirso.

Armando Coelho integra o local de Santa Cruz, Burgães, no seu inventário dos castros do Noroeste de Portugal (SILVA 1986, 83, n.º 341) com base em referências de Martins Sarmiento (SARMENTO 1887 = 1933, 303 - 304). Na realidade o local corresponde à implantação de um *habitat* romano, cujas características topográficas afastam definitivamente a possibilidade da existência de um castro naquele local, facto aliás, já referenciado por outros autores (DINIS 1993, 106).

Bibl. - SILVA 1986, 83, n.º 341

9. Citânia de S. Romão, Vila das Aves, Santo Tirso

A citânia é mencionada pelo Pe. Joaquim da Barca, tendo por base informações fornecidas por Alfredo Queirós que refere a suposta citânia no lugar de S. Romão, Vila das Aves, Santo Tirso. Na realidade a “citânia de S. Romão” corresponde à citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, e a confusão está relacionada com o facto de a serra onde se encontra implantada ser referida como de S. Romão e pelo facto de aí existir uma capela com o orago de S. Romão. As referências nas memórias paroquiais de Sanfins de Ferreira, S. João de Eiriz e S. Lourenço de Romão (hoje um lugar da freguesia de S. Miguel da Aves, Santo Tirso), publicadas de forma sinóptica por Armando Coelho, são suficientemente esclarecedoras do equívoco (SILVA 1999, 9).

S. Pedro Fins de Ferreira “... Há no districto desta freguezia huma serra chamada de Sam romam na qual há ainda vestigios de que foi nella huma Cidade de Mouros a que dizem se chamava a Cidade da Citania, cousa piquena no mais alto della e ainda tem vestigios de ser murada á roda”.

S. João de Eiriz “... No monte de que já fiz menção no cappitulo 4.º (S. Romão) se acham ajnda os vestigios de hua cidade a Citania que dizem que antigoamente abitavão nella os mouros ou outros semelhantes honde se vem os vestigios das muralhas e das casas e de hua cappela chamada de S. Romão o qual santo veio para a igreja desta freguezia”

S. Lourenço de Romão “... A parte do Sul do caucumen do monte chamado de Bustello estão ainda os vestigios de hua (ao que parece) grande cidade destruida antigamente pelos Barbaros Bracaraenses o que melhor constará do Paracho a que pertence”

Bibl. - BARCA 1953, 34; SILVA 1999, 9;

10. Castro de “Sobrado”, Vila das Aves, Santo Tirso

O castro é referenciado pelo P. Joaquim da Barca na sua monografia sobre S. Miguel das Aves como tendo sido descoberto pelo Eng.º Júlio de Magalhães. A referência é imprecisa e pouco segura “Castro que o engenheiro Júlio de Magalhães presume ter encontrado nos montes de Sobrado”.

A análise topográfica dos “Montes de Sobrado” permitem afirmar de forma concludente que não existe qualquer vestígio arqueológico dessa natureza, aliás confirmada por trabalho de prospecção arqueológica.

Bibl. - BARCA 1953, 34;

11. Monte dos Castros, Roriz, Santo Tirso

O castro é referenciado por Carlos Faya Santarém a propósito da citânia de Roriz - (...) Na lista dos Monumentos Nacionais do Concelho de Santo Tirso, figura, entre outros, desde o Dec. de 16 de Junho de 1910, o da Citânia de Roriz.

Ultimamente, embora o monumento com esta designação continue a figurar no catálogo dos Monumentos nacionais publicado pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, tem-se entendido que não existe e que se trata, apenas, de uma confusão com a Citânia de Sanfins ou de Eiriz que lhe fica próxima, mas já no Concelho de Paços de Ferreira.

Acontece, porém, que Há dias, por indicação de sua E.ª Revm.ª o Senhor D. Gabriel de Sousa, Abade do Mosteiro Beneditino de Singeverga, fui, em Roriz, ao alto dum monte onde me diziam haver vestígios nítidos de ruínas. Quando me aproximei do local e perguntei o nome daquele monte e me disseram ser o “Monte dos Castros” e começaram a contar as célebres histórias de mouras e bruxas, já não tive mais dúvidas, e, de facto, ao chegar ao cimo do monte, lá estavam as ruínas bem patentes

Parece-me, portanto, que o castro de Roriz, Monumento Nacional do concelho de Santo Tirso, existe e nada tem que ver com o de Sanfins ou Eiriz em Paços de Ferreira (...) (SANTARÉM 1951, 1, nota 2).

Efectivamente, Carlos Faya Santarém, tinha razão na identificação das ruínas e na classificação do povoado como castro, todavia, uma vez mais, trata-se de um imóvel localizado no concelho de Paços de Ferreira, na zona limítrofe das freguesias de Sanfins de Ferreira, Lamoso e Codeços, aliás com referências bibliográficas anteriores à sua notícia (JÚNIOR 1908, 2,18,36,40).

Actualmente figura nos principais catálogos de estações castrejas de Portugal e encontra-se relativamente bem divulgado na bibliografia da especialidade, designadamente (PAÇO 1952, 382 - 384; DINIS 1971, 288; SILVA 1986, 84, n.º 347; 1986 a, 105; QUEIROGA 1992, 310).

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge

(1987 b) - Renovação urbana em Portugal: A formação de «Lugares centrais» em Portugal, da Idade do Ferro à Romanização, Ciclo de Conferências - *Cidades e História*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa pp. 35 - 71.

(1992) - A evolução da cultura castreja, *Conimbriga*, XXXI, Coimbra, pp. 39 - 71.

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado

(1996) - *Povoamento romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho*, VII volumes, (Dissertação de Doutoramento em pré-história e arqueologia), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, (Policopiado).

ANDRADE, Miguel Montenegro de

(1952) - Carta geológica da Região de Santo Tirso. Notícia explicativa, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. I, n.º 3, Porto, pp. 303 - 310.

BARCA, Joaquim da Barca

(1953) - *S. Miguel das Aves. Monografia*, Vila das Aves.

DIRECÇÃO REGIONAL DE ENTRE-DOURO E MINHO

(1995) - *Carta de solos e de aptidão da terra de Entre-Douro-e-Minho - Memórias*, Agroconsultores / Geometral, Lisboa.

CORREIA, Francisco Carvalho

(1989) - *Areias até ao séc. XI*, Ave - Cadernos de Cultura, 4, Câmara Municipal de Santo Tirso, Braga.

DINIS, António Pereira

(1993) - *Ordenamento do território do Baixo Ave no I milénio a. C.*, Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, policopiado.

DINIS, M.V.

(1971) - O castro de Capelo Vermelho, *Lucerna*, 1 (2), Porto, pp. 287 - 291.

JÚNIOR, F. T. Proença

(1908) - *Ensaio de inventário de castros portugueses*, Leiria.

LE MOS, Francisco Sande

(1993) - *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*, 3 volumes, Universidade do Minho, Braga, (policopiado).

LIMA, Augusto César Pires de

(1940) - A correspondência Martins Sarmiento - Padre Joaquim Pedrosa, *Revista de Guimarães*, vol. L, n.º 1 - 2, Guimarães, pp. 77 - 105.

(1940 a) - A correspondência Martins Sarmiento - Padre Joaquim Pedrosa, *Revista de Guimarães*, vol. L, n.º 3 - 4, Guimarães, pp. 181 - 214.

MARTINHO, Jesus Manuel Pires

(1986) - *Relatório da acção de Limpeza no castro de Santa Margarida, freguesia de Negrelos (S. Tomé), concelho de Santo Tirso*, policopiado, Câmara Municipal de Santo Tirso.

MARTINS, Manuela

(1990) - *O povoamento proto - histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Cadernos de Arqueologia - Monografias, n.º 5, Braga.

MONTEIRO, J. N.

(1985) - Apontamentos para uma monografia de Sequeirô. Sequeirô pré-romano, 5 - 7, Boletim Paroquial de Sequeirô, Santo Tirso.

PAÇO, Afonso do

(1952) - Citânia de Sanfins. I - Notícia Histórica, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, Vol. I, n.º 3, Porto, pp. 357 - 384.

PIMENTEL, Alberto

(1902) - *Santo Thyrsos de Riba D'Ave*, Santo Tirso.

PINHEIRO, Pe Luís Gonzaga Martins

(1957) - *A roda de Negrelos*, Sep. Santo Tirso - Boletim Cultural, Porto.

PINTO, Rui de Serpa

(1930) - Machados de bronze das margens do Ave, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 4 (3), Porto, pp. 306.

QUEIROGA, Francisco

(1992) - *War and Castros. New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age*, (dissertação de doutoramento), policopiado.

SANTARÉM, Carlos Manuel Faya

(1951) - O castro de Monte Padrão, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. 1 (1), Santo Tirso, pp. 49 - 66.

(1952 a) - Algumas peças inéditas do Museu Abade Pedrosa, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. I, Santo Tirso, pp. 169 - 177.

SARMENTO, Martins

(1887 - 1889) - Para o pantheon lusitano, *Revista Lusitana*, 1 (3), pp. 227 - 240 = 1993, Dispersos, Coimbra, pp. 297 - 308.

(1933) - *Dispersos*, vol. I - II, Coimbra.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da

(1980) - Organizações gentílicas de entre Leça e Ave, *Portugália*, Nova Série, 1 Porto, pp. 79 - 90 = (1982) - Actas do Colóquio de História Local e Regional, (Santo Tirso 1979), Santo Tirso, pp. 381- 399.

(1986) - *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Paços de Ferreira.

(1986 a) - Paços de Ferreira. As origens do povoamento: do megalitismo à romanização, *Paços de Ferreira. Estudos Monográficos*, vol. I, Paços de Ferreira, pp. 97 - 169.

(1995) - A evolução do habitat Castrejo e o processo de proto-urbanização no Noroeste de Portugal durante o I milénio a. C., *Revista da Faculdade de Letras - História*, Universidade do Porto, Porto, 505 - 546.

(1999) - *Citânia de Sanfins Catálogo*. Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira 1999.

TEIXEIRA, Ricardo

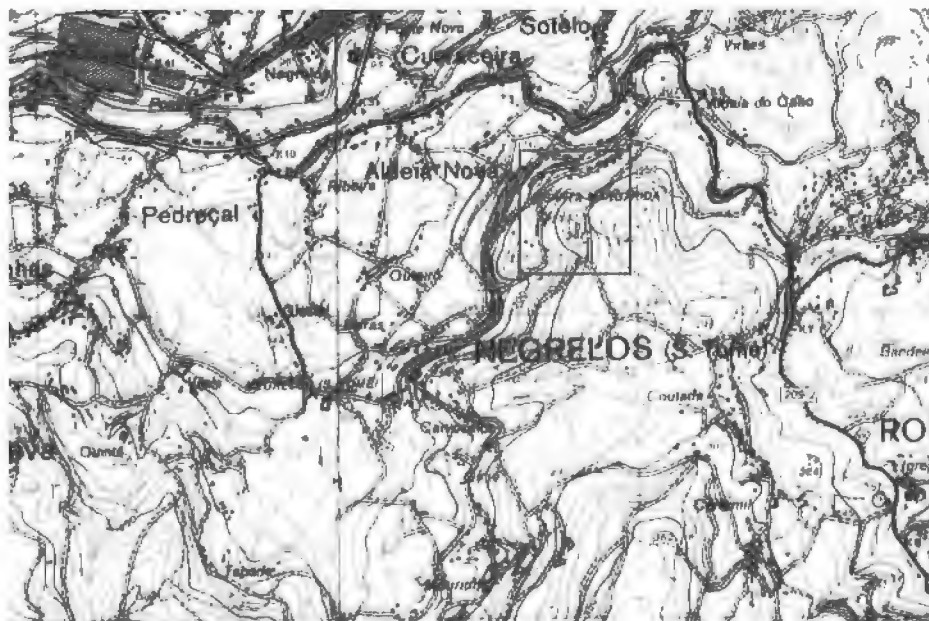
(1999) - *Plano de bacia hidrográfica do rio Ave*. Caracterização de valores Patrimoniais, Arquitectónicos e Arqueológicos, Tomo 8 B, Direcção Regional de Ambiente, Porto, policopiado.

TRANOY, Alain

(1981) - *La Galice Romaine. Recherches sur le nord-ouest de la Péninsule Ibérique dans l'antiquité*, Paris.

VIEIRA, José Augusto

(1887) - *O Minho Pittoresco*, Vol. II, Lisboa.



Excerto da carta militar 1 : 25 000, S.C.E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977
Lat - 41.º 18' 48" N / Long - 8.º 28' 28" W (meridiano de Greenwich) / Alt. - 281 m



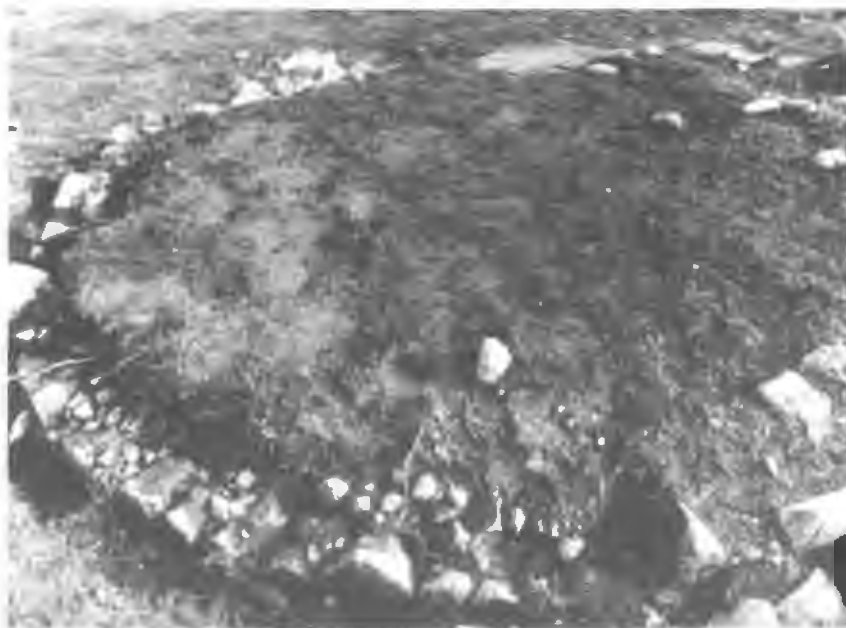
Fot. 1
Castro de Santa Margarida 1985 Pormenor da muralha, face Este



Fot. 1
Castro de Santa Margarida 1985 Pormenor de estrutura circular - plataforma superior



Fot. 2
Castro de Santa Margarida 1985. Pormenor de estrutura circular - plataforma superior, face Este



Fot. 1
Castro de Santa Margarida 1985. Pormenor de estrutura circular - plataforma superior



Fot. 2
Castro de Santa Margarida 1985. Pormenor de estrutura circular - plataforma superior

A Capela de S. Roque

Francisco Carvalho Correia

Resumo:

Não fazemos uma ideia exacta como seria esta capela de S. Roque, sita no lugar de Sande, freguesia de Areias. Sofreu as consequências da concorrência de outros santos que lhe disputavam o patrocínio, como S. Sebastião, por exemplo.

Abandonada já a meio do séc. XVIII, como consequência das Constituições Sinodais da Arquidiocese de Braga, de D. Sebastião de Matos Noronha, que mandava derrubar uma ermida, se, arruinada, não suscitasse o interesse da população pelo seu restauro. Da ermida, resta apenas a imagem do titular que, entretanto, se recolhera na Igreja Matriz, em Santo Tirso.

Abstract:

We don't have an exact idea how it was the S. Roque chapel, located in Sande, civil parish of Areias. This chapel suffer the consequences of the competition of other saints that contest their patronage, like S. Sebastião.

Neglected in the mid eighteen century, as result of the Synodical Constitutions of Archdiocese of Braga, of D. Sebastião de Matos Noronha, who ordered throwing down ruined chapels, if the population don't show any interest for their restoration. From S. Roque chapel only rests the image of the saint, placed in the Mother Church, in Santo Tirso.

A CAPELA DE S. ROQUE

1. AS CAPELAS DE SANDE
2. A CAPELA DE S. ROQUE
 - 2.1. O local da ermida;
 - 2.2. A data da sua edificação;
 - 2.3. A ruína e o SOS dos Visitadores;
 - 2.4. Causas da ruína da capela.
3. A ICONOGRAFIA DO TITULAR

Num breve apontamento que, há muito fizera, recordei a existência, em Areias, de uma ermida em honra de S. Roque. Dela ninguém se lembra. A memória é também uma faculdade que esquece! Aqui, nem é tanto para admirar: em 1771, estava prostrada por terra. E, ferida de cansaço, sumiu-se-lhe o fôlego. E nunca mais se levantou! Não sei até se o golpe de misericórdia - como ao bovídeo, exausto de forças, lidado na arena - lhe não veio a estocada de algum matador!... Afinal, as *Constituições Diocesanas* de D. Sebastião de Matos Noronha, em 1637, tinham tomado a decisão fatal:

E sendo caso que alguma (ermida) esteja muito desbaratada, e que se não possa commodamente reparar, por não haver pessoa a isso obrigada, nem ella ter rendimento algum, nem o povo, ou vizinhança poder para lhe acudir: mandamos aos Visitadores, que nolo fação a saber, para que com sua informação se nos parecer, a mandemos derribar de todo, e pôr naquelle lugar huma Cruz em memoria que foi dedicado ao culto Divino: no qual caso a imagem do Santo, ou Santa do dito Orago, será collocada em algum dos altares daquella Igreja Parochial, de cuja Freguezia for a dita Ermida, onde com maior piedade, e reverencia possa ser do povo venerada; porque melhor he não haver as tais Ermidas, que estarem damnificadas, e desauthorizadas ¹.

E foi o que, na realidade, aconteceu em Areias, ao menos parcialmente: se a não derribaram, ela se derribou. E a imagem de S. Roque, sem eira nem beira, veio acolher-se à matriz.

1. As capelas de Sande

Mas, afinal, quantas havia no lugar de Sande, que alguém, certo dia, picado de humor um tanto ou quanto amargo, que despoletou de um alento religioso demasiado forte, - donde lhe veio a tentação de zurzir os moradores por vícios de menor catequização - e por tal o baptizou por lugar da Rússia? Que, afinal, pegaria ... E que, depois, por contágio, a um lugar contíguo - talvez porque mais ou menos exposto aos rigores dos ventos invernais - se lhe poria o nome correlacionado de Sibéria ? ...

Pois, naquele lugar havia, nada mais nada menos, que três capelas. Uma todos a conhecemos: a da Senhora da Conceição, que jaz, no dizer de antigos papéis, na estrada que vai da vila (Guimarães) para Vila do Conde. Acarinhada pelos devotos, não lhe faltam as esmolas que a mantenham e as solenidades que a animem. Sobretudo, em 8 de Dezembro, como é lógico.

¹ *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga*, Lisboa, na Officina de Miguel Deslandes, 1697, pp 316-317

Depois, um oratório que se encontrava em Caldelas de Sande. A tal se refere um documento dos meados do sec. XVIII. Pelo teor do fraseado, sabemos que se encontrava de pé, ao culto, em 1767. O Visitador proibira lá a santa Missa. Mas não porque estivesse incapaz. Era tão só uma questão de formalidades jurídicas que facultassem a concessão de um outro breve, a supor, todavia, justa causa e obediência às condições. Aí vai a citação do delegado do arcebispo:

O Reverendo Pároco não permita que se celebre missa alguma em o Oratorio de Caldelas do lugar de Sande enquanto lhe não constar da aprovação do Senhor Ordinario que não tem de prezente, nem perdura o breve por cessarem as Cauzas da sua concessão.

A outra, a terceira ermida, pela mesma altura, encontrava-se em ruína deplorável. E bem se esforçavam os responsáveis superiores da diocese, nas Visitas, por a levantarem, energicamente, da prostração. Mas era “chover no molhado”: a capela - a terceira de que falamos, consagrada a S. Roque - , ao contrário dos cadáveres de Ezequiel, não mais reassumiria os ossos mirrados e sem junturas...

2. A capela de S. Roque

Muitas questões podem suscitar-se, a respeito da ermida. A algumas daremos resposta, satisfatória ou provável. É o que se tentará nos apontamentos que seguem.

2.1. O local da capela

1. Não há dúvida, ficava em Sande. Dispúnhamos já de uma pista abonatória, numa Carta de Vedoria passada na residência paroquial de Areias, em 1782. E certo: o argumento não é decisivo, mas insinuator de probabilidades.

O dado textual é importante, não só para a localização da capela, mas também para o traçado então sinuoso da estrada de Santo Tirso - Famalicão. Desde o sítio da Carvalheira - como, há pouco, se dizia, pela árvore tão imponente que o embandeirava - aquela via não era coincidente com o traçado de hoje, num rumo directo sul - norte. Metia, antes, por entre a bouça do “Engenheiro de Caldelas”, de um lado, e as casa da Sr.a Maria Maneta, do Sr. Augusto Violas e das Sosas, de outro. Descia a Caldelas, guinava a Levante, direita à Casa do Romariz, pelo caminho público actual, e, tomando o rumo norte, chegava ao Lima de Sande. Aqui se bifurcava: na direcção do nascente, rumava-se para Guimarães; e, no sentido do poente, chegava-se a Famalicão. Aliás, um pequeno exame nos confirmará a suspeita: as casa mais antigas, desde junto à Carvalheira, alinhavam-se por este trajecto e com as costas voltadas - e longe ainda, relativamente - para a estrada nacional de agora.

Aliás, uma outra sugestão em prol deste trajecto nos vem ainda de trás. A casa da Dona Isabel, que ardeu e hoje votada ao abandono, junto com o anexo que agora serve de oficina de reparações de automóveis, supõe um traçado em curva, a continuar, de modo coerente, pelo referido caminho, depois de cruzar o piso do tapete rodoviário de hoje e a enfiar-se deste modo no mencionado caminho de Famalicão, via Sande. A estrada moderna, desde a igreja de Areias, essa galgou a direito, sem grandes curvas ou serpenteados, até ao Barreiro. De resto, nesta todos os edifícios que a ladeiam são do sec. XX ³.

² APA Livro das Visitas, vol I, ff 62 v - 63

³ O troço moderno do Barreiro à igreja de Areias foi cortado desde 5 a 24 de Abril de 1888



O caminho era, pois, sinuoso. Um outro caso confirmará o rumo da estrada e o local do templo do nosso santo. A carta de Vedoria, a que se referiu, fala-nos de uma *Leira de S. Roque*, a propósito de uma outra, a *Leira do Padrão*, pertencente à *Agra do Ventoso*. Aponta as medidas e traça as confrontações desta:

*Item em Agra do Ventoso huma leira chamada do Padrão, que algum dia foi solta, e hoje se acha entre vallos, supposto que sómente hé della o da parte do Norte, que confina com a estrada de Villa Nova para Sancto Thyrsos, e pelo Nascente, tem de comprido cento, e vinte e sette varas, e pello Poente cento, e quarenta, e meya, e na testa do Norte tem de largo vinte oito, e na do Sul quinze. Não tem ágoa, e hé boa terra, e levará de sementeira trez razas. Confronta do Norte com a estrada de Vila Nova, do Nascente com a Leira de S. Roque*⁴.

Pois, do lado norte, tange a Leira do Padrão com a estrada de Santo Tirso - Vila Nova, o que supõe nesta um rumo nascente-poente, muito distante do fio condutor da estrada de agora.

Serpenteava assim a dita via pública dentro dos limites de Areias. A Carta de Vedoria confirmará as insinuações dos alinhamentos dos prédios urbanos, que antes se referiram, e permite localizar, mais concretamente, a Capela do Santo, advogado contra as pestes. A direcção da estrada e os limites das leiras do Padrão e de S. Roque atiram-nos para uma situação da ermida para a zona situada na face sul do caminho, entre o Lima de Sande e a fonte pública, junto às Caldas.

Conhecemos a fragilidade do argumento: primeiro, porque supõe umas “chaves” no trajecto da via pública, na segunda secção do troço de Areias. Depois, porque faz apelo à contiguidade entre a Leira de S. Roque e a capela do mesmo titular. Mas há uma dose de plausibilidade...

2. De qualquer forma, era dentro dos limites de Sande a capela. E nisto já não pode haver dúvida. A primeira notícia de que dispomos fala do templozinho, da sua sede e dos males que o afligem: *miserável estado!* Supõe até em movimento uma questão sobre a fábrica. Em todo o caso é lá, em Sande, que se ergue a humilde capelinha. Apesar das condições precárias do texto, que manchas de água parcialmente inutilizaram, ainda se lê, em fácil tentativa de reconstituição:

*O Reverendo Parocho fara lembrado ao Reverendo Senhor Doutor Juiz dos Residuos o pleito que corre por ante elle sobre a fabrica (...) da Capella de S. Roque cita no lugar de Sande*⁵.

3. De resto, temos outro testemunho do tempo em que da capela ainda se vislumbravam os seus restos mortais. O oratoriano Pe Luis Cardoso, no *Dicionário Geográfico*, sob o verbete de Areias, diz que tenciona falar das duas capelas de Sande - a da Senhora da Conceição e a de S. Roque - , quando abordar esta última referência toponímica. O terremoto, primeiro, e, depois, a idade - estas, quando as respostas aos novos questionários lhe permitiram recuperar o material informativo - obstaram à elaboração total da empresa, que, hoje, na maior parte, se acha ainda manuscrita, na Torre do Tombo⁶.

⁴ APA *Carta de Vedoria* de 1782, ff. 54 v.- 55.

⁵ APA, *Livro de Visitas*, vol. I, ff. 30-30 v.

⁶ APIRES DE LIMA, Dr. Augusto César – *Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos*, vol. VI, edição da Junta de Provincia do Douro Litoral, Porto, p. 340, nota 2.

Felizmente que o Sr. Dr. Lima Carneiro publicaria no Boletim Cultural *O Concelho de Santo Tirso* as respostas enviadas pelos párocos do nosso concelho ao Pe Cardoso, para a retomada do *Dicionário Geográfico*. Subscrive as de Areias o abade de então o Pe Atanásio Mendes de Freitas, corroborado pelos párocos de freguesias tangentes, o de Landim e o do Lama.

Dizia o nosso abade a 22 de Maio de 1758:

Há nesta freguesia duas ermidas, ambas situadas dentro do lugar de Sande. Uma de Nossa Senhora da Conceição (...). A outra é do confessor de Cristo S. Roque, cuja fábrica pertence aos moradores da freguesia ⁷.

2. 2. A data da sua edificação

1. É tardio o culto de S. Roque. Começou a partir de Montpellier, sul de França, donde, segundo a lenda, o santo era natural. Não se divulga, porém, antes de 1410, a devoção. Nesta altura, a peste – de que S. Roque é protector – afligiu a cidade natal. E a sua famosa Universidade recorre a S. Sebastião. Não obstante S. Roque ser anti-pestífero! E exactamente de Montpellier !... E “especializado”, ao contrário de S. Sebastião, este com uma luta repartida por três frentes muito amplas: fome, peste e guerra...

O culto de S. Roque difunde-se a partir de 1414, por obra do concílio de Ferrara, que fez apelo à sua intercessão contra a peste que ia ameaçando o decorrer das suas sessões. Depois, revigora-se: uma parte das relíquias do santo vai para Veneza, em 1485, como talismã contra as epidemias a que o frenético porto de mar se expunha nas relações comerciais com o Oriente, berço de tantos males e de muitos contágios. Os Papas sublinham o valor de S. Roque, ao inscreverem o seu nome no martirológio romano (Gregório XIII) e no catálogo oficial dos santos da Igreja (Urbano VIII). O teatro, na linha dos milagres da Idade Média, toma, como fonte de inspiração, as vicissitudes heróicas e os efeitos taumatúrgicos da Sua presença benéfica. As epidemias frequentes – tenhamos na lembrança as de 1630 e 1720 - incentivaram o recurso ao homem de Deus e à sua intercessão tão especializada ⁸.

2. A partir de França e de Veneza, o culto chegou a Portugal. Nos começos do sec. XVI, à sua volta. O *Breviário Bracaraense de Soeiro*, dos fins do sec. XIV ou começos do sec. seguinte, e o *Breviário bracaraense de 1494* não registam o seu nome ⁹.

Por 1500, havia já, porém, uma ermida da sua titularidade, em Lisboa, junto de um cemitério destinado às vítimas da peste. Em 1553, entregaram-na aos Jesuitas, que, na última parte do sec. XVI, fizeram levantar, no sítio daquela, a famosa igreja de S. Roque, recheada de arte e nimbada de recordações ¹⁰.

Apesar de um certo refluxo no atinente ao Seu patrocínio sobre os homens - o conceito utilitarista da religião, com o contrapeso dos avanços da medicina serão disso responsáveis! - , a devoção a S. Roque, nas aldeias, ainda se conservou durante muito tempo, pelo desvio do seu influxo salutar sobre os animais. Em 16 de Agosto, dia da solenidade do santo, o sacerdote benzia umas ervas que os lavradores metiam no penso do gado, para o imunizar de doenças contagiosas.

⁷ CST I (1951-1952) 413, n. 13

⁸ RÉAU, Louis – *Iconografia del arte cristiano* t. 2, vol. 5 *Iconografia de los santos. De la P a la Z - Repertorios*, Ediciones del Serbal, Barcelona, 1998, pp. 147-153.

⁹ ROCHA – Pedro Romano - *L'Office divin au moyen âge dans l'Église de Braga*, ed. da Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português de Paris, Paris, 1980; id. *Breviário Bracaraense de 1494*, ed. da INCM, Lisboa 1987.

¹⁰ LOPES, António - *Roteiro Histórico dos Jesuitas em Lisboa*, Livraria A 1 e Ed. A O. Braga, 1985, pp. 25-29.

3. Da devoção a S. Roque, em Santo Tirso, umas palavras agora. A primeira capela que conheço desta invocação remontará aos finais do sec. XVI. O abade de Santa Cristina do Couto, Frei António Dinis ¹¹, requereu ao bispo portugalense, D. Jerónimo de Meneses, autorização para levantar uma capela em honra de S. Roque, já que a peste ameaçava a tranquilidade da paróquia. Como de regra, o bispo exigiu uma dotação que caucionasse o funcionamento normal do culto, na ermida. E, a 10 de Janeiro de 1600, o abade e mais alguns dos paroquianos, perante o notário Jácome Varela, constituíram os fundos necessários à fábrica do templozinho em honra do santo antipestífero. Satisfeitas as condições impostas pela Cúria episcopal, a 25 de Janeiro o bispo autorizaria então a construção da ermida de S. Roque, em Santa Cristina do Couto ¹².

A capela de S. Roque de Areias também devia ser antiga. Já arruinada, que o era, a 1 de Junho de 1748. Em *miserável* estado a encontrou o Visitador, nessa altura. Logo, podemos recuar à centúria anterior, à de 1600, como época possível da sua edificação. Aliás, a imagem do titular - única relíquia que se manteve, até ao século XX, deste templo augusto - parece-me ser desta fase.

O Dr. Gonçalo Pinto de Medeiros, na sua intervenção, depois de aludir ao problema que corre nos tribunais sobre a fábrica da capela ¹³, incumbe o pároco de recordar ao juiz:

Para que por serviço de deos e do mesmo sancto a faça desedir para que se possa acudir ao reparo da mesma Capela que se acha em mizeravel estado ¹⁴.

2.3. A ruína e o SOS dos Visitadores

Suponho que o pleito - sobre a jurisdição da capela - se prolongaria por muitos meses. É que só 13 anos depois, vem à baila a capela, e se faz responsável então da sua fábrica o Juiz do Subsigno.

2.3.1. Nenhuma obra se teria realizado, neste entretanto. Daí que o retrato como que nos obrigará a pôr a mão nas chagas mortais do corpo da ermida, se incrédulos hesitássemos na frente de tamanho descuido... Paredes e altar em situação lastimosa ! Vejamos as observações do Visitador Dr. José da Glória Camelo, abade de S. Martinho de Cavalões e da sua anexa de S. Veríssimo, que a Areias chegou, a 6 de Novembro de 1761:

Também pessoalmente vizitei a Capella de S. Roque e achei em termos proximos de Ruinar se por estarem as paredes muito velhas abertas de rendidas e o Retabullo velho tambem e indecente, e finalmente está incapas toda a dita Capella e carece de ser inteiramente Reformada ¹⁵.

As ordens do Visitador impõem uma actuação imediata. Ao pároco incumbe-o das diligências que seguem: uma mudança para a igreja matriz das esculturas do titular S. Roque e de S. Domingos ¹⁶ e envio de um requerimento à Cúria, para

¹¹ Sobre este abade, cf. artigo *Elementos para a história de Santa Cristina do Couto. Um frade rebelde que não aceitou a reforma*. Frei António Dinis, pároco de Santa Cristina do Couto (1587-1605), em *Santo Tirso. Da cidade e do seu termo*, vol. II, Santo Tirso 2000, pp. 173 - 180.

¹² CST V (1956 - 1957) 303 - 309

¹³ Se a questão residia na entidade responsável, então a resposta ao questionário do Pe Luis Cardoso, para o Dicionário Geográfico, supõe o problema já resolvido

¹⁴ APA *Livro de Visitas*, vol. I, ff. 30-30 v.

¹⁵ APA *Livro de Visitas*, vol. I, f. 45

¹⁶ A imagem de S. Roque foi para a matriz, para aquele altar lateral, cujo orago era S. Sebastião. Na antepenúltima igreja paroquial de Areias, que foi demolida em 1888, era o altar colateral do lado direito. A 31 de Julho de 1775, Manuel António de Carvalho, da Torre, dita no seu testamento, entre outras vontades, a de seis missas no altar de S. Sebastião e S. Roque, com esmola de 100 reis, por cada uma: APA *Livro dos Testamentos*, f. 29 v.

demolir a Capela ¹⁷. Subentendia de imediato uma solução alternativa: tal como estava, mais valia edificar uma nova e com proporções mais avantajadas. Pela forma como se exprime, sabe-se que a primeira capela ficara diminuta. Impunha-se uma outra, que lhe fosse superior e com uma porta mais ampla e mais ritmada à grandeza do edifício que imaginou.

A obra exigia despesas de vulto. Ao Juiz do Subsigno - a fábrica da capela já competia, sabêmo-lo do documento, à paróquia - o Visitador deu-lhe a incumbência de, dentro de vinte dias, fazer conhecidos do povo os capítulos de agora, no sentido de angariar fundos para esta obra, quer de forma directa, quer mediante o revigoreamento de uma piedade, que conduzisse à formulação úbere de promessas e votos. Com esta movimentação, suscitar-se-ia também o entusiasmo dos fiéis, nas paróquias das vizinhanças. Veria, pois, esmorecer-se a fé no S. Roque como protector das fainas agrícolas.

O Dr. José da Glória Camelo saiu crente numa renovação da piedade dos fiéis. E anteviu a consolação do prémio, para generosidade monetária tão grande:

Receberão de Deus e dos santos muitos prémios ¹⁸.

E foi-se o Visitador, esperando que, no prazo de um ano, o movimento popular alcançasse os merecimentos divinos! De contrário, ver-se-iam sob a alçada das sanções eclesiásticas. Que não só! Fala convicto o Visitador:

E não Cumprindo assim no definido termo (um ano) logo que elle passar hei desde já para o dito tempo por suspensa a dita Capella para que nella se não possa mais celebrarse ¹⁹.

E, na piedade da época, a clausura das cerimónias oficiais haveria de significar a retirada do escudo divino, diante das flechas venenosas do Diabo, apostado em infestar os homens e seus animais...

2.3.2. E passaram-se dois anos mais. E tudo continuava numa pachorrenta monotonia! A peste talvez não apertasse. E, em caso de que ameaças houvesse, um outro santo, numa concorrência desleal, poderia sobrepor-se: S. Sebastião! Que, em Areias, também se venerava...

Em 3 de Agosto de 1763, nova investida dos delegados do Primaz. Desta vez visitava a nossa freguesia o Dr. Filipe da Cunha Barbosa, Comissário do Santo Ofício, Reitor da Paroquial Igreja de S. Miguel de Vila Franca, que chegava por representação do D. Gaspar. Olha para trás e compreende. Em Areias, nada se fizera pela recuperação da ermida de S. Roque. Mas - compreendera, repito - havia atenuantes: a pobreza dos naturais e o zelo de todos pela causa da matriz. Até fizeram obras - urgentes, sim - mas que não foram sequer capituladas... Eram razões de peso, que explicavam a “desobediência” e que de sobre a cabeça dos naturais arredava a espada luzidia das sanções da Igreja.

Acha, porém, que se não deve desistitir da empresa que se assumira. E indicará métodos: o pároco organize comissões para um peditório, especialmente na ocasião propícia e avizinhada do S. Miguel. Diz o texto:

Vi que a Capella de Sam Roque esta ainda nos termos da visitta passada, e como os fregueses me informarão são bastantemente pobres e fizerão as obras da Igreja sem estarem capituladas no que mostrarão o seo grande zelo, e eram muito precisas e necessarias espero com o mesmo zelo fação as dittas obras da dita Capella, inthé a visita

¹⁷ Veja-se a nota 1

¹⁸ APA Livro de Visitas, vol 1, ib.

¹⁹ APA Livro de Visitas, vol 1, f. 45

futura (...) e o Reuerendo Parocho tambem espero de seo zelo procure as esmolas para S. Miguel para se fazer as dittas obras para que nomeará aquellas pessoas que conhecer o seo zelo que poderão pedillas ²⁰.

Mais uma vez caíram em saco roto os votos e capítulos. Não era por mal! Só que “*ad impossibilia nemo tenetur*”; e os Visitadores lá iam atendendo aos condicionalismos e limitações dos recursos potenciais dos moradores.

De quando em vez, lá vinha outro mais exigente. Ou a fazer-se de duro... Em 15 de Setembro de 1765, o Rev. Manuel Correia de Sá, abade reservatário de S. Mamede de Ribatua, deixou entrever esgotado, dentro em pouco, o depósito da paciência. O prazo, desta feita, será mais elástico. Seja como for, até à próxima visita - agora era bienal a sua periodicidade -, a Capela teria de ficar pronta e escorreita. Um termo amplo, exigido pela debilidade económica dos fregueses e pela prioridade marcante das obras no adro da igreja matriz. Mas era necessária a reedificação da Capela de S. Roque. E a multa de 4.000 reis seria vento a espreitar a chama de zelos tão dormecidos:

Também os fregueses não derão a execução o capitulo, por onde lhe foi mandado fazer a Capella de S. Roque; e por isso lhe comino a pena de quatro mil reis, para que a fação, porem attendendo, a que tem para fazer a obra do adro, e a que a fregezia não está opulenta, lhe não taxo tempo, e bastará que a fação até a Vezita vindoura ²¹.

O tempo ia correndo, na esperança - assim o criam os fregueses - de que aos Visitadores, algum dia, lhes falecesse a virtude do fôlego. Era certo: a estes parecia, efectivamente, não vingar o adágio “água mole em pedra dura...”. E tiveram de preencher, uma vez mais, o reservatório da paciência já quase exausto. E disso deu provas outro Visitador, em 11 de Novembro de 1767: as pedras desalinhadas atearam-lhe a cólera; mas a comprovada resistência dos fiéis contivera-lhe a explosão. Compôs o rosto; e, calmo, alargou os cordões à bolsa da misericórdia, a única que, mesmo descosida, chega a soltar a igreja! Não cominará a pena dos 4.000 reis da visita anterior, exactamente porque tem esperança de que o Juiz do Subsigno venha a cumprir as suas obrigações. Dá-lhe um prazo de três meses e suspende-lhe, com laço novo e por sobre a cabeça, como espada de Dâmocles, o ferro ameaçador da pena exigida:

O Juis do Socino executará no termo de tres mezes o Capitulo em que se tem decretado a reedificação da Capela de S. Roque debaixo da pena imposta a que de prezente o não obrigo na esperança da Sua diligencia ²².

Ordens do Visitador André Ferreira, abade eleito de S. Tiago de Gavião.

As imposições chocavam, impotentes, de encontro ao paredão das “orelhas moucas”. É o que se deduz das notas registadas no dia 16 de Dezembro de 1771. É também o último grito de alarme. Depois, devem ter perdido os Visitadores a esperança da recuperação. Não mais se falará da capela: afogou-se funda, e bem funda, nas vagas do tempo!... Até agora, pelo menos, não me foi possível rastrear-lhe pegadas de sobrevivência, mesmo que só de um arfar de moribundo ou de transe aflitivo.

Manuel Correia de Sá, abade reservatário de S. Mamede de Ribatua - que pela capela se havia interessado, em missão de igual teor, meia dúzia de anos atrás -, parece ter descoberto sintomas aliviados de esperança. Mas seriam as “melhoras da morte”...

²⁰ APA Livro de Visitas, vol. I, f. 50 v.

²¹ APA Livro de Visitas, vol. I, f. 56 v.

²² APA Livro de Visitas, vol. I, f. 63.

Já haveria dinheiro para a reedificação. Isto, com um despacho da Cúria, a dilatar misericórdias, aliviou da cabeça do Juiz a nuvem pesada e ameaçadora das penas da igreja. A ordem ficava de pé. E traça-se, por iniciativa do Visitador, um plano organizado de salvamento:

A reedificação da capela de S. Roque que há seis annos foi capitulada - sabia-o bem, que fora ele mesmo, P.e Manuel Correia de Sá, que o impusera! - se acha sem efeito athe o prezente e o Juiz da Igreja daquele tempo incurso na pena de coatro mil reis que lhe foi imposta que não executo por me informar o Reverendo Parocho que já se achão muitas esmolos promptas para a dita obra. Portanto ordeno que athe a vesita futura esteja a dita obra concluida, ao menos de paredes e portas e madeiras pena de pagar o Juiz que se achar servindo os coatro mil reis que agora remito de que só sera aliviado por despacho de Sua Alteza Real ²³.

O dinheiro - se o havia! - canalizaram-no para outras obras. E da capela não mais se falará. Assim penso. Erecta no sec. XVII, talvez, cem anos depois, exausta voltará ao pó, donde, aos começos, esperançosa radiara...

2.4. Causas da ruína da ermida

1. Há razões de ordem geral. O culto do santo sofreria uma grande recessão; e, com a falta de entusiasmo, diminuíram as receitas. É natural o fenómeno!

Uma das razões - mas julgo que, de longe, a mais secundária - situar-se-á no conceito mercantilista da piedade, baseada no princípio *do ut des*, acompanhado de uma perspectiva utilitária da religião. Assim, ao avanço da medicina corresponde um decréscimo da piedade; e, em vez do recurso aos santos advogados, consultam-se os médicos...

Também as epidemias se tornam mais raras e mais fáceis de debelar. A devoção a S. Roque atenua-se. E, se ainda se mantém, é porque se vai refugiando nas aldeias; e porque ao protectorado daquele se recomendam, mais agora, os animais (contra a epizootia) e as plantas (contra filoxera).

Depois, a concorrência perigosa de dois santos. Primeiro, o culto a S. Carlos Borromeu, sob os auspícios superiores dos Papas e a propaganda dos Jesuitas. De facto, o arcebispo milanês havia desempenhado tarefa inesquecível em favor dos contagiados da peste, na região que, pastoralmente, lhe houvera sido confiada. O desvelo demonstrado em vida garantir-lhe-á, após a morte, a crença num favor mais assegurado e numa eficácia mais envolvente.

Outra concorrência, por certo também adensada e com leque de maior abertura - contra a fome, peste e guerra - houve de sofrer S. Roque, da parte da fé "multissecular" em S. Sebastião, tão venerado aqui, em Areias, a ponto de lhe ter sido consagrado um altar lateral, na igreja matriz, e dispor a freguesia, no seculo XVIII, de duas imagens deste santo. Uma, creio, para ficar no altar, para os cercos a outra.

Até o onomástico se ressentia de um esmorecimento da fé; e o nome de S. Roque, na antroponímia, se eclipsará, sob a nuvem de um olvido quase integral. Poucos são os que no Baptismo irão receber o nome do fidalgo ilustre de Montpellier, o de Roque.

2. E Areias tinha razões especiais. Falámos, por exemplo, da piedade em torno de S. Sebastião e de como se implantara aqui na paróquia.. A devoção a este santo, antes de chegar a Areias, começaria em Braga ²⁴. E, na Cidade dos Arcebispos, seria exactamente benzida a primeira imagem de S. Sebastião, destinada a Areias, no longínquo ano de 1653. Garante-o o nosso Tombo, em anotação latina, que traduzo:

²³ APA *Livro de Visitas*, vol. I, ff. 64 v. - 65. Era arcebispo de Braga D. Gaspar de Bragança, irmão do rei D. José. Daí a fórmula de tratamento de que é alvo...

²⁴ SENNA FREITAS, Bernardino José de - *Memórias de Braga*, vol. II, Braga, 1890, p. 64 e ss.

O S. Sebastião, que na igreja de Areias se venera, foi benzido pelo Prior do mosteiro carmelita, no seu convento de Braga, a 24 de Junho - dia da Natividade de S. João Baptista - do ano de 1653, adornado de muitas flores e decorado pelos frades de dito mosteiro ²⁵.

Depois, os cercos tradicionalíssimos a S. Sebastião, nesta paróquia ²⁶.

Além do mais, as despesas com a manutenção da igreja paroquial. Não há, praticamente, nenhuma visita que não chegue a martelar em obras de renovação ou melhoramento. E Areias era uma freguesia bem pobre... Os Visitadores o reconhecem, a cada passo. Numa elevadíssima percentagem de foreiros e rendeiros, dispunham os fregueses de meios escassos, para uma sobrevivência medíocre. Pelo Tombo, pelo Prazo Velho e pela Carta de Vedoría de 1782, sabe-se que metade da paróquia pertencia à igreja de Areias: Almunha, Aldrite, os Casais de Sande, Fontela, Outeiro, Pessegueiro, Silvalde de Cima, Fareiros, com todas as suas pertenças... A outra metade, por seu turno, era quase toda do domínio monástico: dos frades de Landim ou de Santo Tirso, das religiosas de Vila do Conde ou de S. Bento do Porto...

E do que lhes deixavam, a caseiros e foreiros, por magro sustento dos corpos, disso lhes haviam de arrancar um quinhão - e não o mais diminuto - sob forma de dádivas avulsas e ocasionais, ou de dízimos, a que ninguém poderia escapar. Demais, as contribuições impostas para melhoramentos públicos, sob a imposição do Juiz do Subsigno: proclamam-se os nomes pelo rol. E ninguém pode furtar-se, que as penas canónicas sabem reprimir desobediências, ousadias e temeridades... Quando as indulgências não estimulam, forçá-los-á o aguilhão de pena.

O dinheiro não chegava para tudo. Já, sem as imposições, mal daria para comer e vestir!... A devoção a S. Roque entibiara. E quem havia de o sofrer seria o corpo da capela. A imagem, essa sobreviveu à catástrofe. E dela algo diremos, a seguir.

3. A iconografia do titular

Da capela arruinada vieram para a matriz duas imagens: a de S. Roque e a de S. Domingos. Esta não deixou rastros nem devoção que lhe perpetuasse a lembrança ²⁷. A escultura do padroeiro, essa perdurou até agora. E só há escassas dezenas de anos é que o fervor se entibiu...

Só poderá entender-se o problema da iconografia do S. Roque de Areias, se soubermos duas coisas: os passos da “vida” do santo e a sobreposição de clichés que pertencem a figuras hagiográficas semelhantes, a respeito de pormenores. É o caso de Santo Aleixo, de S. Paulo Eremita e de personalidades da Escritura, como o profeta Elias e o Lázaro do Evangelho, que tantas vezes interferem na programação da figura de S. Roque.

Há vários ciclos deste santo que motivam fontes de inspiração, na arte: a distribuição de bens aos pobres, antes de se fazer peregrino; a solicitude pelos contagiados do mal; a sua retirada para a floresta; a nomeação divina do santo como advogado contra os surtos epidémicos; a sua intercessão junto da Virgem; o tema do cárcere, onde morrerá...

²⁵ APA Tombo da Igreja de Areias, f. 23. Note-se que este mosteiro era vizinho da ermida de S. Sebastião das Carvalheiras, de Braga. Veja-se Senna Freitas, no vol. citado, pp. 216-218.

²⁶ Cf. art.º O S. Sebastião de Areias, na história, na arte e no culto, em JST de 23 de Março, pp. 1 e 8; de 30 de Março, pp. 1 e 5; de 6 de Abril, pp. 1 e 8; de 13 de Abril, pp. 1 e 8; de 20 de Abril, pp. 1 e 8; de 27 de Abril, pp. 1 e 10; de 11 de Maio, pp. 1 e 10; de 18 de Maio, de 1990, pp. 1 e 8.

²⁷ Levou sumiço, já antes de 1889. Neste ano, a 2 de Maio, fizera-se o primeiro inventário da nova matriz. Anotar se-ão várias imagens que vieram da antiga igreja demolida para a nova. E passar-se-ia sob silêncio a escultura de S. Domingos. Cf. Inventário de 1889, sob o item 2.

Um dos ciclos que mais sedução exerceria na arte, o representado na escultura de Areias. Parmigianino, no sec. XVI, Amadeu Van Loo, no sec. XVIII, e outros glosaram plasticamente o tema de S. Roque na mata, assistido de um Anjo e alimentado por um cão. Isto a inserir-se, no caso de Areias, dentro dos moldes gerais da sua condição de romeiro, a que lhe falta, porém, o saco, como se lhe escapará, igualmente, o mensageiro celeste.

1. Os atributos comuns de peregrino podem facilmente levar à confusão de S. Roque com S. Tiago: o bordão, a cabaça e o alforge. Mas, de entre os itinerantes, se distingue S. Roque pela exibição da chaga purulenta na coxa ²⁸ e pela presença de um cão. Só que este, umas vezes e com uma certa especificidade, traz-lhe, na boca, um pão, para o alimentar, no bosque, onde o santo, cheio de doença, se acoitaria, afim de evitar se fizesse ele mesmo foco de contágio. Outras vezes, sob contaminação do Lázaro bíblico, o cão lambe-lhe a chaga. Secunda, deste modo, os cuidados de um Anjo enfermeiro que lhe restitui a saúde, com um bálsamo miraculoso, e de que às vezes, iconograficamente, S. Roque se faz acompanhar também. Pormenor, aliás, que falece no caso de Areias.

2. Já o dissemos: da Capela de S. Roque, de Sande, a única coisa que subsistiu, até ao sec. XX, foi a imagem. Deixou a sua mansão de origem, logo depois de 6 de Novembro de 1761, às ordens do Visitador, para se acolher à matriz. E desta, há cento e vinte anos, passou para a nova igreja de Areias, onde veio a figurar, como santo secundário, porém, e de um altar subalterno...

O Sr. Dr. Augusto César Pires de Lima, que tantas tradições recolheria da nossa terra, muitas delas de uma longevidade mais que centenária, e o seu irmão Dr. Joaquim Alberto Pires de Lima, que consagrou até um estudo especial ao S. Roque de Areias ²⁹, referem-se à escultura e à devoção da nossa gente ao milagroso santo anti-pestífero. Intuem-lhe ainda idade que sobra. Mas não conseguiram auscultar sintomas, senão leves e fugidios, da capela que lhe pertenceu. E estas marcas até obtidas, sobriamente, de uma fonte literária, o Dicionário do Pe Luis Cardoso. Da alma da gente nada, ou quase nada, sobre a ermida. Interpuseram-se gerações de permeio, que a residência original do santo já não adregaram de ver: nem de pé, nem mortalmente ferida, nem desfeita, ao léu, de ossos mirrados...

3. Sob o ponto de vista iconográfico, o S. Roque desta igreja apresenta alguns pormenores mais ou menos especiais: não traz chapéu de abas largas, como muitos dos irmãos "peregrinos"; usa a concha - símbolo dos que se vão a Compostela -, em vez das chaves em cruz, mais próprio de quem à Roma papal se dirige. Sob contaminação do Lázaro evangélico, o cão não lhe traz alimento roubado à mesa do seu dono; antes lhe lambe a ferida. E esta, como fizeram, em geral, os artistas, por respeito à sensibilidade dos fiéis, deixa a região inguinal, para atormentar o santo na parte "mais decente", a coxa!

Sob o ponto de vista estético, o Dr. Joaquim Alberto Pires de Lima anota o carácter desajeitado da escultura. Anatomicamente, o S. Roque de Areias padece de uma microcefalia. E, por contrapeso, com mãos de tamanho contrastante, de acromegálico.

Para umas notas sobre a devoção a S. Roque - e como dela foi testemunha -, eis as palavras do nosso conterrâneo, que extraímos do trabalho que se citou. Com elas, oferecemos remate ao artigo e prestamos ao Sr. Dr. Joaquim Alberto Pires de Lima a homenagem que só lamentamos por demasiado pequena, a quem tanto, pelo amor à terra, se deverá:

"Por toda a parte se erigiram capelas votivas, ou se lhe levantaram altares ou nichos nas igrejas do nosso Minho. No concelho de Santo Tirso lembraremos a capela

²⁸ Os biógrafos colocam-na na virilha. Os escultores e pintores, por uma questão de "decência", abaixam-na um tanto, para a coxa. Assim acontece com o S. Roque de Areias, como se dirá no texto.

²⁹ O Avc, n. 3 (Agosto de 1912), pp. 63 - 69. Cf. do mesmo autor a obra *Aves do Campo*, Barcelos, 1937, pp. 7 - 17.

de Santa Cristina, restaurada recentemente ³⁰ pelo benemérito Conde de S. Bento e a imagem de S. Roque da igreja de Areias (...) que, apesar de tosca e sem o menor valor artístico, ainda actualmente faz ajoelhar diante dela, todos os domingos, dezenas de fervorosos crentes.

Tal é a força da tradição que deixou, através de sete séculos, a memória do piedoso e jovem fidalgo do Languedoc !...

Como se vê, o S. Roque da minha terra é uma estatueta absolutamente privada de verdade anatómica e de linhas artísticas.

A cabeça é pequeníssima, e, pelo contrário, as mãos são exageradamente grandes, de acromegálico.

A túnica, pesadíssima, afasta-se artificialmente em baixo, deixando-lhe vêr, na face interna da coxa esquerda, logo acima do joelho, uma lesão, que poderia representar um carbúnculo.

Um cão inverosímil trepa-lhe ao cano da bota esquerda e pretende, segundo parece, aproximar o longo focinho da lesão do santo.

O pau, a cabaça e a concha são atributos clássicos de peregrino.

Esta imagem deve ser muito antiga, e muitas gerações de cristãos se terão prostrado diante dela, implorando a S. Roque que os livre de pestes, da fome e de guerra!

Há cerca de 20 anos (com que saudade o recorde !) o S. Roque de Areias achava-se totalmente desbotado, sem o mais ligeiro tom côr de rosa a avivar-lhe as partes nuas. Era todo um bloco descolorido com a mesma patine uniforme dada pelo pó dos séculos.

O reverendo Abade ³¹ que então paroquiava a freguezia resolveu mandar encarnar de novo o santo. Por algumas semanas faltou êle no seu nicho, até que um domingo reaparece sobre o altar-mór, ao lado do padre, ostentando-se reformado, com a túnica pintalgada de côres garridas. Para evitar que a atenção dos fiéis fosse desviada, o sr. abade determinou que S. Roque ficasse durante algumas semanas junto de si. Só depois que o povo de Areias se habituou á nova tenue do santo é que ele foi trasladado outra vez para o seu nicho”.

4. Na fotografia que o Sr. Dr. Joaquim Alberto Pires de Lima publicou, na revista mencionada, o S. Roque de Areias não tem resplendor. Mas no item 33 do inventário dos bens móveis da paróquia, feito em 15 de Fevereiro de 1880, seis anos antes da inauguração da igreja nova, citam-se três, de prata, sendo um deles de S. Roque. Vê-se a mesma indicação, sob o item 37, no rol de 2 de Maio de 1889, já depois de erecta a nova matriz ³² O mesmo se dá no inventário de 15 de Janeiro de 1899, sob o n. 39, com a particularidade de lhe acrescentar o peso - 80 gramas - e o valor de então, ou seja 1.600 reis ³³. De igual modo, o de 30 de Julho de 1911, feito sob a presidência de Manuel Dias Palmeira ³⁴.

O S. Roque, ao culto hoje em dia, já o ostenta. Símbolo da glória do céu, que a aura dos fiéis, já há muito, veio a minguar. Sempre em retrocesso, ou quase: de capela própria a um altar lateral; e, neste, em posição tão humilde ! Esta desconsideração é bem o termómetro da falta progressiva de calor humano por um santo que muito interesse despertara pelo sec. XVII. Na última igreja até - a inaugurada em 2000 -, as coisas pioraram que nem sequer humilde lugar lhe dariam! A ele, como a outros ! *Non erat eis locus in diversorio!*...

³⁰ Como o artigo do Dr. Joaquim Alberto Pires de Lima é datado de 1912, temos de recuar aos finais do sec XIX

³¹ Em 7 de Agosto de 1890, tomou posse o pároco encomendado Pe Silvestre José Fernandes, da Casa da Cortinha. Substituiu o Pe Manuel Leandro Cardoso da Cruz Em 14 de Agosto de 1892, toma posse, como abade, o saudoso Pe Francisco Pinto Novais, na sequência do pastoreio provisório do Pe Silvestre

³² Os dois róis encontram-se no mesmo librito, no APA, sem paginação

³³ *Livro dos Inventários*, naquele que foi aberto em 1889, no APA, f. 14.

³⁴ Encontra-se avulso no APA

República e republicanismo em Santo Tirso (1891 - 1910)

Nuno Olaio

Resumo:

O presente estudo analisa o aparecimento das ideias republicanas em Santo Tirso entre 1891 e 1910, bem como a repercussão do movimento republicano nacional na criação local de estruturas sociais de apoio. Através do estudo da imprensa local procurou-se compreender como se relacionam antes de 1910 os republicanos com as outras forças políticas, bem como conhecer a reacção da sociedade e instituições tirsenses à proclamação da República em cinco de Outubro de 1910.

Abstract:

This paper analyse the appearance of republican ideas in Santo Tirso, between 1891 and 1910, as well the repercussion of republican national movement in the creation of local political structures. By taking the study of local newspapers we try to understand how the republicans live together with other political forces before 1910, as well we try to know the social scope of republican people in Santo Tirso, and there reaction to the proclamation of the Republic in 5 of October of 1910.

1. O republicanismo em Santo Tirso

1.1. Introdução

Quase um século nos separa da mudança de regime operada a 5 de Outubro de 1910. A República, anunciada por alguns e vilipendiada por outros, operou um corte radical face às instituições monárquicas, dando lugar a uma nova estrutura política, onde se afirmaram os valores republicanos. O Estado procedeu a grandes reformas sociais na educação, justiça, e outros sectores, codificando o nascimento de uma sociedade republicana e laica. Através do presente estudo vamos conhecer as manifestações de republicanismo no concelho de Santo Tirso no período compreendido entre a revolta de 31 de Janeiro de 1891, gorada sublevação republicana na cidade do Porto e a proclamação, 19 anos mais tarde, da República em Portugal. Através da análise da imprensa local, conheceremos o processo de difusão da nova ideologia e a criação da sua estrutura política ¹. Analisaremos ainda o papel desempenhado pelos primeiros republicanos tirsenses na difusão das ideias republicanas até à revolução de cinco de Outubro de 1910.

O sonho republicano teve raízes profundas no século XIX, desde as palavras lançadas a seu favor em 1836, pelo general Marinho, até à divulgação progressiva no país dos surtos revolucionários de 1848, como as suas repercussões na revolta da Maria da Fonte / Patuleia. Desde meados do século XIX vários eram os paladinos da novel ideologia republicana, embora socialmente minoritários e geograficamente radicados nas principais urbes: Lisboa, Porto e Coimbra ². No decurso da segunda metade de oitocentos a ideologia republicana ganhou novos adeptos, plateias e espaço público. O movimento republicano alcançou a sua primeira representação no parlamento pelas eleições de 1878, sendo eleito o portuense Rodrigues de Freitas. No distrito do Porto, contudo, o movimento não possuía grande apoio social e expressão política fora da cidade invicta ³. Este facto torna-se mais claro quando observamos a tardia reacção dos republicanos do distrito do Porto á gorada revolta de 31 de Janeiro de 1891, bem como o esforço dos partidos rotativos em dividir a força eleitoral dos republicanos portuenses, através de sucessivas reformas dos círculos eleitorais. Através do processo de integração dos concelhos rurais nos círculos eleitorais urbanos diminuía-se o peso do voto citadino para as eleições legislativas, aumento o peso dos caciques locais, normalmente conotados com os partidos rotativos: regenerador e progressista. Contudo, o esforço de organização dos republicanos nos vários concelhos do Norte do país dá os seus frutos no final do século XIX, surgindo as primeiras comissões concelhias republicanas e fundando-se inúmeros periódicos que aceleram a difusão da nova ideologia.

1.2. Do 31 de Janeiro de 1891 à formação do Centro Republicano de Santo Tirso

Durante o quente período político que se seguiu ao *Ultimatum* britânico de 11 de Janeiro de 1890, com a imprensa nacional a invectivar contra a Inglaterra, surgia em editorial no *Jornal de Santo Tirso* um sugestivo artigo intitulado «Guerra aos Tronos», o

¹ Para a elaboração do presente estudo foram consultados dois periódicos tirsenses: o *Jornal de Santo Tirso* (1891 - 1910) e a *Semana Tirsense* (1900 - 1910), tendo o primeiro destes sido a fonte exclusiva para o período entre 1891-1900. Foi ainda utilizada documentação do Arquivo Municipal de Santo Tirso (livro das actas das sessões da Câmara, 1887 - 1911 Livros n.º 18 - 24) e consultadas obras de autores contemporâneos aos acontecimentos. Para simplificar o sistema de citação da imprensa tirsense optou-se por abreviar os nomes dos principais semanários referidos para JST e ST.

² Cf. Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal - da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Notícias Editorial, 1999, pp. 11-42.

³ Cf. Rui Ramos, «A Segunda Fundação (1890-1926)» in *História Contemporânea de Portugal*, vol. VI (José Mattoso, org.), Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 335-399

qual aborda a crise política e social decorrente do *Ultimatum*, mas também a questão de regime e o comportamento dos republicanos portugueses: «Não vai longe o dia em que a questão anglo-lusa veio semear entre nós o pomo da discórdia. Os partidos, longe de se unirem para conjurarem o mal, lutaram no desespero ruinoso de se esfacelarem mutuamente. [...] Não faltará também a guerrilha republicana a tomar parte na luta; achara azada a ocasião, e parecera-lhe, que à sombra da questão inglesa poderia alvejar a derrocada das instituições vigentes, para implantar em Portugal um regimen caótico, que o era indubitavelmente num povo essencialmente monárquico, que ama a liberdade e os seus reis com a arraigada e nunca desmentida crença de há muitos séculos.» ⁴ Ao apreciar a situação política na República do Brasil, o editor sublinhava os aspectos negativos desta, fazendo credo pela monarquia. Ao transpor para o país a questão do regime: republicano ou monárquico, o mesmo jornalista é peremptório nas considerações pouco elogiosas que faz sobre o republicanismo. No ano seguinte, a frustrada revolta portuense do 31 de Janeiro levantaria a imprensa nacional contra os republicanos, acusado-os de aproveitar a crise nacional para fazer valer os seus interesses. Curiosamente o partido republicano pouco interviu nesta revolta devido às dissensões internas, associando-se alguns dos vultos portuenses do movimento à gorada proclamação da República ⁵. O 31 de Janeiro viria assim a saldar-se num enorme fracasso para o dividido movimento republicano. Em Santo Tirso, a Câmara Municipal alinhou com as suas congéneres, ao escrever uma carta dirigida ao Rei manifestando a sua lealdade, e expressando os receios da elite local sobre a condução da política nacional.

Após o regresso à normalidade, depois do conturbado período de 1890-1891, apenas em 1893 surgiram novidades sobre o movimento republicano na imprensa tirsense. Uma notícia veiculada na imprensa nacional sobre o encontro de republicanos portugueses e espanhóis foi o ensejo para considerações mais detalhadas sobre o republicanismo. O *Jornal de Santo Tirso* noticiava a reunião entre republicanos portugueses e espanhóis em Badajoz, repudiando o acto de forma enérgica e chegando à conclusão que: «[...] foi na bambochata de Badajoz, nessa bacanal infrene, entre o champagne e o cognac, que homens nascidos em Portugal, oriundos de famílias portuguesas, jogaram aos dados a túnica da velha pátria de Camões e Vasco da Gama. [...] Não quebramos lanças pela monarquia; reconhecemos, todavia, que só ela pode garantir a Portugal a sua autonomia. Se quisermos conservar intacta a integridade do nosso querido país, temos necessariamente de sustentar a monarquia. Qualquer aventura republicana nos atirará fatalmente para as garras de Castela [...]» ⁶. Apesar de uma leve simpatia em relação a alguns republicanos, que perpassa o texto, o jornalista acaba por tecer duras críticas e acutilantes considerações sobre os perigos desse movimento.

Teremos novamente informações sobre as organizações republicanas na região em 1895, quando se noticia pela primeira vez a formação de centros republicanos, referindo-se aos concelhos de Esposende, Barcelos e Vila Nova de Famalicão. Neste último, o Centro Republicano era animado por Sousa Fernandes, jornalista e escritor, aludindo a imprensa às alterações no equilíbrio das forças políticas locais, ao noticiar o interesse dos progressistas em integrarem as hostes republicanas. As notícias sobre o movimento republicano continuaram a aparecer no *Jornal de Santo Tirso* a um ritmo bienal. Em 1897 surgem notícias sobre a organização republicana no vizinho concelho de Paços de Ferreira, onde os republicanos se preparavam para disputar,

⁴ Cf. «Guerra aos Tronos» in JST, ano IX, n.º 443, 30.10.1890.

⁵ Cf. Rui Ramos, id, *ibidem*

⁶ Cf. «Questão do dia - a traição republicana» in JST, ano 12, n.º 10, 13.7.1893.

conjuntamente com os regeneradores e os progressistas, as eleições legislativas de 2 de Maio de 1897. Neste caso, os republicanos acabariam por se aliar aos progressistas na disputa das eleições.

O acto eleitoral de 1897 deu ainda azo ao aparecimento público dos primeiros republicanos tirsenses: Eduardo da Costa Macedo e Arnaldo Baptista Coelho, os quais declarariam ao *Jornal de Santo Tirso* sobre o mesmo acto que: «[...] não obstante as suas ideias avançadas, entendiam contudo, no presente, poderem militar com o partido progressista, colocando-se na extrema esquerda do mesmo partido»⁷. Entre estes republicanos destaque-se a figura do advogado Eduardo da Costa Macedo, o qual interveio politicamente, participando em vários actos públicos, geralmente acompanhando os progressistas tirsenses⁸.

Finalmente, em 1900 noticia-se pela primeira vez a intenção dos republicanos em criar um centro concelhio na vila de Santo Tirso, manifestando a vontade de concorrerem às próximas eleições: «É deveras digno de notar-se o incremento que em Santo Tirso estão tendo as ideias democráticas. Dirigidas por homens de talento, audaciosos e decididos, a propaganda republicana naquele concelho vai ser das mais eficazes e mais sólidas, atendendo a que Santo Tirso é hoje um centro operário, um centro de actividade e de trabalho e é exclusivamente no seio das classes trabalhadoras que as ideias de liberdade e democracia prosperam e frutificam»⁹. Efectivamente, nas eleições legislativas de 25 de Novembro participaria um republicano tirsense, Adriano Augusto Pimenta. Este médico era o Presidente da Comissão Executiva do partido republicano tirsense, referindo o *Jornal de Santo Tirso* que: «É incontestável que o sr. dr. Adriano Pimenta, pelo seu carácter e pelo seu talento é uma das figuras mais simpáticas do partido republicano. À urna cidadãos pelo partido do povo!»¹⁰. O mesmo periódico sublinhava ainda a importância do aparecimento desta nova força política: «Está efectivamente decidido que o partido republicano no concelho se afirma perante a urna nas próximas eleições de deputados. É de notar o grande incremento que este partido aqui tem tomado. Pelas aldeias mesmo, onde ainda há bem pouco tempo a palavra republicano não podia ser proferida impunemente, e causava terror entre a gente do campo, que lhe atribuíra uma significação muito diferente da verdadeira, pelas aldeias repetimos, já este partido vai contando muitos adeptos e influentes»¹¹. Não deixa de ser curioso a representação social que existe no interior do concelho sobre os republicanos, os quais ainda suscitavam o medo da população local. Talvez por isso, os republicanos tirsenses mobilizaram-se politicamente por todo o concelho, revelando o mesmo periódico um pouco mais sobre o estado de organização do partido republicano. Ao mesmo tempo, no decorrer da refrega eleitoral de Novembro de 1900, o jornal aludia em editorial à “ofensiva” regeneradora: «[...] Trejuram promessas que nunca cumprem, impõem-se pela ameaça, prometem empregos, indagam por todos os lados como podem *apertar* este ou aquele eleitor, e por último vem a ordem terminante das fabricas do concelho, para os parentes, amigos e aderentes dos operários que fatalmente, inevitavelmente a têm de cumprir, com vontade ou sem ela. Para quê tudo isto?. Que temem os servidores do sr. Hintze Ribeiro? [....] Recearão a luta com o partido republicano? Não vemos também que por este lado possa haver a mais leve sombra de receio,

⁷ Cf. «Declaração» in *JST*, ano 15, n.º 51, 29.4.1897

⁸ Após a proclamação da República em 1910 colabora com as autoridades locais em várias iniciativas tendentes a consolidar o novo regime. O depoimento prestado em 1913 a um inquérito realizado pela revista *Avç*, sobre os melhoramentos necessários para o progresso da vila de Santo Tirso, sublinhavam a importância que a educação deveria ter na formação do “homem novo” republicano e na resposta às desigualdades sociais.

⁹ Cf. «Eleições em Santo Thyrsó» in *JST*, ano 19, n.º 26, 1 11.1900

¹⁰ Cf. «Deputado por Santo Thyrsó» in *JST*, ano 19, n.º 28, 15 11.1900

¹¹ *Id.*, *Ibidem*

porque o partido republicano no concelho, sabemo-lo de boa fonte, não pediu um único voto, limitou-se única e exclusivamente a tornar público que concorria ao sufrágio eleitoral, apontando qual era o seu candidato, e mais nada» ¹². Efectivamente, este sufrágio saldar-se-ia numa modestíssima participação para os republicanos, que obtiveram votações em apenas duas das quatro assembleias de voto: Santo Tirso (19 votos) e Lamelas (1 voto). Ao modesto resultado alcançado pelos republicanos, tendo presente um total de 1181 votantes para um universo de 2430 eleitores inscritos, juntar-se-iam as comemorações de vitória dos regeneradores locais, e os protestos dos derrotados progressistas ¹³.

1.3. A participação política dos republicanos locais

Após o baptismo eleitoral em 1900, apenas oito anos mais tarde voltariam os republicanos locais a empenhar-se na conquista do voto popular. Em Março de 1901 dá-se a dissolução do executivo camarário, designando-se em sua substituição uma comissão administrativa, cuja nomeação suscitou polémica e uma reacção aos protestos pelo partido regenerador, nomeadamente contra a oposição progressista e o seu órgão oficioso - o *Jornal de Santo Tirso*. Em vários editoriais este semanário noticiou os ataques de que foi alvo, inclusive físicos, na redacção. No entanto, o decorrer do ano trouxe outras questões para a ribalta pública como sejam a eleição da direcção da Santa Casa da Misericórdia, bem como a discussão da lei de reforma eleitoral. Através das disputas internas dos partidos rotativos, podemos conhecer melhor o tipo de acolhimento que dispensaram ao movimento republicano. Em Outubro de 1901, devido à aproximação das eleições legislativas, surgem dissensões internas no partido regenerador. Nesse momento aparecem notícias sobre a possível reeleição de Silva Monteiro para deputado, mas também sobre as disputas internas entre o cacique local e administrador do concelho - Pereira da Cunha e o seu partido cujo chefe, Hintze Ribeiro, ignorara os seus pedidos ¹⁴. Pereira da Cunha ameaçou então passar-se para os republicanos, facto noticiado pelo jornal *Imparcial*, em 25.9.1901: “[...] o de Santo Thyrsos abespinha-se, e ameaça ajudar os republicanos do Bairro Ocidental do Porto, se o César eleitoral lhe não dá confiança [...]”, a notícia, veiculada em segunda mão pelo *Jornal de Santo Tirso*, referia ainda que o partido progressista estava mais forte e coeso em torno do seu chefe, António Augusto Soares Rodrigues Ferreira.

Apenas em 1904 há nova referência aos republicanos tirsenses quando, por ocasião das eleições legislativas de 26 de Junho aparece na imprensa local um sugestivo artigo “Nomeação de deputados”, no qual se denomina jocosamente as eleições como “a nomeação de deputados às cortes”, sendo no presente caso nomeado pelo partido regenerador o candidato Lemos Júnior. Relativamente ao aparecimento de outras listas para concorrerem às eleições mas, refere: «Parece que os socialistas e republicanos do concelho queriam concorrer à eleição segundo ouvimos, o sr. dr. Lemos Júnior, apesar de ter assistido á manifestação socialista realizada no Grémio Liberal, não dá licença que eles votem, a não ser que incluam na lista o seu nome. Achamos bem. Manda quem pode.» ¹⁵. Neste mesmo ano estavam marcadas eleições municipais para 6 de Outubro, as quais dariam origem a um novo facto político, o aparecimento de uma coligação entre progressistas e o partido nacionalista, a qual, ganhou as eleições. ¹⁶

¹² Cf. «O Terror» in *JST*, ano 19, n.º 29, 22.11.1900

¹³ Cf. «A votação das assembleias» in *JST*, ano 19, n.º 30, 29.11.1900.

¹⁴ Cf. «O Partido Regenerador» in *JST*, ano 20, n.º 22, 3.10.1901.

¹⁵ Cf. «Nomeação de deputados» in *JST*, ano 23, n.º 7, 23.6.1904.

¹⁶ Cf. Nuno Olaio «nacionalismo católico em Santo Tirso» in *Santo Tirso arqueológico*, n.º 2 - 3, 2.ª série. 2000, pp. 77 - 104.

Dependendo do movimento oscilatório das eleições, são escassas as notícias na imprensa local sobre as forças políticas minoritárias, ou movimentos políticos na região, fora desses ciclos. Assim, apenas nas eleições legislativas de 1906, realizadas a 29 de Abril, ouvimos novamente falar dos republicanos, analisando o *Jornal de Santo Tirso* o acto eleitoral da seguinte forma: «[...] O clou do acto eleitoral está, em todo o país, no provável ou certo sucesso do partido republicano nos círculos de Lisboa; e, nesta vila, na incerteza do partido progressista ir à urna»¹⁷. O jornalista lembrava a divisão interna existente no partido progressista, entre os partidários de Luciano de Castro e os partidários do deputado José Maria Alpoim, esta divisão atingiria o concelho, organizando-se a visita de um grupo de tirsenses, dr. Arnaldo Baptista Coelho (um dos tirsenses que em 1897 manifestou simpatia pela ideias republicanas); dr. Francisco Coelho de Andrade; António Augusto da Fonseca e Castro e Virgílio Coelho de Andrade ao deputado José Maria Alpoim¹⁸. Num artigo publicado em Novembro de 1906 o mesmo semanário confessava o seu pendor progressista referindo-se em editorial às vantagens e desvantagens dos sistemas monárquico e republicano, optando claramente pelo primeiro¹⁹.

No ano de 1908, no âmbito do regime especial em vigor foram novamente realizadas eleições legislativas a 26 de Janeiro e municipais a 29 de Janeiro. O governo elegeu uma comissão administrativa do município, a qual se encarregou de preparar as eleições. Neste ano surge uma nova notícia sobre os republicanos locais, sobre a constituição da Comissão Municipal Republicana²⁰, formada por vários tirsenses ilustres, sendo por presidida por Eduardo da Costa Macedo, e composta por:

effectivos: dr. Eduardo da Costa Macedo (advogado e notário); dr. António Dias de Carneiro Pacheco (médico); José Maria da Costa e Sá (padre); Francisco Cândido Moreira da Silva (capitalista); Joaquim Carneiro da Costa (capitalista).

substitutos: António Gonçalves Cerejeira Fontes (capitalista); José Maria Nogueira do Valle (capitalista); Aires Dias de Faria Carneiro (agricultor); António Oscar de Sousa Carneiro (capitalista); Luiz Gabriel Moreira da Silva (capitalista).

Nas eleições legislativas de 1908 foi vencedor o partido regenerador, obtendo o maior número de votos José A. Alves de Lemos Júnior (3260 votos, regenerador), seguindo-se os seguintes candidatos: Conde de Castro Solla; Conde Paço Vieira; João Henrique Ulrich (regeneradores), Paulo de Barros (progressista) 2293 votos cada; João Pinto dos Santos (progressista dissidente), António Silveira (progressista) 1209 votos cada; Dr. José de Miranda e Alberto Pimentel (nacionalistas) 711 votos cada. Por fim, os republicanos Nunes da Ponte (161 votos); Padua Correia, Sousa Caldas, Paulo José Falcão, Braulio Telles (150 votos cada). Na véspera das eleições municipais de Novembro de 1908 o *Jornal de Santo Tirso* publica um editorial onde procede à leitura da actualidade política local: «Que nas eleições de política geral propriamente dita se manifestem, no seu antagonismo puro, mas que nestas eleições que bem mais interessam as localidades do que a administração central do Estado, todos se liguem para o progresso daquelas. Santo Tirso com uma câmara assim organizada, com progressistas, regeneradores, dissidentes, regeneradores-liberais, nacionalistas e republicanos, terá uma garantia de que os seus interesses não são simples joguete de políticos ou arma para pirraças.»²¹.

¹⁷ Cf. «As Eleições» in *JST*, ano 24, n.º 50, 26 4 1906

¹⁸ Cf. *JST*, ano 25, n.º 20, 20.9 1906

¹⁹ Cf. «Instituições» in *JST*, ano 25, n.º 29, 22.11.1906.

²⁰ Cf. «Comissão Municipal Republicana» in *JST*, ano 26, n.º 47, 26 3.1908

²¹ Cf. «Eleição camararia» in *JST*, ano 27, n.º 20, 17.9.1908.

O jornalista advoga em editorial a formação de uma força eleitoral que congregasse todas as forças políticas locais. A lista da oposição coligada integrava elementos de várias forças partidárias, inclusive os republicanos:

efectivos: Manoel Marinho Falcão de Castro (bacharel formado); António Augusto Andrade de Fonseca e Castro (proprietário); António Gonçalves de Azevedo Júnior (pároco); António Matos de Azevedo Mendonça (proprietário); Francisco Cândido Moreira da Silva; Manuel Gil dos Reis Dias de Carvalho Ferreira (proprietário); Virgílio Coelho de Andrade (proprietário).

substitutos: Abílio da Silva Carneiro (agricultor); António Oscar de Sousa Carneiro (capitalista); Augusto Gonçalo da Silva (padre); Eduardo de Oliveira Branca (agricultor); Jacinto da Costa Ferreira Guimarães (negociante); João Joaquim de Sousa Teixeira (negociante); Joaquim da Silva Moreira (proprietário) ²².

Contudo, o pessimismo instala-se na redacção do *Jornal de Santo Tirso*: «Eis a razão e o motivo porque, por vezes nos invade um pessimismo de descrença no passado e no futuro. Dos partidos velhos nada temos a esperar e dos novos, uns não têm uma orientação definida e elevada e condigna ao bem geral e outros sentem ainda a sua infância para que possam imprimir nas camadas populares uma nova corrente de educação cívica, superior, e digna dos altíssimos deveres que todo o cidadão deve desempenhar.» ²³ A vitória nas eleições municipais de 1 de Novembro de 1908 é do Partido Regenerador. O *Jornal de Santo Tirso* refere a existência de cerca de 4000 eleitores, que o partido regenerador teve 1150 votos “das fábricas” e que a diferença entre estes e a oposição coligada foi apenas de 149 votos. O jornalista lança-se ainda em várias reflexões a propósito destas eleições: «Como de todos os nossos leitores é sabido, a luta aqui trava-se entre regeneradores, tendo a seu lado os dois mais formidáveis baluartes eleitorais que ha entre nós - as fabricas e os diversos grupos políticos que, num desejo de bem servir o concelho, se aliaram para disputar a vitoria aos seus adversários» ²⁴. Surgem ainda várias considerações sobre o peso do voto das “fábricas” têxteis do concelho nestas eleições, denunciando ainda que segundo a lei eleitoral de 1901, havia vários vereadores inelegíveis, devido ao facto de não terem realizado o exame de instrução primária.

Um novo e prolongado silêncio se abate sobre as iniciativas do movimento republicano tirsense até poucos meses antes do advento da república. Com a realização de eleições legislativas a 28 de Agosto de 1910 houve-se novamente falar dos republicanos locais, os quais entram na refrega eleitoral. São apresentadas três listas a esta eleição onde os republicanos de Santo Tirso concorrem pelo Circulo Eleitoral do Bairro Ocidental do Porto:

lista governamental: Alberto Allen Pereira Sequeira Bramão (escritor), Alfredo Augusto Mendonça David (Juiz da Relação de Lisboa), Alfredo Pereira Martins de Lima (oficial do exército), António Cassiano das Neves (médico), João Gomes do Espírito Santo (oficial do exército).

²² Cf. «Eleição Municipal» in *JST*, ano 27, n.º 26, 29 10 1908

²³ Id., *Ibidem*

²⁴ Cf. «As Eleições Municipais» in *JST*, ano 27, n.º 27, 5 11.1908

lista do bloco: Conde Paçõ Vieira, Conde de Castro Solla, João Henrique Ulrich, Anibal Andrade Soares, António Rodrigues Costa da Silveira

lista republicana: Adriano Augusto Pimenta (médico), Antão Fernandes de Carvalho (advogado), Artur Marinha de Campos (oficial da marinha), Francisco Eusebio Lourenço Leão (médico), José Joaquim Pereira Osório (advogado).

O cabeça de lista republicano é o médico tirsense Adriano Augusto Pimenta, o qual já tinha concorrido pelo mesmo partido às eleições legislativas de 1900. Antes das eleições os republicanos realizam acções de propaganda política no concelho. A 25 de Agosto realizou-se um comício junto da Fábrica do Rio Vizela, onde estiveram presentes cerca de 300 pessoas, tendo por oradores Artur Marinha de Campos (oficial da marinha), dr. Pereira Osório e o quintanista de medicina Alberto Lemos. No rescaldo das eleições de 28 de Agosto de 1910 descobria-se existirem 99 republicanos votantes, num universo de 3022 eleitores para as 4 assembleias de voto locais.

2. O Advento da República

O novo regime chegou ao concelho de Santo Tirso por telegrama, segundo noticiava o *Jornal de Santo Tirso*, reportando-se ao telegrama enviado pelo Governador Civil do Porto aos vários concelhos do distrito, informava-se: «Após alguns dias de combate em Lisboa entre forças monárquicas e republicanas acabam estas de vencer aquelas, sendo proclamada a republica em Lisboa, como se vê do telegrama que a seguir publicamos: a republica foi proclamada hoje às 8 horas da manhã pelo povo, exercito e armada depois de luta heróica. A ordem publica está absolutamente assegurada, sendo ineficazes quaisquer tentativas para continuar a defesa das instituições depostas, porque o governo, forças militares, e cidadãos, estão certos, da manutenção das deposições alcançadas e da vitória da Republica em todo o país [...] Governador Civil do Porto - Dr. Paulo Falcão» ²⁵. A novidade mereceu apenas esta pequena notícia no semanário, o qual destacava em editorial, a visita do presidente da República do Brasil ao país.

O entusiasmo suscitado com a mudança de regime permite que novos e velhos republicanos expressem na imprensa local a sua posição política, como é o caso de Roberto Macedo, filho do ilustre advogado Eduardo da Costa Macedo, decano do republicanismo tirsense: «A Republica! A Republica! Ela surgiu como uma aurora de redenção. O nosso coração de patriota e de português exulta neste momento, confiante de que dias melhores, de prosperidade e alegria, do que nos deram os últimos reis, virão para o país. [...] A Republica! A Republica! Ela não nos enlevaia tanto se não estivéssemos crentes que de uma revolução política traz consigo uma revolução nos costumes, de que se cuidará mais, desde hoje, na instrução do povo e na sua emancipação do que, como até agora, em ludibriá-lo, em aproveitar a sua ignorância em beneficio de dois ou três políticos que se entretinham a acirrar nele a raiva política. Preferimos um homem de carácter a um homem de talento. Somos, dentro da Republica, dos mais avançados, sem sermos fanáticos nem intolerantes. E faremos o sacrifício da nossa tranquilidade e do nosso sossego para trabalhar pelo bem desta vila se os nossos concidadãos quiserem, de hoje em dia, esforçar-se mais pelo interesse comum do que pelo interesse próprio» ²⁶.

²⁵ *JST*, ano 29, n.º 23, 6.10.1910

²⁶ *JST*, ano 29, n.º 24, 13.10.1910.

Ter-se-ia que esperar até dia 8 de Outubro, sábado, para a proclamação oficial da república em Santo Tirso, nos Paços do Concelho (na época, situado numa das alas do antigo mosteiro beneditino, actual Museu Abade Pedrosa). O presidente da edilidade, o regenerador Adelino Machado da Cunha Faria e Almeida deu início a essa sessão às 12.00 h., referindo a imprensa: «[...] como presidente da câmara, fez a proclamação da republica sendo as palavras do sr. presidente acolhidas com entusiásticos vivas, à Republica, à Pátria, ao Exercito, à Armada, etc, etc, por grande quantidade do povo que se aglomerava nas salas das sessões e dependências.[...]»²⁷, de seguida tomou palavra o advogado tirsense Eduardo da Costa Macedo, que fez um discurso sobre a importância do novo regime «[...] saudou o advento da Republica, ideal que desde muito albergava em seu coração como sendo a concretização do bem e do progresso, da ordem e felicidade duma nação. Falou s. ex. com entusiasmo e calor, salientando bem as suas palavras o sentimento que as ditava. Terminou saudando a todos os presentes pelo advento da Republica portuguesa. Ao terminar como durante o seu discurso foi s. ex. muito aplaudido. No final os presentes levantaram vivas à Republica, à pátria, à cidade de Lisboa, etc.». A sessão terminaria com o içar da bandeira da república executando a banda vizelense o novo hino a *Portuguesa* «enquanto no ar troavam as bombas e os foguetes», esta festa terminaria no Jardim Conde de S. Bento onde os republicanos assistiram a um concerto da banda Vizelense.

Apenas a 9 de Outubro, domingo, tomaria posse o representante da autoridade civil - dr. António Dias Faria Carneiro, o qual foi empossado pelo anterior detentor do cargo, António da Fonseca e Castro (o qual aproveitou para manifestar a sua adesão ao regime). Nesta cerimónia tomou ainda a palavra o quintanista de medicina Alberto Lemos: «[...] que em frase calorosa dirigiu saudações ao novo administrador, aos heróis da revolução, e aos vultos mais salientes do partido republicano». Mais de uma semana depois da proclamação da república o novo administrador deu posse a Comissão Municipal, a qual foi incumbida de gerir o município até à realização de eleições, esta comissão integrava o administrador civil António Dias Faria Carneiro e ainda: Francisco Cândido Moreira da Silva, António Oscar de Sousa Carneiro, Padre José Maria da Costa e Sá, António Gonçalves Cerejeira Fontes, António José Martins Barreto e Joaquim Carneiro do Castro²⁸. As primeiras, e mais visíveis, mudanças provocadas com a alteração de regime eram noticiadas pelos semanários tirsenses, os quais informavam sobre o encerramento dos colégios de S. Miguel das Aves e de St^a. Cristina do Couto, como a nomeação de uma comissão administrativa para o Asilo Agrícola e a Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso. Nesse mesmo momento surgiam notícias sobre a organização e actividades desenvolvidas pelo Partido Republicano em Santo Tirso para consolidar a recém formada República. Esta comissão concelhia decidiu recensear os aderentes à República, criando a 16 de Novembro de 1910 um livro onde se podiam inscrever os apoiantes do novo regime e do seu partido, sendo recenseados 179 nomes relativos a indivíduos de várias freguesias do concelho e ocupações profissionais²⁹.

A instalação e consolidação do novo regime duraria vários anos, dependendo do empenho das instituições locais, da organização do Partido Republicano local e da vontade popular. No ano seguinte seria realizadas as primeiras eleições legislativas, dois anos mais tarde, em 1913 realizava-se pela primeira vez, no novo regime, as eleições municipais.

²⁷ Id, *Ibidem*.

²⁸ Como membros substitutos da Comissão Municipal encontravam-se o Dr. Gabriel Cardoso Fanzeres; Dr João de Oliveira Gomes; José Maria Nogueira do Valle; Cândido Pereira da Rocha; Adolfo da Silva Castro e Domingos Luiz de Oliveira

²⁹ Consultar em anexo I Cadastro dos Cidadãos Republicanos do Concelho de Santo Tirso, Arquivo Municipal de Santo Tirso, Iv. nº 2177

Anexo 1

CADASTRO DOS CIDADÃOS REPUBLICANOS DO CONCELHO DE SANTO TIRSO

Arquivo Municipal de Santo Tirso, lv. n.º 2177.

Existe no Arquivo Municipal de Santo Tirso um livro de recenseamento dos republicanos do concelho, aberto em Novembro de 1910, o livro destinava-se “à inscrição dos cidadãos republicanos do concelho de Santo Thyrsó conforme as instruções do Partido Republicano Português de 10 de Novembro de 1910”. O livro foi criado em 16 de Novembro, tendo sido assinado a sua abertura pela vereação e presidente da Câmara. Segue-se a relação dos republicanos inscritos e do elenco camarário no qual estão inscritos 179 nomes.

- Transcrição -

À inscrição dos cidadãos republicanos do concelho de Santo Thyrsó conforme as instruções do Directorio do Partido Republicano Português de 10 de Novembro de 1910, Santo Thyrsó, 16 de Novembro de 1910”.

António Dias de Faria Carneiro. Administrador do Concelho e Presidente da Câmara Municipal

*António Oscar de Souza Carneiro. Vereador.
Francisco Cândido Moreira da Silva. Vereador.
José Maria da Costa e Sá. Vereador.
António Gonçalves Cerejeira Fontes. Vereador.
António José Barreto. Vereador.*

*Eduardo da Costa Macedo. Advogado.
Domingos Pereira de Carvalho Abreu. Juiz de direito.
Alberto Eduardo Macedo. Delegado do P. da Republica.
Joaquim de Souza Reis Júnior. Negociante.
António Augusto da Cunha. Amanuense da administração.
José Maria de Azevedo Freitas Costa. Amanuense da administração.
Manuel Bento Sineiro Júnior. Amanuense da administração.
José Adriano de Sousa Dias. Oficial de administração.
Manuel Andrade da Silveira. Oficial da administração.
António José Alves Ferreira de Lemos. Advogado.
Manuel António dos Santos. Negociante.
Joaquim António da Silva Júnior. Escriturário.
Adriano de Sousa Trepa. Escrivão da Câmara.
José Coelho Trepa. Amanuense da Câmara.*

Arnaldo Monteiro Silva da Cunha. Amanuense da Câmara.
António Bernardino Correia. Continuo da Câmara.
Domingos Wenceslau Moreira da Silva. Capitalista.
António Severo Moreira da Silva. Capitalista.
Dioniso Soares de Pinho. 1º Aspirante de fazenda.
José Maria Nogueira do Vale. Capitalista.
António Marvi Meireles de Moura e Castro. Contador da Câmara.
Joaquim Gonçalves Cerejeira Fontes. Negociante.
Joaquim Eugénio Moreira da Silva. Capitalista.
Fermino de Araújo Carvalho. Operário.
Adriano da Silva Godinho. Picheleiro.
António Eduardo de Souza. Escrivão da fazenda.
Álvaro Portugal do Vale Mascarenhas. Envernizador.
Luiz Gabriel Moreira da Silva. Negociante e capitalista.
Fernando de Carvalho Brandão (regedor da vila). Negociante.
Manoel Pereira de Azevedo. Alfaiate.
Horácio Fernandes Viana. Pintor.
José Ribeiro Cataluna. Comerciante.
Mário António Pinto Guimarães. Pintor.
João Pinto Guimarães. Pintor.
Joaquim da Silva Adães. Proprietário.
Alberto de Sousa Carneiro. Sapateiro.
Carlos de Sousa Carneiro. Espingardeiro.
António Joaquim Carneiro. Espingardeiro.
Daniel Gomes Fernandes Viana. Trolha.
João Rufeiro Pinto Guimarães. Pintor.
António de Oliveira Machado. Padeiro.
Joaquim Passos Guimarães. Operário.
Sebastião Pinto Guimarães. Pintor.
Manuel Dinis. Alfaiate.
Júlio Moreira Pinto. Escrevente informador.
José Alves Mascarenhas. Distribuidor do correio.
José Carneiro da Silva Magalhães. Distribuidor de correio.
Bernardo da Silva Adães. Barbeiro.
Joaquim Sineiro. Escrevente.
Adolfo Moreira Pinto. Oficial de justiça.
Ismael Gonçalo da Silva. Zelador municipal.
António Moreira Campos. Capitalista.
José Ribeiro de Miranda. 2º Aspirante da fazenda.
Alberto Augusto Correia Guimarães. 2º Aspirante da fazenda.
António José de Souza Friães. Carcereiro das cadeias.
Zeferino Moreira Coelho. Jornalista.
Joaquim Alves da Costa (Sobrinho). Picheleiro.
Rodolfo Gonçalo da Silva. Escrevente informador.

Camilo de Magalhães. Solicitador encartado.
Alves Augusto Machado de Azevedo. Solicitador encartado.
António A. A. da Fonseca Castro. Negociante.
Constâncio Alves da Costa. Aferidor
Avelino José Alves. Zelador.
António da Silva Godinho. Solicitador encartado
Manuel Marques Correia. Alfaiate e proprietário.
Francisco António. Guarda fios.
António Ferreira. Distribuidor de correio.
António Lemos de Sampaio Carvalho. Professor oficial.
José Monteiro de Azevedo. Distribuidor de Correio.
Aurêlio César de Aguiar Azevedo. Escrevente.
António Francisco Ferreira. Oficial de Juízo.
Augusto José Alves Ferreira de Lemos. Escrivão de direito.
António José dos Reis. Negociante.
Adolfo da Silva Castro. Farmacêutico.
Júlio Carneiro de Magalhães. Capitalista.
Joaquim José Alves de Souza. Proprietário.
Carlos Azevedo Freitas Carneiro. Industrial.
António Ferreira da Cunha. Chaufer.
José Couto Ribeiro. Pedreiro.
Claudino de Sousa Pinto. Marchante.
Rodrigo de Andrade. Relojoeiro.
Joaquim Alves da Costa. Latoeiro.
José António dos Santos. Serralheiro.
Narciso Machado Guerra. Alfaiate.
Carlos Alberto de Matos. Tipógrafo.
João de Matos. Empregado no fôro.
António Pereira Cavadas. Alfaiate
António Maria de Sousa Guimarães. Empregado
José Correia do Amaral. Solicitador encartado.
Alexandre Freitas Andrade. Escrivão notário.
Joaquim Marques da Fonseca. Oficial de juízo.
José António Alves Ferreira de Lemos. Major – médico.
Gonçalo Fernandes Viana. Pintor e trolha.
Serafim do Vale Mascarenhas. Carpinteiro.
Joaquim Ferreira da Silva. Fabricante.
Manuel Ferreira Capela. Guarda do parque.
Francisco Pereira de Araújo. Ferreiro.
Manuel Joaquim Fernandes. Marceneiro.
António da Silva Balbeino. Pedreiro.
Vicente Gonçalo Borges. Farmacêutico.
José Rodrigues de Magalhães. Capitalista.
António de Castro. Fabricante.

Joaquim Pereira Borges. Carpinteiro.
José Maria de Azevedo Freitas Carneiro Varziela. Industrial.
Joaquim Rodrigues da Silva. Capitalista.
António Rodrigues da Silva. Capitalista.
Domingos Luís de Oliveira. Proprietário.
Alfredo Dias Mendes Ribeiro. Proprietário.
Pe. Júlio Augusto Falcão de Sá. Pároco de Água Longa.
Adriano de Matos e Castro. Proprietário.
Arnaldo Baptista Coelho. Médico municipal.
José Martins Barbosa. Proprietário.
Camilo Pereira Coutinho. Capitalista.
José da Costa Caldas. Relojoeiro.
José da Costa Rebelo (Burgães). Professor oficial.
José Maria de Sousa Azevedo. Solicitador autorizado.
Henrique Monteiro de Oliveira. Serralheiro.
Avelino de Sousa Fernandes. Relojoeiro.
Adriano Coelho Pereira de Magalhães. Relojoeiro.
António Lima Costa Moreira. Empregado comercial.
Francisco Pereira Marques. Comerciante.
Augusto Monteiro de Oliveira. Alfaiate proprietário..
Mário Faria Carneiro Pacheco. Advogado.
Felix José Moreira Vasconcelos. Escriturário da Misericórdia.
Francisco de Sousa. Escrivão notário.
Luís Simeão Trepá. Advogado.
Manuel da Silva Castro. Farmacêutico.
Luís Gomes da Costa. Agricultor e proprietário.
Joaquim Martins. Distribuidor rural.
Anselmo António Martins. Trolha.
António da Costa. Jornaleiro.
António de Sousa Correia. Proprietário.
Arnaldo Machado de Faria. Proprietário.
Joaquim António de Castro Mesquita. Notário.
Avelino Joaquim Machado. Picheleiro.
Joaquim Andrade. Escrivão - Notário.
António do Castro Ferreira. Negociante.
Manuel Pereira da Silva. Negociante.
Joaquim da Silva Moreira. Proprietário.
José Pereira de Faria. Farmacêutico.
Manuel Correia de Freitas. Recebedor do concelho.
Abílio de Sousa Festa. Pedreiro.
João Baptista. Pedreiro.
José da Silva Balbeira. Pedreiro
Joaquim José Rodrigues de Andrade. Pedreiro.
Amancio de Sousa Festa. Negociante.
Manuel Joaquim Machado. Jornaleiro.

Francisco Luís de Castro Teixeira. Oficial do juízo.
João Correia. Proprietário.
Alves de Miranda. Sub-delegado de saúde.
Manuel Costa Cruz. Notário.
Felix Maria de Magalhães Aguiar. Conservador.
José António Alves Ferreira de Lemos Júnior. Advogado.
Carlos Alberto de Sousa Marques. Escrivão ajudante.
Bernardino da Costa Reis. Pedreiro.
Manuel Moreira. Pedreiro.
José Martins da Silva. Carpinteiro.
António Martins da Silva. Barbeiro.
Francisco de Castro. Carpinteiro.
Albano Moreira. Pedreiro.
José Cardoso Santarém. Negociante.
Narciso Pereira. Trolha.
Guilherme da Costa Leite. Escrivão notário – substituto.
Joaquim Augusto de Carvalho Gonçalves. Escrivão ajudante.
José Bento Correia. Ajudante de conservador.
Raul Aurélio da Costa. Tipografo.
Joaquim Pires Fernandes. Professor oficial.
Joaquim Bento Correia. Escrevente.
Abílio Ferreira da Costa. Professor oficial.
David António da Silva Moreira. Negociante.
Joaquim António da Silva Moreira. Alfaiate.
Antero Gonçalves. Industrial.
José Eduardo de Sousa. Negociante.

A Capela do Senhor Jesus do Padrão. Elementos para o conhecimento do Património Religioso do concelho de Santo Tirso

Maria do Rosário Melo

Resumo:

A capela do Senhor Jesus do Padrão.

Elementos para o conhecimento do património religioso do concelho de Santo Tirso. É um texto que pretende dar a conhecer e valorizar o património religioso concelhio. Após um levantamento realizado em todo o concelho, pretendemos dar a conhecer o seu resultado, através da localização e descrição dos diversos imóveis inventariados, iniciando a nossa mostra pela capela do Senhor Jesus do Padrão.

Abstract:

The chapel of Senhor do Padrão.

Elements for the knowledge of religious heritage of Santo Tirso council. This text pretend to know and value Santo Tirso religious heritage. After the inventory or religious heritage, which covers all county, we intend to publish the results, presenting the description and location of religious buildings, beginning with the chapel of Senhor do Padrão.

Elementos para o conhecimento do património religioso do Concelho de Santo Tirso

Com a realização do levantamento e inventário do património religioso do concelho de Santo Tirso, de propriedade da igreja, foi possível tomar conhecimento do património existente e a sua diversidade, quer a nível arquitectónico, bem como do seu estado de conservação e adulteração.

O nosso trabalho teve em conta as diversas referências bibliográficas, quer em publicações locais bem como nacionais, e após a sua consulta saímos para trabalho de campo. Foi assim possível localizar devidamente os imóveis referidos, bem como a descoberta de um sem número de edificações sobre as quais não possuíamos qualquer referência.

A principal tarefa traduziu-se na descrição arquitectónica e registo fotográfico dos edifícios, pelo menos do seu exterior. No interior só o podemos realizar quando nos foi permitido.

No final do trabalho adquirimos um inventário de cinquenta e dois registos, englobando igrejas e capelas de propriedade da igreja, como já foi referido, dispersos pelas diversas freguesias do concelho. Abrangendo uma ampla cronologia de construção, desde o século XV ao século XX, incidindo principalmente nos séculos XVII e XVIII as grandes reformas em diversos templos.

O inventário do património religioso de propriedade privada, encontra-se em elaboração, tendo sido já algum referenciado, principalmente as capelas particulares anexas às casas que compõem o inventário do património arquitectónico civil, estando ou não ao serviço do culto.

Capela do Senhor Jesus do Padrão

Na freguesia de Monte Córdova, na encosta do Monte Padrão, em local afastado e bastante arborizado, vamos encontrar a capela do Senhor Jesus do Padrão, mostrando a alvura dos seus paramentos recortados pelo granito que marca as suas linhas estruturais.

Esta pequena capela é caracterizada pela sua orientação geográfica, Nascente/Poente, planta rectangular de desenvolvimento longitudinal de um só corpo, com galilé e sacristia adossada à sua fachada Norte.

Os paramentos exteriores são rebocados e pintados de branco com a característica faixa, cinzento escuro, a marcar o rodapé, sobre um embasamento irregular.

A cantaria aparente marca todos os cunhais, o entablamento, a cornija e as molduras de todos os vãos do edifício. Os cunhais em forma de pilastras, apresentam base composta por bocel com um pequeno soco. As impostas são molduradas em talão e rematadas por pináculos piramidais. O entablamento percorre todas as fachadas Sul e Norte bem como a Nascente e Poente da Sacristia. A cornija remata as fachadas sobrelevadas Nascente e Poente da capela, abrigando um telhado de duas águas, e a fachada Norte igualmente sobrelevada da sacristia. A galilé é talvez o elemento arquitectónico mais original e marcante em todo o edifício, em perfeita continuidade com o corpo da capela e seu contemporâneo. São poucas as capelas que apresentam este esquema, geralmente surge sim, um alpendre construído posteriormente. Nos seus alçados rasgam-se arcos de volta perfeita, sendo os laterais de menores dimensões.

Sob a galilé, na fachada principal da capela abre-se uma porta de lintel recto, no qual se encontra inscrita a data de 1738 e sobre este um pequeno frontão triangular sobrepujado por um óculo circular. À esquerda da porta, rasga-se um pequeno postigo e à direita sobressai um púlpito exterior de granito assente em base moldurada, com acesso feito por três degraus.

O pavimento lajeado da galilé prolonga-se para o interior da capela onde os paramentos são rebocados e pintados de cor branca, sendo o rodapé de cor cinzento-escuro. O tecto apresenta forma poligonal em caixotões, num total de dezoito, com pintura "naïf" sobre madeira representando os passos da Via Sacra. O coro alto, de madeira, todo ele pintado e com guarda, assenta sobre quatro mísulas simples de granito e o acesso é realizado por escadas de dois lanços, sendo o primeiro de três graus de granito e o segundo de madeira com uma inclinação bastante acentuada. Sob o coro, ladeando a porta principal, rasgam-se dois postigos, sendo o do lado esquerdo falso dada a existência do púlpito exterior que se lhe sobrepõe. Na parede lateral esquerda abre-se uma porta estreita para o exterior, estando colocada ao seu lado direito uma pequena pia de água benta de granito ornamentada e uma fresta rectangular com moldura em rampa. Na parede lateral direita, sobre mísula de granito, encontramos a imagem de Cristo na Cruz, a porta de acesso à sacristia e uma fresta da mesma tipologia da da parede oposta e sob esta um pequeno armário de apoio à liturgia.

Um retábulo de talha policroma e dourada, provavelmente do segundo quartel do século XVIII, antecedido por um altar também de talha, preenche toda a parede fundeira da capela. Esta zona é marcada, ao nível do pavimento, por um degrau criando assim uma ligeira elevação.

O retábulo poderá ser integrado no estilo joanino, caracterizado pelas cabeças de querubins e pequenos anjos, que contribuem para a criação de um esquema teatral, bem como as mísulas para a colocação de imagens, os baldaquinos, os cortinados nos remates repuxados por anjos e os atlantes colocados na base.

No nicho central do retábulo um simples sacrário antecede a representação do Calvário, sendo o Cristo esculpido em granito e posteriormente pintado. É uma imagem "naïf" de reduzidas dimensões colocada sobre um alto plinto de secção hexagonal, tendo por trás de si, um resplendor dourado. Ladeando o Cristo na Cruz, encontram-se Nossa Senhora e S. João Evangelista, pintados sobre a madeira do fundo, com uma expressão igualmente "naïf", evidenciando vários repintes.

A sacristia é uma dependência singela com paredes brancas e pavimento lajeado.

A nível arquitectónico esta capela possui actualmente uma organização única em todo o concelho, sendo a galilé o seu elemento distintivo. A capela de Santa Luzia, também em Monte Córdova, construída no século XVII possuía também uma galilé, mas esta foi anexada ao corpo da capela, no século XIX (1865) construindo-se um alpendre, elemento mais comum neste tipo de edificações.

A temática e esquema interior, o Calvário no retábulo e a representação dos passos nos caixotões do tecto, como menor erudição, remete-nos para a capela de Santa Cruz na freguesia de Burgães, sendo a capela datada dos finais do século XVII e o retábulo dos inícios do século XVIII.

É de referir que esta capela possui um ex-voto datado dos finais do século XVIII que refere o Milagre que Senhor do Padrão fez a Manuel José a quando da sua saída de Pernambuco no Brasil.

Tentamos aqui "traduzir" o texto nele escrito :

Milagre que fez Senhor do Padrão a Manuel José saindo de Pernambuco em o navio, Sebola, vendo-se perdido nos baixos doinques por causa de uma trovoada que lhe deu e apegando-se com o divino Senhor escaparam de tão grande perigo.



Extracto da carta militar 1:25000
Implantação da capela do Senhor Jesus do Padrão
CM 1: 25000, fl. 98, SCE 1977



Fotografia da capela
Fachada e alçado lateral Norte



Fotografia do Retábulo
Retábulo - vista geral



Fotografia do anjo
Pormenor do retábulo - repuxamento de um cortinado por um anjo



Fotografia
Pormenor do retábulo - Cabeça de querubim e atlante



M. Q. F. S. DO PADRÃO. A M.ª JOZE SAINDO DE PERN.º EM O
NAVIO, SEBOLA VENDO SE, PERDIDO NOS BAIXOS DO INQLES POR
AUZA DEHUA. TREVOADA Q LHE DEO EAPEGANDO SE COM OD. S.º E
PARA DE TÃO OR. DNE PRIGO

Ex-voto dos finais do século XVIII
Oleo sobre madeira (279 x 362 mm)

«M. Q. F. S. DO PADRÃO. A M.ª JOZE SAINDO DE PERN.º EM O
NAVIO, SEBOLA, VENDO SE, PERDIDO. NOS BAIXOS. DO INQLES. POR
CAUZA DEHUA. TREVOADA Q LHE DEO EAPEGANDO SE COM. OD. S.º E
PARA DE TÃO GRAND PRIGO»

A Casa da Quinta do Outeiro em Burgães. Elementos para a carta do património do concelho de Santo Tirso, no âmbito do levantamento do património arquitectónico civil.

Nestor Rebelo Borges

Resumo:

À margem dos monumentos nacionais implantados no concelho de Santo Tirso, existe um vasto leque de imóveis de interesse público e de interesse municipal, que no seu conjunto e pelas características inerentes, exibem as qualidades e a traça da arquitectura setecentista e oitocentista. Por outro lado, ajuda-nos a compreender a importância e o valor patrimonial que temos no concelho de Santo Tirso, e que é necessário proteger, preservar mas também divulgar.

A Casa da quinta do Outeiro, em Burgães, será pois, o primeiro de outros artigos ligados ao património edificado do concelho, a publicar na revista “Santo Tirso Arqueológico”, que consistirá apenas numa abordagem relativamente superficial dos temas, visando no essencial contribuir com alguns elementos para a história do património arquitectónico do concelho de Santo Tirso.

Abstract:

To border of the national monuments inserted in Santo Tirso municipality, there is a grate number of others immovables with public interesting, that in the conjoined show us the best qualities of the sevencentury's or eightcentury's architecture. For other side, help us to know better the importance and the value of that patrimony, who must be protected, preserved and soo disclosed.

The solar of Outeiro's landed property, in Burgães, shall be the first of others publications about edificated patrimony in the present study “Santo Tirso Archeologic”, that will consiste just in a superficial aborded of the subject, to take aim at some elements for the history of architecture's patrimony in Santo Tirso municipality.



Localização e acessos

A Casa da Quinta do Outeiro situa-se no lugar de Santiago Maior, na freguesia de Burgães, concelho de Santo Tirso e distrito do Porto.

Encontra-se implantada na vertente Norte de um monte, o qual é rasgado pelo C. M. 1105, com acesso ao santuário de N. S. da Assunção.

Em termos de acessos, para se chegar à Casa do Outeiro, o percurso inicia-se na E.N. 105, seguindo-se em direcção à zona alta da freguesia, passando pela Escola Primária, Junta de Freguesia até se encontrar o entroncamento que vem desde o Monte de S. João do Carvalhinho. Neste, avista-se do lado direito a Igreja Matriz de Burgães, para a qual se deve dirigir. Chegados à Igreja, para a esquerda deixou-se o C. M. 1105 que sobe pelo Monte de Santa Cruz. Depois da Igreja, à direita, e do cemitério, à esquerda, cerca de 200 (duzentos) metros à frente, também do lado esquerdo, avista-se a casa precedida de uma entrada para um caminho particular com cerca de 100 (cem) metros que dá acesso à entrada principal do Imóvel.

Enquadramento ambiental

A fachada principal da Casa do Outeiro encontra-se virada para Norte, presenciando os extensos campos de cultivo, que se prolongam ao aglomerado habitacional localizado do lado oposto dos milheirais. Deste aglomerado destaca-se a parte Sul da Casa da Lage, classificada como Imóvel de Interesse Municipal e que se encontra actualmente em fase de restauro.

Do lado Sul da Casa do Outeiro podemos encontrar a encosta do Monte de Santa Cruz.

Também neste lugar de Santiago Maior, é possível observar outros Imóveis de Interesse, como a Casa do Passal ou a Casa da Quinta da Cerdeira.

Estamos perante uma das mais belas e ilustrativas zonas de interesse patrimonial do concelho, onde a elegância e o virtuosismo das casas de quinta se enquadram perfeitamente no ambiente rural que as rodeiam e complementam.



O traço negro, entre Ramada e Burgães indica o CM 1105 desde a EN 105 até ao lugar da Igreja



Localização da Casa da Quinta do Outeiro assinalada pelo rectângulo



Entrada principal para a Casa da Quinta do Outeiro (setecentista)
Burgães - Santo Tirso

Proprietários:

José António Lemos Gil (Pai)

José António Araújo Lemos Gil (Filho)

O topónimo Burgães

Situada a Nascente da cidade de Santo Tirso e na vertente Norte de Monte Córdova, Burgães é das mais pictóricas freguesias do concelho. O rio Ave faz o limite natural a Norte, enquanto que do lado Nascente confronta com a freguesia de Rebordões.

A paróquia de Burgães encontra-se documentada desde o ano de 1100, Arquivo Distrital de Braga, Gav. Arc., n.º 26 j., no entanto, já em 1046 era conhecido o topónimo *villa Burgalanis* RIBEIRO, João P., *Dissertações Chronológicas e Críticas*, Vol. I, p. 209, n.º 15., sinónimo de quinta rústica, que antecedeu outras descrições em várias documentação medieval e moderna, como “Burganis”, “Burganes”, “Bragaes”, “Burvanes” (1258) *Documentos Medievais Portugueses*, Vol. I, pág. 6 e *Diplomata et Chartae*, p. 513., “Burgons” (1430) e “burguaães” (1520).

A problemática em torno do topónimo Burgães ocupou parte dos estudos de Pinho Leal e de Alberto Pimentel, posteriormente contestados por J. Nunes Monteiro na crónica “Burgães ou Burgaus?”, da Página Literária de Cultura Tirsense CORREIA, P. Francisco Carvalho, *Santo Tirso da Cidade e do seu Termo*, Vol. II, Santo Tirso, 2000, p. 253 - 254., aquando da análise feita a um artigo do Jornal de Santo Tirso com data de 29 de Março de 1991, pp. 7 - 8, e intitulado “A paróquia de Burgães (migalhas de história)”. Para Nunes Monteiro, Burgães é, em suma, “um topónimo genitivo antroponímico que por si só constitui um documento indelével a atestar toda uma política agrária que os romanos, seguidos depois pelos povos germânicos usaram para o aproveitamento das terras abandonadas ou pouco produtivas”.

No domínio eclesiástico, a paróquia de São Tiago de Burgães transitou da diocese de Braga para a diocese do Porto em 1882. No civil, pertenceu quase sempre ao extinto Concelho de Refojos de Riba D’Ave, até 1834. Durante as sucessivas reformas dessa época, chegou a pertencer dois anos a Santo Tirso (em parte), passando, até 1839, para o também extinto Concelho de Negrelos. Desde essa data até hoje passou a integrar o Concelho de Santo Tirso.



Aspecto geral da Casa do Outeiro. Na frontaria Nascente é visível o brasão de armas ao meio, tendo do seu lado direito a adega e do lado esquerdo a capela adossada à Casa

Acerca da Pedra de Armas

NÓBREGA, Vaz - Osório da, *Pedras de Armas do Concelho de Santo Tirso*, Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1957, p. 69 - 70.

Por ora a única fonte existente sobre o estudo da heráldica de família para o concelho de Santo Tirso, é o livro de Vaz - Osório da Nóbrega, inspirado no mais criterioso dos heraldistas, Anselmo Braamcamp Freire, o qual na sua obra "Armario Portuguesa" se revelou um dos mais conceituados autores na ciência dos brasões baseada na consulta de inúmeros documentos dos séculos XVII, XVIII e XIX, seguindo a ordem de cada apelido, da tradição e das regras heráldicas.

No que à Casa do Outeiro concerne, o estudo de Nóbrega destaca a família dos Carneiros Magalhães Machados na pedra de armas:

Localização – Santiago de Burgães, Casa do outeiro, portão nobre

Época - Século XVIII

Material - Granito

Conjunto - Escudo peninsular, timbre, motivos decorativos

Escudo - Composição esquartelada.

Leitura - I Magalhães, com a inclusão despropositada de uma bordadura

II Carneiro, barra carregada de três flores de lis, acompanhada de 2 carneiros volvidos

III Machado, cinco machados volvidos

IV Correia, fretado de seis peças (3 bandas sobrepostas a 3 barras)

V timbre de Carneiro, um carneiro volvido.

Nota - O brasão foi copiado de uma matriz sigilar, razão por que no segundo e terceiro quartéis os carneiros e os machados estão volvidos, assim como o carneiro do timbre, e no segundo quartel se esculpiu uma barra em vez de uma banda.



Descrição do Imóvel

A casa solarenga da quinta do Outeiro data da centúria de setecentos, encontrando-se classificada como Imóvel de Interesse Municipal, atribuição concedida pelo PDM de 1994.

Apesar de não haver registo de plantas e projectos da Casa, torna-se possível verificar através do seu exterior, a forma rectangular de um edifício de grandes dimensões, aparentemente em bom estado de conservação. Apresenta dois pisos habitacionais, com torre ameada, adossada ao seu lado esquerdo, onde se eleva um terceiro piso que culmina em telhado de quatro águas, de forma triangular, e quatro pináculos de granito. Refira-se ainda a existência de uma pequena mansarda, com abertura de duas janelas, uma para oeste e outra para norte.



A Casa é de construção granítica, com paramentos rebocados e pintados em branco, fazendo sobressair as cantarias em granito. No piso superior, do lado norte, destaca-se o correr de janelas a todo o comprimento da casa, providas de uma falsa varanda, resguardada por grades de ferro. Do lado oposto, o piso superior apresenta também um corredor de janelas, estas de sacada, à qual se chega pelo exterior através de uma bela escadaria em granito. Do piso inferior, destaca-se uma arcada de cantaria também em granito. Deste lado, expostos ao sol que corre de nascente para poente, atrás dos pinheiros e eucaliptos do Monte de Santa Cruz, encontramos um belo espaço de lazer, com jardim.

Do lado Nascente da Casa, encontramos a entrada principal de acesso ao Imóvel, através de um largo portão armoriado, encimado pelo brasão de armas de família, ladeado por dois esbeltos pináculos em granito. Quem olha de frente para o admirável brasão, à direita é possível observar uma pequena entrada de acesso à Capela Particular de N. S.^a do Socorro, recentemente recuperada com um relevante trabalho de madeiras, e com um altar-mor também recuperado, de belo recorte arquitectónico. Do outro lado, encontra-se a adega da quinta, cuja entrada principal virada a Nascente se poderia confundir com uma segunda capela, por possuir semelhante configuração, estando mesmo encimada por uma cruz latina, mas sem vão para o sino. Tratar-se-á este espaço de uma antiga capela, entretanto transladada para o lado oposto?!

Para além dos anexos, todos com as características da Casa, e com cobertura exterior de telhado de quatro águas com telha cerâmica de aba e canudo, há ainda a salientar um belo pombal de planta circular que oferece ao conjunto uma vertente etnográfica.

Quanto ao interior, do qual não conseguimos obter registos, foi-nos no entanto transmitido, que se encontra em bom estado de conservação, tendo já sido restaurado há poucas dezenas de anos, mantendo bem tratados alguns móveis antigos.



Aspecto parcial do pombal, parte integrante do património etnográfico, de planta circular, obedecendo às mesmas características do conjunto.

A Capela de Nossa Senhora do Socorro, na Quinta do Outeiro - Burgães, antes do século XX por:

CORREIA, Francisco Carvalho - *A Igreja e as Capelas de Burgães*, Vol. I, Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1991.

A Capela foi construída no ano de 1674 por ordem de Domingos Álvares da Costa (licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra), casado com Catarina Carneira Machada. Embora tratando-se de uma capela particular, pertencente à Casa da Quinta do Outeiro, o serviço de culto obedecia a dois requisitos, a dotação e a benção.

O Padre Francisco Carvalho Correia, no livro “A Igreja e as capelas de Burgães”, aborda a questão da dotação da capela, efectuada no notário em 28 de Novembro de 1674 Carvalho Correia refere a existência de duas cópias deste documento notarial no Arquivo Distrital de Braga *Registo Geral*, a primeira no Vol. 17, ff. 61 v.-62, e a segunda no Vol. 31, ff. 148 v.-149, esta integrada no dossier de 1694, a propósito do escambo dos bens anexados à fábrica da capela.. Simultaneamente à escritura, os proprietários, acima referidos, comprometeram-se a encaminhar para a capela, os rendimentos do denominado Assento da Quinta:

Um cerrado - casas, hortas, ramadas, uveiras, terra lavradia -, todo circuitado de muro, que dava lucro mais de dois mil réis anuais. E, para tutela maior, com o apoio subsidiário e condicional de outros bens. CORREIA, Francisco Carvalho - *A Igreja e as Capelas de Burgães*, Vol. I, Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1991, p. 35.

Vinte anos depois, António Machado da Costa, responsável pelos destinos e pelos bens da Quinta do Outeiro, e filho de um dos instituidores da Capela falecido a 22 de Dezembro de 1661, procurou um entendimento prévio com Manuel Correia, da não muito distante, Casa da Lage Segundo o Padre Carvalho, Manuel Correia era filho de Catarina de Abreu e de António Correia, senhor da Quinta da Lage, casou com Jerónima da Fonseca Faria. Manuel Correia era ainda vivo em 1709. Sucedeu-lhe à frente da Quinta da Lage, o seu filho António Correia de Abreu. para permuta de bens de valor imobiliários que implicavam uma mudança de rumo nos bens vinculados do dito Assento da Quinta:

A sua desanexação da fábrica da Capela da Senhora do Socorro para a posse da Quinta da Lage e a sua substituição por outros que, vindos desta última unidade agrícola, se trespassariam para a Quinta do Outeiro. António Machado da Costa comprometer-se-ia a que, com estes que agora acabava de receber, se fabricasse dignamente o dito templo de inovação mariana. Simultaneamente se resolveria um problema jurídico, isto é, a demanda do suplicante com os senhores da Casa da Lage, a propósito de uma fonte, situada no interior do circuito de terras que tinham sido anexadas à fábrica da Capela da Senhora do Socorro, vinte anos antes, pelo pai. Neste sentido, se endereçará à Cúria bracarense a dita súplica. O processo durará uns oito anos.

A 27 de Julho de 1694, foi nomeada a equipa de vedores e homens-bons, em ordem às avaliações.

Três dias depois, a 29 de Julho de 1694, o abade da freguesia de Burgães, o P.e Francisco de Sampaio Ribeiro (pároco de Burgães de 1677 a 1706), comissionado para a vedoria, passa um documento sobre a sua realização, sobre a probidade dos seus intervenientes e ainda sobre a oportunidade e vantagens do escambo. As vantagens da permuta seriam evidentes, na opinião dos louvados: as terras da dotação inicial, de 1674, valiam, no seu entender, 50.000 réis, e o seu rendimento cingir-se-ia aos 2.000 réis livres. Por seu lado, as terras da permuta que, até agora, pertenciam à Quinta da Lage, subiriam aos 60.000 réis e renderiam, anualmente, os vinte e cinco tostões, ou seja, 2.5000 réis.

O abade de Burgães, na sua informação, garante os preços avaliados no tocante aos bens de raiz. Discorda da estimação dos rendimentos da eventual e segunda dotação: os novos prédios rendem menos. Mas com a vantagem de não terem casas que exijam custas de fabricação...

A 6 de Junho de 1969 surge a autorização da Cúria bracarense, com os documentos a serem notariados pelo escrivão de Monte Córdova, João Gomes do Souto.

Apêndice documental

1674, Novembro, 28 - O Lic.º Domingos Álvares da Costa e sua esposa D. Catarina Carneira Machado fazem o instrumento notarial com que dotam a Capela de Nossa Senhora do Socorro que edificaram junto de suas casas da Quinta do Outeiro, em Burgães.

ADB Registo Geral vol. 17, ff. 61 v-62

Em nome de deos amem Saibam quantos este publico instrumento de obrigação e doasão de propriedade e pera fabriquia tudo como em direito aja lugar uirem que no anno do Nassimento de nosso Senhor Jesu Cristo de 1674 annos aos 28 dias do mês de Nouembro do dito anno em a quinta do Outeiro em as Casas da morada do Lic.º Domingos Alures da Costa que he na freguesia de santiago de Burgães que esta sita no Concelho de Refoios de Riba daue termo da cidade do Porto ahi no dito Lugar perante mim tabelião e testemunhas tudo ao diante nomeado apareserão presentes o dito Lic.º Domingos Aludes da Costa e sua mulher Catarina Carneira Machada, pessoas de mim tabelião Reconhesidas e logo por elles foi dito que elles tinham edeficado huma ermida ou Capella da inuocação de Nossa Senhora do Socorro junto as casas da dita Quinta com a porta pera a Rua e com toda a desensia necessaria pera nella se poder diser missa e celebrarem os diuinos officios e que so lhe faltaua pera se lhe auer de conseder Licensa pera se diser nella missa e faserlhe dotasão pera a fabriquia della Como de feito fiserão pela maneira Seguinte. Diserão que elles tinham e pesuião o Seu acento chamado das quintas sito na dita freguesia que por sy era bem conhesido o quoyal era erdade disimo a deos e constaua de hum sercuito cercado tudo de Muro alto e tinha dentro de si ortas, Latas Vueiras e outras

muitas aruores e terra Lauradia e casas que tudo lhe Rendia em Cada hum anno mais de dous mil Reis contados e mais andaua arrendado o quoaal asento diceram que de sua Liure uontade sem constrangimento de pessoa laguma dauão pera a fabrika da dita hermida e della fasiaão pura e irreuogauel doasão pera que o dito rendimento se fabrique tudo o que for necessario pera a dita hermida e Capella de oje este dia pera todo o sempre emquanto o mundo durar, e que em Caso que fose pello tempo adiante nessessaria mais fabrika diserão que tinham e pesuião misticas com a dita sua quinta quantidade de herdades disimo a deos que ualião mais de cento e sincoenta mil Reis que todas obrigauão a dita fabrika pera que tudo obrigauão Suas epsoas e bens a não jrem nem virem em parte nem em todo em Juiso nem fora delle per si nem per outrem comtra este instromento de doasão, e obrigasão antes sempre o fazer bem e de pax firme e ualioso e pera comprimento de tudo Renunsiaram de sitodas as leis liuerdades preuilegios que em seu fauor fasão e a Lei que dis a geral renunsiasão nem Valha se da sustansia della senão fiser espressa e declarada mensão; que de nada se querem ajudar nem da lei de Veliano que faz em fauor das mulheres e pobres e miseraueis se não tudo ter e manter comprir e guoardar como se nelle contem e assim o quiserão outrogarão e mandarão amim tabaliam fazer este publico instromento em meu Liuro de notas e do theor delle dar os que comprir que eu tabaliam como pisoa publica estipulante e asietante o tomei estipulei e aseitei pera se comprir em nome dos presentes futuros e absentes e aprtes a que toca e tocar deua a que tudo forão presentes por testemunhas Pedro Carualho Criado delles doadores e o Pe João carneiro da Costa morador na dita freguesia e a dotadora asinou por sua mão por o saber que todos aqui asinarão. E eu, Francisco monteiro tabaliam o escreuj. Domingos Alures da Costa, Catarina Carneira machada, João Carneiro da Costa, Pedro Carualho.

1694, Julho, 27 - Os louvados Domingos Martins, de Soalhão, e Bernardo Barbosa, de Vila, fazem o juramento aos santos evangelhos da avaliação justa dos bens e permutarem-se entre a Quinta do Outeiro e a Quinta da Lage.

ADB Registo Geral vol. 31, f. 148 e ss.

Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de mil e seis centos E nouenta e quatro annos nas Casas da Rezidencia da igreja de S. Tiago de Burgais ahi o Reuerendo Abbade della francisco de S. Pajo Ribeiro mandou vir perante sj aos lauradores e homens bons que tinha jleito Domingos martins de Soalhão e Bernardo Barbosa da villa desta dita Freguezia e aparecendo ambos perante elle Reuerendo comissario lhe deu o juramento dos santos Euangelhos a cada hum delles de per sj E debajxo do dito juramento lhe encarregou que focem uer asterras e propriedades conteudas na dita petição e que as vicem cada hum de per sj e que asw avaleassem no que lhes parecesse valerem e Rendiam Cada hum anno humas como outras em o qual juramento os ditos louuados puserão suas mãos direita e prometerão hir ver as ditas propriedades e as abaluaem naquillo que entenderam nas suasa consciencias

ho Rendimento dellas de que o dito Reverendo Commissario mandou fazer termo de juramento que assinou com os ditos louvados João Gomes do Souto (...) Francisco se S. Pajo Ribeiro, Domingos Martins, Bernardo Barbosa (...).

E logo os ditos louuados forão com o dito Reuerendo Commissario a ver as terras e propriedades que se trocão pelas casas com seu sercuito chamadas as quintas assim humas como outras todas citas nesta Freguezia de S. Tiago de Burgaes nas quais casas esta emposta a fabrica da dita Capella e virão as leiras Chamadas das herdades com suas aruores de vinho que sam herdades Dizimo a Deos e huma leira na agra da quinta major tambem de herdade (...) na agra do barreiro chamada a leira do morqueiro que Renderão todas estas terras hum anno por outro vinte e sinco tostois sam livres de tudo (...) e as sobreditas terras e propriedades sam de presente de Manoel Correa morador na quinta da lagea que he o que troca com o dito suplicante E ao dispois destas Vedorias logo forão uer os ditos louuadores a ver as Casas com Seu Sercuito chamadas as quintas aonde esta Imposta a dita fabrica da dita Capella E ao dispois de Vistas disserão que abaluauão, as ditas casas em dois mil Reis de Rendimento liures em Cada hum anno e que valião sincoenta mil reis e disserão que assim entendião e que não entendião valer mais ou menos segundo suas conciencias debaixo de juramento que tinham tomado da mão do reuerendo Commissario e que estas herão suas detriminações. E de que sim hera Verdade asinarão este termo que o Reuerendo Commissario me mandou fazer, o que eu fis conforme os ditos louuados disserão João Gomes do Souto (...) de monte Cordoua escrevão o escreuj. Bernardo Barbosa, Domingos Martins.

Sendo assim feito o dito termo de detriminação de louuados logo o dito Reuerendo Commissario mandou a mim escriuão que fizesse este termo de enserramento e que preparasse estes autos (...) o que por mim foi satisfeito. João Gomes do Souto (...) de monte Cordoua escrevão que o escreuj.



Legados da Freguesia de Santiago de Burgães

Luís Correia de Abreu dedica um breve capítulo a esta questão da igreja de Burgães. Transcreveu os bens de capela de forma sintetizada. A outros que sabemos havia no séc. XVII não se referiu. Deles temos informações pelas notas do abade Francisco Nogueira do Canto. Entre parêntesis irão, pois, algumas achegas complementares, extraídas das anotações deste abade de Burgães, que o foi de 1634, aproximadamente, até 1677.

«Os Senhores, e possuidores da Quinta do Outeiro, como consta do Livro (Não está identificado pela numeração) dos Rezíduos de Braga á f. (Em branco a sua designação), têm obrigação de mandar dizer duas Missas semanarias com seus responsos sobre a sepultura de Catharina da Costa (No texto do abade Nogueira do Canto, diz-se que o túmulo de Catarina da Costa ficava *abaixo do arco da capela-mor*. Noutro lugar (*Livro misto de Burgães* n.º 2) informamos que a testadora morreu em 15 de Abril de 1657) , cujas Missas dirá o Rd.º Abbe, ou seu Cura nesta Igreja pela esmola ordinaria, que em outra parte se disserem, e não querendo elles as mandarão celebrar os possuidores da refferida Quinta em qualquer parte que quizerem (O abade Nogueira do Canto informa: os possuidores da dita capela poderão até mandar dizer as missas noutra parte *por menor esmola.*), dando contas ao Provedor; e tem mais a obrigação de dar cem reis de esmola ao Rd.º Parocho em cada hum anno no dia dos fieis defuntos.» CORREIA, Francisco Carvalho, *Página Literária de Cultura Tirsense* (73), Santo Tirso da Cidade e do seu Termo, Vol. II, 2000, pág. 266 - 267.

DOCUMENTOS DE SANTO TIRSO



COMENTÁRIO

Francisco Carvalho Correia

O TOMBO DE SANTO ISIDRO DE NEGRELOS

O Tombo desta paróquia medieva

1. Algumas vezes nos ocupámos já deste freguesia medieva do concelho de Santo Tirso. Escrevemos, especialmente, sobre párocos e diplomados ¹. Temos ainda outros documentos, para além daqueles que citámos e dos de agora insertos neste trabalho. Documentos importantes nesta circunstância: o Tombo da extinta paróquia de Santo Isidro de Negrelos e a Vedoria de 1607

2. A 9 de Novembro de 1415, o arcebispo de Braga, D. Martinho Afonso de Miranda - a cuja jurisdição pertencia, na altura, esta igreja - anexou a freguesia de Santo Isidro de Negrelos à de S. Mamede de Negrelos ². O acto em si não significaria uma extinção. Por outras palavras, Santo Isidro de Negrelos - apesar de nunca mais ter pároco próprio, que, durante séculos, até à sua efectiva extinção, iria ser curada pelo abade de S. Mamede - poderia manter, porém, a sua individualidade e a sua incomunicabilidade: poderia ter cemitério próprio, pia baptismal sua e poderia ser capaz de albergar no assento da sua freguesia os paroquianos que devessem cumprir o preceito da missa conventual, aos Domingos e dias santificados.

3. A 22 de Outubro de 1535, o Papa Paulo II proveu a igreja de S. Mamede de Negrelos na pessoa do ainda menino, o Reverendo Duarte da Cunha.

Disse menino. Com efeito, nascera Duarte da Cunha em 1525. Com nove anos - a 3 de Abril de 1534 - e, por dispensa apostólica, lhe veio a faculdade de poder receber ordens menores e benefícios simples. E, de facto, logo no dia seguinte, foi feito clérigo minorista, em Braga, pelo bispo de Dume ³. E, um ano depois, - a 22 de Outubro de 1536 - o mesmo Papa o proveria, em forma de comenda até aos dezoito anos, na igreja de S. Mamede de Negrelos, por Bula Apostólica, onde expressamente diz que o destinatário tinha efectivamente dez anos tão só !... Era seu cura, pouco depois, Jerónimo Gomes.

Depois, outras ascensões. Com vinte e dois anos, é já Deão do Cabido da Sé do Porto ⁴. Nesta data, pede também à Cúria bracarense a atombação das duas freguesias: a de S. Mamede de Negrelos e de sua anexa Santo Isidro. A estes benefícios tirsenses irá renunciar este Reverendo Duarte da Cunha, a 17 de Janeiro de 1565, a favor de António Coelho, provido por S. Pio V. Mas teria o cuidado de incluir nas condições de renúncia, uma pensão de cinquenta ducados...

Um pároco de Santo Isidro de Negrelos: Vasco Anes (1394) ou elementos para a história das freguesias medievais de Santo Tirso, em "Ecos de Negrelos, de Agosto - Setembro de 1996, p. 13; *A paróquia de Santo Isidro de Negrelos. Elementos para a história desta freguesia medieva*, em JST 27 de Outubro de 2000, p. 10

² ADB Registo Geral, vol. 323, ff. 28-28 v.

³ D. Frei André de Torquemada, cuja actuação na cidade dos Arcebispos, e destes auxiliar, se vislumbra pelos anos que correm por entre 1523 e 1552, ao longo das prelacias de D. Diogo de Sousa, Infante D. Henrique, Frei Diogo da Silva, Infante D. Duarte, D. Manuel de Sousa e Frei Baltasar Limpo.

Em Julho de 1547.

3. Em 1588, o notário de Coimbra, Diogo Coutinho, passa uma cópia do Tombo de S. Mamede e de Santo Isidro de Negrelos que, agora, estavam na posse de um outro abade, cujo antecessor fora o abade reservatário António Gonçalves da Cunha. Este intitula-se: fidalgo da casa de Sua Majestade, Cavaleiro de Nossa Senhora do Loreto e de Santo Estêvão da Toscana, reservatário dos frutos das igrejas de S. Mamede e de Santo Isidro. Da cópia de 1588 far-se-á, depois, um traslado para o Registo Geral de Braga, a 8 de Junho de 1718, pelo escrivão Manuel Vieira.

Não sei quando resignaria este António Gonçalves da Cunha e a favor de quem o teria feito. De qualquer forma, já reservatário em 1588. Logo o seu sucessor fora colado em S. Mamede de Negrelos e Santo Isidro numa cronologia anterior a esta datação.

4. Voltado ao problema da relação entre estas duas paróquias, é seguro que, em 1607, era já extinta pura e simplesmente a freguesia de Santo Isidro de Negrelos. Pelo menos, agora, era apenas e tão só um simples lugar da paróquia de S. Mamede. Efectivamente, a igreja de Santo Isidro já não existia e o adro era uma latada, o que significa o fim deste pólo aglutinador. Já não há igreja baptismal, nem cemiterial, nem casa de reunião da família paroquial aos Domingos e dias de preceito. Em 1547, na altura da atombação, a igreja estava ainda de pé. Pouco depois, em 1607, já não. Logo, a extinção de Santo Isidro de Negrelos, com a sua passagem a mero lugar da freguesia de S. Mamede, poderá ter ocorrido em qualquer momento deste hiato de pouco mais de cinquenta anos.

5. Como disse, a atombação das duas freguesias far-se-á em 1547. O processo levaria meio ano, tanto quanto vai de Julho, com a nomeação do procurador do abade, o dito seu cura, e com a eleição dos vedores João Pires da Várzea e Gonçalo Rodrigues do Souto, até ao processo propriamente dito da vedoria, que se iniciará a 30 de Agosto e terminará a 21 de Janeiro de 1548. Santo Isidro terá por dote da sua igreja, além do assento, o casal de Alqueidão, sito na aldeia de Negrelos.

6. Entretanto, com a alteração do seu estatuto - quando irá reduzir-se a paróquia anexa da de S. Mamede - os bens da sua dotação passariam a ser aforados pelo abade desta última freguesia. Ora do assento da de Santo Isidro, as terras foram logo emprazadas. No sec. XVI eram os seus foreiros Jorge Afonso e sua mulher e João Pires, com sua mulher também. Pagavam uma pensão anual de 600 reis e uma galinha.

Este prazo do assento da que fora paróquia de Santo Isidro vai ser renovado, em Agosto de 1607, em prol de António Araújo, em primeira vida, mas com o foro ampliado de 800 reis e duas galinhas. Deste prazo foram vedores o Licenciado Manuel de Barros⁵ e Gaspar Álvares, tendo por auxiliares nesta tarefa os apegadores Gonçalo Duarte e Manuel Colaço. A residência paroquial de Santo Isidro, porém, muito embora ameaçada de ruína extrema, estava partilhada em aluguer por dois caseiros: Domingos Gonçalves e Salvador Gonçalves.

São estes dois documentos - o tombo de 1547-1548 e a vedoria de 1607 - que daremos em transcrição aos nossos leitores. Juntamente forneceremos algumas peças sobre os párocos, que intervieram nestes autos.

⁵ Era este Licenciado, natural de Alenquer, diocese de Lisboa. À morte de Jerónimo Fernandes Viegas, pároco de S. Martinho do Campo, apresentado pelo rei, como abade desta paróquia tirsense, o dito Manuel de Barros, licenciado em Direito Canónico pela Universidade de Coimbra, foi então confirmado pelo arcebispo de Braga, D. Frei Agostinho de Jesus, a 4 de Outubro de 1596. E dela será abade o dito Manuel de Barros até 1609. Cf. artigo *Dois párocos de S. Martinho do Campo Pedro Álvares (1485-...) e o Dr. Manuel de Barros (1596-1610)*, em JST de 29 de Dezembro de 2000, p. 10).

TOMBO DA IGREIA DE SAM MAMEDE DE NEGRELOS

ADB *Registo Geral*, vol. 65, ff.401 v.-451 v.

Requerimento, nomeação do notário e eleição dos valores

Tombo de Sam Mamede de Negrellos e Santo jzidoro e Sua anexa (f. 102) in nomine Domini amen Saibam quantos este instrumento de tombo virem que no anno do nasimento de Nosso Senhor Jesus christo de mil e quinhentos e quarenta e sete annos aos quinze dias do mês de Julho na aldea de Negrellos Freguezia de Santo izidorio do Arcebispado de Braga em prezenca de mim Jorge Pereira *clericus iminoribus* do dito Arcebispado Publico notario *autoritate apostolica* pareceo Hieronimo gomes capelam da jgreia de Sam Mamede de Negrellos cuja anexa a dita igreja he e por parte do muito Reuerendo Senhor o Senhor Duarte da Cunha Deam do Porto Abbade e Reitor da ditas jgreias (sic) ⁶ me apresentou huma carta do Senhor vigario da Corte de Braga e no pe della huma procuracam do dito Senhor Deam feita asignada por elle que todo he o seguinte.

Primeiramente Jorge Ferreira notario appostolico que a escreui e o Lecen-ceado Jorge (f. 402 v) Pires Vigario Geral em este Arcebispado de Braga pello muito illustre Senhor Dom Manoel de Souza Arcebispo e Senhor da dita Cidade Primas ett.^a ^v faco saber a vos Hieronimo gomes capellam das jgreias de sam Mamede de Negrellos e sam jzidorio Sua anexa que Duarte da Cunha Abbade das ditas jgreias me emviou a dizer que elle queria hora fazer tombo dos bens e propriedades e limites das ditas jgreias conforme a Constituicam e que me pedia ⁸ lhe mandase passar minha carta para isso o que visto por mim mandouos sob pena de excomunham que com dous homens bons e com hum notario apostolico vades apegar e atombar os asentos quintais casais limites e propriedades das ditas jgreias fazendo citar para as demarcaçoens todas as partes com quem partirem e demarcarem para serem presentes a dita demarcam (sic) e mando aos (403) cazeiros das ditas jgreia (sic) sob as ditas pennas que digam e descubram ao dito Abbade ou seu procurador e aos ditos uedores todas as herdades e couzas que as ditas jgreias pertencem por quoaquer via que seja para que todo venha a boa arecadacam o quoa tombo fareis em tudo conforme a Constituicam que primeiro para isso lereis.

Dada em Braga aos seis de julho de mil e quinhentos e quarenta e sete annos Gregorio da Costa a escreui.

Digo eu Duarte da Cunha Deam do Porto Abbade das jgreias de Sam Mamede e Sam jzidorio sua enexa de Negrellos contheudas neste Aluara de sima que por este por mim feito e asignado dou meu bastante poder e procuracam a Hieronimo gomes Capellam e cura das ditas jgreias para que elle em meu nome possa fazer tombo e apegacam das terras e herdades e propriedades das ditas jgreias conforme a constituicam do Senhor Arcebispo ⁹ e nisso fazer tudo o que eu faria se presente fosse porque confio (403 v.) que elle fara nisso como cumpre

⁷ Duarte da Cunha, Deão que foi do Porto e abade que foi de S. Mamede e Santo Isidro de Negrelos (1535 - 1565) Renunciou em 17 de Janeiro de 1565, a favor de António Coelho, com a reserva de uma pensão de 54 ducados, provido por S. Pio V (ADB *Registo Geral* 326, ff. 2 - 2 v.)

D. Manuel de Sousa foi arcebispo de Braga de 1545 a 1549

⁸ Já D. Diogo de Sousa (1505 - 1532) em 1528, impunha a elaboração dos Tombos paroquiais, que não só!... *Synodicon Hispanum II Portugal*, ed. da BAC, Madrid, 1982, p. 171.

⁹ Nessa altura, as Igrejas de S. Mamede de Negrelos e S. Isidro de Negrelos pertenciam à diocese de Braga. A partir de 1882 tudo seria integrado na Diocese do Porto

no seruisso de Deos e proueito das ditas jgreias⁹ e porque assim o hei por bem fis este por minha mam asignei oie catorze de julho de mil e quinhentos e quarenta e sete annos.

e apresentada assim me pedio e requereo que aseitassea execucam e mandado do dito senhor vigario para com elle Hieronimo gomes fazer escreuer o tombo e todos os bens e propriedades das ditas jgreias de Sam Mamede e Sam jzidorio sua anexa Contheudas na dita carta e mando conforme a Constituicam deste Arcebispado de Braga e eu Notario como filho obediente aos mandados eclesiasticos do dito Senhor do dito vigario aseitei o dito cargo de escriuam do dito tombo para o fazer comose contem na dita carta conforme a dita constituicam com a quoaal me informei e assim o dito Hieronimo gomes capellam e eu jorge Pereira (f. 404) Notario Apostolico que o escreui.

e feito o sobre dito o dito Hieronimo gomes elegeo logo por homens bons para medirem e atombarem todas as terras e propriedades e pertencas das ditas jgreias a joam Pires de vargea e a goncalo Rodrigues do Souto fregues da dita jgreia de Sam Mamede que prezente estavam aos quoaais eu Notario dei logo juramento dos Santos euangelhos em que lhes puzeram as maons que bem e uerdadeiramente com sans conciencias conforme a constituicam e mandado do Senhor Vigario atras que lhes eu notario li e notefiquei medissem e apegacem todas as terras e propriedades e pertencas das ditas jgreias e de todas suas propriedades e casais que as ditas jgreias pertenciam que lhes mostradas fosem para todo se escrever neste tombo que elles pello dito juramento assim o prometeram fazer e aseitaram o dito cargo e assignaram aqui com o dito Hieronimo gomes jorge Pereira notario appostolico que o escreui.

e dipois disto aos trinta dias do mes de Agosto anno (f. 404 v.) de mil e quinhentos e quarenta e sete annos no Couto de Negrellos deste Arcebispado de Braga Hieronimo gomes cappellam e homens bons atras contheudos comigo notario atombarmos os asentos das jgreias de Sam Mamede e Sam jzidorio e o lugar do Alqueidam na forma seguinte e jorge Pereira notario Appostolico que o escreui.

Tombo de Santo Isidro

Tombo do asento da jgreia de Sam jzidorio (f. 407) anexa da dita jgreia de Sam Mamede de Negrellos e foram chamados e citados os pesuidores dos cazais que partem e confrontam com as terras e pertencas do dito asento para o fazer deste tombo e foram vistas e medidas pellos ditos uedores e homens bons atras declarados na maneira seguinte e as pertencas do dito asento sam as seguintes.

Item este asento que est a pegado no adro da dita jgreia huma cazaria toda junta colmada em que ora uiue jorge Afonco e sua molher que trazem a metade do dito asento da mam do Abbade sem titullo nem prazo e a outra ametade trazem joam pires e sua molher que tem outra cazaria em que estes cazeiros tem cada hum sua cozinha e eido e outras cazas adega e seleiro e outras cortes de gado e todo jas iunto e tem entre as cazas e saidas humas



latas e fruteiras este asiento esta todo em cerco sobre si sem outra terra nem pertença de outro cazal estar dentro e esta por marcos e deuizoens e este cerco esta todo tapado por parede por a banda do (f. 407 v.) do nascente por a faldra do monte que comesa iunto da jgreia e tem por esta parte em comprido ao longo da tapagem coatro centas e setenta uaras e entesta daqui tambem na agrinha de marcos parte este cerrado do poente com terras deste asiento e com Santa Maria de Oliueyra e campanham pella chaue do sul entesta no caminho athe iunto da jgreia e esta todo tapado por parede e comaros e tem por esta chaue cento e uinte e oito uaras tem dentro em o redor muitas uueiras e carualhos e outras aruores tem dentro huma lata e hum bacello e muitas fruteiras parte do nascente e norte com monte e tem aqui nesta testada de fora junto a jgreia em agoa leuada muitas aruores e carualhos e castanheiros e tem no campo da macieira que ias neste cerrado huma leira de vilela que tem em largo seis uaras e mea e tem em comprido setenta e huma uaras e mea a terra que se laura leuara de sameadura (f. 408) vinte e hum alqueires de centeo e he terra fraca e tem muita terra que se nam laura.

Jtem a cortinha da jgreia tem por o norte ao longo do caminho que entesta com o cerrado asima nouenta e duas uaras e tem pello poente que parte por marcos com terras desta jgreia e vilarinho duzentas e trinta e coatro uaras entesta do sul com terra desta jgreia e com o Ribeiro e de o nascente com caminho que uai abaixo do serral asima tem dentro muitas uueiras e aruores e amieiros tem agoa de regar pouca he terra fraca leuara de sameadura de centeo vinte alqueires.

Jtem a cortinha de baixo que entesta do sul no Ribeiro e do nasente com vilarinho tem pello sul sincoenta e coatro uaras e tem pello poente que parte com herdade de Negrellos nouenta e seis uaras e tem pello norte que parte com Santo Jzidorio trinta e sete uaras leuara seis alqueires de centeo de semente tem agoa de Regar.

Jtem o campo daldar tem pello norte que parte com a agrinha de (f. 408 v.) marecos cento e noue uaras parte pella cabeca do poente com a dita agrinha de marecos e da outra parte do poente contra o sul herdade de Sam Martinho do campo daldar e tem por esta parte nouenta e noue uaras entesta do sul com Santa Maria de Oliueira e com o carrado acima e tem pello sul sesenta e huma uaras tem agoa de regar leuara de sameadura noue alqueires de centeo.

Jtem huma heira que he tudo Laje tapada sobre si em redondo tem dentro dous palheiros silecet cada cazeiro seu e a preza das quintans he deste asiento para regar de Sam Joam athe Santa Maria de Agosto com a agoa da fonte das quintans izenta sua deste asiento e assim a fonte do Souto asima da jgreia e tem montados e saidas para as regadas com os da aldea de Negrellos e para a agra Lauada e tem no souto de pital entre carualhos e castanheiros vinte e sete pes e em paradella no souto tem sinco castanheiros velhos e dise o dito jorge Afonco cazeiro por (f. 409) iuramento que nam tinha este asiento mais pertencas e por uerdade assignaram aqui o dito hieronimo gomes e homens bons oie trinta dias de Agosto de mil e quinhentos e quarenta e sete annos jorge Pereira notario o escreui e disseram

os ditos cazeiros que da dita agra da preza das quintans tem o cazal do alqueidam no tempo de Regar todas as Coartas feiras de cada semana desde oras de uesporas athe a quinta feira seguinte pella Manham e des a dita quinta feira pella manham athe a uespora he da quebrada de sima de villa e da herdade de Negrellos com a agoa da Lauandeira e tem este asento da dita agoa da Lauandeira com a dita preza des o sabado a uespora athe o Domingo seguinte pella manham (...) fora de oito em oito dias em huma somana des o Domingo pella manham the a uespora e isto com a presa jorge Pereira notario o escreui.

Tombo do cazal de Alqueidam que ias na aldea de Negrellos que he propriedade da jgreia de (f. 409 v.) Santo Jzidorio foram chamados para o fazer deste tombo os pesuidores dos cazais que com este confrontam que foram em uistas e medidas pellos ditos Hieronimo gomes cappelam joam Pires e goncalo Rodrigues homens bons o quoa traz por prazo o Lecenceado Diogo Barboza e as pertencas deste cazal sam as seguintes.

Jtem primeiramente huma caza telhada e hum eido e huma adega todo em hum cerrado sobre si tapado que parte do sul com caminho e saida deste cazal e do poente com Santa Maria de Oliueyra e do nascente com herdade da villa de Negrellos e tem dentro muitas fruteiras e outras aruores e tem pella testa do poente o serrado oitenta e sinco uaras e mea e pello sul ao longo do caminho oitenta e duas uaras e tem pella testa do norte que parte com a quintam da torre quarenta uaras e parte do sul com herdade tem dentro trinta uueiras mas e boas e muitas fruteiras o que se laura leuara (f. 410) de semente dous alqueires e meo de centeio tem dentro coatro laramgeiras nouas.

Jtem o campo da pareira tem pello sul que parte com herdade de Sam Jzidorio oitenta e tres uaras e mea e tem pello nascente que parte com a dita jgreia cento coarenta e coatro uaras e tem pello norte que intesta no caminho trinta e noue uaras tem agoa de Regar parte do poente com este cazal leuara de sameadura oito alqueires de centeio.

Jtem o campo dos currais abaixo tem pello norte trinta e noue uaras entesta daqui no caminho do poente com vellela e quintam da torre tem pello poente cento e sinco uaras tem pello sul que parte com vellela dezoito uaras tem agoa de Regar leuara de sameadura coatro alqueires de centeo tem este campo e o de sima da pateira trinta e huma uueiras.

Jtem a leira da fonte da agra tem pello nascente vinte e sete varas e pella testa do sul treze uaras do norte entesta na outra fonte das outras partes com vellela tem agoa (f. 410 v.) de Regar leuara de semente tres coartos de centeo.

Jtem o talho dos amieiros entesta do norte com herdade e tem por esta testada vinte uaras pello nascente que parte com as quintans tem trinta e oito uaras do poente e sul entesta no Ribeiro tem agoa de Regar leuara de sameadura hum alqueire e meo de centeo e tem des uueiras.

Jtem o Lameiro da Penella tem pello poente uueiras parte daqui e do sul com caminho e do norte com o Ribeiro e tem pello sul quarenta uaras e pello nascente que parte com as quintas tem sincoenta e sete uaras e mea e tem dentro em redor dezanoue uueiras mas e boas tem agoa de Regar e limar leuara de sameadura hum alqueire e meo de senteo.

Jtem o campo do forno com a dita jgreia e com monte trinta uaras e tem pello norte que parte com a jgreia nouenta uaras parte do sul com o Ribeiro e agra do lodeiro e tem pella testa do sul nouenta e duas uaras parte do sul com o Ribeiro e agra do lodeiro e tem pella testa do sul nouenta e duas uaras parte tambem do nascente com herdade de Negrellos tem agoa de regar leuara de sameadura tres alqueires e meo de centeo e tem dentro e o redor trinta e duas uueiras.

Jtem na agra do Loueiro a leira do espinheiro que tem pello norte que entesta no Ribeiro vinte e duas uaras e tem pello nascente que parte com Santa Maria de Oliueyra cento e quarenta e coatro uaras e pello sul que entesta no caminho dezanoue uaras e mea e pello poente e vinte e duas uaras e mea tem agoa de Regar leuara de sameadura dous alqueires de centeo.

Jtem o campo do cazal de mido tem pello norte que intesta no cazal secenta e duas uaras e tem pello nascente que intesta no cazal uelho e com Santa Maria de Oliueyra quarenta e tres uaras e tem pello sul que parte com villela athe o marco da chaue trinta e seis uaras e mea tem agoa de Regar tem o redor vinte e duas uueiras leuara de sameadura coatro alqueires de centeo.

Jtem o campo do azedal tem de comprido (f. 411 v.) cento e huma uaras e mea parte do poente com herdade de villa e com as quintans e pello nascente que parte com a torre quarenta e seis uaras e pella testa do sul dezaseis uaras e mea e pello norte que parte com villarinho e com Sam Mamede tem quarenta uaras tem uinte e seis uueiras mas e boas e outras aruores nouas nom se laura.

Jtem no souto de Negrellos tem este cazal noue uueiras que partem do norte e nascente com Santa Maria de Oliueira e do sul com herdade e saida deste cazal para o souto de Negrellos tem seus uueiras no Ruxio.

Jtem a leira da Torre tem pello poente que parte com a torre Cento e dezanoue uaras e tem pello nascente quarenta uaras tem nesta testada dous sobreiros e tem pello norte que intesta com a herdade oito uaras tem agoa de Regar leuara hum alqueire de centeo.

Jtem junto do souto da jgreia abaixo do bouco tem este cazal dezoito pes de aruores carualhos e castanheiros (f. 412) e a fonte de pintal seis castanheiros e hum carualho e na Riba sobre a leuada das quintans tem seis carualhos.

Jtem huma eira tapada sobre si com duas cazas moradas e hum palheiro tem pello sul que parte com a herdade cento e des uaras e tambem parte daqui com Santa Maria de Oliueyra do norte entesta no caminho que asima do caminho vinte e seis aruores nouas e uelhas (sic).

Jtem duas uueiras.

Jtem em souto de paredes sesenta e oito pes de Aruores castanheiros e carualhos e salgueiros.

Jtem hum moinho no regato da lauandeira que moe em inuerno e tem asima delle dezasete pes de aruores.

Jtem tem este cazal montados e saidas com os vizinhos e tem no tempo de regar de sam joam athe Santa Maria de Agosto da agoa da lauandeira des a coarta feira a uespora athe a quinta feira pella manham para Regar e das fontes das quintas com a preza outro tanto des a coarta feira a uespora athe a quinta feira pella manham e nam tem mais pertencam e isto disse o dito cazeiro por juramento dos Santos euangelhos que (f. 412 v.) lhe foi dado e por uerdade assignaram aqui os ditos homens bons oie trinta dias de Agosto de quinhentos e quarenta e sete annos jorge Pereira Appostolico que o escreui.

SANTO ISIDRO DE NEGRELOS

Prazo do assento

ADB *Registo Geral*, vol. 11, ff. 124-125

(f. 124) (Titulo: Prazo do assento da sancto Isidoro extinta e annexa a Igreja de são mamede de negrellos feito a Antonio daraujo).

Aos vinte e tres dias do mes de aguosto de mil e seiscentos e sete annos nesta cidade de braga me foj apresentado ho prazo do assento de sancto Isidoro extinta e annexa a Igreja de são Mamede de negrellos passado nesta cidade pello Reverendo doutor sebastião gil prouisor e Vigairo geral aos vinte e hum dias do mes de agosto da sobredita era asima e sobescripto por francisco Vieira dandrade escriuão da camera deste Arcebispado (124 v) pello quoa constar nelle a primejra vida Antonio daraujo e que possa nomear a segunda e a segunda a terceira e pagar de foro renda e pensão a dita Igreja oitocentos reis em dinheiro e duas galinhas por dia de são miguel de cada hum Anno como mais largamente consta dos autos de Vedoria e apegção cujo tresllado de verbo ad uerbum he o seguinte.

Aos noue dias do mes de aguosto de mil seis centos e sete Annos nos o Licenciado Manoel de barros abbade de São Martinho do campo e guaspar Alluares cura da Igreja de são Mamede de negrellos conteudos na carta de Vedoria do Senhor prouisor em comprimento do mandado do dito Senhor fomos apeguar ho assento de sancto Isidoro propriedade da Igreja de são Mamede de negrellos a quoa foj unida ha dita Igreja de sancto Isidoro por apeguadores que para jsso tomamos goncallo Duarte morador na campanham e Manoel colaco morador na quinta da guoarda ambos lauradores e moradores na freiguesia de são mamede de negrellos e vezinhos do dito assento aos quais demos juramento dos santos evangelhos que bem he verdadeiramente fizessem a dita vedoria e nos ho mesmo Juramos em presenca das partes e as propriedades e pertencas que pertencem ao dito assento são as seguintes.

Item huma casa terrejra em que mora dominguos goncaluez casejro que laura a metade do dito assento que tem pera ho norte em comprido pera ho sul sete varas e mea e em largo simcoenta e huma e huma casa de cozinha e outra de adegua e huma casaria em que esta ho guado e dentro tem quoa quatro cortes e tem tres casas derribadas junto onde esteue ho padrão as quais casas são todas terreiras e confrontão todas com as terras do mesmo assento e com ho monte e Ante esta casaria esta e tem hum recio de aruores e tem a casa que serue de adegua que he de saluador goncalues que laura a outra ametade do dito assento e mais huma casa allaguada ajunto della e huma casa cozinha e quoa quatro cortes de guado derribadas e todas estas casas partem somente com ho dito assento e tem huma latada que esta onde esteue hoadro entre as casas que he dambos os caseiros e parte com ho dito assento e monte e tem hum Recio de tras as casas pera ho nacente que tem aruores de fruto e sem fruto.

Item huma deueza asima deste Recio fora no monte de carualhos e castinhejros.

Item esta este assento todo em cerquo sobre sj sem outra nem pertencas doutro casal estar dentro e esta per marquos e diuisoes todo tapado de parede pella banda do monte pera ho nacente que comessa junto do lugar onde esteue a Igreja aonde morão s casejros que tem por esta parte em comprido ao longo do monte quoa quatro

centas e setenta varas e entesta daquj tambem na agrinha de marequos parte do poente com terras do mesmo assento e com santa Maria doliueira e campanham (f. 125) e para a chaue do sul entesta no caminho e esta todo tapado por parede e comaros e tem por esta chaue cento e vinte he oito varas tem dentro ao Redor muitas uuejras e carualhos e outras aruores onde foj o bacello darão de vinho quootro almudes e parte do nacente e norte com ho monte e tem a testada pera ho nacente de fora no monte em aguo a leuada hum souto de carualhos e tem no campo de maciejra que jaz neste cerrado huma lejra do mosteiro de vilella que tem em larguo seis uaras he mea he em comprido setenta e huma varas e mea leuara de semente a terra que se laura vinte alqueires e he terra fraqua he montezinha e muita della se não laura.

Item ha cortinha da Igreja a que chamão a parteira he vessada he tem pera o norte ao longuo do caminho que entesta com ho cerrado asima nouenta e duas varas e tem pera ho poente que parte por marquos com terra desta Igreja e villarinho dozentas e trinta e quootro varas entesta do sul com terra desta Igreja e com ho Ribejro e do nacente com ho camjnhu que vaj pera sima do cerquado tem dentro uuejras e carualhos e ameixiejros e tem aguo a de Reguar pouqua he terra impidosa leuara de semente vinte alqueires pode dar de vinho quinze almudes.

Item ha cortinha de baixo que entesta do sul no Ribejro e do nacente com villarinho tem pera ho sul cinquenta e quootro varas e tem pera ho poente que parte com herdade de negrellos nouenta e seis varas e tem pera ho norte que parte com ho mesmo assento trinta e sete varas leuara seis alqueires de semente tem aguo a de Reguar he terra da igreja.

Item huma lejra que esta em lagea tapado sobre si de parede e dentro hum palhejro allaguado.

Item ha preza das quintas he deste assento pera Reguar des dia de são João ate nosa senhora daguosto Isenta deste assento e mais ha fonte do souto asima da Igreja e tem montados e saidas pera os Reguados como tem hos da aldeia de negrellos e pera ho monte de aguo a leuada tem este assento huma sorte de aguo a dos Reguados des ho Sabado a vespora ate ho domingo sol fora de oito em oito dias em huma somana e na outra somana des ho domingo pella manhã atee a vespora e jsto com a preza des ho São João ate nossa senhora daguosto.

E loguo pelos ditos casejros domingos goncalues e saluador goncalues foj dito que não tinham mais pertencas que dar a esta apeguacão e visto por nos vedores as terras e calidades dellas por serem fracas e não terem aguo a de limar e muito daninhas por estarem a bejra do monte do quoa l assento disserão os lauradores delle que paguauão seis centos reis em dinhejro e huma galinha em cada hum anno de pencão a Igreja de são mamede de negrellos o que tudo visto e considerado por nos que se paguasse mais da sobredita renda dozentos reis em dinheiro e huma galinha que fazem soma oito centos reis e duas galinhas em cada hum Anno de foro e pencão a dita Igreja por dia de são Migel de setembro (f. 125 v.) e jsto julgamos e nos parece justo e hunesto pello Juramento que tomamos feita a dita vedoria noue dias de aguosto Anno de mil seis centos e sete e asinamos aqui manol de barros, gaspar alluares Manoel colaco goncalo duarte.

Ho qual eu guaspar daraujo notario appostolico treslladej do proprio prazo que tornej a parte ao qual me Reporto por prouisão de Sua Reverendissima Senhoria e tudo consertei com o notario ou escriuão que abaixo asinara e o asinej dia mes Anno ut Supra.

Comigo pontes goncalo francisco (?)

COMENTÁRIO

Francisco Carvalho Correia

AS BULAS DE CANONIZAÇÃO DE S. ROSENDO

1. S. Rosendo, um santo tirsense

Se não existisse, requerer-se-ia, de pronto, a sua invenção! Pois concorrem as duas coisas em S. Rosendo: a história e a lenda. Sob o *flash* acrescido desta figura carismática, a vida do noroeste peninsular, ao sec. X, terá de súbito inteligência que baste...

Camilo, em Maria Moisés, dirá que o Porto nos deus um santo. Mas que não promete mais nenhum! O facto, porém, será mais pungente ainda para os anais da Cidade Invicta: é que nem este, S. Rosendo, ela o deu... Quem o deu foi Santo Tirso! Se não lhe coube, ao Porto, a sorte grande, fica-lhe o consolo do aperitivo: estaremos sempre no interior do aro distrital da Cidade Tripeira...

Concordo, porém, com Díaz y Díaz: o mais importante na vida de um homem, como este, não é o seu nascimento, mas o dinamismo que soube imprimir à história. Mais que o lugar onde viu a luz, o palco onde fez luz. E, quanto a isto, sim, foi a Galiza que se iluminou de brilho na acção apostólica de S. Rosendo.

Concordo, repito. Mas deixem aos pobres sonhar no delírio das migalhas da sua riqueza... E, sobretudo, que eles, ricos de cem cabeças, não roubem ao pobre a única ovelhinha de todo o seu enlevo!

E que alguns espanhóis “puxam a brasa para a sua sardinha”. E fazem de S. Rosendo natural das Astúrias (Gomez Moreno e Frei Justo Perez Urbel), onde até não faltariam topónimos, como Salas e Corduário; ou natural dos arredores de Celanova, na Galiza (Fernandez Alonso, Garcia Alvarez, Mayan Fernandez...), onde as demarcações toponímicas mais se adensarão. Por exemplo, ao lado de Salas e de Corbeira ou Corva, os oragos em igrejas, como S. Salvador do Torno e S. Miguel de Lovios...

Sim, é que a base de decisão é ainda o *Liber de uita sancti Rudesindi*, dos monges de Celanova Estêvão e Ordoñez e que Herculano recolheu no *Scriptores*, no PMH. Ali se encontram todas as condicionantes geográficas do problema. E que bem se ajustam ao figurino de uma candidatura tirsense! Confessam-no, aliás, nomes de Espanha mesmo. Homens de fundamentado saber. Tanto do passado como do presente. Recordo: Castellá Ferrer, Yepes, o grande Flórez... Hoje o notável estudioso Díaz y Díaz.

Julgo ser a opinião mais exacta, sem patriotismos que, aliás, me não acalentam. *Amicus meus Plato, sed magis amica veritas...* E será opinião mais exacta, pelos motivos que seguem:

1.1. As condicionantes geográficas

Aqueles topónimos são aqui muito pertinentes: Salas e Monte Córdova; as igrejas de S. Salvador de Monte Córdova e de S. Miguel (do Couto), igreja esta que aglutinará o nome de Salas como topónimo seu.

Depois, há um elementos muito particularizador e restritivo que não se verificará em tantos indicadores geográficos, eventualmente apostados na reivindicação rudesindiana, no noroeste actual de Espanha, É que, segundo a *Vita*, de Salas - onde S. Rosendo nasceu - a Monte Córdova - onde a sua santa mãe Ilduara impetrou o milagre do seu nascimento - há um espaço de duas milhas, tanto quanto postula a *Vita*. O que se observa, aliás, neste recanto tirsense. O que, com certeza, e por outro lado, dissolverá toda a consistência de muitas das hipóteses que se nos opõem. Mais: que a comunicação entre as duas localidades se fazia por *caminho montanhoso e íngreme*, com S. Salvador no cume do monte, e S. Miguel a meio da encosta, o que mais polariza as atenções favoráveis em volta da nossa terra.

1.2. A tradição popular

Muito importante, creio: só as freguesias tirsenses de S. Miguel do Couto e de Monte Córdova, com as suas limítrofes, saboreiam uma tradição popular, enraizada de muitos séculos, que, nascida da presença do santo, dá a todas as suas pegadas na região um encanto que seduz e uma inteligibilidade que surpreende.

Desta crença radcada temos alguns testemunhos, como os que seguem.

O cura de S. Miguel do Couto, Pe Manuel Monteiro de Araújo, nas respostas ao Pe Cardoso, em 5 de Abril de 1758, garante:

*Nesta freguesia há uns campos chamados Sás - que consta neles houve uma vila nos tempos antigos que se chamava Salas, e que foi senhor dela um Conde chamado Dom Guterre e sua mulher Dona Ulduara, os quais eram pais de São Rosendo, e consta que o dito Santo foi baptizado no Mosteiro de S. Salvador de Monte Córdova que é matriz desta igreja; e nesta igreja de S. Miguel do Couto se acha ainda a pia em que o dito Santo foi baptizado ou a maior parte dela. A maior parte dela, porque se fragmentou com o afã de se conseguirem bocados para relíquias ou se alcançarem curas miraculosas*¹.

Por seu turno, o reitor de Monte Córdova, Pe Veríssimo de Araújo, afirmava também ao mesmo destinatário, a 16 de Abril de 1758:

Mosteiro Velho que um muito alto monte onde antigamente esteve a paróquia, que também foi Mosteiro dos Monges de S. Bento, chamado a Igreja ou Mosteiro do Salvador,

¹ A relação entre os dois autores é ainda hoje discutida, bem como o papel de cada um, na parte que lhe pertencerá. O que se vinca - sobretudo, Díaz y Díaz - , na forma substancial como hoje se apresenta, é a relação da obra com a canonização do santo de 1172, facto este que levaria Ordoño a redigir uma vida do santo fundador de Celanova, servindo-se de um esboço já elaborado de milagres, de uma data anterior (1140-1160), com certeza da pena do dito Estêvão, baseado na tradição popular que cedo aureolou a figura de S. Rosendo; com um acréscimo suplementar de mais alguns milagres, à medida que a devoção popular se foi intumescendo, com a sua canonização.

² CST II (1952-1953) 491

onde ia fazer oração a mãe de S. Rosendo, e donde foi a sua pia baptismal para S. Miguel do Couto, anexa desta, e apresentação minha ³.

A tradição mantém-se, talvez até mais viva que nunca. Mas, mesmo na primeira parte do sec. XX, colheu o Dr. Joaquim Alberto Pires de Lima umas informações, que passo a transcrever, como prova da manutenção da fé deste povo da aldeia e com as provas complementares de certas achegas, hoje desconhecidas ou alteradas, por obras e arranjos na matriz. Dizia este nosso amigo e conterrâneo:

A pequena, mas airosa igreja setecentista da minúscula freguesia de S. Miguel do Couto levanta-se à esquerda, numa curva da estrada que vai de Santo Tirso para o Monte da Senhora da Assunção. Começa ali a frondosa mata que, há quarenta ou cinquenta anos, foi plantada por diligências do cultíssimo abade Pedrosa, de Santo Tirso. Em frente da igreja, do outro lado da estrada, numa bouça, encontra-se o pedestal mutilado dum cruzeiro: uma grande pedra, forrada de musgos e de líquenes, com tôscas gravuras rupestres.

Aos lados do altar-mór da igreja, estão dois retábulos com pinturas em madeira, quâsi apagadas, bem como as respectivas legendas. A pintura do lado do Evangelho representa o Anjo S. Miguel a anunciar do Céu à Condessa Ilduara que ela conceberia o menino Rosendo neste lugar, junto à vila de Salas. Da bôca do Arcanjo sai um facho de luz em direcção à Condessa, com a anunciação da gravidez tão desejada. E, no fundo do quadro, outra legenda explicaria o significado da pintura.

Do lado da Epístola, outro quadro simétrico representa o baptismo de S. Rosendo. Vê-se um sacerdote com o Menino ao colo; à esquerda, está outra figura, a segurar uma tocha, e, à direita, várias personagens assistem à cerimónia. No fundo, uma legenda, muito apagada já, informa que o quadro representa o baptizado de S. Rosendo, filho do Conde Gutierrez Arias... celebrado nesta capela no anno de 907.

Aos lados do Arco-cruzeiro encontra-se, à direita, o altar da Senhora do Rosário e, à esquerda, o altar de S. Rosendo.

Neste último, ao centro, sobre um pedestal, encontra-se uma grande imagem do Santo, com mitra e bâculos episcopais. À direita, mais abaixo, está uma pequena imagem, que parece a redução da primeira. À esquerda, está um relicário constituído por um antebraço esculpido em madeira, coberto de roupagens e terminado pela mão, de face palmar voltada para diante e com os dois últimos dedos flectidos, como nas imagens.

No meio do antebraço, vê-se uma cavidade circular, onde estaria arquivada uma relíquia do Santo, resguardada por um vidro, que há alguns anos desapareceu, bem como a relíquia ⁵.

A esquerda da capela-mór, encontra-se uma pequena capela, que hoje serve de sacristia; e à esquerda do corpo da igreja, há outra capela, com grande altar desprovido de imagens. Diz-se que, dentro desse altar, se encontra a pia, milagrosamente conduzida para ali, onde foi baptizado S. Rosendo. Efectivamente consegui ver, através de uma fenda do altar, uma grande pedra, que poderá ser uma pia baptismal.

CST III (1954-1955) 220

* Hoje não é assim, pela construção da nova estrada.

Diga-se, desde já, que o antebraço violado ainda se acha, mas recolhido na sacristia. Hoje, há também a imagem pequena do S. Rosendo. Mas não me parece aquela que viu o Sr. Dr. Joaquim Alberto mai-lo bom e distinto etnógrafo Dr. Alexandre Lima Carneiro, nesse ano recuado de 1933. Antes, de feitura recente. E as esculturas e pinturas referidas, bem como o altar se encontram hoje, fora da capela-mór, em capela lateral, tangente ao corpo da igreja, do lado do evangelho, onde está a famosa pia do baptismo

Em S. Miguel do Couto, na encosta do Monte, mais acima da igreja, existe um rochedo, ainda hoje denominado Penedo da Condessa ⁶.

Reza a tradição que ali receberia Santa Ilduara a anunciação que lhe fez o Arcanjo S. Miguel. Cultiva-se ali perto um grande campo, ainda hoje denominado Agra de Salas; nesse campo e noutros circundantes, têm-se encontrado “pedras antigas, tejos e mós de moinhos”. De tudo isto me informou um inteligente lavrador do lugar.

Na freguesia de Monte Córdova é, talvez, ainda mais viva a tradição de S. Rosendo. O Penedo da Condessa, informou-me uma mulherzinha, é atravessado por um largo sulco. Trata-se duma passagem, miraculosamente aberta através do Penedo, para que Santa Ilduara, grávida de S. Rosendo, encurtasse o caminho que tinha de percorrer.

Noutro artigo ⁷, o Dr. Joaquim Alberto Pires de Lima conta uma história doutro penedo próximo deste:

Perto do Penedo da Condessa e da ermida do Pilar, havia outro penedo com a seguinte inscrição:

“Feliz será quem me virar”

Há anos, um indivíduo de Santo Tirso, chamado Cataluna, supondo encontrar um tesouro debaixo desse rochedo, à custa de grande trabalho, conseguiu voltá-lo, mas nada encontrou, a não ser esta legenda gravada na outra face do rochedo:

“Fizeste bem em me virar, porque já estava cansado daquela posição...”

Antigamente, em ocasiões de estiagem, era costume fazerem-se procissões de penitência, nas quais eram conduzidas imagens de santos. Uma vez, estava um calor ardentíssimo e levou-se em procissão o andor de S. Rosendo. Ao chegar à Senhora de Valinhas, a chuva era torrencial... ⁸.

Reatando uma tradição antiga, muito obliterada vão-se fazer, este ano, festejos populares a S. Rosendo, em S. Miguel do Couto ⁹.

1. 3. Cronistas, estudiosos, corógrafos e viajantes

Vamos recolher agora muitos depoimentos de pessoas, que por aqui passaram e por eles nos deixaram informações próprias ou dados colhidos na tradição das gentes locais que auscultaram. Antes de mais, de autores portugueses.

⁶ Ainda hoje - eu mesmo o ouvi - se mantém esta tradição. Só que o meu informador, por fenómeno fonético de assimilação, pronunciava *Condensa*.

⁷ Publicado em JST em 9 de Abril de 1938 e também reproduzido em *A Meu ver...*, p. 163 e ss.

⁸ No artigo de 1938, acrescentava o Sr. Dr. Joaquim que na procissão se cantava um cântico, da qual a sua informadora apenas conhecia dois versos de uma quadra:

“Milagroso São Rosendo
Qu’andais p’raqui degradado...”

⁹ *A Meu ver...* Porto, 1947, pp. 156-159. Trata-se de um artigo, originalmente publicado em “Ocidente”, de Abril de 1936. O Dr. Joaquim Alberto Pires de Lima foi acompanhado de outro grande etnógrafo, o Sr. Dr. Alexandre Lima Carneiro.

André de Resende, o grande humanista de Évora, recolheu muitas informações - muitas delas anteriores a 1533 -, para uma obra elaborada em definitivo, a partir de 1569. Trata-se do volume *De Antiquitatibus Lusitaniae*, que foi postumamente publicado, em 1593. A respeito das serras, detém-se particularmente sobre Monte Córdova, aonde, metonimicamente, lhe virá à memória a figura do nosso santo:

O Monte Córdova, na diocese do Porto, conserva ainda hoje abertamente o nome, com a particularidade de que, por ignorância, a gente inculta começou primeiro a designá-lo abreviadamente por Cordoua e depois, com maior deturpação, por monte Corva. Dele e das basílicas aí sitas do Salvador e de S. Miguel Arcanjo será feita referência especial na história dos feitos e da vida do bispo e confessor S. Rosendo, que também um dia, e com a ajuda de Deus, nos esforçaremos por trazer da obscuridade para o conhecimento público ¹⁰.

Do grande humanista restar-nos-á esta sumida nomeação, já que a biografia do nosso santo, parece-me, não chegou a sair dos propósitos e intenções desta celebrada figura do sec. XVI.

D. Rodrigo da Cunha, em 1622 ¹¹, distancia-se doutras fontes em pôr o baptizado de S. Rosendo na igreja de S. Salvador de Monte Córdova, onde, no Padrão, estaria, aliás, ainda ao seu tempo, a igreja paroquial. O mesmo dirá, em 1651, Frei Leão de S. Tomás.

Afirmará Dom Rodrigo da Cunha:

Era a continua habitação destes senhores (de D. Guterre e Dona Ilduara) na sua villa de Salas, que ficaua distante desta cidade (scil., do Porto), ao pè do monte Corduba, a que agora corrompido o vocabulo chamão Corua, aqui viuia a Condessa Ilduara, gastando todo o tempo que podia furtar ao gouerno de sua caza, em orações, parte pello bom successo das emprezas do Conde seu marido, que ordinariamente andaua em companhia de seu Rey, nas guerras contra os Mouros: parte em pedir a Deos lhe desse algum filho, a quem aueria maes pera o dedicar, e consagrar a seu seruiço, que pera o deixar por herdeiro de suas riquezas. O lugar em que maes frequentemente fazia estas orações, era a Igreja do Saluador, edificada no maes alto do monte Corua, que subia a pè, e descalça, muitas vezes na somana, e pera que fossem melhor ouuidas, tomaua por auogado seo, ao Archanjo S. Miguel, de que sempre foi deuotissima, foi Deos seruido concederlhe sua petição, e assi hum dia lhe mandou prometer pello glorioso Archanjo, hum filho, que fosse o lustre da sua linhagem, e a gloria de toda a Hespanha (...) Passados os noue mezes, nasceo aos Condes o filho que tanto desejauão, a 26 de Nouembro, em que a Igreja celebra a festa dos gloriosos Martyres S. Facundo, e Primitivo, do anno de 907. Teue deuação a Condessa sua may de o bautizarem na Igreja em que Deos lho dera, e fora a do Saluador, que estaua no maes alto do monte, e como lá não auia pia de bautizar, por não ser freiguezia, a leuarão da Villa em hum carro, mas o caminho era tão aspero, e a subida tão ingreme, que não foi possiuel chegarem os bois acima, e assi no meio do monte quebrou o carro, mas nem isso foi bastante pera a pia deixar de chegar à igreja, leuada maes por milagre, que por forças humanas. Guardase ainda hoje esta pia na Igreja de S. Miguel do Couto annexa a S. Saluador do monte Corua, e fica sobre

¹⁰ *De Antiquitatibus Lusitaniae*, introdução, tradução e comentário de R.M. Rosado Fernandes, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996, p. 107

¹¹ *Catalogo e Historia dos Bispos do Porto*, Porto, por João Rodriguez Impressor de Sua Senhoria, 1623, Parte I, c. 13, pp. 143 e ss.; cf. Parte II, cap. 45, p. 403

ella edificado hum dos altares collateraes: a pedra pella deuação, que os fieis tem de tirarem d'ella reliquias pera suas enfermidades, está já por fora notauelmente gastada, e consumida (...).

Pouco depois - três anos tão só -, Gaspar Estaço ¹² escrevia:

Entre os Bispos, que confirmarão o testamento, ou doação da Condessa Mumadona, foy hum Rudesindo, chamado commumente Rosendo. E porque foy Santo, e natural desta terra de entre Douro, e Minho, razão he, que não passemos sem delle dar alguma noticia, aos que a não tem (...) Nasceo na Freguesia de São Miguel do Bispado do Porto junto daquelle lugar, aonde depois se edificou o insigne Mosteiro de Santo Tyrso - aliás, um ano, apenas, depois da morte de S. Rosendo - da Ordem de S. Bento, que está entre o Porto, e Guimarães ¹³.

Vinte e cinco anos depois, toma a palavra Frei Leão de S. Tomás. De Coimbra. Monge, porém, de Santo Tirso, pertíssimo do local onde, segundo a tradição que ele auscultou, foi nascido S. Rosendo, a que adicionaria pegadas e vestígios de que pessoalmente deu conta. A freguesia mesma era uma das cinco paróquias, que por inteiro ou parcialmente, faziam parte do couto do mosteiro:

Era Senhor (D. Guterre) de hum Villa chamada Salas nos Bispado do Porto, que estaua fundada perto do nosso Mosteyro de Santo Thirso, ao pê de monte Cordoua, e à vista do rio Aue; e ainda hoje naquella parte há hum campo de muyto pedregulho chamado Sala, por onde parece que ali estauão os paços em que o Conde Dom Gutierre, e a Condeça Dona Alduara fazião sua habitação ordinaria. Viuião algum tanto desconsolados, por não ter filhos, os quais pedião a Deos com grande instancia, particularmente a Condeça, ajuntando a sua orações, iejuns, esmolos, e outras obras pias. E o lugar em que mais frequentemente fazia suas orações a Deos, era a Igreja do Saluador edificada no mais alto do monte Cordoua, aonde sobia de sua casa a pê, e descalça, e pera que suas preces fossem mais aceitas à Magestade Diuina, tomou por seu intercessor, e auogado ao Archanjo S. Miguel, de que sempre foy deuotissima. Foy nosso Senhor seruido de a ouuir, e pera a consolar lhe mandou o mesmo Archanio, que da sua parte a certificasse, que auia de conceber hum filho, que fosse a honrra, e gloria de toda sua geração, e de toda Hespanha (...) concebeo Aldara, e teue parto felice, parindo o minino prometido em hum quinta feira vinte e seis do mês de Nouembro do anno de nouecentos e sete, vespóra que era dos Santos Martyres Facundo e Pirmitiuo, com os quaes teue S. Rosendo em quanto viueo grande deuação, e solemnisaua aquelle dia de seu nascimento com dar grandes graças ao Senhor, e fazendo muytas esmolos, o que deixou encommendado em seu testamento se fizesse no Mosteyro de Celanoua, que edificou, e nelle se guarda com pontualidade. E da propria sorte os Condes seus Pays festejarão aquelle dia, dando liberdade a muytos escrauos, e escrauas que tinham, fazendo diferentes esmolos a pobres, orfãos, e viuuas, e mandou Aldara fazer hum Igreja na sua Villa de Salas a honrra do Archanjo São Miguel em memoria da embaixada que lhe trouxera da auer de ter hum filho de benção: chamasse oje S. Miguel do Couto, e he annexa da de São Saluador do monte Cordoua.

Teve e Condeça deuação de bautizarem o minino na Igreja, em que Deos lho dera, que foy a mesma do Saluador, na qual não auia pia de bautizar, e da Villa de Salas a leuarão em hum carro, mas como o caminho era muy aspero, e muy ingreme, no meyo delle quebrou o carro, porem nem por isso a pia deixou de se leuar ao mais alto do

¹² *Várias antiguidades de Portugal*, publicado pela primeira vez em 1625

¹³ *Várias Antiguidades de Portugal*, novamente dado á luz, Lisboa, 1754, p. 20.

monte aonda a Igreja estaua, mais por milagre, que por forças humanas. Poserão nome ao minino Rodesindo ou Rosendo, que conservou sempre em quanto viueo. A pia, em que foy bautizado se vê ainda hoje na Igreja de São Miguel do Couto, que fica sobre ella edificado hum dos Altares colleterais, e pella deuação dos fieis está a pedra por fora notauelmente gastada, por tirarem della reliquias pera suas enfermidades ¹⁴.

Como se vê, nesta tradição de que se faz eco D. Rodrigo da Cunha e Frei Leão de S. Tomás, o baptizado é mesmo em S. Salvador do Monte Córdova. O carro parte, no trajecto entre S. Miguel e S. Salvador. O milagre do seu transporte consiste no aparecimento da fonte no interior desta última igreja, sem causa ou razão que o explique. Noutra tradição, o carro parte, ao passar junto da igreja de S. Miguel. E neste exacto fenómeno se vê indício de uma vontade celeste de que o menino seja ali mesmo baptizado. Mesmo nesta hipótese, há referência ao milagre na transposição sobrenatural da pia para o interior da igreja.

Em 1707, *Carvalho da Costa* recolheu tradições populares das duas paróquias rudesindianas de Santo Tirso. Alguns dados são absolutamente certos e seguros. Outros da tradição. Esta já mais evoluída, de modo especial a propósito da pia baptismal de S. Rosendo. Já não é só o milagre do seu transporte, de S. Miguel para S. Salvador, aquando do baptismo do nosso santo. É agora também o milagre do seu transporte, mas em tempos muito posteriores, quando a pia se fizera já relíquia veneranda. Quis o abade do mosteiro de Santo Tirso trazer para o seu mosteiro a fonte que santificou o nosso herói. Agora o carro não quebraria. Os animais, apesar de fortes, é que sentiriam o peso maciço do vaso de pedra, que não deixaria arredar-se. Palavras da *Corografia*:

S. Salvador de Monte Cordova foy Mosteiro de Frades Bentos, que fundou o pay de S. Rozendo Guterre Arias, Conde de Arminio, que viveo pelos annos de 907. em que S. Rozendo nasceo aqui perto, aonde parece era sua vivenda na Villa de Salas, que destruiu o tempo, e este sitio cahe agora na Freguesia seguinte (scl., de S. Miguel do Couto), que desta se eregio. Foy este Mosteiro sogeto muitos annos depois, e Priorado do de Cella nova em Galliza, que punha alli um Frade, e o Convento comia a renda, que de cá lhe hia por consentimentos dos Bispos do Porto, querendo o que S. Rozendo quis, que vivessem seus Religiosos nelle: nam sabemos o tempo em que se variou esta Ordem, mas que poucos annos há se mudou esta Igreja para outra parte da Freguezia, em que ficou acômodando melhor os freguezes, que são trezentos e quarenta visinhos: he Commenda de Christo, e Reytoria da Mitra, que rende ao todo cento e cincoenta mil reis, e para o Commendador com a annexa seguinte quinhentos mil reis.

S. Miguel do Couto, Curado annexo de S. Salvador de Monte Cordova, com quem se arrenda, foy feita pelos pays de S. Rozendo, por Deos lhes dar este filho, que nella foy servido se bautizasse; hum dos Altares do Cruzeiro está fundado sobre a pia em que o Santo recebeo este Sacramento, da qual se conta, que querendo trazella para S. Thirso hum Dom Abbade, levando para isso muitos homens, e boys, nunca a puderão mover; e voltando para seu lugar, humas fracas vacas a levarão. Tem o Cura sessenta mil reis de renda, e o apresenta o Reytor de S. Salvador de Monte Cordova: tem trinta e seis visinhos ¹⁵.

Daí por diante, conhecemos já os depoimentos dos párocos de 1758. E do Dr. Joaquim Alberto Pires de Lima.

¹⁴ *Benedictina Lusitana* t. II, Coimbra, 1651, pp 145-146

¹⁵ CARVALHO DA COSTA, D. António - *Corografia Portuguesa*, t. I, Lisboa, 1706, p. 369; PIMENTEL, Alberto - *Santo Thyiso de Riba d'Ave, Santo Tirso*, ed. do Club Thyrsense, 1902, pp. 51-53; PIRES DE LIMA, Augusto César - *Estudos Entográficos, Filológicos e Históricos*, vol. III, ed. da Junta de Provincia do Douro Litoral, Porto, 1948, p. 543).

1.4. Testemunhos de Espanha. E de Celanova...

Mas até os cronistas e livros de viagens do país vizinho o confessam. A própria tradição de Celanova o confirma.

Filipe II de Espanha encarregaria, em 1572, *Morales* de um périplo que o levaria até à região galega, com o encargo de arrolar alguns bens respeitantes à história da arte: relíquias, joias e livros antigos etc., que pudessem constituir fundos, com que enriquecesse o mosteiro do Escorial que havia edificado. E *Morales* passou por Celanova. De tudo quanto viu e ouviu fez o relato. Entre o que observara, com os seus próprios olhos, o volume ricamente iluminado da vida e milagres de S. Rosendo, de Ordonho e Estêvão... Da vida destacamos o que mais a propósito nos vem, com pormenores que empurram decididamente o local do nascimento do nosso santo para a nossa terra:

Seus pais (de S. Rosendo) possuíam terra em Galiza e Portugal. E, entre outros lugares, o de Sala, perto da cidade do Porto, junto do monte a que chamam de Córdova. Não tinham filhos. E estando o Conde D. Guterre com o Rei D. Ramiro, o segundo deste nome, na guerra, em Coimbra, a Condessa, de pés descalços, subia até à igreja de S. Salvador naquela serra de Córdova. Enquanto ali rezava, teve uma certa revelação de que fora ouvida na sua oração. Mandou chamar o Conde. Nasceu o menino a 26 de Novembro de 945 ¹⁶. Levando-o a baptizar na dita igreja de S. Salvador, sucedeu um grande milagre (...) ¹⁷.

Aliás bastaria, creio eu, a tradição do mosteiro de Celanova, de que se faz eco um monge desta casa, por 1600, Fray Benito de la Cueva ¹⁸. A sua obra está separada por dois livros. Mas, é natural, fosse, nas intenções deste cronista, apenas um só livro *Cela nova Ilustrada* ou *Anais de S. Rosendo e História dos mosteiros e prioratos anexos a Celanova*. Pois, Fray Benito, nesta segunda parte, toma a *Vita*, recolhe as tradições da sua casa e concretiza os pormenores geográficos de Ordonho:

Como os condes D. Guterre e Santa Ilduara eram mui grandes senhores na Galiza e em Portugal, grande seria a fazenda que a S. Rosendo lhe veio a caber por herança. Entre muitas vilas e lugares que assinalámos e que o dito santo teve em Portugal foi a vila de Sala, junto de Monte Córdova, donde os condes, seus pais, foram senhores e onde tiveram casa de habitação, por ser perto da cidade do Porto e de outras fronteiras de que o Conde era governador e capitão general. Distava a igreja de S. Salvador, no alto do monte, uma légua da vila de Sala onde viviam. Desta forma, o dito lugar, como muitos outros, e a igreja de S. Salvador estavam dentro da jurisdição dos condes.

Depois da morte do Conde, sucederam-lhe os filhos, em todos os seus estados. Desejava S. Rosendo edificar um mosteiro na igreja de S. Salvador, em memória do seu baptismo nesta igreja. Ainda hoje ali se conserva a pia em que o santo recebera o baptismo. Ali fora colocada pelas mãos dos Anjos. Então todos os seus irmãos o ajudaram na edificação e lhe cederam o direito de património que, nessa terra, lhes coubera. Pôde assim o nosso santo, com toda a liberdade, cumprir o seu voto. E assim edificou um mosteiro, um priorado anexo

¹⁶ Na era de César. Logo, em 907.

¹⁷ Cf. IGLESIAS, Miguel Anxo Araújo - *San Rosendo, Bispo e Fundador*, Parroquia de San Rosendo e Concello de Celanova, 1999, pp 57-58

¹⁸ Nasceu em Ocaña e tomou o hábito beneditino em Celanova, a 8 de Fevereiro de 1609. Aqui, neste mosteiro, onde professou, foi prior por duas vezes. E arquivista. Daqui lhe veio o começo e a composição da sua obra *Celanova Ilustrada*. A outra parte - *História dos mosteiros e prioratos anexos a Celanova* - talvez a tivesse redigido ou terminado em S. Pedro de Rocas, aonde foi Prior e onde faleceria, em 1649.

ao convento de Celanova, donde levou monges para que nele morassem e administrassem as rendas que o santo lhes deixara na vila de Salas, couto de Refojos, em Portugal, a vila e castro de Laboreiro, para que, com elas, auxiliasse o mosteiro principal de Celanova.

Sendo assim um priorato anexo a Celanova, gozou este mosteiro das rendas do de Monte Córdova, de forma pacífica e tranquila, enquanto S. Rosendo viveu. Mesmo depois da sua morte, se puseram por sua iniciativa um prior e monges, sem que ninguém lhes perturbasse a sua posse.

Até aqui, teve a palavra Fray Benito. Ao tempo do nosso rei D. Manuel, veio o esbulho. A primeira machadada, em 1514, quando o Venturoso pediu ao Sumo Pontífice lhe concedesse autorização para poder desmembrar dos mosteiros beneditinos, situados dentro de Portugal, até ao valor de vinte mil ducados, para ajuda e defesa do nosso reino. O golpe definitivo mais tarde, em 1597.

Foi exactamente nesta altura que viveu Fray Benito. E muito lamentou a sorte do priorato de Monte Córdova. Não tanto pelos rendimentos - que eram pingues e que de cá se canalizavam para Celanova -, quanto, sobretudo, pelas memórias venerandas que o ligavam a S. Rosendo, como, de resto, os lugares das vizinhanças. Num lirismo exacerbado terminaria o cronista:

Já era tarde, o mosteiro (de Celanova) ficaria para sempre sem o de Monte Córdova. E foi a maior perda que daí nos veio a acontecer. Embora fosse grande a sua renda – subia a mais de oitocentos ducados! -, a maior foi, sem dúvida, termos perdido aquele santuário, onde foi concedida a Santa Ilduara a graça do glorioso S. Rosendo, onde o glorioso santo foi baptizado, onde hoje se encontra a pia do seu baptismo, que os Anjos ali colocaram, e, finalmente, por ser uma terra sagrada, pisada e regada com as lágrimas de Santa Ilduara, que nos deu um fruto tão abençoado, como o foi S. Rosendo. Confesso, cristão leitor, que todas as vezes que me lembro deste santuário me vêm as lágrimas. E, sobretudo, que o santo no-lo deixou e que, por descuido nosso e negligência de nossos antepassados, se tenha perdido ¹⁹.

2. Bulas da canonização de S. Rosendo

2.1. O culto dos mortos

Com certeza que a Igreja, desde as primeiras horas, teve consciência de várias coisas: a de uma vida, para além da morte; e nesta, a consciência de uma distinção entre os mártires, de um lado; e os crentes que, sem passar pelas provas do sofrimento pela causa da fé, adormeceram no Senhor.

¹⁹ *Historia de los monasterios y prioratos anejos a Celanova*, ed., notas e índices por María Teresa Gonzalez Balasch, intr. de José Ignacio Fernández de Viana y Vicites, ed. da Universidade de Granada, 1991, pp. 93-97

Dos primeiros, dizia-se, passavam imediatamente para o céu. Era o baptismo de sangue. No *Auto da Barca do Inferno*, Mestre Gil os distingue desta sorte, no último acto: os quatro cavaleiros, porque morreram na guerra santa, nas partes de além, com palmas nas mãos, entram imediatamente na barca do Paraíso.

O culto dos mártires difunde-se por toda a cristandade: as igrejas permutam entre si as actas do seu gesto heróico; sobre as relíquias dos mártires se celebra a Eucaristia; a eles, os fiéis da terra se dirigem, pedindo-lhes intercedam por si ao Senhor; no aniversário do martírio (*dies natalis*), a igreja celebra festivamente os seus louvores.

Pelos outros - os fiéis que adormeciam no Senhor - a igreja não pede a sua intercessão; mas reza por eles, num clima antes triste e de maior e mais contido recolhimento; a sua memória, para mais, é apenas local. Desta lembrança dos mortos e de como por eles se rezava, observe-se a visão de Dinócrates na *Passio Perpetuae et Felicitatis* ²⁰.

Pouco a pouco - mas, especialmente, a partir do final das perseguições -, a memória festiva ampliar-se-á, até incluir mais alguma coisa que os mártires: também aqueles que, sem terem morrido pela fé, sofreram pela causa do evangelho. Santo Atanásio de Alexandria, por exemplo, que muito padeceu na controvérsia ariana e que daria um impulso decisivo na elaboração do Símbolo niceno. Viu cedo o seu nome inscrito entre os veneráveis da corte celeste. De igual modo, Santo Hilário. Dele diz Cassiano que, pela fortaleza da sua fé invicta também recolheria a dignidade de *confessor* ²¹.

Ao fim e ao cabo, *confessores da fé* era já um título dado aos bispos, pela sua firmeza na perseguição ou nas lutas em prol da ortodoxia.

Daí também a distinção lenta de duas categorias de santos: os mártires e os confessores, nome este que, inicialmente, até ao sec. II, reservado fôra aos primeiros ²².

Mais ainda se alargaria o círculo daqueles que haviam de ser comemorados solenemente pela igreja no seu *dies natalis*. Agora, recordarão os fiéis também outros que, sem terem morrido nem sofrido pela fé, se tornariam conhecidos pela sua vida e doutrina, pela sua acção pastoral ou pela sua ascese, pelas suas virtudes e pelas obras de caridade. Um Santo Antão do deserto, S. Basílio, S. Gregório Nazianzeno, S. Gregório Nisseno... Na sua *Peregrinatio*, Etéria recorda, entre os confessores, o monge asceta ²³.

Muitos ainda destes homens extraordinários, pela sua fé e pela sua santidade, entraram cedo no calendário litúrgico da igreja.

²⁰ BUENO, Daniel Ruiz - *Actas de los Martires*, BAC, Madrid, 1962, pp 426-428

²¹ *Incarn Domini contra Nestorium VII*: CSEL 13.

²² Hoje, há quatro categorias de santos confessores: confessores pontífices (bispos); confessores doutores, os que, por escrito, se assinalaram na defesa da fé; confessores abades; confessores não pontífices (os demais).

²³ *Peregrinatio* 19,1

2.2. A canonização

É a canonização um acto solene pelo qual o Papa, hoje, proclama santo um servo de Deus e aprova o seu culto em toda a comunidade cristã. Esta decisão - agora pontifícia, com a Constituição de Urbano VIII, *Caelestis Ierusalem*, de 5 de Julho de 1634 - supõe consequências várias: que possam ser invocados publicamente, nas orações; que possam erigir-se igrejas e altares em sua honra; que possam ter missa e ofício próprio; que se lhes possa consagrar um *dies natalis*, no calendário da igreja; que as suas relíquias se possam expor e venerar publicamente; que se possam esculpir ou pintar imagens suas, com auréola...

Antigamente, as intervenções eclesiásticas da canonização podiam ser da competência de um bispo - neste caso, a sua decisão comprometia tão só uma diocese -, dos bispos de uma Província - neste caso, o gesto só tinha validade nos limites da metrópole - ou de um Legado pontifício - como é o caso da primeira consagração do culto oficial rudesindiano - ou da iniciativa do Papa, com valor universal.

A canonização de S. Rosendo foi primeiro válida para toda a Espanha. E a fez o Legado da Santa Sé, na Península ibérica, Card. Jacinto Bobone Orsini, o primeiro desta família. Depois, para todo o mundo cristão, pelo mesmo, agora Papa, com o nome de Celestino III ²⁴. A primeira em 1172; a segunda, em 1195.

Logo dois actos distintos, não pela natureza ou índole do acto, como se o primeiro fosse o equivalente de uma beatificação - uma simples permissão do culto de um servo de Deus. Antes, uma imposição do seu culto público, acto e decisão, onde a igreja empenha a sua fé e a sua autoridade. Como aqui, no caso de S. Rosendo: *queremos, sem hesitação, inscrevê-lo no catálogo dos santos e que, contado entre os eleitos, contemple o rosto de Jesus Cristo* (Bula de 1172).

Dois actos distintos, antes pelo alcance jurídico dos destinatários. Se, na primeira intervenção, o Cardeal Jacinto se limitava à sua posição de grandeza menor, enquanto Legado pontifício para Espanha (*in gradu minori*), na segunda, de 1195, apela à sua posição de Soberano Pontífice de toda a Igreja (*modo in eminenti specula faciente Domino constituti*).

Veremos, na Bula, qual o cerimonial da canonização. Consistia, essencialmente, em dois actos: primeiro, a *translatio* ou *elevatio*, se, por acaso, já não se tivesse efectuado antes. Ou seja, conduziam-se em procissão os restos mortais do eleito desde o túmulo ao altar da igreja, onde então receberia culto público da parte dos fiéis. E, depois - e sobretudo - a *declaratio*: *Queremos que seja colocado em lugar digno e eminente e que seja venerado por santo, na terra, por todos os fiéis*. Outros elementos contextuais acompanharão a solenidade: a assistência de bispos, abades, autoridades civis, cuja presença se exige ou se solicita. E dos fiéis, cuja afluência se estimula na concessão de indulgências.

²⁴ Aliás, foi Papa durante quase 7 anos (1191-1198) e canonizou mais três santos: S. Pedro de Tarantasia, Santo Ubaldo de Gubbio e S. João Gualberto. Morreria com 92 anos. Celestino III, como Legado em Espanha, percorreria Aragão, Catalunha, Castela-León e Portugal. Interveio na difícil questão do primado de Toledo e Braga, e no estatuto metropolitano das Províncias eclesiásticas de Braga e Compostela. Destas questões ibéricas tratou Celestino III, pelos anos de 1154-1155 e 1172-1174. Cf. *Dizionario Historico del Papato*, dir. de Philippe Levillain, tr. italiana, ed. Bompiani t. I, Milano, 1994, pp. 290-293. Destas questões veja-se Mons. José Augusto Ferreira - *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga*, ed. da Mitra Bracarense, t. I, 1928, pp. 292-298, 313-319.

S. Rosendo fora sepultado na igreja de S. Pedro, de cuja identificação se discute: se seria uma capela independente e ao lado do mosteiro de Celanova, ou tão só uma nave ou até a ábside da própria igreja monástica ²⁵. Aqui se venerava, ao tempo do mosteiro pré-românico de Celanova. Daí foram levados os seus restos mortais, naquela data solene de 1172, para uma outra capela, e depositados num sarcófago de pedra, levantado sobre quatro colunas, com passagem livre, por sob o monumento funerário do santo. Estaria junto da porta do claustro esta nova capela ²⁶. Nessa altura, se teria feito uma primeira divisão dos sagrados despojos: o crâneo levado para Roma, e outras relíquias para o mosteiro de Santa Maria de Tomiño. Em 1601, a 1 de Março, aniversário do seu *dies natalis*, ao tempo em que presidia ao mosteiro de Celanova Frei Cláudio Tenório, as relíquias de S. Rosendo foram metidas dentro de uma urna de prata, que se colocaria no altar-mor da igreja do convento. A arqueta é obra do ourives João de Nápoles, que residia em Valladolid, como o garante a inscrição:

Aqui descansam os ossos de Rosendo, insigne prelado, padroeiro e fundador desta casa. O Reverendo Padre Mestre Frei Cláudio Tenório, prelado deste mosteiro, aqui os depositou, no dia 1 de Março de 1601. Autor desta obra João de Nápoles, morador em Valladolid.

Nela, na sua face anterior, estão insculpidas quatro cenas da vida e milagres de S. Rosendo, respeitantes ao anúncio do arcanjo S. Miguel a Ilduara, com a confirmação celeste do seu filho; o transporte miraculoso da fonte baptismal para a interior da igreja onde se baptizou; o episódio da audição da missa, cantada por um anjo, no caminho, quando retardado o santo se dirigia ao seu mosteiro; unção e ressurreição de uns pedreiros, que tinham proferido palavras maledicentes, em desfavor do nosso santo e da sua parente Santa Senhorinha, aquando de uma visita de S. Rosendo a Vieira.

2.3. As duas Bulas da canonização de S. Rosendo

Assim no-las dá a conhecer, na sua origem, Frei Leão de S. Tomás:

Estaua o glorioso São Rosendo sepultado em huma Capella, que chamauão de S. Ioão, na qual esteue quasi duzentos annos, illustrandoo, e engrandecendoo o Senhor com infinitos milagres, e vindo o Cardeal Iacinto a Hespanha, aonde esteue muytos annos fazendo officio de Legado da Se Apostolica, mouido das marauilhas, que se contauão do glorioso Santo, veyo em pessoa ao Mosteyro de Cella noua correndo os annos de mil cento setenta, pouco mais ou menos, e visitou o sepulchro do glorioso Santo, e vendo com seus olhos todos os milagres, que estauão autenticados, e fazendo noua aueriguação de todos elles, mandou leuar o corpo do Santo da sepultura, em que estaua sepultado, e tresladallo a outra Capella, que estaua junto a

²⁵ Frei Leão de S. Tomás diz que S. Rosendo fora sepultado numa capela a que chamavam de S. João, onde estaria quase duzentos anos: *Benedictina Lusitana* II, p. 154

²⁶ *Benedictina* II, p. 154.

porta do Claustro, pondo seus ossos sagrados em hum sepulchro leuantado sobre quatro columnas, cobrindoo com ricos panos de brocado, e seda, e beatificando o Santo, passou nesta occasião hum Breue, pera que sua beatificação, viesse á noticia de toda Hespanha, concedendo particulares indulgencias a todos os que se achassem presentes á dita tresladação do Santo, como mais largamente se pode ver no nosso insigne Yepes no quinto tomo de sua Chronica, aonde poem a bulla da dita Beatificação. Celebrase esta festa da tresladação de São Rosendo no Mosteyro de Cela noua com outauario no primeyro dia de Setembro.

Indose o Cardeal Iacinto pera Roma despois de ser Legado em Hespanha muytos annos, foy eleyto em Summo Pontifice, e em sua consagração se chamou Celestino III, e despois de Papa no quinto anno de seu Pontificado, canonisou ao glorioso São Rosendo pelas mesmas rezões, que o mouerão, sendo Cardeal, ao beatificar; e esta bulla de sua canonisação se conserua no Archiuo de Cela noua espedida no anno de mil cento e nouenta e sinco (...) ²⁷.

As duas Bulas de canonização de que falámos foram encontradas por Antonio García y García, Professor de História do Direito Canónico na Universidade Pontifícia de Salamanca, que as descobriu na Biblioteca da *Hispanic Society of America*, em New York.

BULA DA PRIMEIRA CANONIZAÇÃO (1172)

Documento da segunda metade do sec. XII, em pergaminho, escrito numa só coluna, de 31 linhas.

Publ.: GARCIA Y GARCIA, Antonio - *Estudios sobre la canonistica portuguesa medieval*, ed. Fundación Universitaria Española, Madrid, 1976, pp. 167-170

Tradução galega: IGLESIAS, Miguel Anxo Araújo - *San Rosendo, Bispo e Fundador*, Celanova, 1999, pp. 126-129.

Jacinto, pela graça de Deus, Cardeal-diácono da Santa Igreja Romana, Legado da Sé Apostólica, aos veneráveis irmãos em Cristo, João, arcebispo de Braga, pela graça de Deus ²⁸, e a todos os bispos sufragâneos, prelados, assim constituídos na sua província, saúde e expressão de sincero amor.

Seguindo os exemplos dos Santos Padres, pensamos que será bom mostrar os efeitos dos seus gestos que, pela graça de Deus, se fizeram dignos e considerados. Sabemos que é próprio do nosso ministério valorizar e dar a conhecer tudo quanto é do agrado de Deus, que se faz com o auxílio da Sua graça, e estarmos sempre atentos para que obtenham o seu desejado efeito, acolhendo com benevolência todas as solicitações e súplicas oportunas, sobretudo de pessoas religiosas.

Atendendo, pois, aos méritos gloriosos do bem-aventurado Rosendo, bispo da igreja de Dume que, em Celanova, descansa no Senhor; e atendendo ainda ao que muitos testemunharam e escreveram sobre a sua vida e sobre quanto fez entre os homens, quando

²⁷ *Benedictina Lusitana*, vol. II, pp. 154-155

²⁸ D. João Peculiar que foi bispo do Porto (1137-1138) e, logo (1138-1175), arcebispo de Braga, um dos fundadores do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, nascido provavelmente em Lafões ou Coimbra, diz Mons. Ferreira. Estivera, em Areias, aqui em Santo Tirso, em 1150, na sagração da segunda igreja daquela freguesia

ainda vivia neste mundo, quer no que toca à sua palavra cheia de sabedoria, quer no que respeita aos seus milagres; conhecendo, além disso, quanto o que o Supremo Criador do mundo realizou na sua vida, por meio dele - do que dá testemunho a sua vida e os milagres que operou, logo depois da sua morte -, queremos, sem hesitação, inscrevê-lo no catálogo dos santos e que, contado entre os eleitos, contemple o rosto de Jesus Cristo. É que foi um verdadeiro prelado: consolação dos aflitos, alimento dos esfomeados, vista dos cegos, amparo dos coxos, defensor dos pobres. Adornado do candor destas virtudes, soube transmitir aos outros um exemplo de vida e de santidade.

Para que melhor possais conhecer, vós e os outros, os méritos deste glorioso confessor, pareceu-nos oportuno esboçar, nesta Bula, algumas maravilhas - não todas, porém - que o poder divino nele operou, para lhe retribuídes com honra maior; e, com tão gloriosos exemplos, possais fazer mais devotamente tudo quanto ele fez.

Aquando do seu baptismo, por alturas em que se transportava a pia baptismal, onde devia ser regenerado, o carro que a conduzia, ao passar diante das portas da igreja de S. Miguel, por intervenção divina, partiu-se, e o vaso - a que vulgarmente se dá o nome de fonte - foi encontrado dentro da igreja. E nesta se encontra até hoje, no meio de muita veneração ²⁹.

Pela graça de Deus, libertou a pátria portuguesa da invasão dos Sarracenos, e a Galiza da invasão dos Normandos. Anunciou ao abade Frânquila o fim iminente da sua vida. E, pouco depois, como o anunciara, adormeceu no Senhor.

De seguida, pelo poder de Deus, ressuscitou dois mortos ³⁰. Igualmente, ao voltar de um concílio, quando os seus irmãos estavam à espera que chegasse, depois da hora de Tércia, ouviu umas vozes angélicas que cantavam, na celebração da missa. Abaixou-se o bispo e pôs-se de joelhos em oração. E assim esteve prostrado, até que lhe pareceu ouvir o *Ite, missa est*. Comentou o caso aos seus irmãos e concluiu que, após as horas canónicas, não se esperasse por ninguém, ainda que fosse de grau superior. Pelo contrário, advertido por aquela revelação, determinou que a celebração da missa se celebrasse, sem alteração, na hora fixada ³¹.

Aconteceu que, nessa altura, a rainha Aragunta foi surpreendida por grave doença. Ao sentir-se assim doente, enviou mensageiros ao santo confessor, para que a viesse consolar, com a sua presença e as suas orações. Quando o soube, dirigiu o santo a Deus as suas orações. E pôs-se a caminho. Ao chegar, porém, ao monte que se chama de Sandim, ouviu umas vozes de Anjos que cantavam *Gloria in excelsis Deo*. E disse aos companheiros:

- Irmãos, regressemos a casa, que a rainha morreu.

E veio-se a confirmar que assim acontecera ³².

Ao aperceber-se que os seus trabalhos, neste mundo, estavam a acabar, convocou os irmãos e disse-lhes estas palavras cheias de suavidade:

²⁹ Diz Frei Leão de S. Tomás - que era monge de Santo Tirso - que a pia baptismal em que S. Rosendo foi baptizado se veria ainda, ao seu tempo (1651), na igreja de S. Miguel do Couto, que ficava sobre ela edificado um dos altares colaterais, e que, pela devoção dos fiéis, estava a pedra por fora notavelmente gastada, por tirarem dela relíquias para suas enfermidades (*Benedictina*, t. II, p. 146). Foi redescoberta pelo nosso conterrâneo Dr. Joaquim Alberto Pires de Lima. Cf. JST de 9 de Junho de 1939. Veja-se o vol. deste nosso vizinho *A meu ver*, Porto, 1947, pp. 169-171.

³⁰ *Benedictina* t. II, p. 152

³¹ *Benedictina*, t. II, p. 151.

³² *Benedictina*, t. II, p. 151

- Tende confiança, filhinhos, e colocai a vossa esperança no Senhor, que não vos deixarei órfãos. Ficai sabendo que vos hei-de ajudar e que sempre hei-de proteger esta casa e vos defenderei dos malfeitores.

Estas e muitas outras coisas realizou Nosso Senhor Jesus Cristo na vida desta santo confessor. Após a morte, a sua memória se vigoraria, mais e mais, com estes milagres. Pedro Gonçalves, por castigo de Deus, rebentou pelo meio ³³. Múnio Vasques ficou mudo, e logo morreu ³⁴. Uma mulher, por sua intercessão, recuperou a vista e o seu filho libertado do demónio ³⁵. Serpentes há que foram rechaçadas ³⁶. Um navio transporta passageiros, sem ninguém que o guie ³⁷. Um homem foi libertado da cadeia ³⁸. Estas e muitas outras coisas operou Nosso Senhor Jesus Cristo, pela intervenção do mencionado confessor.

Assim, a instância e preces veementes dos ilustres reis de Espanha - Fernando e Afonso de Castela e Afonso de Portugal - e a pedido de muitos prelados de igrejas - Cerebruno, arcebispo de Toledo; Pedro, arcebispo de Compostela; Gonçalo, bispo de Oviedo; João, bispo de León; Pedro, bispo Cauriense; Estêvão, bispo de Zamora; Álvaro, bispo de Lisboa; Raimundo, bispo de Palência; Gosalino, bispo de Sagunto; Guilherme, bispo de Segóvia; Marcos, bispo Viseense; o Abade de S. Facundo; o Abade de Sobrado; o Abade de Carrazedo; o Abade de Melón; o Prior de Santa Cruz; o Prior de Grijó - e doutros muitos, cujos nomes desconhecemos, e doutros nobres senhores, com o poder de Sua Santidade, o Papa que, não pelos nossos méritos, representamos nestas partes de Espanha, depois de muito termos ponderado, queremos colocar o corpo do citado bispo e digníssimo confessor num lugar bem eminente, para que seja venerado, neste mundo, como santo por todos os fiéis cristãos.

Portanto, por meio desta Bula, a todos damos a conhecer e exortamos atentamente no Senhor que procureis participar na transladação do seu corpo e vos esforceis por honrá-lo tanto que possais alcançar; pela sua intercessão, graças neste mundo, e, ao final da vossa vida, o prémio da claridade eterna, em comunhão com ele.

E a vós, bispos de Lugo, Mondonhedo e Tui, particularmente vos ordenamos - vós que sois bispos próximos e vizinhos - que todos os anos anuncieis a solenidade deste santíssimo confessor, como se faz com todos os outros santos ³⁹. E a todos os que vierem celebrar a trasladação deste santo corpo e durante a sua oitava, concedemos um ano de indulgência. E a todos quantos vierem, anualmente, à celebração da festa, confessando os seus pecados, pelo ministério que exercemos e pela autoridade que nos foi concedida, concedemos quarenta dias de indulgência.

Jacinto, pela graça de Deus Cardeal-Diácono, do título de Santa Maria in Cosmedin, da Igreja de Roma, Legado da Sé Apsotólica.

Assinatura do Cardeal

³³ ROCHA PEREIRA, Maria Helena da - *Vida e Milagres de S. Rosendo*, pp. 55-57.

³⁴ Rocha Pereira, p. 57.

³⁵ Rocha Pereira, pp. 57-58.

³⁶ Rocha Pereira, pp. 59-60.

³⁷ Rocha Pereira, p. 61.

³⁸ Rocha Pereira p. 63.

³⁹ Na antiguidade cristã, cada igreja costumava anotar os dias natalícios dos mártires locais e anunciar, de antemão e de quando em quando, o lugar e o dia da sua festa. Ajustar-se-iam algumas informações sobre a vida e morte do eleito de Deus, costume que vai dar origem aos *Martirologios*. Na Idade Média portuguesa, fala-se do *Calendário*, porque se realizava no começo (Calendas) de cada mês. Eram conferências ou palestras mensais do clero de uma determinada terra, realizadas sob a presidência do prelado ou seu representante, numa igreja ou mosteiro dessa terra ou de outra vizinha. Esta igreja podia ser livremente escolhida ou ser fixa, como acontecia com a de Mesão Frio. Talvez, *Calendário*, *Famalicão*, tenha a mesma origem. Por esta Bula de Celestino III, desde cedo, os párocos recebiam informações para se comunicarem aos fiéis, as festas dos santos.

BULA DA SEGUNDA CANONIZAÇÃO (9 DE OUTUBRO DE 1195)

Documento em pergaminho, de 515 x 475 mm, numa só col., de 32 linhas.

Publ.: GARCIA Y GARCIA, Antonio - *Estudios sobre la canonística portuguesa medieval*, pp 171-172;

Tradução galega: IGLESIAS, Miguel Anxo Araújo - *San Rosendo Bispo e Fundador*, Celanova, 1999, pp. 130-132.

Tradução portuguesa: CST I (1951-1952) 106-10 F

Celestino, bispo, servo dos servos de Deus, aos veneráveis irmãos, Martinho, arcebispo de Braga ⁴⁰, a todos os seus sufragâneos e a todos os filhos caríssimos, prelados das igrejas, na província de Braga, saúde e bênção apostólica.

Ao vermos como, por entre as variedades mundanas desta vida perecedoura e por entre muitos espinhos pungentes, lá vai florescendo, pelo admirável poder de Deus, uma rosa esplêndida, cuja fragrância não poderá ficar cingida a um lugar estreito e esquecido dos homens - antes deve ser apreciada por todos -, assim também aquele que colhido foi com muita consideração e estima, esse deverá piedosamente colocar-se, não em qualquer lugar, mas bem alto sobre o candelabro, para que difunda, com muita claridade, a sua luz e abra o caminho da verdade aos ignorantes. Ora, quando estávamos constituídos em função de menor importância e desempenhávamos o papel de legado nas Espanhas, foram-nos dadas a conhecer, quer por relatos orais, quer por documentos escritos, as coisas maravilhosas de S. Rosendo, bispo da igreja de Dume, que morreu em Celanova.

Ficando assim então a conhecer os milagres que Deus, por seu intermédio, Se dignou realizar, quer em vida quer depois da sua morte, e reflectindo mais aprofundadamente sobre o caso, decidimos, sem hesitação, inscrever o seu nome no catálogo dos santos e reconhecer que, com todos os outros eleitos, esteja contemplando e louvando sem cessar o rosto de Jesus.

Ora, em carta autêntica que publicámos, a propósito da sua glorificação e da sua canonização, escrevemos alguns dos seus milagres, nos quais se reflectiram as suas virtudes e pelas quais se tornou exemplo para os outros. Transcrevemo-los aqui, na íntegra, para maior glória do santíssimo bispo (...).

Aquilo que, a conselho e instância das pessoas citadas, então fizemos, quando constituídos em poder de força menor, agora elevados, pela graça de Deus, a um lugar mais elevado, depois de uma prudente deliberação, e para que aquela decisão obtenha maior força e vigor, confirmamo-la, com a nossa autoridade apostólica, e consolidamo-la, com a publicação do documento actual.

Decidimos, pois, que a ninguém lhe seja permitido ir contra este nosso decreto de convalidação, nem sequer se atreva a contestá-lo. Se alguém, todavia, se atrever a tanto, que incorra na ira de Deus todo poderoso e dos santos Apóstolos, S. Pedro e S. Paulo.

Dada em Latrão, a 7 dos Idos de Outubro, ao quinto ano do nosso pontificado.

⁴⁰ D. Martinho Pires, que foi arcebispo de Braga de 1189 a 1209. Teve questões com vários mosteiros vimaranenses, que se prolongariam na prelazia de D. Estêvão Soares da Silva (1212-1228) e para cuja solução interveio como árbitro - questão com o mosteiro de S. Torcato - o abade de Santo Tirso, D. Mendo Peres (1178 (?) - 1224).

COMENTÁRIO

Nuno Olaio

O 31 DE JANEIRO DE 1891 EM SANTO TIRSO

Os documentos agora apresentados, retirados do *Jornal de Santo Tirso* são sintomáticos da finissecular crise política e social, precipitada pela questão do mapa cor de rosa e pelo seu desfecho com o *Ultimatum* britânico, aos planos nacionais de ocupar e reivindicar os territórios compreendidos entre Angola e Moçambique. Esta crise teve um papel importante no desenrolar dos acontecimentos que desembocaram no 31 de Janeiro de 1891, frustrada tentativa de proclamar a República, na cidade do Porto.

Não é possível separar os preparativos da revolta portuense de 1891 da crise institucional provocada pelo *Ultimatum*. Em Santo Tirso é possível acompanhar pelo único semanário local publicado na época, a comoção popular e das elites à “afronta” britânica, recusando-se os comerciantes a vender produtos ingleses, e o próprio jornal, a publicitá-los. Os três artigos seleccionados para esta secção ilustram o presente tema, retratando o avanço republicano sobre as instituições monárquicas. A questão do *Ultimatum* e do acordo celebrado entre portugueses e ingleses a 20 de Agosto de 1890, apesar de sanar as relações entre os dois estados, não impediu que uma nova explosão de indignação e orgulho nacional, abrindo espaço a novas manifestações públicas de desagrado. O editorial do *Jornal de Santo Tirso* sobre o tratado Luso-Britânico reflecte este desagrado público, noticiando a organização de manifestações contra o documento, inclusive, programadas para Santo Tirso. O segundo documento, também um editorial deste semanário, permite-nos entrever a forma como a questão republicana é observada localmente, novamente a pretexto da *Ultimatum* e da experiência republicana no Brasil, país que vivia em República desde Novembro de 1889. O último texto, saído a público na ressaca dos acontecimentos de 31 de Janeiro de 1891, apresenta-nos as reacções institucionais e populares à revolta republicana, sendo de grande interessante a mensagem enviada pela Câmara Municipal para o governo, texto em que transparecem os receios da elite local sobre a condução da política nacional.

Estes textos anunciam uma nova ordem a nascer da convulsão e estertor do regime monárquico. Lentamente o movimento republicano vai-se organizando, principalmente nas grandes cidades, tendo simpatizantes por todos os cantos do país. Em Santo Tirso, um dos primeiros protagonistas deste movimento é o músico Adriano Alves da Costa (de Santo Tirso) o qual participou na revolta de 31 de Janeiro de 1891, enquanto soldado do Regimento 9 de Caçadores, regendo pelas ruas da cidade do Porto a banda que tocou a *Portuguesa* na manhã de 31 de Janeiro. Nas últimas duas décadas da monarquia parlamentar outros tirsenses aderirão à causa republicana, organizando-se e participando na vida política até ao advento do 5 de Outubro de 1910 ¹.

Ver artigo do autor sobre o tema inserto nesta revista

«O Tratado Luso Britânico»

***Jornal de Santo Tirso*, ano IX, n.º 436, 11.9.1890**

Nesta vila, como em toda a parte onde há portugueses que sentem em seus corações o amor da pátria, o monstruoso tratado luso-britânico tem produzido um grande movimento nacional, que há de obstar a que não seja aprovado o tratado mais ignóbil, mais degradante, mais ominoso que se conhece em todos os anais diplomáticos das diferentes nações, como muito bem diz o ilustre redactor do *Conimbricense*.

Segundo se lê num telegrama publicado no *Diário de Notícias*, de Lisboa, vindo de Madrid em 8 de corrente, o periódico *Liberal*, publicou um artigo à cerca do tratado anglo-português.

Diz que não lhe parece acreditável que um governo aceitasse tais condições; nem julga que qualquer político se inclinasse agora a subscreve-las. Todo o movimento de indignação dos portugueses entende que é legítimo.

Se em Santo Tirso ainda se não realizou um comício não é porque os tirsenses queiram aprovar com o seu silencio o humilhante tratado de 20 de Agosto deste ano; porém consta que também aqui se há de realizar um comício, e que a Câmara Municipal deste concelho vai representar contra um tratado que expolia, desonra e desacredita Portugal.

Isto deve realizar-se, porque este concelho não é uma colónia inglesa.

Não é a política que nos impele a escrever contra o tratado, pois este jornal é independente e nunca esteve filiado [...]

«Guerra aos tronos»

editorial do *Jornal de Santo Tirso*, ano IX, n.º 443, 30.10.1890

Fieis ao programa, com que anunciamos a publicação deste jornal, vamos seguindo a vereda trilhada há 9 anos, sem nunca termos ensarilhado armas pró, nem contra algum dos partidos militantes. Isentos de paixão partidária, pesamos os actos de uns e outros, não negando louvores merecidos, nem poupando a critica severa.

Fieis ao regimen e ás instituições que nos regem, queremos que elas se robusteçam e medrem à sombra da paz e de leis proveitosas, e por elas nos desafrontaremos em luta aberta, sempre que as virmos ameaçadas.

Não vai longe o dia em que a questão anglo-lusa veio semear entre nós o pomo da discórdia. Os partidos, longe de se unirem para conjurarem o mal, lutaram no desespero ruinoso de se esfacelarem mutuamente. Nunca se sentiu tanto a necessidade de buscar homens competentes, que, conhecedores da política, mas isentos da paixão partidária, pudessem constituir um ministério de conciliação e de força moral, que viesse por termo ao vertiginoso rompimento

que alastrava pelo país, agitando e apavorando a grande maioria da nação, tão firme nas suas crenças monárquicas, como justamente indignada contra o infame procedimento do governo britânico.

Não faltara também a guerrilha republicana a tomar parte na luta; achara azada a ocasião, e parecera-lhe, que à sombra da questão inglesa poderia alvejar a derrocada das instituições vigentes, para implantar em Portugal um regimen caótico, que o era indubitavelmente num povo essencialmente monárquico, que ama a liberdade e os seus reis com a arraigada e nunca desmentida crença de há muitos séculos.

Os acontecimentos do Brasil incitaram-nos á luta; a fracção republicana da nação vizinha auxiliou-os também; e a cruzada lá ia preparando o terreno, dando de mão aos sentimentos dinásticos, que professa a grande maioria dos portugueses. Loucos ainda, quando faziam republicana a maioria da oficialidade portuguesa, que briosamente se desafrontou e lhes desconcertou os planos, secundando a organização do actual ministério, presidido pelo intrépido general, João Crisóstomo de Abreu e Souza.

Feliz a nação que olha no exercito a garantia das suas instituições.

A republica ditatorial do Brasil é hoje um governo de facto, saído tumultuariamente da temerária surpresa de um golpe audacioso, do pronunciamento ilegal e criminoso de uma pequena fracção do glorioso exercito brasileiro. Não foi a nação, mas sim aquela pequena parte do exercito, que se sublevou o dia 15 de Novembro de 1889, dando o golpe de Estado a pretexto da salvação política.

Esmoreceu o império, é verdade, perante essa emboscada militar, que, bem longe de esperar um resultado seguro, lhe descarregara um golpe casualmente certo. E o que a todos pareceu por muito tempo um sonho, fôra uma realidade triste, - triste, porque alanceou o coração da grande maioria do império; triste, porque atirou para o exílio com o velho imperador, que cometera o enorme crime de amar os seus vassallos, empenhando-se na prosperidade da nação, e acabando de uma vez com a repelente e odiosa mercancia da escravatura. E, em quanto que a nação se refazia do marasmo em que se abismara, lá atravessava o inditoso o caminho do exílio, fazendo votos pela prosperidade do povo que amava e por quem era amado.

Lisboa, a corte dos nossos reis, o luto carreado pelo falecimento do nosso saudoso monarca, abriu na passagem os braços ao régio proscrito; e o Porto, baluarte da monarquia, recebia dias depois, com piedoso recolhimento e respeito affecto o Filho e os Netos do imortal Dador da Carta, - mal pensando que, volvidas horas, o grande hotel do Porto havia de acolher os últimos momentos de vida da virtuosa imperatriz, que, aniquilada pelos excessos de uma viagem longa e forçada, e cruciada pela ingratidão de seus súbditos, ainda na hora extrema teve para eles palavras de affecto, ainda do leito da dor lhes enviou o ultimo adeus o ultimo adeus, morrendo com o pensamento no Eterno e na pátria querida.

E o velho imperador, exausto de forças ante o cumulo da enorme desventura, hesitando acabar os seus dias no seio dos portugueses, que lhe ofereciam para residência um nova pátria amiga, e um trono em cada peito lusitano, lá foi procurar mais longe, nas agruras do exílio, o esquecimento do passado e a resignação do mártir.

É grande, é enorme o partido monárquico no Brasil; e, por mais desbragadamente que ali campeie a corrupção, as ameaças, as violências de toda a sorte e as deportações em grande escala, não será para admirar, que em breve os próprios excesso da republica tragam, de envolta com as suas tropelias, a restauração da monarquia.

Antes de concluirmos, citaremos ainda uma das disposições do decreto do governo republicano sobre o casamento civil, a qual inflige pena de prisão aos sacerdotes, que receberem em matrimonio religioso nubentes, que não provem ter previamente celebrado o casamento civil. É este o caso garantido pela lei; e os que de outra forma se casarem, são pelo Estado considerados em mancebia, e poderão legalmente, quando lhes aprouver, contrair outras núpcias.

Nada mais irrisório, nem mais aviltante. Tal decreto só exprime perseguição atroz ao clero e intolerância rematada para com as crenças do povo brasileiro, que se diz católico na sua grande maioria.

De há muito que está traçado o movimento para fazer baquear os tronos, substituindo-os por uma confederação de governos democráticos. Primeiro, democratiza tudo: depois a utopia. Eis o infernal ardil, a que meteu ombros a revolução anárquica. O mal, porem, não está nas monarquias, não é na forma de governo que ele deve ser procurado, mas sim na geração actual, que está muito longe da verdadeira moral, muito longe dos princípios sãos e regeneradores da humanidade.

Dêem-se tréguas ás paixões partidárias; congrademo-nos na hora do perigo; unam-se os partidos em um só partido; lutemos todos pela integridade da pátria, e não esmoreçamos ante as imposições e covardes provocações da poderosa Inglaterra; que lá fora se não diga, que somos portugueses degenerados, indignos do grande nome dos nossos bons maiores. Confiemos nas boas intenções, na competência e na rectidão do actual governo, que tão patrioticamente se abalançou, ou antes, se sacrificou em ocasião tão critica para salvaguardar a nossa honra, os nossos interesses, e o nome da nossa querida pátria.

Mas não nos preocupemos só com o tratado da Inglaterra. O exemplo do Brasil deve servir-nos de alguma coisa. O que aí vemos é fruto das sociedades secretas, e nós não devemos também esquecer, que o chefe da maçonaria portuguesa é um republicano confesso e convicto.

Ponha Portugal os olhos nos recentes acontecimentos do Brasil.

Salve-se a integridade da pátria! Salve-se a monarquia!

«Mensagem da Câmara de Santo Tirso»
Jornal de Santo Tirso, ano IX, nº. 459, 19.2.1891

Na segunda-feira a Câmara Municipal deste concelho assignou uma bem elaborada mensagem dirigida a El-Rei por causa da grave insubordinação militar, que rebentou no Porto na madrugada de 31 de Janeiro.

Nessa mensagem há, como na que dirigiu a Câmara do Porto, uma espécie de aviso a quem nos governa para que se trate de evitar as causas que produziram a referida insubordinação.

A verdade, embora amarga, deve preferir-se à lisonja; pelo que é louvável o procedimento de todos os que tem a hombridade necessária de fazer ver ao nosso augusto soberano o estado em que nos encontramos.

Eis a mensagem a que nos referimos:

Senhor!

A Câmara de Santo Tirso, do distrito do Porto, na sua primeira sessão depois dos lamentáveis acontecimentos de 31 de Janeiro ultimo, deliberou unanimemente, em testemunho do mais alto respeito e sincera e vivíssima dedicação dos povos deste concelho para com os seus augustos monarcas, felicitar a V. Majestade pela immediata sufocação da revolta.

Nos momentos dolorosos que vamos atravessando punge-nos que desvairamentos imperdoáveis, ou ambições insofridas derramem, sob o pavilhão negro da revolta, o sangue que deve estuar em todo o coração português para defender corajosamente a independência e a integridade da nação, acercando-se, como na mais acrisolada piedade, em volta da alma alanceada da pátria.

O perigo cresce, não há duvida. E cremos que os governos de V. Majestade alcançarão as verdadeiras causas do movimento e tratarão de remediar os males que porventura lhe deram origem.

A lealdade e amor para com os príncipes desta dinastia têm sido, e são, alavanca segura com que o trono pode levantar escolhos diante de quaisquer ideias revolucionarias; também, Senhor, a magnanimidade e affecto do vosso coração e do coração tão chorado do vosso pai, têm sido, e são a chama constante que envolve e acalenta o amor e fidelidade dos vossos súbditos.

Quando o estado do povo é mísero, o povo aplaude acima de tudo a novidade, considerando como verdadeiro alívio qualquer mudança na sua sorte.

Contudo, nos impulsos do vosso patriotismo, guiais, Senhor, os vossos ministros para um caminho de cautelosa e rigorosa administração; e quem pode, existindo tanta solicitude, recusar-se a admitir que os motivos da doença irão fugindo e teremos em melhores e mais felizes dias livres o corpo social da febre revolucionaria?

Então, nos que hoje vos felicitamos, congratular-nos-emos, mais alegremente ainda, com V. Majestade.

E uma nova era tranquila será na vossa vida a compensação dos sacrifícios e virtudes de tão excelso monarca, e para governantes e governados, o prémio da resignação, do trabalho e do respeito à lei, dos sentimentos de ordem e de justiça e da crença nos nossos princípios políticos.

Deus guarde a V. Majestade
Santo Tirso, 15 de Fevereiro de 1891

VÁRIA

FICHEIRO DE ENTRADAS

Ano de 2000

- * *Ecomuseu Informação*, Câmara Municipal do Seixal, 1 vol., 2000.
- * *Conhecer*, Fundação Cupertino de Miranda, n.º 4, ano 1, 2000.
- * *Noticias*, Ministério da Cultura, n.º 27, Lisboa, 1999.
- * *Estudos de uma imagem de S. Sebastião*, Cadernos do IPPAR, 1, 1999.
- * *O fresco do antigo tribunal de Monsaraz*, Cadernos do IPPAR, 2, 1999.
- * *Castrelos*, Revista do Museo Municipal “Quiñones de León” n.º 12, Vigo, 1999.
- * *Castrelos*, Revista do Museo Municipal “Quiñones de León” n.º 3, Vigo, 2000.
- * *Giuseppe Penone 1968 - 1998*, Catálogo de Exposição (22 Xaneiro/4 Abril de 1999), Xunta de Galicia, 1999.
- * *Minimal Maximal*, Catálogo de Exposição (16 Abril/4 Xullo de 1999), Xunta de Galicia, 1999.
- * *Servicio de Investigación Prehistórica (série de trabalhos vários)*, n.º 96, Diputació de Castelló, 1999.
- * *O Arqueólogo Português*, Museu Nacional de Arqueologia, vol. 11/12, Lisboa, 1993/1994.
- * *O Arqueólogo Português*, Museu Nacional de Arqueologia, vol. 13/15, Lisboa, 1995/1997.
- * Geralda Maria dos Santos, *População e economia da cidade de Penafiel nos finais do antigo regime (1785 - 1807)*, Museu Municipal de Penafiel, Penafiel, 2000.
- * *Kobie, Paleoantropologia*, n.º 25, Diputacion Foral de Vizcaya, Bilbao, 1998/1999.
- * *Cypsela*, Museu d'Arqueologia de Catalunya, 12, 1998.
- * *Gerion*, Servicio Publicaciones Universidad Complutense, n.º 13, 1995.
- * *Revista de Guimarães*, vol. 105, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1995.
- * *Revista de Guimarães*, vol. 107, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1997.
- * *Boletín Avriense*, ano XXVI, tomo XXVI, Museo Arqueológico Provincial, Ourense, 1996.
- * *Boletín Avriense*, Ano XXVII, tomo XXVII, Museo Arqueológico Provincial, Ourense, 1997.
- * *Cuadernos de Filología Clásica*, n.º 13, 1997.
- * *Studium*, Revista de Humanidades, 5, Facultad Humanidades y Ciencias Sociales de Teruel, Zaragoza, 1998.
- * *Caesaraugusta*, n.º 72, vol. I, Institución “Fernando el Católico”, Zaragoza, 1997.
- * *Caesaraugusta*, n.º 72, vol. II, Institución “Fernando el Católico”, Zaragoza, 1997.
- * *Gerion*, Facultad de Geografía e Historia da Universidad Complutense, n.º 10, Madrid, 1992.
- * *Gerion*, Facultad de Geografía e Historia da Universidad Complutense, n.º 14, Madrid, 1996.
- * *Gerion*, Facultad de Geografía e Historia da Universidad Complutense, n.º 15, Madrid, 1996.
- * *Gerion*, Facultad de Geografía e Historia da Universidad Complutense, n.º 16, Madrid, 1996.
- * *Cuadernos Prehistoria y Arqueología Castellonenses*, n.º 15, 1990 / 1991.
- * *Habis*, Universidad de Sevilla, 27, Sevilha, 1996.
- * *Habis*, Universidad de Sevilla, 29, Sevilha, 1998.
- * *Bulleti Archeologic - Época V*, n.º 16, Tarragona 1994.
- * *Bolletino del Museo Civico di Padova*, ano LXXX; Padua, 1991.
- * *Bolletino del Museo Civico di Padova*, ano LXXXVI, Padua, 1997.
- * *Museu de Aveiro*, Aveiro, 1991.
- * *Livro Antigo*, Museu de Aveiro, Aveiro, 1999.
- * *Epigrafia Lusitano - Romano*, Museu Tavares Proença Júnior, Castelo Branco.
- * *Penafiel - Uma História de Século - Sempre Verde, Sempre Jovem*, Anégia, 1997.
- * *Amarante - Uma Ponte entre a História e a Natureza*, 1997.
- * *Terras de Vila Nova de Famalicão*, Anégia, 1996.
- * *Actas do III Encontro de Olaria Tradicional de Matosinhos*, Câmara Municipal de Matosinhos, Matosinhos, 1997.
- * *Vila do Conde - Espriada entre Pinhais, Rio e Mar...*, Anégia, 1997.
- * *Cadernos do Noroeste*, série Sociologia, vol. 13, n.º 1, Braga, 2000.
- * *Bolsas de Investigação para Jovens Historiadores e Antropólogos*, vol. I – Douro Litoral e Minho - 1994/1995.
- * *Bolsas de Investigação para Jovens Historiadores e Antropólogos*, vol. II - Douro Litoral e Minho - 1994/1995.
- * *Estudos, Notas e Trabalhos*, tomo 34, Porto, 1992.
- * *Boletim de ligação dos sócios, colaboradores amigos do Centro de Arqueologia de Almada*, n.º 26, Fevereiro de 2000.
- * *Noticias*, n.º 31, Ministério da Cultura, Lisboa, 2000.
- * *Noticias*, n.º 32, Ministério da Cultura, Lisboa, 2000.

- * *Citânia de Sanfins*, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1999.
- * *Citânia de Sanfins - Uma Capital Castreja*, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1999.
- * *Munda*, Revista do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, n.º 39, Maio, Coimbra, 2000.
- * *Cadernos do Noroeste*, vol. 12, n.º 1/ 2, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 1999.
- * *Revista da Sociedade Portuguesa de Autores*, n.º 1, Lisboa, 2000.
- * *Revista da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico*, n.º 3, ano I-II, 2000.
- * *O povoado fortificado de Cossourado*, Câmara Municipal de Paredes de Coura, 1998.
- * *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, XI Serie, 2.ª, n.º 1-12, Lisboa, 1994.
- * *Minia*, ASPA, III.ª Série, n.º 4, Braga, 1996.
- * *Minia*, ASPA, III.ª Série, n.º 5, Braga, 1997.
- * *Centro de Estudos Históricos e Etnológicos*, Ferreira do Zezere, 1986.
- * *Cuadernos de Estudios Gallegos*, tomo XLVII, n.ºs 112 e 113, Santiago de Compostela.
- * *Anales de Prehistoria y Arqueologia*, n.º. 5/6, Universidad de Murcia, Murcia, 1989-90.
- * *Anales de Prehistoria y Arqueologia*, n.º. 11/12, Universidad de Murcia, Murcia, 1995-96.
- * *História en color do Vigo Antigo*, Museo Municipal de “Quinoñes de Leon “, Vigo.
- * *Pyrenae*, n.º 28, Departamento de Prehistoria, História Antiga i Arqueologia, Universitat de Barcelona, 1997.
- * *Arkeoiukuska - Arkeologi Ikerketa Inventariação Arqueológica*, n.º 92, Vitória, 1992.
- * *Bollettino del Museo Civico di Padova*, annata LXXXVII, Pádua, 1998.
- * *Real Academia de Cultura Valenciana*, n.º 4, Valencia, 2000.
- * *Real Academia de Cultura Valenciana*, n.º 34, Valencia, 2000.
- * *Germania*, 77, tomo 2, 1999.
- * *Estudios de Prehistoria y Arqueologia Madrileñas*, n.º 9, 1994.
- * *Castrelos*, Revista do Museo Municipal de “Quinoñes de Leon”, n.º 3/4, Vigo, 1990/91.
- * *Kobie*, Paleoantropologia, 24, Diputacion Foral de Vizcaya, Bilbao, 1997.
- * *Revista de Estudios Provinciais*, Pontevedra, n.º 11, 1995.
- * *Revista do Grémio Empresas Conservação Restauro Património Arquitectónico*, Ano II, n.º 5, Janeiro a Março de 2000.
- * *International Molinology*, Bullentin of the International Molinological Society, n.º 56, July, Den Haag, 1998.
- * *International Molinology*, Bullentin of the International Molinological Society, n.º 59, December, Den Haag, 1999.
- * *International Molinology*, Bullentin of the International Molinological Society, n.º 60, July, Den Haag, 2000.
- * *Los Obispos de Tui y sus armas*, Tui, 1994.
- * *The Hungarian Windmill*, International Molinological Society, Budapest, 1999.
- * *A cidade San Cibrán de Las Indias*, Colección Guías do Património Cultural, n.º 4, IV , 1993.
- * *La forma del arte paleolitico y la estatística*, Bilbao, 1999.
- * *Casa de Velázquez*, vol. n.º 68, Madrid, 2000.
- * *Revista da Faculdade de Letras - História*, 2.ª série, vol. XV-1, Porto, 1998.
- * *Revista da Faculdade de Letras - História*, 2.ª série, vol. XV-2, Porto, 1998.

Ano de 2001

- * *Germania*, 78, tomo 1, 2000.
- * *Germania*, 78, tomo 2, 2000.
- * *Bonner Jahrbucher - Band*, 197, 1997.
- * *Humanitas*, Revista do Instituto de Estudos Clássicos, vol. LII, Coimbra, 2000.
- * *Studium*, Revista de Humanidades, 6, Facultad Humanidades y Ciencias Sociales de Teruel, Zaragoza, 1999.
- * *Boletín Auriense*, ano XXIX, tomo XXIX, Museo Arqueológico Provincial, Ourense, 1999.
- * *Boletim de ligação dos sócios colaboradores e amigos do Centro de Arqueologia de Almada*, 28, Outubro, 2000.
- * *Revista da Fundação Portuguesa das Comunicações*, Ano III, n.º 5.
- * *International Molinology*, Bullentin of the International Molinological Society, n.º 61, December, Den Haag, 2000.
- * *Munda*, Revista do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, n.º 40, Coimbra, 2000.
- * *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 116.ª, n.º 1-12, Lisboa, 1998.

- * *Portugália*, nova série, vol. XIX-XX, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras Universidade do Porto, 1998/99.
- * *Actas do IV Encontro de Olaria Tradicional de Matosinhos*, Câmara Municipal de Matosinhos, 1998.
- * *Revista de Arqueologia e Património de Matosinhos*, n.º 3, 1999.
- * *Boletim de Informação da World Monuments Fund Portugal*, n.º 2, 2000.
- * *El Museo de Pontevedra* LIV, 2000.
- * *150 Anos de História - 1848 - 1998*, Museo de Zaragoza.
- * *Butlletí Arqueològic*, Època V, n.ºs 19 - 20, Tarragona, 1997/98.
- * *Lvcentvm*, Anales de la Universidad de Alicante, Prehistoria, Arqueologia e Historia Antigua, tomo XVII-XVIII, Alicante, 1998/99.
- * *Monumentos*, n.º 13, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Ministério do Equipamento Social, 2000.
- * *Antiquités Nationales*, 30, 1998.
- * *Antiquités Nationales*, 31, 1999.
- * *Heraldica & Genealogia*, Cadernos do Museu n.º 5, Museu Municipal de Penafiel, Penafiel, 1999.
- * *Dom Fafes*, Revista Cultural, ano 6, n.º 6, Câmara Municipal de Fafe, 1999.
- * *Actas das I e II Jornadas de Edifícios de Fafe*, Câmara Municipal de Fafe, 2000.
- * *Boletim de ligação dos sócios, colaboradores e amigos do Centro de Arqueologia de Almada*, 29, 2001.
- * *A.R.P. - Associação P.C. Restauradores de Portugal*, Ano II, n.º 6, 2000.
- * *Pólen*, vol. 10, Departamento de Biologia Vegetal, Universidade Córdoba, 1999.
- * *Mil anos de Constituição de Portugal - Guimarães*, Museu de Alberto Sampaio, 2000.
- * *Emmanuel Michau, A poda das árvores ornamentais*, Manual Fapas, Pelouro do Ambiente, FAPAS/Câmara Municipal do Porto, 1998.
- * *Caminhando por jardins, parques públicos da cidade do Porto*, Câmara Municipal do Porto.
- * *O Monitor de Bouças e o Monitor*, Câmara Municipal de Matosinhos.
- * *Planos Directores Municipais - Georeferencição de Áreas Urbanas, Turísticas e Industriais*, 1, Direcção Geral Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa, 1998.
- * *Planos Directores Municipais - Normas e critérios de Apoio à Elaboração de PDM*, 2, Direcção Geral Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa, 1998.
- * *Planos Municipais de Ordenamento do Território - Normas de Representação Gráfica*, 3, Direcção Geral Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa, 1998.
- * *Guia do Herbário do Horto das Virtudes*, Câmara Municipal do Porto, 1998.
- * *Museu Etnográfico da Madeira - 6 postais - 2 - S.R.T.C.D.R.A.C.*
- * *Museu Etnográfico da Madeira - 6 postais - 10 - Arte e etnografia*, 2000/01.
- * *Idade do Ferro*, Catálogo dos serviços culturais do Museu Santo Rocha, Câmara Municipal da Figueira da Foz, 1994.
- * *Manuscritos da Livraria do Mosteiro de S. Martinho de Tibães*, Braga, 2000.
- * *Real Academia de la Historia - Casa de Velázquez*, Madrid, 2001.
- * *Castrum 6*, Collection de la Casa de Velázquez, n.º 69, Madrid, 2000.
- * *Castrum 6 Collection de l'École Française de Rome*, n.º 105/6, Rome-Madrid, 2000.
- * *Servicio de Investigación Prehistórica (série de trabalhos vários)*, n.º 97, Diputació de Castelló, 2000.
- * *Servicio de Investigación Prehistórica (série de trabalhos vários)*, n.º 98, Diputació de Castelló, 2000.
- * *Projecto Salvaguarda Património Cultural*, Instituto Português de Museus.
- * *Revista Arte Ibérica - Arte Portuguesa no século XX*, ano 4, n.º 32, 2000.
- * *Concertos - Missa de Santa Cecília*, 15 de Dezembro 2000.
- * *Instituto Português de Museus*, n.º 3, Abril / Junho 2000.
- * *Instituto de Arte Contemporânea*, 1999/2000.
- * *Exposição Marconi - 75 Anos Comunicações Internacionais*, Portugal Telecom.
- * *Publicação do Museu Municipal de Almada - C. M. de Almada - Fevereiro 2001.*
- * *Nvmmvs*, Revista da Sociedade Portuguesa de Numismática, Porto, 1993-97.
- * *A terra de Santa Maria na Idade Média*, Câmara Municipal Santa Maria da Feira, 1993.
- * *A terra de Santa Maria no séc. XIII*, Câmara Municipal Santa Maria da Feira, 1993.
- * *Universidad de Navarra, Servicio Publicaciones*, 2000.
- * *Revista da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico*, 2.ª série, ano I, n.º 5, 2000.
- * *Revista da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico*, 2.ª série, ano II, n.º 6, 2001.
- * *Artur Bual*, Galeria de Arte Santa Joana, Aveiro, 1994.
- * *Rocha Pinto*, Galeria de Arte Santa Joana, Aveiro, 1996.
- * *Ecomuseu Informação*, Câmara Municipal do Seixal, 2001.
- * *Revista de Guimarães*, vol. 108, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1998.

- * *Almada, Arqueologia, Património, História Local*, 2.ª série, n.º 4, 1995; 2.ª série, n.º 7, 1998.
- * *Boletim de ligação dos sócios, colaboradores e amigos do Centro de Arqueologia de Almada*, 30, 2001.
- * *O Arqueólogo Português*, vol. 17, Lisboa, 1999.
- * *Germania*, 79, tomo 1, 2001.
- * *Boletim Auriense*, ano XXX, tomo XXX, Ourense 2000.
- * *Monumentos*, n.º 14, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Ministério do Equipamento Social, 2001.
- * *Boletim do Museo Provincial de Lugo*, IX, 1999/2000.
- * *International Molinology*, Bullentin of the International Molinological Society, n.º 62, July, Den Haag, 2001.
- * *Revista da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico*, n.º 7, 2001.
- * *Museu da Indústria Têxtil*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- * *Bollettino del Museo Civico di Padova*, annata, LXXXVIII, 1999.
- * *Centro del Bollettino del Museo Civico di Padova* - 1898/1998.
- * *Pyrenae*, n.º 30, Departamento de Préhistoria, História Antiga i Arqueologia, Universitat de Barcelona, 1999.
- * *Munda*, Revista do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, n.º 41, Coimbra, 2001.
- * *Quaderni del bollettino del Museo Civico Padova* (2) - 2000 - 1 Volume.
- * *Velharias de Sintra VI*, Câmara Municipal de Sintra, 1988.
- * *Revista Portuguesa de Arqueologia*, I.P.A., vol II, n.º 1, 1999.
- * *Revista Portuguesa de Arqueologia*, I.P.A., vol. II, n.º 2, 1999.
- * *Revista Portuguesa de Arqueologia*, I.P.A., vol. III, n.º 1, 2000.
- * *Revista Portuguesa de Arqueologia*, I.P.A., vol. III, n.º 2, 2000.
- * *Homenagem a Mário Gomes Marques*, Instituto de Sintra, Sintra, 2000.
- * *Boletim trimestral da Rede Portuguesa de Museus*, 2000.
- * *Jubileu 2000* - exposição multimédia itinerante - 2000 - 1 Volume.
- * *Revista Portuguesa de Arqueologia*, I.P.A., vol. IV, n.º 2, 2001.
- * *As ciências da comunicação no espaço lusófono*, 2, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga.
- * *Cadernos do Noroeste*, série sociologia, 2, vol. 13, n.º 2, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 2000.
- * *Aqueduto romano da Amadora*, Câmara Municipal da Amadora.
- * *Anuario bibliográfico di Archeologia* - 1993/1994.
- * *Revista da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico*, n.º 8, 2001.
- * *Debod três décadas de história em Madrid*, 2001.
- * *Arqueologia Prehistórica na terra de Celanova*, 2001.
- * *Catálogo de Publicaciones*, Bilbao, 2002.
- * *Servicio de Investigacion Prehistorica*, n.º 100, 2001.
- * *Capital Europeia da Cultura* - Porto 2001, Bial, 2001.
- * *O grande desafio* - antologia internacional de cartoon político, 1999.
- * *O divertimento da Madeira* - Escultura, desenho e gravura, Amadora.
- * *Monumentos*, n.º 15, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Ministério do Equipamento Social, 2001.
- * *Mémoires de la Société Archéologique du Midi de la France*, tomo LIX, Toulouse, 1999.
- * *Humanitas*, Revista do Instituto de Estudos Clássicos, vol. LIII-MMI, Coimbra, 2001.
- * *Boletim de ligação dos sócios, colaboradores e amigos do Centro de Arqueologia de Almada*, 31, 2001.
- * *Xesús Rod Corredoira (1889/1939)*, Coleccion Museo Provincial de Lugo, Lugo.
- * *Cadernos do Noroeste*, vol. 14, n.º 1, 2, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga.
- * *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 117, n.º 1-12, Lisboa, 1999.
- * *Reloxos do Museo Provincial de Lugo*, Lugo.
- * *Monografies de Prehistoria i Arqueologia Castellonenques*, 6, 2001.
- * *Servicio de Investigacion Prehistorica*, n.º 97, 2000.
- * *Universidade de Deusto*, Bilbao, 2001.
- * *Kobie*, Arte Paleolítico Parietal de Bizkaia, 2000.
- * *Jubileu 2000* - exposição multimédia itinerante, 2000.
- * *IV exposição filatélica nacional de inteiros postais*, Santa Maria da Feira.
- * *Monte Some* - Cláudia Adães, Outubro, 1990.
- * *Cartas a Garrett*, Câmara Municipal da Maia, 2000.
- * *Paulo Sá Machado, III Vultos da Filatelia*, 1998.
- * *Munda*, Revista do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, n.º 42, Coimbra, 2001.

LOJA DO PATRIMÓNIO TIRSENSE

No cumprimento de uma das missões que as autarquias têm de desempenhar no âmbito da preservação e divulgação do património histórico e cultural, apresenta-se a seguir uma lista das publicações da Câmara Municipal de Santo Tirso.

PUBLICAÇÕES

OBRA: O Arquivo Municipal de Santo Tirso. Cadernos de Cultura "Ave" n.º 1

AUTOR: Fernando de Sousa et Alli.

PREÇO: **esgotado**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1989.

OBRA: Um Tratado de Higiene Mental do séc. VI. Cadernos de Cultura "Ave" n.º 2

AUTOR: Dr. António J. Miranda.

PREÇO: **esgotado**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1989.

OBRA: O Abade Pedrosa e a Arqueologia de Santo Tirso. Cadernos de Cultura "Ave" n.º 3

AUTOR: Francisco Sande Lemos.

PREÇO: **esgotado**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1989.

OBRA: Areias, até ao século XI. Cadernos de Cultura "Ave" n.º 4

AUTOR: F. Carvalho Correia.

PREÇO: **2.49 € (500\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1989.

OBRA: II, Areias, do Século XI ao Século XVI.II/1. A Origem da Freguesia e a Organização do Espaço Geográfico. Cadernos de Cultura "Ave" n.º 5

AUTOR: F. Carvalho Correia.

PREÇO: **3.74 € (750\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1989.

OBRA: História Postal de Santo Tirso. Cadernos de Cultura "Ave" n.º 6

AUTOR: Paulo Sá Machado.

PREÇO: **4.99 € (1.000\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1992.

OBRA: Vila das Aves - História da Paróquia e sua Toponímia. Cadernos de Cultura "Ave" n.º 7

AUTOR: Geraldo J. A. Coelho Dias.

PREÇO: **6.23 € (1.250\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1993.

OBRA: Santo Tirso, de Ontem...de Hoje. Cadernos de Cultura "Ave" n.º 8

AUTOR: Paulo Sá Machado / José Monteiro da Costa.

PREÇO: **esgotado**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1993.

OBRA: José Luis de Andrade. Cadernos de Cultura "Ave" n.º 9

AUTOR: Padre Luis Gonzaga Martins Pinheiro.

PREÇO: **2.49 € (500\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1999.

OUTRAS OBRAS

OBRA: A Igreja Matriz de Santo Tirso - Novas Perspectivas.

AUTOR: Francisco Carvalho Correia.

PREÇO: **esgotado**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1991.

OBRA: O Mosteiro de Roriz.

AUTOR: Francisco Carvalho Correia.

PREÇO: **7.48 € (1.500\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1997.

OBRA: Caderno de Poesia.

AUTOR: Ilda de Jesus et Alii.

PREÇO: 0,75 € (150\$00)

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso.

OBRA: "Actas" Jornadas Culturais de Vila das Aves

PREÇO: 2.24 € (450\$00)

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1987 / 88.

OBRA: Labirintos da Metamorfose (Poesia).

AUTOR: Américo Teixeira Moreira.

PREÇO: 2.49 € (500\$00)

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1992.

OBRA: Actas das Jornadas sobre o Município na Península Ibérica (Séc. XII a XIX), I e II Volume

AUTOR: Vários.

PREÇO: 7.48 € (1.500\$00)

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1988.

OBRA: Sextas Jornadas Culturais de Vila das Aves.

PREÇO: esgotado

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1993.

OBRA: Rosto do Foral Manuelino.

PREÇO: 1.25 € (250\$00)

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso.

OBRA: Mensagens.

AUTOR: Francisco Assis Gonçalves Pimenta.

PREÇO: 3.74 € (750\$00)

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso.

OBRA: Caricaturas.

AUTOR: Ivo Martins

PREÇO: 2.49 € (500\$00)

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso.

OBRA: Actas do I Ciclo de Conferências sobre "S. Rosendo e o Século X"

AUTOR: Vários.

PREÇO: 9.98 € (2.000\$00)

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1992.

OBRA: Santo Tirso - Arqueológico nº 1 - 1.ª série.

AUTOR: Vários | Director: Álvaro de Brito Moreira.

PREÇO: esgotado

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1991.

OBRA: Santo Tirso - Arqueológico n.º 2 - 1.ª série.

AUTOR: Vários | Director: Álvaro de Brito Moreira.

PREÇO: esgotado

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1992.

OBRA: Santo Tirso Arqueológico n.º 1 - 2.ª série.

AUTOR: Vários | Director: Álvaro de Brito Moreira.

PREÇO: 7.48 € (1.500\$00)

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1997.

OBRA: Santo Tirso Arqueológico n.º 2,3 - 2.ª série.

AUTOR: Vários | Director: Álvaro de Brito Moreira.

PREÇO: 9.98 € (2.000\$00)

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1999.

OBRA: Separatas - Santo Tirso Arqueológico n.º 2,3 - 2.ª Série.

AUTORES: Vários.

PREÇO: 2.74 € (550\$00)

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 2000.

OBRA: A Igreja Matriz e o Antigo Mosteiro Beneditino de Santo Tirso.

AUTOR: Francisco Carvalho Correia.

PREÇO: **esgotado**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1994.

OBRA: Comemorações dos 150 Anos da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela.

AUTOR: Nuno Olaio / Álvaro de Brito Moreira

PREÇO: **5.99 € (1.200\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1995.

OBRA: Fábrica de Fiação de Santo Tirso - "100 Anos de História"

PREÇO: **2.49 € (500\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1996.

OBRA: Catálogo da Exposição "Tomáz Pelayo"

AUTOR: Tomáz Pelayo.

PREÇO: **2.49 € (500\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1997.

OBRA: "Os Beneditinos na Europa" 1.º Congresso Internacional.

AUTOR: Vários

PREÇO: **11.97 € (2.400\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1995.

OBRA: Actas do Congresso "A Indústria Têxtil no Vale do Ave"

AUTOR: Vários

PREÇO: **7.48 € (1.500\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1996.

OBRA: Santo Tirso da Cidade e do seu Termo, I Volume.

AUTOR: F. Carvalho Correia.

PREÇO: **11.47 € (2.300\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 2000.

OBRA: Santo Tirso da Cidade e do seu Termo, II Volume.

AUTOR: F. Carvalho Correia.

PREÇO: **10.97 € (2.200\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 2000.

OBRA: Santo Tirso da Cidade e do seu Termo, III Volume.

AUTOR: F. Carvalho Correia.

PREÇO: **10.97 € (2.200\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 2001.

OBRA: Santo Tirso da Cidade e do seu Termo, IV Volume.

AUTOR: F. Carvalho Correia.

PREÇO: **10.00 € (2.000\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 2002.

OBRA: I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESCULTURA STº TIRSO (em português)

AUTOR: Vários.

PREÇO: **esgotado**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1991.

OBRA: I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESCULTURA SANTO TIRSO (em inglês)

AUTOR: Vários.

PREÇO: **9.98 € (2.000\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1991.

OBRA: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESCULTURA ST.º TIRSO (em português)

AUTOR: Vários.

PREÇO: **9.98 € (2.000\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1993.

OBRA: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESCULTURA SANTO TIRSO (em inglês)

AUTOR: Vários.

PREÇO: **9.98 € (2.000\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1993.

OBRA: III/IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESCULTURA ST.º TIRSO (em português)

AUTOR: Vários.

PREÇO: **9.98 € (2.000\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1993.

OBRA: III/IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESCULTURA ST.º TIRSO (em inglês)

AUTOR: Vários.

PREÇO: **9.98 € (2.000\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1993.

OBRA: MEDALHA (40 Anos de Sacerdócio).

AUTOR: Padre Francisco Carvalho Correia.

PREÇO: **9.98 € (2.000\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1999.

EDIÇÕES MULTIMEDIA

OBRA: CD-ROM “Perto do Coração, Museu Municipal; Património Arqueológico”

PREÇO: **12.47 € (2.500\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1998.

OUTROS MATERIAIS

OBRA: Colecção de 8 Postais e respectiva carteira.

PREÇO: **2.49 € (500\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1998.

OBRA: Postais - A Igreja Matriz e o Antigo Mosteiro Beneditino de Santo Tirso.

PREÇO: **2.49 € (500\$00)** - colecção de 8 postais | **0,30 € (60\$00)** - avulso cada.

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1994.

OBRA: Sacos de papel com logotipo do Museu Municipal

PREÇO: **0,50 € (100\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1998.

OBRA: Cartazes

PREÇO: **0,50 € (100\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1998.

OBRA: Bloco (pequeno / grande)

PREÇO: **0,50 € (100\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1998.

OBRA: Pasta de documentos.

PREÇO: **0,25 € (50\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1998.

RÉPLICAS ARQUEOLÓGICAS

Nereida

PREÇO: **esgotado**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso 1998.

Lucerna

PREÇO: **14.96 € (3.000\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1998.

Leão

PREÇO: **14.96 € (3.000\$00)**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1998.

Colher

PREÇO: **esgotado**

EDIÇÃO: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1998.

* As réplicas são executadas em estanho com reconstituição cromática.

As publicações e outros materiais que se encontram à venda podem ser solicitados através do sítio internet da Câmara Municipal ou para o seguinte endereço: Câmara Municipal de Santo Tirso, Divisão do Património e Museus, Praça 25 de Abril, 4780 Santo Tirso.

NOTÍCIAS

Webgrafia - o património tirsense através da internet

Numa primeira viagem pela internet procurou-se conhecer o que existe sobre o património e história de Santo Tirso. Foram várias as descobertas, bom prenúncio para as próximas incursões na web.

Município de Santo Tirso - a página

O sítio da Câmara Municipal de Santo Tirso é naturalmente o ponto de partida desta viagem. Para o internauta que pretenda aventurar-se pelas terras de Santo Tirso pode encontrar neste sítio informações preciosas sobre o concelho, propostas turísticas, bem como conhecer melhor a história do antigo Couto beneditino de St. Tirso e da sua transformação em concelho com a revolução liberal oitocentista. Pode-se ainda aproveitar a oportunidade para conhecer a agenda cultural para o presente ano e planear uma visita a Santo Tirso.

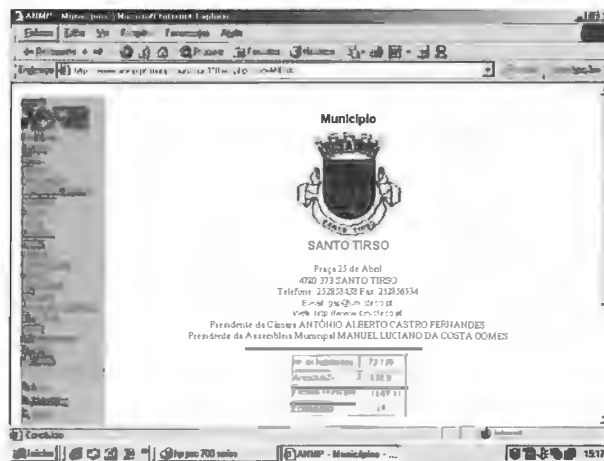
<http://www.cm-stirso.pt>



Do Vale do Ave à ANMP

A Associação Nacional de Municípios Portugueses possui um sítio onde é possível obter informação sobre as várias dezenas de municípios portugueses. Para a região do Vale do Ave permite uma pesquisa global sobre os seus municípios, sobre Santo Tirso o sítio apresenta informação estatística e histórica.

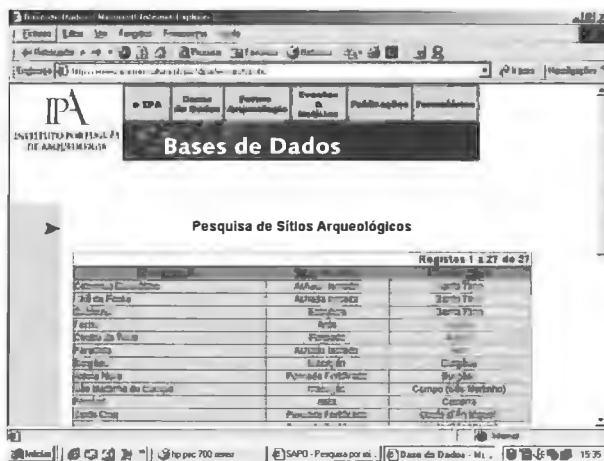
<http://www.anma.pt>



Sítios arqueológicos

Ao visitar a página do Instituto Português de Arqueologia é possível descobrir, utilizando a pesquisa de página, vários locais de interesse arqueológico no município de Santo Tirso, ganhando apetite para os visitar ou saber quem anda a “fazer buracos” (devidamente autorizado), pelas bandas de Santo Tirso.

<http://www.ipa.pt>



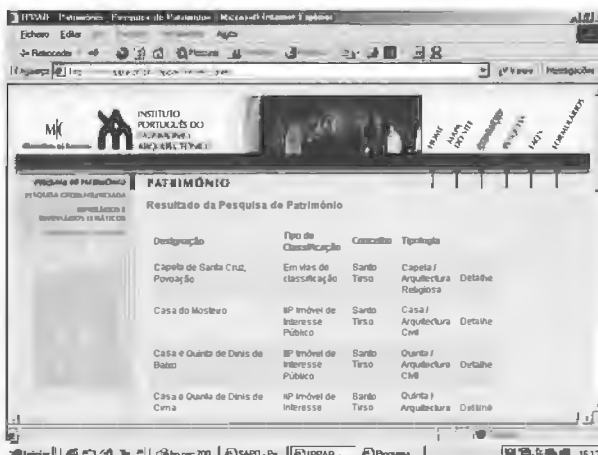
À descoberta do património

É provavelmente o sítio melhor estruturado quanto à informação que disponibiliza sobre o património tirsense. Esta página oferece várias possibilidades ao internauta permitindo-lhe consultar a informação disponível sobre os Imóveis de Interesse Público e Monumentos Nacionais localizados no concelho, bem como visualizar as fotografias e plantas que existem sobre esses mesmos monumentos. O sítio da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais oferece ainda outros prazeres a quem o visita, podendo o internauta conhecer as novidades da loja virtual ou os vários programas de reabilitação de monumentos em curso. <http://www.monumentos.pt>



Património Classificado

Ao navegar pelos meandros do IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico temos o privilégio de conhecer algumas dos mais belos monumentos nacionais. O sítio para além de fornecer uma informação completa sobre o património edificado permite ainda conhecer vários itinerários do património histórico e edificado português. Através dos instrumentos de pesquisa disponíveis torna-se ainda possível conhecer quais os monumentos classificados que estão sobre a tutela do IPPAR. <http://www.ippar.pt>



Estórias que são História. A memória tirsense em bom recato.

A história e memória local não se esgotam no património edificado e nas sínteses existentes sobre a história do concelho. Há uma boa parte da memória local que se encontra depositado em vários arquivos locais, como o Arquivo Histórico Municipal de Santo Tirso, e nacionais, como o Arquivo Nacional / Torre do Tombo. Este último tem um sítio onde é possível proceder a várias consultas sobre o espólio que o arquivo encerra, reservando-nos algumas surpresas, lembrando-nos que Santo Tirso já foi Couto e que uma parte do espólio do importante mosteiro beneditino se encontra neste arquivo, em Lisboa.

<http://www.ianth.pt>

